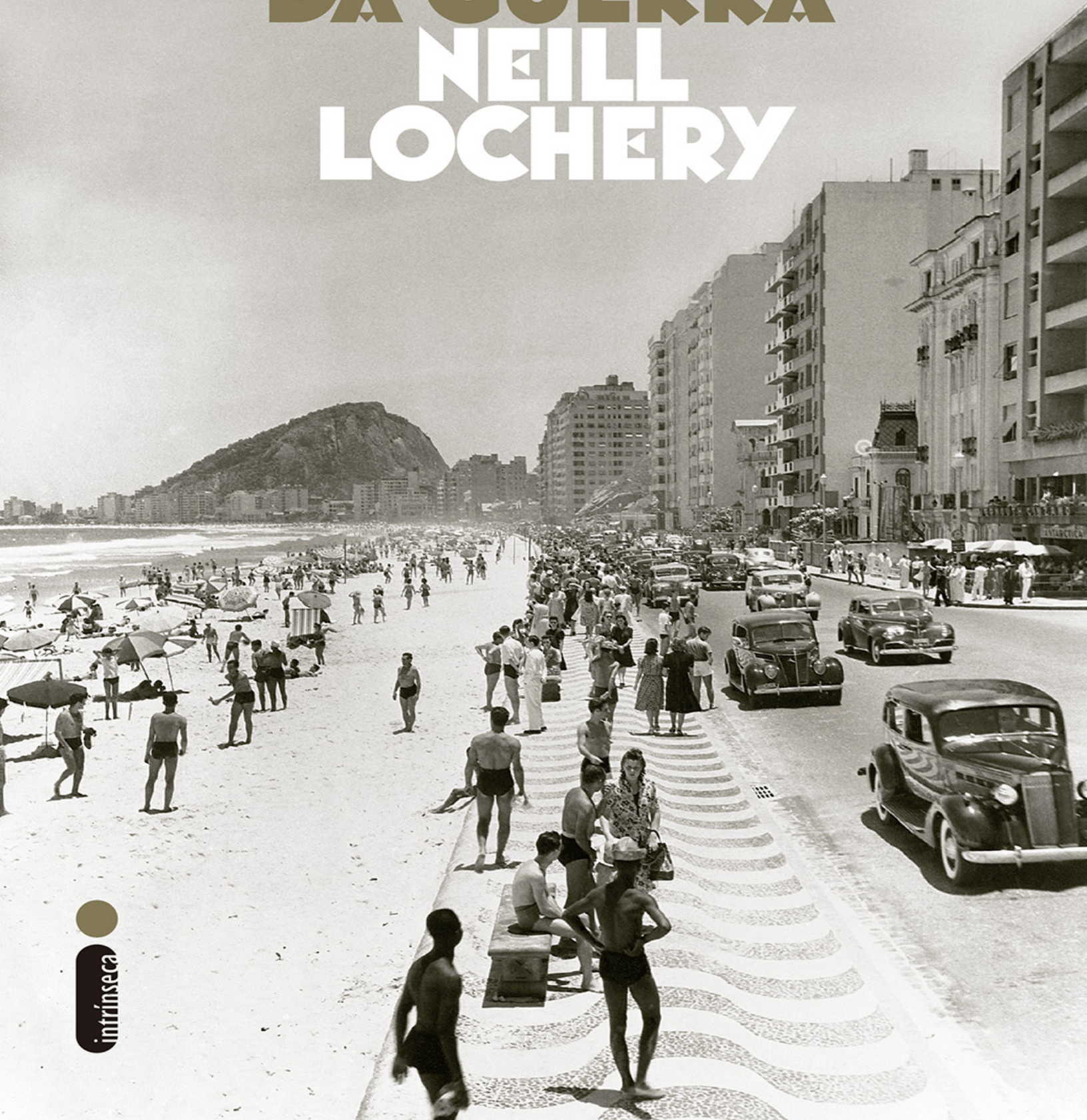
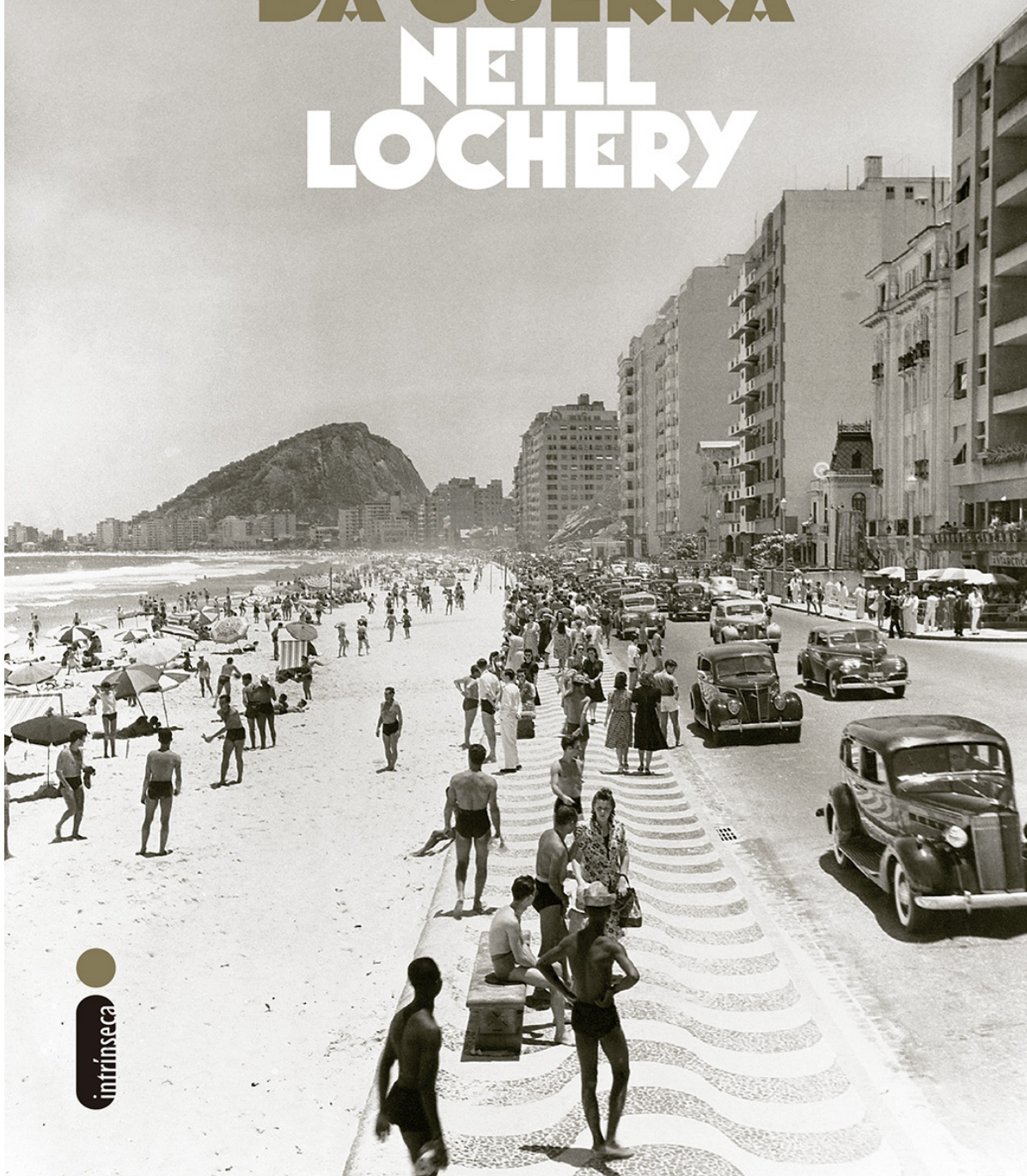


BRASIL OS FRUTOS DA GUERRA NEILL LOCHERY



BRASIL OS FRUTOS DA GUERRA NEILL LOCHERY




inrinsca

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

BRASIL
OS FRUTOS
DA GUERRA
NEILL
LOCHERY

TRADUÇÃO DE LOURDES SETTE

REVISÃO TÉCNICA DE ALEXANDRE LUIS MORELI ROCHA
Coordenador do Centro de Relações Internacionais do
CPDOC-Fundação Getulio Vargas



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.



Para Emma, Benjamin e Hélène

SUMÁRIO

Introdução

PRÓLOGO: O BOM VIZINHO

PARTE UM: PRELÚDIO À GUERRA

- 1 A CHAVE
- 2 O OLHO ESQUERDO DE VARGAS

PARTE DOIS: A NEUTRALIDADE BRASILEIRA

- 3 JOGOS PERIGOSOS
- 4 UM TIRO DE ADVERTÊNCIA
- 5 ALIADOS DISCORDANTES
- 6 FUGA DO RIO DE JANEIRO
- 7 ESTREITANDO OS LAÇOS E AMPLIANDO AS DIVISÕES

PARTE TRÊS: RUMO À GUERRA

- 8 BEM ATRÁS DE VOCÊ
- 9 WELLES SAI DE CENA E WELLES ENTRA EM CENA
- 10 A QUESTÃO DA SUCESSÃO

PARTE QUATRO: O BRASIL VAI À GUERRA

- 11 A DECISÃO
- 12 O APAGAR DAS LUZES NO RIO DE JANEIRO
- 13 O JANTAR

PARTE CINCO: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO BRASIL

- 14 CHEGADAS TARDIAS
- 15 A PROMESSA
- 16 ADEUS A ARANHA
- 17 O DESAFIO

PARTE SEIS: A MELANCOLIA DO PÓS-GUERRA

- 18 A SAÍDA
 - 19 O ATO FINAL
- EPÍLOGO: O LEGADO

Agradecimentos

Créditos das fotografias

Bibliografia

Notas

INTRODUÇÃO

A CIDADE DO Rio de Janeiro, conhecida como Cidade Maravilhosa, está situada no sopé da Serra do Mar, fronteada pela faixa da praia de Copacabana e banhada pela extensão da baía de Guanabara. Fundado no século XVI em uma baía da costa atlântica do sudeste brasileiro, o Rio de Janeiro mais do que faz jus a esse título.

Na cidade, persiste com mais força a vibrante energia econômica que passou a caracterizar o Brasil. No alvorecer do século XXI, o Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país e a sexta maior das Américas. E, embora sua importância política doméstica talvez não esteja mais à altura de seu poderio econômico, durante a maior parte dos séculos XVIII, XIX e XX, a cidade foi a capital do Brasil e, portanto, o centro de poder, em sua definição mais completa: primeiro, durante o período colonial, em seguida, durante sua breve elevação à condição de reino na monarquia transcontinental de Portugal e, por fim, nos primeiros 140 anos da existência do Brasil como um Estado independente.

Quando Brasília — a recém-criada capital federal — suplantou o Rio de Janeiro em 1960, a Cidade Maravilhosa tinha deixado uma marca indelével no resto do país. Nas décadas anteriores a essa mudança, os líderes federais que governavam o país da então capital foram responsáveis pela transição do Brasil de um remanso tropical exuberante, porém descuidado, para uma das nações mais dinâmicas da América do Sul e, de fato, do mundo inteiro. Hoje o Brasil está entre os dez maiores países do mundo em termos de produto interno bruto (PIB) e, com uma taxa de crescimento que permanece consistentemente elevada, está pronto para subir ainda mais nessa classificação nas próximas décadas. No entanto, a

história de como esse milagre econômico ocorreu nunca foi contada por completo.

No início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil era um lugar completamente diferente do que é hoje. Em 1938, um ano antes de a guerra estourar, ele era a quarta maior nação do planeta e cobria quase metade da área total da América do Sul.¹ Com quase 8,5 milhões de quilômetros quadrados, era maior do que os Estados Unidos continental, mas sua população no início da década de 1940 era de aproximadamente 41 milhões de pessoas — cerca de um terço da população dos Estados Unidos na época e menos de um quarto do contingente atual de duzentos milhões de brasileiros.² O país era dividido, *grosso modo*, entre as áreas desenvolvidas, que incluíam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o imenso e subdesenvolvido interior do país. A infraestrutura de boa qualidade era quase ausente, com ligações rodoviárias e ferroviárias precárias, mesmo entre as partes mais povoadas do país.³

As ligações com o mundo exterior também eram inadequadas. O serviço aéreo para os Estados Unidos levava dias, e as conexões com a Europa não estavam plenamente desenvolvidas. O Rio de Janeiro era um porto de atracação frequente para os transatlânticos, mas apenas os brasileiros muito ricos podiam se dar ao luxo de viajar para o exterior. A maioria apenas lia sobre cidades como Londres, Paris e Nova York nos jornais locais e nunca chegou a visitá-las. Em parte como resultado da sua posição geográfica e também devido à língua (ele é o único país lusófono da América do Sul), o Brasil mantinha-se, em grande medida, isolado do mundo exterior.

Durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial, tudo isso mudaria. Graças, em grande parte, a uma aliança com os Estados Unidos, a indústria, a infraestrutura de transporte e a posição política do Brasil na América do Sul e no mundo passaram por uma transformação radical na década de 1940. A guerra levou ao nascimento do Brasil moderno e à sua ascensão como uma das

potências econômicas mundiais. E o Rio de Janeiro era o eixo do dínamo brasileiro.

Observadores astutos podiam ter detectado no Rio de Janeiro pré-guerra algo da energia inesgotável que daria à cidade um papel de enorme pioneirismo no futuro do Brasil. Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a capital brasileira era um lugar belo, exótico e um pouco caótico, distante dos circuitos habituais para os moradores abastados e os *playboys* internacionais super-ricos que procuravam diversão e aventura. A falta de instalações portuárias de alta qualidade e de um aeroporto internacional decente dificultava o acesso de empresários estrangeiros e dos turistas menos arrojados ao Rio de Janeiro. No entanto, quando chegavam, esses homens e mulheres intrépidos encontravam uma cidade que aspirava claramente a um nível de cosmopolitismo quase inédito na América do Sul.

A cidade, no final da década de 1930, era um centro para pessoas sofisticadas, influentes e intelectuais que, fosse por nascimento, escolha ou necessidade, encontravam-se no hemisfério sul das Américas. Centrais para a vibrante cena social carioca eram o hotel cinco estrelas Copacabana Palace, localizado de frente para a praia mais famosa do Rio de Janeiro, e o Jockey Club, construído em um terreno aterrado da lagoa Rodrigo de Freitas. O Copacabana Palace, inaugurado em 1923, era um dos melhores exemplos de arquitetura *art déco* na cidade e o lugar frequentado pelos farristas internacionais e membros da alta sociedade carioca. Fred Astaire e Ginger Rogers dançaram em seu magnífico salão de baile. O escritor judeu Stefan Zweig, que fugiu da perseguição nazista na Europa, ficou hospedado no hotel antes de ele e sua mulher se suicidarem em 1942, em Petrópolis, a cerca de setenta quilômetros do Centro do Rio. Durante a Segunda Guerra Mundial, pessoas como Clark Gable, Douglas Fairbanks Jr. e Walt Disney se hospedaram no hotel, todos em missões especiais de guerra para o governo americano.

Do outro lado da cidade, o Jockey Club era onde a elite da sociedade brasileira se reunia e fazia negócios durante a longa

temporada de corridas de cavalo — estas eram realizadas em noites amenas, da primavera ao outono. As cadeiras próximas à pista eram dispostas em uma ordem social rígida, com as damas da sociedade — em casacos de pele e vestidos de grifes das principais casas de moda na Europa — instaladas na primeira fila. Os sócios homens do Jockey Club compareciam aparamentados com esmero, com o cabelo penteado para trás e vestindo ternos brancos, de corte amplo, feitos de linho e algodão, camisas brancas e gravatas largas coloridas, tudo isso combinando com sapatos bicolores brilhantes.

Um dos patronos e frequentadores assíduos do Jockey Club era o presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas. Fisicamente, ele não era um homem memorável: baixo e corpulento, adquiriu uma barriga avantajada em seus últimos anos de vida. Embora sensível às acusações de vaidade feitas por seus oponentes políticos, Vargas não fazia nada para afastá-las. Diziam que ele pintava o cabelo e estava sempre bem-vestido; no inverno, muitas vezes usava seu terno favorito azul-acinzentado e, no verão, era visto em ternos de algodão branco e gravatas listradas. No entanto, apesar da falta de imponência física havia uma aura em torno de Vargas. Ele aparentava calma e contentamento, e seus conhecimentos de advocacia — Vargas se formara em direito antes de entrar para a política — davam-lhe um ar ponderado e prudente. Muitas vezes era encontrado soprando suavemente a fumaça de um charuto nacional ou promovendo sessões de carteados restritas aos íntimos; pôquer era seu jogo favorito.

A chegada de Vargas ao poder, no início da década de 1930, representou uma mudança enorme na política brasileira e, a princípio, gerou uma grande instabilidade política no país. Antes de 1930, o Brasil fora dominado por um poderoso grupo de políticos, industriais e cafeicultores de São Paulo. Os paulistas governaram o Brasil em aliança com os líderes de Minas Gerais. Juntos, os dois grupos se revezavam no controle da Presidência e do Congresso.

Na eleição presidencial de 1930, porém, um grupo político conhecido como “os gaúchos” desafiou a junta paulista-mineira. Os

novos contestadores vinham do Rio Grande do Sul, estado conhecido no Brasil como "região dos gaúchos" por causa de suas grandes fazendas, muitas das quais se estendiam por centenas de quilômetros. Vargas era nativo da região e presidente do estado na época e, portanto, um dos membros mais destacados da oposição. Escolhido como o candidato desta, ele fez uma campanha muito impressionante, mas acabou perdendo a eleição presidencial para Júlio Prestes, governador do estado de São Paulo. Alegando fraude eleitoral, Vargas se recusou a reconhecer a vitória de Prestes e, com o apoio de uma ampla gama de militares e cidadãos de classe média das cidades, lançou um golpe de Estado sem derramamento de sangue que conseguiu derrubar o governo e instalar Vargas no Rio de Janeiro. Em julho de 1932, São Paulo tentou reverter a situação montando uma contrarrevolução, mas, após três meses de combate, Vargas e seus seguidores conseguiram acabar com a revolta.

Tendo tomado o controle do país por meio de uma combinação de subterfúgios políticos e força pura, Vargas correu para consolidar seu poder frente às novas ameaças. Em 1934, apresentou uma nova Constituição que criou uma Assembleia Constituinte e permitiu sua eleição formal como presidente. No ano seguinte, houve outro grande desafio para seu governo, vindo, dessa vez, dos comunistas. O governo tomou medidas rápidas contra a revolta, prendendo milhares deles. Vários líderes da revolta receberam longas sentenças de prisão dos tribunais. Os comunistas não desapareceram do mapa político do Brasil após esse golpe de Estado fracassado, mas o governo de Vargas os enfraquecera substancialmente.

Assim como em 1930, o ano de 1937 também foi marcado por um grande drama político no país. Uma eleição presidencial deveria ser realizada naquele ano, nos termos da Constituição de 1934; o candidato vencedor teria um mandato de quatro anos, com início em 1938. A Constituição proibia Vargas de concorrer à reeleição. Contudo, ele encontrou uma maneira de contornar esse problema, recusando-se a apoiar qualquer dos candidatos declarados e trabalhando em segredo com os membros de seu regime para

elaborar uma nova Constituição. Em novembro de 1937, Vargas entrou em ação, declarando lei marcial, o cancelamento das eleições e a dissolução do Congresso, cujas portas os deputados encontraram trancadas ao chegarem. Foi um golpe de Estado sem derramamento de sangue. O presidente Vargas permaneceu no governo, mas era agora um ditador com poderes concedidos por uma nova Constituição autoritária conhecida como Estado Novo. De importância crucial para Vargas, os Estados Unidos continuaram a estreitar laços com o Brasil como se nada tivesse acontecido.

O presidente Vargas entendia que o Brasil era uma potência econômica e militar fraca e que, como seu líder, ele não tinha muitos trunfos na mão. Contudo, suas ambições para o Brasil — e para sua própria carreira política — permaneciam grandes. Fundamentais para suas políticas eram os objetivos de fortalecer o próprio regime e consolidar as novas estruturas de poder no Brasil, de modo a levar o país a se tornar uma força importante na economia e na política da região. Mesmo antes da guerra, Vargas tinha plena consciência das ferramentas econômicas que poderia usar para atingir ambos os objetivos. A questão comercial e seu potencial para melhorar a economia do Brasil dominavam os telegramas e despachos que chegavam à sua mesa no Rio de Janeiro durante a guerra.

Na época da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil desfrutava de uma relação razoavelmente forte — e muito lucrativa — com a Alemanha. A forma como o comércio era organizado convinha ao Brasil, pois Berlim concordara com condições de pagamento especiais para os brasileiros. O desejo por parte dos militares brasileiros de comprar armas alemãs e a disposição de Berlim de vendê-las ao Brasil eram centrais para esse comércio. De fato, mesmo durante a invasão da Polônia pela Alemanha no início da guerra, no outono europeu de 1939, e de seus rápidos avanços na Europa Ocidental na primavera e no verão europeus de 1940, Berlim possuía armas extras em quantidade suficiente para serem vendidas ao Brasil.

Enquanto isso, os Estados Unidos se preparavam para entrar na guerra contra a Alemanha e tramavam incluir o Brasil no grupo dos Aliados. Os americanos acreditavam que o Brasil era o parceiro local mais confiável na missão de deter o crescimento da influência nazista na região — sobretudo na Argentina, cujo governo pró-nazista transformara o país em um posto avançado atraente para os agentes de Hitler. O serviço de inteligência americano advertiu o presidente Roosevelt de que os alemães queriam estabelecer uma presença política e militar forte e permanente na América Latina. Isso era inaceitável para os americanos, que estavam dispostos a investir de forma maciça — por meio da garantia de concessões comerciais — a fim de evitar que os alemães ganhassem um ponto de apoio tão perto de seu país.

O presidente Vargas entendia a posição dos Estados Unidos de forma muito clara e, com cautela, tentou maximizar os ganhos do Brasil com a guerra. De fato, esse objetivo estava no cerne de cada negociação brasileira com os americanos. Vargas também entendia que, a fim de ganhar significativamente com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil precisaria sair da sua posição inicial de neutralidade. Em suma, o Brasil tinha primeiro que encerrar formalmente suas relações comerciais extensas e muito lucrativas com os alemães e, em um momento posterior, aderir formalmente à guerra contra os poderes do Eixo.

Vargas acabou por se juntar aos Aliados, chegando ao ponto de enviar tropas brasileiras à Europa para participar na derrocada da Alemanha nos meses finais da guerra. Como previra, sua relação com Washington, em última análise, melhorou a situação econômica do Brasil, mas isso lhe custou o próprio poder. A aproximação com os Estados Unidos aprofundou as tensões internas e prejudicou tanto sua liderança quanto a continuidade do Estado Novo ao final da guerra. Ainda assim, o Brasil prosperou. Após a guerra, ele entrou para a lista bastante restrita de países que se beneficiaram muito com o conflito — as potências europeias neutras compõem o restante desse seleto clube.

Uma famosa lista dos objetivos de guerra brasileiros preparada pelo ministro das Relações Exteriores pró-Estados Unidos, Oswaldo Aranha (que mais tarde se tornou o primeiro presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas), ressalta os enormes ganhos do país durante a Segunda Guerra Mundial. Aranha preparou essa lista incrivelmente ambiciosa para uma reunião a portas fechadas entre os presidentes Vargas e Roosevelt, que ocorreu no Brasil em janeiro de 1943, e o documento pode ser usado como uma espécie de conjunto de indicadores para avaliar o que o Brasil alcançou durante o conflito.

De acordo com Aranha, os onze objetivos que o Brasil devia perseguir eram:

1. Uma posição melhor na política mundial.
2. A consolidação de sua superioridade na América do Sul.
3. Relações mais seguras e estreitas com os Estados Unidos.
4. O desenvolvimento de uma influência maior sobre Portugal e as colônias portuguesas.
5. O desenvolvimento do poder marítimo (Marinha).
6. O desenvolvimento do poder aéreo (Força Aérea).
7. O desenvolvimento de indústrias pesadas.
8. A criação de um complexo industrial militar.
9. A criação de indústrias — tais como empreendimentos agrícolas, extrativistas e mineradores — para complementar as dos Estados Unidos, que seriam essenciais para a reconstrução do mundo após a guerra.
10. A expansão das ferrovias e estradas brasileiras para fins estratégicos e econômicos.
11. A exploração em busca de combustíveis essenciais.⁴

Tomados em conjunto, os itens da lista de Aranha constituíam uma afirmação corajosa do lugar que o Brasil merecia ocupar na ordem internacional. Eles representavam uma tentativa coordenada para

transformar a nação e levá-la ao século XX. Esses objetivos eram ainda mais ambiciosos uma vez que, no início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ainda era um país extremamente subdesenvolvido. Em 1940, dois terços dos brasileiros eram analfabetos, quase 70% da população vivia em áreas rurais e as comunicações e os sistemas de transporte muito rudimentares da nação deixavam grandes partes do país isoladas ao extremo. Além disso, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, cujas principais fontes econômicas eram as indústrias, a principal atividade econômica do Brasil era a agricultura, com o café ainda sendo o principal produto de exportação.

Vargas mudou tudo isso e levou o Brasil firmemente ao cenário mundial. Sob sua liderança, o país foi modernizado — foram construídas uma nova usina siderúrgica nacional, novas estradas e ferrovias, e melhorias foram feitas no setor agrícola. No entanto, acima de tudo, suas forças armadas se transformaram nas mais poderosas da região. O Brasil tornou-se uma superpotência regional em termos militares, políticos e econômicos.

PRÓLOGO:

O BOM VIZINHO

FOI NO SÁBADO 4 de março de 1933, um dia nublado de final de - inverno no hemisfério norte em Washington, D.C., que Franklin D. Roosevelt fez o juramento de posse na presença de Charles Evans Hughes, o presidente da Suprema Corte. Após a cerimônia, o novo presidente dos Estados Unidos fez um discurso de vinte minutos que foi transmitido por rádio para dezenas de milhões de ouvintes em todo o país. O discurso, hoje mais lembrado por causa da afirmação de Roosevelt de que “a única coisa que temos a temer é (...) o próprio medo”, concentrou-se quase inteiramente nos objetivos da política doméstica, os quais dominaram a campanha e ajudaram Roosevelt a obter uma vitória esmagadora sobre o candidato à reeleição, o republicano Herbert Hoover. Tudo isso, por uma boa razão: com os Estados Unidos nas profundezas da pior depressão econômica da história do país, a proposta doméstica de Roosevelt não podia ter sido mais premente.

Apenas um curto parágrafo do pronunciamento foi dedicado à questão das relações exteriores. No entanto, essa digressão — e a analogia poderosa que continha — lançaria um dos programas mais importantes da história da política externa americana. “No campo da política internacional”, disse Roosevelt aos conterrâneos, “eu dedicaria esta nação à política de boa vizinhança (...) o vizinho que respeita firmemente a si próprio e, por fazê-lo, respeita os direitos dos outros (...) o vizinho que respeita as suas obrigações e a inviolabilidade de seus compromissos internos e com o conjunto de seus vizinhos.”¹

O comentário breve, porém incisivo, de Roosevelt refletia as mesmas preocupações domésticas que ele destacara no resto de seu discurso, mas sob um ângulo diferente. No cerne do comentário — e no centro da Política de Boa Vizinhança resultante — estava o princípio da não intervenção e da não interferência nos assuntos internos dos países latino-americanos. No entanto, os objetivos de Roosevelt não eram altruístas. No âmbito dessa política, os Estados Unidos desenvolveram trocas mutuamente benéficas com os países da América Latina, na esperança de também criar novas oportunidades comerciais entre os americanos e seus vizinhos do sul, aprofundando, assim, sua influência na região.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, foi designado para realizar a tarefa de tornar a declaração do presidente realidade através do desenvolvimento de relações mais estreitas entre as 21 repúblicas das Américas. Desde o início, essa empreitada não se mostrou uma tarefa fácil. Na maioria dos países da América Central e do Sul havia uma profunda desconfiança com relação aos objetivos e às intenções dos Estados Unidos, que até 1933 poderiam ser caracterizados como essencialmente exploradores e interessados sobretudo em dividir e governar toda e qualquer região que conseguissem. Hull lamentou a “herança de má vontade” dos Estados Unidos, afirmando que “ela foi comprovada por intervenções (...) Atrelado ao antagonismo político estava o ressentimento econômico. As altas tarifas do governo anterior, juntamente com a quebra da bolsa em 1929, trouxeram graves dificuldades econômicas para os países da América Latina”.² Os problemas dos Estados Unidos haviam se espalhado para seus vizinhos do sul e agravado os já efervescentes ressentimentos com políticas consideradas paternalistas e egoístas.

Os Estados Unidos enfrentavam não apenas o profundo receio das nações latino-americanas, mas também as divisões entre elas. Muitos países da região sentiam uma profunda desconfiança mútua. Como consequência, Hull pretendia fomentar o desenvolvimento da

confiança, amizade e cooperação entre as nações da América Latina.³ Esse era um objetivo ambicioso.

Talvez nenhuma rivalidade nessa região fosse tão intensa quanto aquela entre o Brasil e a Argentina, ambos disputando o predomínio militar, econômico e político do continente. Tal rivalidade era baseada em conflitos históricos por territórios; os Estados tinham alcançado a independência de Portugal e da Espanha, respectivamente, e as tensões coloniais que dominaram as relações entre esses dois países europeus também contaminaram as relações argentino-brasileiras. O Brasil, por exemplo, só chegou a um acordo sobre suas disputas de longa data com relação à fronteira entre as duas nações no início do século XX. Os dois Estados passaram toda a década de 1930 competindo um com o outro, e suas políticas de defesa refletiam a tradicional suspeita mútua. Essa desconfiança também afetava sua política externa e circunscrevia a diplomacia dos Estados Unidos com relação a eles. Qualquer movimento por parte dos americanos para ajudar a Argentina era visto com profunda desconfiança pelo governo brasileiro, que presumia que a ajuda americana aos argentinos seria prejudicial aos interesses do Brasil. Desnecessário dizer que o governo argentino nutria as mesmas suposições.

Um importante relatório dos serviços de inteligência americanos explicou sucintamente os problemas do Brasil com a Argentina em 1930. Ele afirmava:

Nos últimos anos, os brasileiros manifestaram preocupação com as pretensões argentinas com relação ao seu território (...) A Argentina era considerada a mais poderosa das nações latino-americanas. O vasto e subdesenvolvido interior do Brasil e sua população heterogênea eram considerados uma fonte de fraqueza, e não de força. A Argentina era mais rica; seus centros populacionais e de produção eram mais compactos e imbricados; e seus habitantes, predominantemente brancos, desfrutavam de um padrão de vida melhor do que o da maioria dos brasileiros. Muitos observadores consideravam as forças armadas da Argentina, sobretudo a Marinha, de longe, as melhores da América do Sul.⁴

O maior medo no Brasil durante os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial era que a Argentina usasse a crescente influência nazista no país como pretexto para fortalecer suas forças armadas e montar uma campanha militar contra o Brasil. Havia bons motivos para os temores brasileiros: a cultura política argentina durante esse período foi fortemente nacionalista, e as forças armadas do país eram pró-Alemanha e buscavam expandir a influência argentina na região. Confrontados com a possibilidade de uma agressão militar argentina, variando de escaramuças militares ao longo da fronteira argentino-brasileira até uma invasão em larga escala, os líderes do Brasil buscaram maneiras práticas de neutralizar a ameaça argentina. Naturalmente, isso incluía aumentar essa ameaça junto a potências estrangeiras, sobretudo a Grã-Bretanha e — cada vez mais — os Estados Unidos.

O presidente Roosevelt se mostrou receptivo às notícias sobre as rivalidades internas fortes e potencialmente desestabilizadoras entre as repúblicas da América, assim como ao que era percebido como a simpatia pró-Alemanha por parte de algumas delas. No dia seguinte ao discurso de posse de Roosevelt, o partido nazista conquistou 43,9% dos votos nas eleições parlamentares alemãs. A vitória eleitoral ajudou a consolidar Hitler no poder e engendrou uma política externa alemã mais declaradamente expansionista.⁵ Entretanto, o impacto da consolidação do poder de Hitler não se limitava ao continente europeu. Era conhecida a simpatia da Argentina pela Alemanha; os britânicos e os americanos estavam preocupados que o Brasil também a nutrisse. O objetivo central da Política de Boa Vizinhança era, portanto, aumentar a segurança dos Estados Unidos ao salvaguardar a região das influências estrangeiras hostis. Essa política, conseqüentemente, era caracterizada sobretudo pelos esforços de Washington para deter os avanços feitos na região pela Alemanha e pela Itália. Contudo, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, Cordell Hull e, após a sua nomeação, em 1937, o subsecretário de Estado, Sumner Welles, não conseguiram atingir os objetivos ambiciosos do programa. Grande parte desse

fracasso se deveu a fatores que estavam fora do controle dos Estados Unidos.

A Alemanha estava interessada em desenvolver laços com os países latino-americanos, principalmente com o Brasil, em quem enxergava grandes oportunidades comerciais. O Brasil desenvolveu com Berlim fortes laços comerciais usando um esquema complexo de compensação em marcos sem o qual não teria meios suficientes para fazer os pagamentos.⁶ Tudo isso acabou sendo muito frustrante para os Estados Unidos e para a Grã-Bretanha, que até então tinham sido os principais parceiros comerciais do Brasil.⁷ A Alemanha parecia disposta a ir muito mais longe do que os dois no uso dos laços comerciais para ajudar a promover sua influência política no Brasil.

O programa maciço de rearmamento da Alemanha, cujo principal intuito era transformar as forças armadas alemãs nas mais poderosas da Europa continental, criou a possibilidade da venda de armas de Berlim para o Brasil. Essa era uma perspectiva muito sedutora para os líderes militares brasileiros, que estavam ansiosos para desenvolver as forças armadas de seu país, a fim de combater uma eventual agressão argentina. A Alemanha parecia disposta a abastecer o Brasil com armas de alta qualidade. A Grã-Bretanha manteve-se firmemente contrária a permitir que armas alemãs chegassem ao Brasil, sobretudo devido aos temores de que carregamentos de armas ajudariam a consolidar supostos sentimentos pró-nazistas nutridos por oficiais das forças armadas brasileiras. No entanto, a Grã-Bretanha não poderia oferecer armas aos brasileiros. Em Londres, uma política de manter a paz com os alemães ainda vigorava. Os indivíduos que defendiam o rearmamento, como Winston Churchill, eram minoria. Mesmo que a Grã-Bretanha desejasse fornecer armas ao Brasil (e, dadas as preocupações com as tendências políticas deste país, isso era pouco provável), não tinha sobressalentes para vender.

Os Estados Unidos, embora não estivessem tão preocupados com a questão das armas quanto os britânicos, ficaram muito

apreensivos com as tentativas da Alemanha e da Itália de fomentar os laços com as grandes colônias de imigrantes alemães e italianos no Brasil. À medida que a situação na Europa se tornava cada vez mais tensa no fim da década de 1930, a embaixada americana no Rio de Janeiro demonstrava sua preocupação: “Os governos italiano e alemão têm feito, nos últimos anos, uma tentativa resoluta de organizar as colônias italiana e alemã no Brasil e de inspirar a mais ardente lealdade entre os seus compatriotas, não só à pátria, mas aos regimes políticos em ação hoje na Itália e na Alemanha.”⁸ A possibilidade de um segundo poder abertamente pró-Eixo na América do Sul começava a parecer assustadoramente real.

Em Washington, o Departamento de Estado observou que, em muitos aspectos, as colônias de imigrantes italianos e alemães no Brasil representavam tudo o que estava errado no país. Os imigrantes viviam em comunidades fechadas no sul do país, e seus filhos eram educados em alemão ou italiano em muitas escolas.⁹ No entanto, esses dois grupos eram influentes na economia local, em particular nos ramos da aviação e do comércio. Todos os dias, jornais em italiano e alemão traziam notícias locais e internacionais para essas comunidades.¹⁰

Em 1933, Roosevelt começou a estreitar os laços entre as nações da América Latina e os Estados Unidos. O problema com o Brasil eram as divisões internas do país que, de tão fortes, tornavam a meta de Roosevelt quase impossível. Conforme ilustrado pelo recente golpe de Estado de Getúlio Vargas, o poder no Brasil era concentrado nos estados; o governo federal era bastante fraco e a instabilidade política, grande. Fragmentado e cambaleando de um lado para outro, o Brasil precisava de um líder capaz de contar com um amplo apoio e que, portanto, tivesse tempo e oportunidade para organizar e transformar o país.

Em um esforço para mostrar a mudança na política americana em relação ao Brasil desde 1933, o presidente Roosevelt visitou o país em novembro de 1936. Multidões enormes o saudaram em sua

chegada ao Rio de Janeiro, onde o presidente Vargas o recebeu com todas as honras. Navios de guerra brasileiros, juntamente com aviões de aparência antiga da força aérea, acompanharam a entrada do navio do presidente americano no porto.

Ao final de sua visita, Roosevelt estava cheio de elogios a Vargas e “à grande república do Brasil”. Em um discurso após um banquete realizado em sua homenagem, ele convidou os comensais para se juntar a ele em um brinde ao presidente do Brasil, dizendo: “Estou deixando vocês esta noite com grande pesar. Há uma coisa, porém, que ficará em minha memória. Trata-se das duas pessoas que inventaram o New Deal, o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos.”¹¹

A associação que Roosevelt fez de Vargas com seu famoso programa econômico foi um toque simpático e muito apreciado pelo presidente brasileiro. Além de destacar o trabalho de transformação do Brasil realizado por Vargas desde sua chegada ao poder em 1930, Roosevelt pretendia lisonjeá-lo e inspirá-lo a fazer mais para industrializar o país. Apesar da própria ambição — e devido, em parte, às profundas divisões internas no Brasil —, Vargas conseguira realizar apenas transformações modestas até 1936.

A visita de Roosevelt foi retratada no Brasil e nos Estados Unidos como um grande sucesso e recebeu o crédito de ter gerado boa vontade mútua entre os países. Porém, na verdade, a visita pouco mudou a situação vigente. Embora tenha ficado claro que o povo brasileiro nutria uma imensa afeição por Roosevelt, sua gente continuou a alimentar suspeitas profundas com relação às intenções dos Estados Unidos na América Latina.

Uma análise mais sombria do Brasil e da América Latina veio de Cordell Hull, que viajou com Roosevelt para o Brasil e, posteriormente, para a Argentina a fim de participar da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, a qual envolveu todos os países do continente americano. Hull escreveria mais tarde:

A América Latina que visitei naquela viagem diferia da América Latina que vi apenas três anos atrás, porque a penetração do Eixo fizera um progresso alarmante e veloz sob vários aspectos. Por muitos meses, recebemos relatórios de nossos representantes nos países ao sul de nosso território, que, somados, criaram uma imagem de tons ameaçadores. A Alemanha nazista, em particular, estava empregando esforços intensivos para ganhar ascendência entre os nossos vizinhos, mas a Itália e o Japão também trabalhavam com ardor.¹²

Para um visitante americano como Hull, parecia dolorosamente evidente que os fascistas, nazistas e outros simpatizantes do Eixo logo estariam na soleira dos Estados Unidos se nada fosse feito para detê-los.

A confirmação dos temores de Hull pareceu vir no ano seguinte, no Brasil, quando Vargas cancelou as eleições programadas, banuiu os partidos políticos, suspendeu a Constituição e declarou o Estado Novo. Em um discurso à nação em 10 de novembro de 1937, Vargas explicou o raciocínio por trás de suas ações. Argumentou que a situação política no Brasil se tornara incontrolável e que, após consultar os membros-chave do Estado brasileiro (uma clara referência às lideranças militares), não tivera outra escolha a não ser agir.¹³ Vargas reconheceu que era “uma decisão excepcional (...) acima das deliberações ordinárias da atividade governamental”, mas insistiu que esse era seu dever como chefe de Estado brasileiro.¹⁴ *

Superficialmente, parecia que o estabelecimento do Estado Novo empurraria o país ainda mais para a órbita dos alemães. Havia, porém, diferenças ideológicas marcantes entre os sistemas brasileiro e alemão. O Estado Novo do Brasil e seu governo resultante se assemelhavam ao Estado Novo de Portugal, e nenhum dos dois sistemas tinha as fortes características militaristas dos nazistas. Ainda assim, os Estados Unidos estavam cada vez mais preocupados com a atitude do regime de Vargas em relação aos imigrantes judeus no sul do país. Crescia o número de relatos de ataques contra essa comunidade e suas propriedades no Brasil. E, embora talvez não estivessem diretamente envolvidas, ficou claro que as

autoridades brasileiras faziam muito pouco para impedir tais agressões.¹⁵

O governo Roosevelt optou por ignorar o sofrimento dos judeus no Brasil e se concentrar apenas em questões geoestratégicas. A Política de Boa Vizinhança, afinal, exigia que os Estados Unidos não interviessem na política interna de um Estado da América Latina, e Roosevelt não tinha intenção de descumprir essa promessa. Os Estados Unidos estavam muito mais interessados na orientação da política externa do Brasil. Após o estabelecimento do Estado Novo, figuras-chave do governo Vargas garantiram a Washington que o país não se aproximaria das potências do Eixo e não se afastaria dos Estados Unidos. Pelo contrário, o Brasil pretendia continuar a desenvolver laços comerciais com os Estados Unidos, bem como com as potências do Eixo. Acreditando compreender bem o novo regime do Brasil, o Departamento de Estado dos Estados Unidos deixou de lado as preocupações com a orientação pró-nazista dos principais líderes do Exército Brasileiro.

Enquanto tentava acalmar os americanos, Vargas também agia depressa para consolidar seu poder. Em seu discurso à nação em 10 de novembro, a maior parte de sua justificativa para a criação do Estado Novo centrou-se na ameaça de um golpe comunista no Brasil. Conhecido como o Plano Cohen (seu nome, um testemunho do antissemitismo latente na estrutura de poder do país), a ameaça foi exagerada pelos militares, que forjaram vários documentos para reforçar essa avaliação. Na realidade, após a fracassada Intentona Comunista de 1935 e a prisão dos principais conspiradores, os comunistas não estavam em posição de armar um segundo golpe. Em vez disso, a nova Constituição autoritária de Vargas era uma resposta a uma ameaça diferente e mais preocupante — vinda não da extrema esquerda, mas da extrema direita.

Embora no passado os conservadores tivessem ferrenhamente apoiado Vargas e seu regime, eles agora se revelaram seus adversários mais perigosos. Vargas precisaria agir com rapidez se quisesse evitar o mesmo tipo de golpe que o alçara ao poder. Menos

de um mês depois do estabelecimento do Estado Novo, ele assinou um decreto dissolvendo todos os partidos políticos. Incluído nessa lista estava o partido fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujos membros eram mais conhecidos como “camisas-verdes”. Vargas tinha procurado o apoio desse grupo em suas campanhas anteriores, mas, com a proibição de todos os partidos políticos no Estado Novo, voltou-se contra eles.

Como seria de se esperar, a liderança dos integralistas se sentiu traída e cuidadosamente conspirou para se vingar do antigo aliado. Entre os partidários dos integralistas estavam vários membros proeminentes das forças armadas, sobretudo da Marinha, onde eram particularmente fortes. Eles também mantinham ligações com a Itália fascista e a Alemanha nazista, e seus líderes estavam em contato direto com os nazistas — em busca de ajuda para tirar Vargas do poder.

Em uma noite amena, em maio de 1938, os integralistas entraram em ação contra o presidente e sua família. O drama subsequente, que se desenrolou no lindo jardim do palácio presidencial acabaria sendo importante não apenas para o Brasil como nação, mas também para as relações do país com os Estados Unidos e para a atitude brasileira diante da própria guerra mundial que se aproximava a passos largos. De fato, dados os vínculos que a liderança dos integralistas desfrutava com a Alemanha e a Itália, os eventos ocorridos no palácio presidencial naquela noite não podiam nunca ter sido confinados à política interna brasileira. As apostas em jogo não poderiam ter sido mais altas.

* Sempre que possível, os trechos de documentos brasileiros foram extraídos de suas respectivas fontes originais, tais como discursos, decretos de lei etc. (N. da E.)

PARTE UM:
PRELÚDIO À GUERRA

A CHAVE

ALZIRA VARGAS DO Amaral Peixoto possuía uma beleza natural e uma vitalidade tão forte que exercia uma poderosa atração sexual sobre quase todos os homens que conhecia. Assim como o pai, não era alta, mas as maçãs do rosto bem esculpidas, o topete elegante, os lábios carnudos e sensuais e os olhos escuros penetrantes mais do que compensavam a falta de altura. Era o sorriso de Alzira, no entanto, que desarmava a maioria dos homens. Ele vinha dos olhos e da boca, iluminando ambientes e animando até os militares e políticos mais sérios — os do Brasil e aqueles provenientes de locais distantes de suas praias ensolaradas. Quando estava de bom humor, Getúlio Vargas, presidente do Brasil, irradiava de volta para ela aquele olhar de alegria absoluta que os pais reservam ao filho favorito.

Alzira era caseira por natureza e, portanto, a anfitriã política perfeita. Ela acrescentava um toque pessoal especial às recepções oficiais realizadas nos palácios e retiros presidenciais. Tanto os amigos quanto os inimigos de seu pai percebiam que era calma, esperta em questões jurídicas (foi a primeira da turma na faculdade de direito) e politicamente calculista. Quando Vargas realizava reuniões pessoais, sobretudo as reservadas, Alzira sentava-se de maneira calma à mesa, observando com atenção o convidado. Seu objetivo era avaliar as tendências gerais e a direção da conversa para calibrar o resultado e as implicações para o *papai*. Ao final de cada reunião, ela acompanhava o convidado, “aparava as arestas”

da impressão que o pai havia deixado e depois voltava para contar-lhe tudo em detalhes.¹

Extraoficialmente, Alzira servia como antena, conselheira, crítica, secretária, anfitriã, guarda-costas e enfermeira do pai. Ela também sabia manejar bem um revólver.² Anos de prática na fazenda da família, no Rio Grande do Sul, fizeram com que ela não tivesse medo de empunhar uma arma e fazer bom uso dela. Na noite de 10 de maio de 1938, sua perícia seria testada para valer.

A noite começou como de costume para Alzira e o pai. Estavam juntos, como costumavam ficar, na residência oficial do presidente, o Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. O calor sufocante dos meses mais quentes do verão — janeiro e fevereiro — passara havia muito tempo, mas às dez horas da noite o clima ainda estava agradável o suficiente para que as janelas do andar de cima do palácio ficassem entreabertas. O presidente trabalhava sozinho em seu pequeno gabinete no primeiro andar. Era para ser uma noite tranquila para ele, que planejava o futuro econômico e político do Brasil usando lápis de várias cores para diferentes temas relacionados aos seus muitos projetos ambiciosos para o desenvolvimento do país.³

Um dos principais objetivos da estratégia de Vargas era posicionar o Brasil cuidadosamente no sistema internacional, a fim de maximizar seus ganhos econômicos e militares. O país obtinha tais ganhos sobretudo com o comércio: de um lado, com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha e, do outro, com a Alemanha nazista. Vargas queria usar o comércio com esses países para ajudar a modernizar setores importantes da economia — de modo a diminuir a dependência do Brasil em relação às importações e aumentar sua capacidade de exportar os próprios bens e recursos.

Vargas não era um visionário, porém acreditava que o trabalho duro e a disciplina política permitiriam que o Brasil se transformasse. Além disso, se a guerra europeia que Roosevelt lhe dissera ser inevitável se concretizasse, Vargas estava pronto para tirar o melhor proveito dela e maximizar os ganhos brasileiros. Assim, ele

espelhava com perfeição a avaliação do Foreign Office, o Ministério das Relações Exteriores britânico. Admiradores de longa data de Vargas, os representantes do Foreign Office o descreviam como “valente, orador persuasivo e um gênio na arte das manobras políticas”, um “homenzinho surpreendente”, que “tem orientado a política brasileira com extrema prudência”.⁴ John Dulles, o biógrafo americano de Vargas, expressou essa ideia em outras palavras: “Ele é um homem calmo em uma terra de pessoas impulsivas, uma pessoa disciplinada em uma terra de indisciplinados, uma pessoa prudente na terra de imprudentes, uma pessoa controlada na terra de esbanjadores, uma pessoa calada na terra de papagaios.”⁵

Nessa noite, Vargas escolheu fazer uma pausa para refletir sobre o progresso do Brasil enquanto outros membros de seu governo celebravam. A nova Constituição brasileira, que instaurou o Estado Novo, comemorava seis meses de existência e, do outro lado da cidade, ministros e figurões locais celebravam a data ouvindo Francisco Campos, o autor da Constituição, fazer um pronunciamento à nação do antigo prédio do Senado. O tema central do discurso era a paz política e a tranquilidade que o país poderia esperar agora que os planos para a realização de eleições presidenciais tinham sido colocados em compasso de espera. Vargas tornara-se um líder autoritário, com uma agenda de unificação do Brasil e de fortalecimento do governo central em detrimento dos governos regionais que haviam dominado o país por décadas. Era uma grande aposta, mas Vargas contava com o apoio tácito dos Estados Unidos, que tinham interesse em ver no Brasil um líder forte capaz de tomar providências contra os interesses alemães e italianos no país.

Após a transmissão do discurso pelo rádio, várias das figuras mais importantes do Estado Novo se juntaram e foram para a residência de Campos, onde beberam champanhe e colocaram em dia as fofocas locais e diplomáticas. O presidente tinha sido convidado para participar da reunião, porém, como de costume, escolheu evitar esse tipo de encontro, preferindo a companhia da família e dos

amigos mais próximos. Para Vargas, as horas seguintes ao jantar eram as mais produtivas pela oportunidade que tinha de olhar os documentos, acender um grande charuto e refletir sobre as notícias nacionais e internacionais. Ele também costumava organizar um jogo de pôquer privado em seu gabinete. Na noite de 10 de maio, exausto depois de um dia cheio de reuniões, ele se retirou cedo e foi para o quarto.⁶ “Boa noite, até amanhã”, murmurou para Alzira antes de lhe dar um beijo no rosto. A última tarefa realizada por Vargas antes de dormir era atualizar seu diário. Ele não era um grande escritor de diários — suas anotações eram feitas em um estilo banal —, mas levava a tarefa a sério, registrando fielmente seus pensamentos triviais diários e detalhes de tudo o que ocorrera nas reuniões importantes.

A tranquilidade reinava no palácio, que, apesar de sua localização central no Rio de Janeiro, ficava afastado da rua e era cercado por árvores nas laterais e nos fundos. Vargas gostava de trabalhar em um pequeno gabinete no andar de cima, onde sua papelada era disposta com esmero na mesa e onde não havia quase nenhum ruído exterior ou distrações.⁷ Era por essa razão que ele gostava de passar o máximo de tempo possível no Palácio Guanabara, em vez de no gabinete oficial da Presidência, o Palácio do Catete, que servira como palácio presidencial do Brasil desde 1894. Apesar de relativamente modestos em tamanho, os cômodos do Palácio Guanabara continham uma seleção do que havia de melhor na arte da cidade, e seus jardins grandes, isolados e bem projetados forneciam o lugar perfeito para Vargas caminhar e meditar sobre questões importantes. Muitas das decisões mais significativas da história brasileira, como a resolução de participar da Primeira Guerra Mundial (o Brasil acabou se juntando aos opositores das Potências Centrais), foram tomadas no salão de baile do palácio, comprido e majestoso, que também servia de sala de reunião para o gabinete. O presidente Vargas considerava o Palácio do Catete seu escritório, e o Palácio Guanabara, sua residência. Ele preferia usar o Palácio do Catete pela manhã e, à noite, o Guanabara.

Na noite de 10 de maio, havia pouca atividade fora dos portões do Palácio Guanabara, e apenas um punhado de guardas, secretárias e empregados domésticos se encontrava no interior do prédio. Era uma noite tipicamente serena. Vargas estava se preparando para deitar quando, de repente, um barulho quebrou o silêncio.

“O que foi isso?”, gritou Alzira. Seu primeiro instinto foi achar que a arma de um dos guardas havia disparado por acidente.⁸ Depois de alguns minutos, houve um segundo ruído, dessa vez acompanhado pelo som de um ricochete e de gesso caindo. Alzira percebeu que o palácio estava sendo atacado, mas não tinha certeza de por quem. “Onde está papai?”, gritou ela para o secretário particular de Vargas. Em pouco tempo, o presidente estava na sala com Alzira, de pijama e brandindo um revólver. Assim que ele apareceu, a luz foi cortada, mergulhando tanto o palácio quanto seus jardins na escuridão.

Os golpistas tinham conseguido surpreender a todos. Os tiros aumentavam em frequência e precisão enquanto os ocupantes do palácio corriam para todos os lados em busca de armas.⁹ Alzira calculou que os invasores estavam no portão dianteiro, mas ainda não tinham entrado nos jardins. Ela falou de forma rápida e nervosa para o pai:

— Papai — implorou —, precisamos tirá-lo daqui e pedir ajuda.

No que Vargas respondeu:

— Eu não vou a lugar algum, mas veja se os telefones estão funcionando, ligue para todo mundo e diga a eles que o presidente da República foi feito prisioneiro no palácio.¹⁰

Alzira verificou o telefone no gabinete presidencial. Para sua grande surpresa, ele ainda funcionava. Ela gritou para o pai:

— Os telefones não foram cortados. Para quem devo ligar?

— Para todos que conhecemos — respondeu Vargas.¹¹

Alzira fez uma lista dos nomes de cabeça. Enquanto dava o primeiro telefonema, o tiroteio se intensificou.

— Ao menos sente-se e não haja como um alvo, andando em frente à janela — instruiu ela.¹² Enquanto balas continuavam a voar

para dentro do palácio, Alzira telefonou para o chefe de polícia e para o chefe do Estado-Maior do Exército. Ambos prometeram ajudar, mas primeiro precisavam reunir suas forças.

Logo ficou claro para Alzira e seu pai que o ataque ao Palácio Guanabara não era um incidente isolado. Os conspiradores tinham cercado as casas das principais figuras do regime Vargas.¹³ Eles haviam atacado as residências do chefe de polícia e do chefe do Estado-Maior do Exército, assim como as de dois generais graduados. Outros grupos de conspiradores haviam tomado o controle de duas estações de rádio e do ministério da Marinha.¹⁴

Milagrosamente, a linha telefônica do palácio permanecia operante, e Alzira continuou a pedir ajuda. Quando conseguiu falar com o irmão Lutero, gritou para ele "ir buscar ajuda e voltar logo ou morreremos todos".¹⁵ Os invasores, ela sentia, se preparavam para o ataque final ao palácio. Alzira ouviu o som de pistolas sendo disparadas de dentro do prédio: o presidente e sua equipe revidavam os tiros na direção do portão principal.¹⁶

Um carro da Presidência chegou de repente freando na entrada do palácio; ele transportava o irmão mais novo de Getúlio, Benjamim, que logo foi despachado para obter reforços. Enquanto seu carro acelerava deixando os jardins do palácio, os conspiradores dispararam contra ele, que conseguiu fugir e se dirigiu a toda velocidade ao Centro da cidade.

Fora do palácio, os líderes da tentativa de golpe enfrentavam seus próprios problemas. A maioria dos voluntários com os quais eles contavam naquela noite não tinha aparecido no ponto de encontro, na Zona Sul da cidade. Mais tarde, soube-se que muitos dos homens que não apareceram para lutar tinham ficado em casa, acreditando que, como um dos conspiradores mais tarde declarou, "o golpe fracassara antes mesmo de começar".¹⁷ Os 45 homens que cumpriram a promessa se reuniram no quartel-general dos golpistas na avenida Niemeyer, 550, onde nove deles foram considerados velhos demais para o combate e enviados de volta para casa.¹⁸ O

restante tinha pouca experiência em combate ou treinamento com armas de fogo, e a aula de última hora com os fuzis que receberam pouco contribuiu para inspirar confiança. Para piorar a situação, os conspiradores vestiam uniformes da Marinha, mas, devido à falta de coturnos, usavam os próprios sapatos e meias civis. Um lenço branco, adornado com letras verdes e o lema *Avante*, completava o uniforme.

Quando chegaram aos portões do palácio, os insurgentes foram percebidos de imediato por causa dos uniformes.¹⁹ Eles trocaram tiros com os guardas do palácio, mas o elemento surpresa — e um traidor entre os guardas — permitiu que os invasores a princípio dominassem os defensores, matando um deles e trancafiando os outros.²⁰ Em seguida, muitos dos conspiradores se esconderam nos jardins. Em vez de seguirem seu lema, *Avante*, eles se contentaram em disparar tiros ocasionais e esperar para ver.²¹ Na verdade, a maioria dos insurgentes estava aterrorizada com os eventos da noite e esperava fugir para casa quando chegasse a hora certa. Para piorar tudo, os insurgentes mal treinados encontravam-se também lamentavelmente mal equipados. Os dois caminhões que os levaram ao palácio partiram logo após deixá-los. Na pressa para fugir do local, os motoristas foram embora sem descarregar as metralhadoras pesadas e as bombas caseiras dos conspiradores, de modo que os homens foram confrontados com a perspectiva de preparar um ataque ao palácio apenas com armas leves e uma única metralhadora leve. A maioria dos invasores, aliás, parecia pouco interessada em fazer uso da única metralhadora; por isso foi deixada para o líder no local, tenente Severo Fournier, a tarefa de tomar conta da arma. Este disse aos conspiradores: “Atirem no escritório no andar de cima, onde com certeza Vargas está escondido. Não esmoreçam.” Ele disparou uma rápida rajada de metralhadora, tanto para inspirar seus homens como para intimidar as pessoas no interior do prédio.

No mesmo instante em que Alzira Vargas freneticamente pedia ajuda e reforços, Fournier despachava um homem para fazer o mesmo em nome dos insurgentes e para verificar o progresso do golpe na cidade e no resto do país. “Descubra quem controla o rádio e a polícia e verifique onde está a força designada para sequestrar o presidente”, instruiu Fournier. Por precaução, acrescentou: “Retorne apenas quando tiver reforços e armas.” No fundo, o tenente sabia que nunca mais veria o mensageiro de novo: o homem simplesmente fugiu, voltando para casa.²²

O ataque ao palácio chegara a um impasse, com os dois lados esperando notícias e reforços. Dentro do prédio, Alzira se desesperava. Ela suspeitava que os invasores queriam matar seu pai e não conseguia fazer contato com a maioria das figuras mais importantes do Estado Novo, que enfrentavam seus próprios problemas e intrigas.²³ Parecia cada vez mais provável que os reforços prometidos não chegassem a tempo.

De repente, Alzira teve uma ideia: “Papai, por que não tentamos o túnel que liga o palácio às dependências do Fluminense?” O túnel secreto passava por baixo dos jardins do palácio e desembocava no estádio do clube, onde Alzira supunha que os reforços esperados estivessem a postos — talvez até já tivessem entrado por lá e se aproximassem do prédio.

Vargas aprovou o plano, mas logo descobriu que a porta para o túnel estava trancada. O presidente mandou que encontrassem a chave e tentou acalmar a todos. “Vamos sentar e esperar”, ordenou Vargas antes de voltar para seu gabinete. “Alzira, diga ao chefe de polícia para pegar seus homens e tentar chegar ao túnel pelo lado do estádio.”

Vargas andava pelo gabinete de um lado para o outro com o revólver na mão, cada vez mais agitado. Sua vida corria perigo, uma força de resgate ainda não havia chegado e ele teria no dia seguinte uma manhã repleta de compromissos oficiais e reuniões; ele queria dormir.²⁴ Como ocorre na maioria dos golpes, era muito difícil obter

informações confiáveis, e ainda mais difícil saber quem estava envolvido na conspiração. Com o corte de energia no palácio, nem Alzira nem o pai ouviram a transmissão feita pelos insurgentes na estação de rádio tomada por eles, que dava notícias sobre o golpe.²⁵ Ainda assim, Vargas sabia qual grupo político estava por trás daquilo.

Uma das grandes qualidades de Vargas talvez fosse sua astúcia em avaliar a força de seus inimigos políticos, e havia muitos deles. À esquerda do espectro político estavam os comunistas; à direita, os fascistas camisas-verdes — os integralistas —, que eram membros da Ação Integralista Brasileira. Ele também sofria uma oposição substancial vinda de dentro das fileiras de seu próprio governo. Todos os ministros e governadores locais precisavam ser observados com cuidado, e Vargas muitas vezes tinha que lançar mão de toda a sua habilidade política para sufocar motins, conflitos de personalidade e disputas ideológicas que poderiam rachar seu governo. Agora, preso em seu gabinete, com seu mandato e sua vida em risco, o presidente teve frieza suficiente para entender quem estava por trás do ataque. “Os integralistas vão pagar por isso”, informou à filha em um tom seco.

Dados os acontecimentos dos últimos meses, não foi difícil para o presidente chegar a tal conclusão. Desde que o Estado Novo banira todos os partidos políticos uns seis meses antes, os ex-aliados fascistas de Vargas ansiavam por vingança. Isso Vargas poderia ter antecipado — no entanto, ele não havia percebido o grau de sucesso dos conspiradores em obter apoio dentro das forças armadas brasileiras, sobretudo da Marinha. Simpatizantes entre os militares tinham desempenhado um papel fundamental ajudando a organizar e a equipar os insurgentes que agora cercavam o Palácio Guanabara e ameaçavam derrubar o jovem Estado Novo.

Alzira deu pouca atenção ao pai; estava mais preocupada em organizar a possível fuga dele pelo túnel até o estádio de futebol. Com a chave ainda desaparecida, as pessoas presas no palácio pensaram em arrombar a porta, mas essa não teria sido uma tarefa

fácil já que ela era feita de madeira maciça e tinha dobradiças antigas muito fortes. Por um momento, o grupo cogitou atirar na fechadura, mas rejeitou a ideia tão rápido quanto a concebeu. Nenhuma das armas no palácio era de calibre grande o suficiente, e o som dos disparos poderia alertar os invasores do lado de fora sobre a existência de um túnel. Por enquanto, o impasse perdurava.

A falta de informações sobre a situação no resto da cidade ainda era uma grande fonte de aflição para Alzira. Havia rumores no palácio de que os insurgentes tinham tomado o controle de estações de rádio importantes de todo o país e transmitiam mensagens contra o Estado Novo. Alzira também fora informada de que havia um traidor na guarda presidencial e que ao menos um dos guardas leais tinha sido morto. Tais notícias aumentaram a tensão no palácio.

De repente, um tiroteio prolongado irrompeu das imediações do portão dianteiro. Contudo, dessa vez os disparos não eram dirigidos ao prédio. Os reforços enfim tinham chegado, embora não fossem do tipo que Alzira e seu pai esperavam.

Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, tivera sorte. No último instante, os conspiradores designados para detê-lo e levá-lo a um local seguro no Centro da cidade tinham perdido a coragem, deixando de cercar seu domicílio no bairro e poupando-o do destino que se abatera sobre outras lideranças do Estado Novo. Após uma ligação urgente do palácio para a sua casa à uma da manhã, Dutra partira a pé para convocar reforços, passando por um bar dentro do qual havia uma dúzia de conspiradores sem líder bebendo. Ao enfim chegar ao forte do Leme, Dutra encontrara uma dúzia de soldados e os trouxera para o palácio em um único caminhão.²⁶ Os homens foram recebidos no portão com uma rajada de tiros dos insurgentes que cercavam o edifício. Durante o primeiro fogo cruzado, dois dos homens de Dutra foram feridos e uma bala atingiu de raspão a orelha do ministro. Em vez de enfrentar os invasores em um tiroteio prolongado, Dutra pareceu perder a coragem e pediu instruções a Alzira sobre como proceder.²⁷ Quando nenhum conselho foi

apresentado, Dutra saiu em disparada em uma motocicleta com carro lateral para buscar mais reforços.

Apesar de não ser exatamente a salvação que Vargas e Alzira esperavam, a intervenção de Dutra teve um efeito salutar. A presença de seu pequeno contingente de soldados fez com que a maioria dos invasores abandonasse suas posições ao redor do portão dianteiro e fugisse para os bosques que cercavam o palácio. O próprio Dutra, nesse ínterim, chegou ao quartel da polícia e encontrou outros membros do Estado Novo tentando organizar um grupo da polícia de elite (PE) para ir ao palácio — o que se mostrava bastante difícil, pois os comandantes tinham dado folga para a maior parte da força por causa da comemoração de seis meses do governo. Por fim, a pedido de Dutra, o chefe de polícia despachou um único caminhão de policiais vestidos em trajes civis para se juntar à luta no palácio.

Lá, o perigo ainda era grande. Embora tivessem expulsado muitos invasores para o mato, o primeiro grupo de soldados não conseguira capturar ou matar sequer um deles, muito menos libertar as pessoas presas dentro do prédio. A situação ainda era considerada arriscada demais para Vargas tentar sair pelo portão da frente, de modo que o túnel e a porta trancada eram os únicos focos de atenção para aqueles que tentavam salvar o presidente. Os policiais chegaram ao estádio seguindo as ordens de Dutra e entraram no túnel, encaminhando-se até a porta trancada sob o Palácio Guanabara. Estavam próximos o suficiente para se comunicarem com as pessoas do outro lado da porta, no palácio, e, juntos, os dois grupos arquitetaram um plano para explodi-la. Felizmente, talvez, para os que estavam dos dois lados da porta, esse plano desesperado foi abandonado na última hora.

Logo quando o relógio do gabinete do presidente estava prestes a marcar cinco horas da manhã, o secretário de Getúlio localizou um porteiro que tinha a chave. A porta foi aberta, e a polícia e outras autoridades invadiram o prédio, acabando com o cerco. Alzira informou ao pai: “A polícia está aqui e tudo acabou, mas ainda há

muito a ser feito para salvaguardar os jardins do palácio e a cidade.” Na verdade, porém, a chegada da polícia fez com que muitos dos milicianos que estavam no portão da frente e nos jardins do palácio abandonassem suas posições. A maioria simplesmente tirou o uniforme, que usava por cima de suas roupas civis, e tentou voltar sorrateiramente à Zona Sul da cidade. Grande parte dos insurgentes foi logo detida enquanto deixava o palácio ou atravessava a avenida que levava à Zona Sul. No Palácio Guanabara, a polícia retirou os corpos de sete invasores mortos no tiroteio. Quando a notícia sobre o fracasso do golpe ao palácio se espalhou, os conspiradores que haviam tomado as emissoras de rádio e as residências dos líderes do Estado Novo se misturaram às multidões.²⁸ Às sete horas, a revolta acabara, a não ser pelo som de tiros esporádicos quando a polícia encontrava insurgentes isolados ou pequenos grupos de combatentes que ainda não tinham ouvido as notícias sobre o fracasso total do golpe.²⁹

Após a libertação do palácio, o clima tenso do cerco deu lugar a um ambiente festivo, enquanto as principais figuras do Estado Novo trocavam histórias sobre o que acontecera naquela noite do lado de fora de seus gabinetes e casas. Alzira observou, porém, que, embora todos estivessem de bom humor, seu pai “falava pouco e parecia introspectivo”. Ele já planejava sua resposta ao golpe e aos conspiradores.

As reações ao drama da noite foram rápidas e variadas. O golpe fora tão amador que alguns críticos de Vargas afirmaram que tinha sido encenado pelo presidente e por seus partidários na tentativa de justificar o estabelecimento do Estado Novo autoritário.³⁰ No entanto, eventos subsequentes revelaram a extensão da trama e quem estava por trás de seu planejamento e execução. Quanto ao *modus operandi* típico de Vargas, um amigo e conselheiro comentou com o embaixador britânico no Rio de Janeiro: “O sr. Vargas não gosta de recorrer ao derramamento de sangue quando elimina seus inimigos. Ele prefere conquistá-los pela persuasão — ou colocar uma

casca de banana com tanta habilidade que eles acabem quebrando o próprio pescoço. Isso exige muita paciência.”³¹

Mais tarde, naquela mesma manhã, enquanto a polícia ainda prendia o restante dos invasores escondidos nos jardins do palácio, o presidente Vargas fez sua caminhada habitual até o gabinete presidencial no Palácio do Catete, acompanhado — como de costume — por um único ajudante.³² Ele estava preparado para tomar qualquer medida draconiana necessária para assegurar que os conspiradores fossem identificados e levados à justiça. A investigação inicial sobre a revolta foi realizada cirúrgica e rapidamente, duas palavras que em geral não eram associadas às autoridades brasileiras da época.

Enquanto ele se preparava para revidar o ataque de seus pretensos assassinos, Alzira e Benjamim tentavam reestruturar o esquema de segurança do presidente. Os familiares de Vargas, sobretudo Alzira, tinham dificuldade em entender como poderia ter demorado tanto para os reforços chegarem ao palácio. Eles especularam que muitos seguranças tinham esperado para ver que lado prevaleceria, e essa ambivalência deixara o presidente isolado e vulnerável. Além disso, embora Dutra tivesse enfim cumprido seu dever, Alzira notara sua hesitação inicial para atacar com vigor os conspiradores durante a tentativa de golpe. Mais tarde, ela sugeriu que Dutra hesitara porque também tinha pensado em se unir aos integralistas.³³ Seu pai foi menos crítico e escreveu no diário que “o ministro da Guerra [foi] o único integrante eminente do governo que arriscou a própria vida para me salvar durante o ataque. Os outros fugiram para se protegerem em primeiro lugar”.³⁴

Após a tentativa de golpe, Benjamim decidiu que o presidente precisava de uma equipe de segurança pessoal que se reportasse diretamente a ele. Os guardas deveriam ser recrutados entre os gaúchos de São Borja, homens com quem Benjamim já servira no Exército e cuja lealdade ele poderia atestar. “Eles serão fiéis a você”, assegurou ele ao irmão, “guardarão o palácio enquanto você dorme

ou trabalha e o acompanharão aonde quer que você vá.”³⁵ Os homens andavam fortemente armados e — Alzira jurou — “não confiariam em ninguém”, como era o costume em sua região. Esses vaqueiros eram durões, desprezavam as sutilezas da vida urbana, mais ainda o protocolo presidencial, mas receberam algum treinamento e ternos para vestir. A nomeação deles como guarda-costas presidenciais se mostrou uma catástrofe para o presidente dezesseis anos mais tarde, porém, logo após a revolta, eles sem dúvida trouxeram conforto para ele e para o resto da família presidencial abalada.

No entanto, sua equipe de segurança reforçada não protegeria Vargas de futuros desafios políticos — sobretudo daqueles que, como essa revolta, tinham se originado parcialmente no interior de seu regime. Enquanto ele agora voltava sua atenção para se certificar de que o golpe não se repetiria, sua filha mantinha vigilância rigorosa sobre qualquer ministro que ela acreditava representar uma ameaça interna ao pai. Esse zelo conferiria a Alzira, em seu devido tempo, o apelido de “o olho direito de Vargas”.³⁶

O OLHO ESQUERDO DE VARGAS

O PRESIDENTE VARGAS estava ansioso para voltar ao ritmo de trabalho normal após o levante. Queria, principalmente, evitar qualquer demonstração de fraqueza ou instabilidade, fosse em nível nacional ou internacional, e tomou cuidado para projetar uma imagem de calma e força, apesar de sua provação recente. “O país está absolutamente tranquilo, e o presidente da República continua a receber o apoio de todas as forças organizadas da nação”, proclamou o Ministério das Relações Exteriores brasileiro no dia seguinte à tentativa de golpe de Estado.¹ Um comunicado enviado ao corpo diplomático estrangeiro sediado no Rio de Janeiro vangloriou-se de “centenas de prisões” e afirmou que os culpados seriam julgados com rapidez e de forma justa.

Em 18 de maio de 1938, foi promulgado o decreto presidencial nº 431 como resultado direto da insurreição.² Ele impunha a pena de morte a qualquer condenado por atacar o presidente ou cercear sua liberdade. “A nova lei não será usada de forma retroativa contra os conspiradores de 11 de maio”, informou Getúlio Vargas aos presentes.³ Na verdade, não havia qualquer disposição de usar a pena de morte, mas o presidente esperava que o decreto-lei pudesse servir “para inibir conspirações futuras”. A norma também permitia ao governo demitir funcionários civis ou militares por razões que fossem de interesse público — conforme definidas pelo regime — por um período indefinido.⁴

No Rio de Janeiro, policiais graduados ansiosos por compensar sua participação pífia em 11 de maio agiram depressa contra aqueles

que suspeitavam ter qualquer envolvimento na trama. Antes que a polícia tivesse terminado de prender os suspeitos de praxe, a investigação teve um grande avanço quando policiais localizaram um carro usado por Severo Fournier, o líder desafortunado do ataque ao Palácio Guanabara. A polícia encontrou no veículo planos detalhados para a ação, incluindo muitos nomes de insurgentes envolvidos. Tais planos confirmaram a intuição de Alzira com relação à tentativa de golpe; os conspiradores planejavam sequestrar, ou matar, seu pai e vários outros integrantes do regime. Embora os planos encontrados no carro de Fournier tenham provado que os integralistas estavam por trás da trama, eles também revelaram que alguns militares não integralistas descontentes, como Fournier, tiveram participação na tentativa de golpe. Os documentos também revelaram a extensão do papel da Marinha brasileira na conspiração. Em poucos dias, a polícia tinha prendido cerca de 1.500 pessoas, entre civis e militares, a maioria da Marinha.⁵

No final do cerco ao Palácio Guanabara em 11 de maio, Fournier tinha ido embora discretamente, evitando ser capturado. Refugiou-se com amigos na cidade, mas sua foto foi publicada em todos os jornais, e uma recompensa considerável foi oferecida com o intuito de obter informações que levassem à sua prisão.⁶ Seus amigos ficavam cada vez mais ansiosos à medida que o tempo passava e eles ainda o escondiam. Por fim, arquitetaram um plano.

— Podemos levar você para a embaixada italiana, e depois você se vira sozinho — informou um dos homens.

— Lá, você pode pedir asilo político — acrescentou outro.

Como o governo italiano apoiara tacitamente os integralistas antes do golpe, havia uma chance — embora pequena — de que agora daria abrigo a um dos líderes dos insurgentes.

Foi uma aposta desesperada, mas Fournier sentia a mesma pressão que seus amigos. Ele ouvira relatos de que a polícia estava torturando pessoas detidas durante as buscas após o 11 de maio, e a perspectiva de compartilhar o destino delas — combinada com a

falta de qualquer alternativa viável — o levou a concordar com o plano.⁷

Em 25 de junho de 1938, um carro velho se arrastou devagar pelas ruas do Centro, morrendo de vez em quando e fazendo o que podia para não atrair a atenção da polícia. Tanto o motorista quanto o passageiro usavam uniformes militares; as lapelas em seus ombros indicavam que tinham a patente de capitão. Os oficiais tentavam não demonstrar ansiedade, fosse com relação um ao outro ou aos pedestres que passavam quando o carro parava nos cruzamentos das ruas. “A polícia está por todo lado”, informou o motorista ao passageiro, que podia ver perfeitamente bem por si mesmo.

Na verdade, a presença da polícia no Centro não era maior do que a habitual. A grande operação policial para capturar os membros da revolta de 11 de maio fora reduzida havia muito, e a maioria dos detidos já tinha sido acusada e julgada. Vargas acelerara o processo judicial do Brasil, em geral moroso; sob novos poderes extraordinários, os acusados do levante de 11 de maio tiveram apenas cinco minutos para preparar sua defesa, e as decisões e sentenças foram proferidas em trinta minutos por juízes sobrecarregados e cada vez mais mal-humorados.⁸ Em 25 de junho, a polícia do Centro do Rio de Janeiro estava mais interessada em flagrar infrações de trânsito e reprimir a taxa crescente de criminalidade na cidade do que em procurar insurgentes que talvez ainda estivessem em liberdade. No entanto, o motorista suava em bicas e optava pelas ruas secundárias sempre que possível, evitando as longas avenidas arborizadas repletas de guardas de trânsito.

Na escuridão do porta-malas, encontrava-se Severo Fournier. Quando o veículo se aproximou da embaixada italiana, o motorista se recusou a parar, passando direto pelos policiais que estavam de guarda e entrando nas dependências da embaixada.⁹ Lá, os homens retiraram Fournier da mala do carro e voltaram a passar pelos guardas, batendo continência para eles no caminho. Não demoraram mais de vinte minutos para se livrar de sua explosiva carga humana.

O embaixador Lojacono sentiu algo parecido com um ataque de pânico quando sua secretária interrompeu calmamente a reunião e sussurrou ao seu ouvido: “Severo Fournier está no terreno da embaixada e deseja pedir asilo político.”¹⁰ Depois que se acalmou, o embaixador enviou um telegrama para Roma e esperou ansiosamente por instruções. Como a notícia da chegada de Fournier à embaixada se espalhou depressa pela cidade, Eurico Gaspar Dutra, o ministro da Guerra brasileiro, enviou dois militares de alta patente para negociar com Lojacono. Os oficiais relataram a Dutra: “Lojacono foi teimoso e arrogante e relutou em entregar Fournier e, assim, violar o princípio do asilo político.” Dutra mal conseguiu conter a raiva.

Depois de muitas manobras diplomáticas, pressões e ameaças por parte do governo brasileiro — além da intervenção pessoal do pai de Fournier e do ministro das Relações Exteriores italiano, Galeazzo Ciano —, o líder da revolta acabou sendo convencido a deixar a embaixada em 7 de julho. Foi-lhe dada a opção de ser preso pela polícia militar ou civil; ele escolheu a militar na esperança de receber um tratamento melhor.¹¹ Fournier foi condenado e recebeu uma longa sentença, porém escapou da pena de morte.¹² Sua detenção e condenação acabaram oficialmente com a tentativa de golpe, que ficou conhecida no Brasil como a “revolução dos covardes”.¹³

A expulsão gradual de Fournier da embaixada deveria sinalizar uma renovação da amizade entre brasileiros e italianos, que passava por uma fase tensa antes mesmo dos acontecimentos de 25 de junho, quando o Brasil congelara os fundos italianos no país. Embora o dilema Fournier tenha sido uma fonte potencial de deterioração ainda maior das relações entre as duas nações, o caso, em última análise, serviu para reconciliá-las. Fournier foi incentivado a escrever uma carta em que agradecia a Lojacono por sua hospitalidade e afirmava explicitamente que deixaria a embaixada por livre e espontânea vontade. Por sua parte, foi solicitado a Lojacono que escrevesse uma carta pessoal a Dutra expressando seus mais

sinceros agradecimentos por este ter compreendido o dilema moral em que o embaixador italiano se encontrou ao receber o pedido de asilo político. Depois, Lojacono foi chamado de volta a Roma como recompensa pelos seus esforços.

Todo esse drama político interno teve implicações importantes para o futuro da política externa brasileira. Logo se descobriria que uma das pessoas envolvidas na ida de Fournier às escondidas para a embaixada foi um certo capitão Manuel Aranha, irmão de Oswaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores do Brasil. Dutra quis logo demitir Manuel Aranha — bem como seus cúmplices no incidente da embaixada — do Exército sem uma audiência. “Use os novos poderes que lhe foram atribuídos pelo decreto-lei para demitir os oficiais imediatamente”, solicitou Dutra ao presidente.

Contudo, Vargas hesitou, como sempre fazia em disputas envolvendo Aranha, seu aliado político mais antigo e mais próximo. Mais tarde, um Dutra ofendido pediu demissão por causa da questão e só voltou atrás quando o presidente cedeu à sua demanda e demitiu Manuel e os outros militares culpados. Essa decisão, por sua vez, fez com que Oswaldo Aranha renunciasse, e, por um tempo, pareceu que Vargas não conseguiria manter os dois ministros no gabinete. Oswaldo disse a Vargas que ele agira de forma precipitada ao afastar seu irmão, que o presidente não entendera todos os fatos do caso e devia, no mínimo, por consideração a Oswaldo, conceder a Manuel uma audiência particular.¹⁴

O presidente, Alzira observou, “estava entre a cruz e a caldeirinha”. Vargas comentou sobre o caso em seu diário em 26 de junho de 1938, o dia seguinte ao incidente da embaixada: “Fui chamado com urgência para lidar com uma crise (...) O mais grave é que o ministro da Guerra, minha principal fonte de apoio [na tentativa de golpe no Palácio Guanabara], quer renunciar. Dormi com a sensação de que este pode ser o início do colapso do novo regime.”¹⁵

A família Aranha manteve firme sua posição, e o presidente Vargas se sentiu cada vez mais frustrado com o impasse ao longo da

primeira semana de julho. Ao mesmo tempo, ele enfrentava uma crise em sua relação com a Itália. O problema Aranha se tornou ainda mais complexo e perigoso para Vargas quando o poderoso chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, também ameaçou renunciar ao cargo.¹⁶ Vargas se recusou a aceitar a demissão, instruindo o general, em termos inequívocos, “a prosseguir com seu trabalho”. No dia 6 de julho, Vargas acrescentou que a crise “está complicada (...) o ministro da Guerra está cansado e nervoso”.¹⁷ O presidente trabalhava com muito afinco para encontrar uma solução, mas se sentia cada vez mais pessimista quanto à possibilidade de manter esses dois homens-chave em seu governo.

Nessa altura, o presidente decidiu falar com alguns familiares de Aranha. Os dois eram velhos amigos e companheiros na luta armada, e as duas “famílias tradicionais” do Rio Grande do Sul compartilhavam uma história comum; aproximar-se dos membros mais velhos da família Aranha era uma tática sensata. Alzira também sugeriu que sua mãe, Darci, esposa do presidente, “conversasse com a mãe de Oswaldo e intermediasse um acordo com ele”. Acrescentou: “Oswaldo vai ouvi-la.” Alzira sabia muito bem que a mãe de Aranha exercia grande influência sobre o filho e que era a líder de fato da poderosa família.¹⁸

O argumento que Darci transmitiu à mãe de Oswaldo veio diretamente do presidente. “Os dois gaúchos”, afirmou ela, “devem permanecer unidos.” Oswaldo respondeu favoravelmente à mensagem, e mais tarde ele e Vargas acabaram chegando a um tipo de acordo, que permitiu que os dois ministros permanecessem em suas respectivas posições no gabinete, ao menos por aquele momento. O episódio — e sua resolução — foi uma amostra da natureza imbricada e tradicionalista da política brasileira. Os velhos laços de família ainda eram uma característica forte da política e da economia na época do Estado Novo, e tanto Alzira quanto o irmão mais jovem de Getúlio, Benjamim, eram especialistas em saber

quando e como usar a política familiar para conseguir apoio para o presidente ou, como nesse caso, resolver uma crise política grave.

No entanto, os laços familiares não ligavam todos os políticos, nem podiam ajudar a solucionar as grandes questões que o Brasil enfrentava. O conflito entre Dutra e Aranha era muito maior do que uma simples disputa pelo poder ou um choque de personalidades. Os dois ministros tinham pontos de vista muito conflitantes no que se referia ao lugar do Brasil na cada vez mais polarizada ordem mundial. Oswaldo Aranha era, no fundo, um defensor ferrenho da democracia. Acreditava que ela venceria qualquer guerra futura contra o fascismo, embora a vitória talvez não fosse absoluta. Para Aranha, o parceiro e aliado natural do Brasil eram os Estados Unidos, e ele queria estreitar ainda mais as relações com Washington.

Eurico Dutra, por outro lado, era conhecido por sua admiração pela Alemanha nazista. Ficara especialmente impressionado com a capacidade militar daquele país e estava interessado em desenvolver laços militares e econômicos mais estreitos entre as duas nações. Desnecessário dizer que Dutra encontrou um parceiro disposto em Berlim. Dutra era um homem poderoso e desfrutava de forte simpatia por parte dos militares brasileiros. Suas ações para ajudar a salvar o presidente em 11 de maio tornaram-no ainda mais forte politicamente dentro do regime do Estado Novo. As desavenças entre ele e Aranha seriam uma pedra no sapato do regime de Vargas, sobretudo no que tangia à geopolítica.

O judeu americano Waldo Frank, intelectual que apelidara Alzira de "o olho direito do presidente", chamava Oswaldo Aranha de "o olho esquerdo de Vargas". Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha formavam uma parceria política ideal e pareciam se complementar à perfeição. Suas semelhanças começavam e terminavam por serem gaúchos.

Vargas era cauteloso e um bom ouvinte; gostava de pesar os dois lados de uma discussão antes de decidir qual apoiar. Suas habilidades oratórias eram razoáveis, mas ele contava com a profundidade e os detalhes do conteúdo de seus discursos, em vez da extensão vocal, para hipnotizar a plateia. Na maior parte das

vezes, ele deixava o entretenimento de dignitários estrangeiros a cargo de Aranha, preferindo trabalhar até tarde no Palácio do Catete ou no Palácio Guanabara.¹⁹ Contudo, havia um aspecto social importante na personalidade de Vargas: ele gostava de jogar golfe. Na verdade, ele usava o campo de golfe como um gabinete móvel. Mesmo em tempos de crise nacional ou internacional, ele conseguia encontrar tempo para jogar uma partida toda semana. Embora estivesse longe de ser um jogador talentoso, Vargas registrava quase todas as rodadas em seu diário e gostava da paz e da tranquilidade que desfrutava nos campos de golfe.²⁰

Aranha, por outro lado, era extrovertido, carismático, com uma aparência um pouco lunática: o tipo de homem que se destacava logo que entrava em qualquer sala. Com relação ao aspecto físico, ele não poderia ser mais diferente do presidente. Era alto e bonito, com uma vasta cabeleira grisalha e olhos apaixonados, que ardiam intensamente. Ele adorava ser o centro das atenções e gostava da pompa dos jantares formais e banquetes que o Ministério das Relações Exteriores organizava no Palácio Itamaraty para diplomatas e outros convidados estrangeiros. Em 1938, Aranha já se mostrara igualmente confortável com uma extensa gama de líderes políticos, intelectuais importantes e ícones culturais — do presidente Franklin D. Roosevelt a Walt Disney. Na verdade, ele se considerava um intelectual ou, no mínimo, equivalente a homens como Waldo Frank. Após uma reunião com Aranha, Frank definiu-o: “Dentro da volubilidade brilhante de seu discurso estão percepções intuitivas que desarmam. Ele é um homem alegre, um amante da boa vida, dos cavalos e, suspeito (como todos os brasileiros), das mulheres. Dá a impressão de possuir uma loucura bem ordenada: de uma energia insana em um trilho.”²¹

Como vários outros intelectuais, Frank foi seduzido pela energia e pelo entusiasmo de Aranha, embora tenha entendido muito bem que o homem tinha um quê de patife e manipulador. Ele sabia como fazer as pessoas se sentirem importantes. Quando Frank visitou o

Rio de Janeiro em 1942, Aranha providenciou que seu avião fosse recebido no aeroporto Santos Dumont por uma grande delegação de jornalistas, fotógrafos, intelectuais e representantes do Ministério das Relações Exteriores. O chefe do escritório internacional do ministério informou a Frank, na pista, que ele era “convidado de honra do Brasil”.²² Muitos americanos importantes receberam o mesmo tratamento privilegiado quando chegaram à cidade durante a Segunda Guerra Mundial, e cada recepção foi cuidadosamente coreografada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro. O produtor cinematográfico e ator americano Orson Welles, com quem Aranha fez amizade enquanto Welles filmava no Brasil durante a guerra, escreveu um tributo muito detalhado e verborrágico ao ministro das Relações Exteriores como parte de sua apresentação para uma transmissão de rádio sobre o Dia de Ação de Graças veiculado em rede nacional nos Estados Unidos:

Eis um político apaixonadamente honesto, um diplomata indiscreto que encara você de forma eloquente e fala sem rodeios (...) um grande representante das Américas — que assume com tranquilidade e com estilo a magnificência autêntica daquele que faz história. Então você sabe como ele é — aqueles olhos astutos cintilantes saltam das páginas de revistas e dos jornais, olhos honestos que avaliam e apreciam.

O dr. Aranha é a mais rara das figuras públicas, um homem bonito que parece confiável. Sem dúvida confiam nele em Washington, e você já deve ter ouvido tudo sobre sua popularidade lá quando ele era o embaixador do país (...)

Oswaldo Aranha é muito mais do que isso. Primeiro, é um herói, um verdadeiro herói saído direto da revolução moderna do Brasil. Sabe-se que as multidões já o carregaram pelas ruas do Rio de Janeiro. Ele sabe como usar uma arma e também o que significa ser alvo de tiros.²³

Orson Welles, um homem que gostava do som da própria voz, em seguida começou a falar mais rápido, adotando um sotaque pesado de caubói. Em um crescendo, ele recomendou que os Estados Unidos escutassem esse líder patriota, inteligente e realista. Para

muitos americanos que ouviram o programa de rádio, essa foi a primeira vez em que se escutou o nome de Oswaldo Aranha. Welles, apesar de toda a linguagem teatral e as vozes bobas, prestara ao ministro — e ao Brasil — um grande serviço.

A apresentação radiofônica feita por Welles em tempos de guerra foi certa se considerarmos um ponto: em Washington, onde Aranha já servira como embaixador do Brasil, ele era considerado o “principal interlocutor” dos americanos na América do Sul e podia contar com o apoio direto da Casa Branca. Os britânicos entenderam isso muito claramente. No entanto, em parte devido à concorrência com os Estados Unidos no âmbito das relações comerciais com o Brasil, eles elogiavam menos o caráter de Aranha do que as celebridades americanas, tais como Frank e Welles. Nas palavras da embaixada britânica no Rio de Janeiro:

O sr. Aranha tem charme e é muito sagaz, mas o desejo de agradar e o otimismo nativo o levam muitas vezes a fazer promessas que não devem ser entendidas ao pé da letra. Ele manteve muitos contatos valiosos nos Estados Unidos, permanece firmemente dedicado ao desenvolvimento de relações estreitas com aquele país e pode ser considerado o mais importante agente de influência dos Estados Unidos na América do Sul.²⁴

Quaisquer que fossem as deficiências que os britânicos pudessem acreditar que ele tivesse, Aranha possuía um dom raro para a época no Brasil e na América do Sul como um todo: uma visão de mundo. Não apenas uma ideia vaga, mas um conjunto de metas para seu país e um plano com a melhor forma de atingi-las. Ele via onde o Brasil se encaixava na América do Sul e no resto do mundo naquela época e queria mudar a posição do país em ambas as esferas. Nisso, Aranha era notavelmente diferente de seu velho amigo Vargas, um líder nacional que passava os dias de trabalho tentando dismantlar as antigas e poderosas elites brasileiras e gerenciar as alianças instáveis do país. Seria um exagero sugerir que a nação era ingovernável, pois não era. No entanto, governá-la era um trabalho

de tempo integral ao qual Vargas se dedicava por inteiro. Ele, assim como Aranha, tinha uma noção de como o Brasil poderia se encaixar nos sistemas regional e internacional. O ministro, contudo, tinha um plano claro de como concretizar melhor essas ideias, enquanto Vargas, atolado em tentativas de equilibrar as coalizões domésticas mutantes do Brasil, não o tinha. Em certo sentido, o presidente estava cego para tudo que não fossem os imperativos políticos imediatos de governar o Brasil; para tudo além disso, ele confiava muitíssimo em Aranha e Alzira, que o ajudavam a identificar ameaças, desafios e possibilidades distantes que ele talvez não percebesse.

A aliança Vargas-Aranha teve problemas mesmo antes dos acontecimentos de junho e julho de 1938. “Houve inúmeras vezes em que esses dois amigos brigaram e se reconciliaram”, admitiu Alzira.²⁵ Havia um sentimento também, entre muitos partidários de Vargas, de que um dia Aranha, cujas opiniões favoráveis à democracia estavam à esquerda das de Vargas, tentaria tomar o poder. De fato, durante a crise Dutra-Aranha de 1938, alguns partidários de Vargas suspeitaram que o ministro estava tentando se tornar um ponto focal para os grupos brasileiros pró-democracia insatisfeitos com o autoritarismo do Estado Novo. Houve uma sensação palpável de alívio no Palácio Guanabara quando ele concordou em voltar atrás e continuar a frente da política externa do Brasil.

O alívio com o retorno de Aranha ao Ministério das Relações Exteriores foi compartilhado do outro lado da cidade, na embaixada americana. O embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, chegara ao Rio de Janeiro em 1937, após exercer o mesmo cargo em Cuba. Em maio de 1938, Caffery estava bastante satisfeito com a vida na cidade, vangloriando-se de que, depois de muito procurar, conseguira encontrar uma excelente casa — não tão boa quanto a do embaixador da Argentina, ele reconhecia, mas um lugar cujo proprietário tinha, pelo menos, “se recusado a alugá-lo para o embaixador britânico”.²⁶ Os comentários de Caffery revelavam muito

do que era a hierarquia diplomática no Rio de Janeiro. O rival histórico do Brasil, a Argentina, ocupava a primeira posição, enquanto a delegação americana procurava sobrepujar seus rivais britânicos na capital.

Caffery era um cavalheiro sulista, um advogado experiente e um diplomata de carreira que tinha a confiança e a simpatia do Departamento de Estado.²⁷ Alto, bem-vestido e educado, ele era, no entanto, um chorão que reclamava com frequência das condições inóspitas do Rio de Janeiro nos despachos oficiais ao Departamento de Estado.²⁸ Contudo, apesar de suas queixas, Caffery considerava seu posto o mais importante da América do Sul e entrava em atrito com todos que tentavam minar sua autoridade.

Os britânicos, muito naturalmente, desconfiavam de Caffery e eram hostis com ele. “Na opinião do Departamento de Estado, ele era incapaz de fazer algo errado”,²⁹ queixou-se Sir Noel Charles, o embaixador britânico no Rio de Janeiro, que também desgostava das origens irlandesas de Caffery e de sua religião, a católica. O Foreign Office tinha uma opinião igualmente negativa de Caffery e enviou uma nota para acalmar Charles. Ela foi redigida com cautela; os primeiros rascunhos eram marcados por sentimentos anti-Caffery muito mais fortes, escritos a lápis por funcionários que tinham lidado diretamente com ele durante sua passagem por Cuba. “Compreendo sua situação em ter como colega uma pessoa com uma personalidade desse tipo, o que só pode complicar as relações, já um tanto delicadas, entre nossos representantes e os dos Estados Unidos na América Latina”, dizia a nota para Charles. “Um pensamento consolador é que, na opinião de todos, o antecessor dele era ainda mais exasperante.”³⁰

Embora aparentasse desinteresse em melhorar as relações anglo-americanas durante seu mandato no Brasil, Caffery tomou providências rápidas para mostrar o apoio dos Estados Unidos a Vargas e Aranha. Os eventos de 11 de maio tinham apanhado os americanos um pouco de surpresa, mas Roosevelt logo enviou a

Vargas aquilo que os arquivos da embaixada descrevem como “um telegrama de felicitação por ter escapado do atentado contra a sua vida”.³¹ As prisões de integralistas e a crise entre Dutra e Aranha, assim como as reações dos alemães a esses eventos, foram todas monitoradas bem de perto pelos americanos. Caffery pode ter sido precipitado ao descartar os britânicos como sérios rivais aos interesses dos Estados Unidos no Brasil, mas certamente não subestimava os alemães ou o desejo de Adolf Hitler de desenvolver laços mais estreitos com o regime brasileiro. O aumento das transações comerciais brasileiras com a Alemanha e o programa de rearmamento massivo de Berlim, juntamente com a vontade de fornecer armas ao Brasil, tornavam os alemães uma séria ameaça aos esforços americanos no Brasil.

Na verdade, apesar dos fortes laços comerciais entre os dois países, as relações Brasil-Alemanha passavam por uma espécie de crise própria, devido, em grande parte, à decisão do governo brasileiro de restringir as atividades políticas estrangeiras no país. O decreto 383 fora assinado por Vargas em 18 de abril de 1938 e tinha por objetivo eliminá-las, porém era dirigido principalmente contra as atividades alemãs no sul do país. A prisão de cidadãos alemães nas caçadas policiais após os acontecimentos de 11 de maio foi demais para o embaixador da Alemanha, que exigiu uma reunião com Aranha e nela fez um protesto oficial contra as prisões e o decreto 383. O ministro das Relações Exteriores respondeu friamente: “O governo se recusa a modificar o decreto 383 de 18 de abril, e, se alemães foram presos em virtude do ‘golpe’, houve, sem dúvida, boas razões para isso.”³² O embaixador alemão deixou o gabinete de Aranha, parando apenas para acenar para Caffery, que aguardava uma reunião com o ministro em seguida. “Na minha opinião, os alemães tiveram alguma ligação com o golpe”, informou Aranha confidencialmente a Caffery no início da reunião.³³ A posição não oficial dos alemães era que, se eles estivessem envolvidos, o resultado dos eventos de 11 de maio teria sido muito diferente. É

difícil saber o que magoou mais os alemães: a insinuação de que estavam envolvidos na trama ou a acusação de seu envolvimento em uma operação mal organizada e ineficiente.

De volta ao Palácio Guanabara, Vargas estava aliviado pelo fato de a maior consequência dos acontecimentos de 11 de maio ter ficado essencialmente restrita à política interna. Ele agora poderia voltar seu foco para o futuro, além de desfrutar de um pouco de tempo livre — suficiente para jogar uma partida de golfe e, à noite, fumar um charuto e beber uísque. Vargas tinha uma boa razão para se sentir satisfeito com os acontecimentos. Conseguira manter seus dois principais ministros no gabinete. Sua autoridade dentro das forças armadas brasileiras permanecia forte, e o estabelecimento do Estado Novo, em novembro de 1937, parecia ter consolidado o apoio entre os oficiais mais importantes. Ele não precisou usar seus poderes novos ou os preexistentes para esmagar o movimento integralista, como fizera com os comunistas após o levante de novembro de 1935. Os integralistas simplesmente deixaram de existir como um grande movimento nacional depois de 1938. Plínio Salgado, um dos principais líderes do grupo, que disseram ter sido “arrebataado pela emoção” quando ouviu as notícias da insurreição de 11 de maio, partiu para um exílio voluntário em Portugal, assumindo um cargo na Universidade de Coimbra em 1939.

Naturalmente, o fato de Vargas não ter esmagado os integralistas, combinado com a natureza desorganizada da tentativa de golpe, levou à formulação de um grande número de teorias da conspiração; por anos, os brasileiros debateriam se o próprio presidente estaria por trás de tudo. Ele sem dúvida lucrou com a tentativa fracassada de golpe em mais de um sentido: consolidou ainda mais seu poder e angariou muitos elogios internacionais por sua coragem e pelo manejo do saldo do ataque.

Talvez o mais importante (e irônico) seja o fato de o levante fracassado ter melhorado a reputação da ditadura de Vargas. O Estado Novo, que tinha deixado muitos países nervosos quando o presidente o instituiu, em novembro de 1937, passou a gozar de

nova legitimidade nos gabinetes dos líderes das nações mais poderosas do mundo após 11 de maio. Isso se deveu, em grande parte, ao apoio de Roosevelt, que ainda acreditava que a atitude do Brasil com relação aos Estados Unidos — e não o seu sistema de governo — era o fator mais relevante no desenvolvimento de laços com o país. Mais tarde, o diplomata americano George Kennan veio a articular essa importante política americana de uma forma mais científica. Como Kennan escreveu em seu relatório PPS/35, sobre a Guerra Fria: “O caráter doméstico de um governo importava menos do que o seu comportamento internacional.”³⁴ Esse princípio de *realpolitik*, juntamente com o fato de o Brasil ser um alvo de enorme valor para alemães, italianos e japoneses — todos os quais tinham grandes colônias de imigrantes no país —, aumentava muito a aposta dos Estados Unidos nessa nação.

O Brasil estava prestes a se ver em uma posição de poder ainda maior. Guiado por seus dois olhos, Alzira e Oswaldo, Vargas teria a oportunidade histórica de converter sua terra natal, um país atrasado e dividido, na nova potência econômica e política da América do Sul. Essa seria uma montanha-russa diplomática extremamente arriscada, que transformaria o Brasil de maneiras que nem mesmo o visionário Oswaldo Aranha previra.

PARTE DOIS:
A NEUTRALIDADE BRASILEIRA

JOGOS PERIGOSOS

EM 1º DE SETEMBRO de 1939, a escuridão já havia coberto o Rio de Janeiro quando o carro de Oswaldo Aranha saiu do Palácio Itamaraty para fazer o percurso de cinco quilômetros e meio até o Palácio Guanabara. O carro acelerou ao deixar o Ministério das Relações Exteriores na direção leste. Seguir no sentido oposto seria o caminho mais rápido para chegar ao Palácio Guanabara, mas a direção leste era a mais cênica, e Aranha a preferia — mesmo que, muitas vezes, levasse quase vinte minutos a mais e fizesse o presidente esperar mais do que o necessário.¹ O tráfego noturno estava pesado no Centro, e seu ritmo era retardado ainda mais por veículos enguiçados, pequenos acidentes e — o verdadeiro flagelo para os motoristas — obras nas vias. O volume de tráfego no Rio de Janeiro era demais para a capital. O congestionamento do trânsito era um problema constante, e os líderes do Estado Novo tinham planos ambiciosos para resolvê-lo.

Uma das principais metas de Vargas para a capital era o plano de construir a avenida Presidente Vargas na mesma escala das grandes avenidas europeias. Getúlio supervisionou pessoalmente esse esforço, incluindo o plano para demolir mais de quinhentos edifícios ao longo da área do Centro e transformar esse espaço numa avenida de quatro pistas. Os prédios a serem derrubados incluíam a prefeitura, quatro igrejas, a praça Onze, a praça central e o local onde eram realizados os desfiles carnavalescos da cidade. A avenida terminada, cuja abertura estava programada para 1944, daria à

capital uma via expressa central enorme e impressionante, que seria um símbolo do Estado Novo e de seu programa de obras públicas.

O carro de Aranha entrou na avenida Rio Branco. “Todas as ruas desta cidade começam na avenida Rio Branco”, declararia Stefan Zweig, o escritor judeu, logo após procurar refúgio no Rio de Janeiro, e em 1939 isso não era exagero.² Ao transitar pela Rio Branco, uma das ruas mais esplêndidas da capital brasileira, o veículo do ministro das Relações Exteriores passou pela bela casa de ópera [o Theatro Municipal], pela Biblioteca Nacional, bem como por um dos melhores hotéis da cidade. A avenida tinha sido transformada no início do século XX, e seus edifícios novos dominavam os menores e mais antigos que ainda restavam. De um lado da via corriam as ruas que desembocavam no porto. Lá, vapores luxuosos de países de todo o mundo estavam atracados junto a navios cargueiros ostentando a bandeira do partido nazista. Esses navios mercantes alemães tinham chegado ao Rio de Janeiro após passarem por Lisboa, e suas cargas — muitas das quais secretamente continham armas — eram retiradas com cuidado sob o olhar atento da polícia.

A avenida Rio Branco, assim como grande parte do Centro do Rio de Janeiro, era uma obra inacabada em 1939. Por causa do rápido desenvolvimento da cidade, ela já estava estreita demais e se tornara uma espécie de área para estacionamento, sempre com engarrafamento. A poluição resultante já marcava as construções de pedra calcária, e muitas pareciam mais antigas do que na realidade eram. O encardido ficava um pouco menos visível à noite, quando a avenida Rio Branco era iluminada por postes poderosos de duas lâmpadas, de onde emanava uma luz branca brilhante, transformando os edifícios da avenida em um cenário de sombras. Havia um zumbido constante uma vez que o barulho do trânsito ricocheteava nos edifícios de vários andares da avenida, alguns com seis pavimentos, o que os colocava entre os primeiros edifícios altos construídos na capital brasileira.

Enquanto Aranha passava por ela no meio da noite, a avenida arborizada, com calçadas de pedras portuguesas, estava cheia de pedestres bem-vestidos, porém cansados, muitos à espera de táxis e ônibus para levá-los para casa após um dia de trabalho no Centro. Os trilhos dos bondes elétricos cariocas cortavam os cruzamentos da avenida; os bondes, repletos de passageiros já iniciando sua viagem noturna de volta, também transportavam outros passageiros que viajavam de graça, pendurados precariamente na traseira e nas laterais dos bondes. “Andar no estribo”, como era conhecido, desagradava as autoridades, mas a polícia fazia vista grossa, e para cada passageiro pagante poderia haver até o dobro de pessoas agarradas às molduras das janelas abertas.

Depois de abrir caminho pelo tráfego da avenida, o carro de Aranha tomou a direção sudoeste, passando pelo palácio presidencial oficial, o Palácio do Catete, e seguiu rumo ao Palácio Guanabara, onde Vargas fazia suas reuniões noturnas. Essa noite, porém, foi incomum: a guerra mundial que Vargas havia muito antecipado estava agora finalmente prestes a acontecer.

Nem Vargas nem Aranha foram surpreendidos pelo ataque alemão à Polônia. Roosevelt já alertara o Brasil sobre a probabilidade de uma grande guerra na Europa havia algum tempo, e Aranha e Vargas também estavam bem informados pelas embaixadas brasileiras em Berlim, Roma, Paris, Londres e Lisboa sobre os acontecimentos na Europa e os planos expansionistas de Hitler. Aranha sabia que esses seriam tempos incertos para o Brasil, já que o parceiro comercial de longa data do país, a Alemanha, encontrava novas maneiras de provocar seus outros aliados, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Aranha delineara as ameaças dos países do Eixo ao Brasil em uma carta pessoal escrita em 8 de novembro de 1938, que foi enviada para o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Sumner Welles. O ministro considerou o conteúdo da carta tão delicado que não a enviou da forma usual, por meio da embaixada brasileira em Washington; em vez disso, utilizou o embaixador americano, Jefferson Caffery — e até chegou ao ponto de deixar

claro que não queria que o conteúdo da carta fosse compartilhado com o embaixador brasileiro.³ Caffery alertou Welles sobre o conteúdo da carta em uma nota que a acompanhava, esclarecendo que as tensões na Europa haviam servido apenas para aumentar o desejo do Brasil de se armar. “Desde a Conferência de Munique”, explicou Caffery, do Rio de Janeiro, “ficou mais forte aqui a impressão de que a proteção se faz necessária em caso de agressão europeia e que [o Brasil] deve, portanto, fortalecer o próprio Exército e a Marinha.”⁴

Em carta a Welles, Aranha descreveu de forma sucinta as intenções do Eixo no Brasil e na América Latina. Hitler, ele advertiu, tinha as seguintes pretensões:

- a. Instigar distúrbios, revoluções e guerras civis, a fim de justificar uma intervenção semelhante à que fora feita na Espanha.
- b. Dominar regiões povoadas por alemães, por meio de um *Anschluss* (anexação política) que se estenderia até o outro lado do Atlântico.
- c. Se o item anterior fosse impossível, obter ao menos concessões políticas que permitissem aos alemães manter seus partidos políticos, semelhantes aos que existiam em seus próprios países, desenvolvidos em torno de suas colônias e interesses, retardando — porém não abandonando — um futuro domínio.

A comparação do Brasil com a Espanha feita por Aranha esclarece muitíssimo sua avaliação da ameaça alemã. Na Espanha, os alemães armaram e enviaram forças para ajudar a causa dos nacionalistas do general Francisco Franco na guerra contra os republicanos.

É fato que o apoio dos alemães aos integralistas era premente para Aranha quando este ressaltou que suas preocupações se baseavam em provas concretas. “As provas documentais não deixam

dúvidas”, assegurou a Welles, “quanto à organização, às atividades e aos objetivos da Alemanha no Brasil e quanto à participação de agentes diplomáticos alemães no Uruguai e na Argentina neste trabalho contra a economia e a soberania mais intrínsecas de nossos países.”⁵

A carta de Aranha foi, sobretudo, uma jogada para obter armas americanas, que não haviam sido fornecidas e que o ministro acreditava serem essenciais tanto para a defesa do Brasil quanto para a orientação da política externa do regime brasileiro. Em seguida, ele sugeriu que as potências do Eixo eram “países insatisfeitos”, que precisavam de colônias, áreas de cultura, recursos e zonas de expansão. Não era possível dividir ainda mais a antiga Europa, nem fragmentar ainda mais a África para criar uma colônia alemã lá. Ele concluiu:

A América do Sul é uma presa natural porque:

1. Lá existem terras boas e subdesenvolvidas.
2. Sua riqueza mineral fabulosa ainda está por ser utilizada.
3. É uma fonte de matérias-primas básicas.
4. Uma invasão já está facilitada em virtude das zonas de influência racial e até mesmo de predomínio econômico, comercial e industrial.
5. É um continente de nações completamente desarmadas.
6. É a fórmula mais aceitável, para a opinião pública europeia, de resolver o problema colonial — que a Inglaterra deseja defender diante de todas as suas colônias.⁶

Aranha sugeria que a geografia, os recursos e as grandes concentrações de cidadãos alemães do Brasil o colocavam em risco de uma invasão nazista, mas a maioria de suas críticas era dirigida diretamente à relativa falta de poder defensivo do país. Ele deu a entender que, sem forças armadas mais potentes e bem equipadas

com armas modernas, o governo teria muito poucos meios de se defender contra outro golpe apoiado pela Alemanha.

O pedido por armas americanas era, até certo ponto, desmentido pelo fornecimento abundante de armas alemãs para o Brasil. Os Estados Unidos estavam cientes de que armas e materiais bélicos alemães fluíam para o Brasil, e, embora não se preocupasse tanto quanto seus aliados britânicos com a possibilidade de que esse equipamento militar avançado fosse usado contra Vargas por elementos supostamente pró-nazistas dentro das forças armadas brasileiras, Roosevelt era um político realista o suficiente para perceber que um país que já recebia armas da Alemanha — com a qual os Estados Unidos já tinham um relacionamento contencioso — não precisava de sua ajuda naquela frente também.

Esses carregamentos de armas alemãs haviam sido negociados pelos inimigos políticos locais de Aranha: Eurico Gaspar Dutra e o general Góes Monteiro. A admiração deste pela máquina de guerra alemã aumentou ainda mais após sua visita prolongada à Alemanha, quando testemunhou em primeira mão a escala e a qualidade do complexo industrial militar daquele país. A compra das armas era uma prova de que as simpatias políticas de Góes Monteiro e Dutra se inclinavam para as potências do Eixo. No entanto, embora isso confirmasse as suspeitas dos Aliados de que os militares brasileiros eram dominados pelos alemães, também oferecia a Aranha e a outros elementos pró-democracia do governo Vargas uma oportunidade para promover sua própria pauta de política externa.

A carta de Aranha para Welles foi um apelo aos americanos para ajudá-lo a concretizar seu sonho de uma parceria mais forte entre as duas nações. Sem o apoio militar e econômico tangível dos Estados Unidos, ele temia que a visão mais pró-nazista de Dutra e Góes Monteiro com relação ao futuro do Brasil prevaleceria. Porém por enquanto ele precisava tranquilizar o presidente Vargas de que uma parceria com os americanos ainda era possível em vista dos recentes acontecimentos internacionais, além de convencê-lo de que essa era

a melhor maneira de maximizar os ganhos políticos e econômicos do Brasil com a situação cada vez mais perigosa na Europa.

No dia 1º de setembro, quando desceu do carro oficial e subiu a escada do Palácio Guanabara, Oswaldo Aranha já tinha decidido que adotaria uma abordagem cuidadosa de ouvir e observar com o presidente, em vez de expressar abertamente seu ponto de vista. Era uma estratégia sensata, dado o ânimo de Vargas. Dentro do palácio, Aranha encontrou o presidente cansado após uma reunião prolongada com o ministro da Agricultura a respeito da continuidade da exportação do café brasileiro durante a guerra.⁷

Embora a invasão da Polônia pela Alemanha ainda não tivesse precipitado um conflito mais amplo, Vargas e Aranha sabiam que era apenas uma questão de tempo até o fogo se espalhar. Grã-Bretanha e França eram aliadas da nação invadida e, embora houvessem cuidadosamente evitado um confronto com a Alemanha sobre questões como seu rearmamento ilegal após o Tratado de Versalhes e a anexação da Tchecoslováquia e da Áustria, esse ato mais recente de agressão alemã era um passo grande demais. Franceses e britânicos não podiam ignorar um ataque tão flagrante a um de seus Estados clientes, e havia uma grande probabilidade de que os Estados Unidos também seriam envolvidos no conflito ao entrarem em cena para defender a Polônia.

O encontro de Vargas com Aranha foi antes de tudo uma oportunidade de o presidente se atualizar sobre os eventos internacionais dramáticos das últimas horas, bem como se preparar para a reunião de gabinete com a equipe completa, que Vargas havia convocado para as duas horas da tarde do dia seguinte.⁸ Os dois homens entenderam que, naquela reunião, o Brasil declararia formalmente sua neutralidade na guerra. Mesmo antes de as hostilidades irromperem na Europa, os dois tinham decidido que o Brasil precisava ficar de fora de qualquer conflito que envolvesse a Alemanha nazista. Por um lado, o país não tinha força militar suficiente para participar de combates pesados no exterior, mas também não podia correr o risco de perder seu valioso

relacionamento econômico com a Alemanha por causa de uma luta que — pelo menos por enquanto — não o envolvia de forma direta.

Dada a falta de qualquer outra opção viável, tanto Vargas quanto Aranha presumiram corretamente que o restante do gabinete apoiaria a decisão de ficar fora do conflito que se aproximava. A questão mais premente era descobrir a melhor forma de alinhar a política externa do Brasil de modo a maximizar os ganhos. Com problemas enormes de dívida externa e tendo os Estados Unidos e a Alemanha como seus dois principais parceiros comerciais, o Brasil tinha muito a ganhar com o aumento das tensões entre esses dois países, mas também havia muito a perder. Por exemplo, as oportunidades de continuar negociando abertamente com as potências do Eixo seriam muito reduzidas em tempos de guerra, até mesmo porque o Brasil esperava que a Marinha britânica bloqueasse seus portos para negar à Alemanha acesso a exportações brasileiras. Vargas e Aranha sabiam que a estratégia pré-guerra de ambiguidade e equidistância do Brasil, de estreitar laços tanto com os americanos quanto com os alemães em benefício da economia nacional, provavelmente seria insustentável a médio e longo prazo.

Mário de Pimentel Brandão, o embaixador do Brasil em Washington até 1938, alertara Aranha no ano anterior: “Temos que decidir: os Estados Unidos ou a Alemanha.”⁹ Apesar de claramente favorecer os americanos (e nutrir profunda desconfiança da Alemanha nazista), Aranha não queria cortar por completo as relações com as potências do Eixo. Ele sabia que a importância do comércio entre Brasil e Alemanha era tão grande para seu país que haveria consequências econômicas significativas se fosse interrompido. O ministro queria evitar ter que escolher entre um país e outro, como Brandão defendia, até que fosse absolutamente necessário fazê-lo. Até então, o Brasil poderia de fato ganhar tempo jogando os Estados Unidos contra a Alemanha e vice-versa — um jogo perigoso, com certeza, mas muito rentável enquanto durasse.

Enquanto isso, o ministro das Relações Exteriores aconselhou Vargas a conduzir os “negócios como de costume”. O presidente

concordou. Ele também queria evitar apostar todas as fichas do Brasil em um dos parceiros até ser forçado a fazê-lo.¹⁰ Caffery resumiria de maneira sucinta o raciocínio por trás da política do Brasil, lembrando que, ao escolher essa abordagem, o país “poderia tirar o máximo de proveito possível dos Estados Unidos, de um lado, e das potências fascistas, do outro”.¹¹ Contudo, Caffery não podia saber qual seria a próxima etapa da estratégia do Brasil — ou que, mais adiante, o país esperava se alinhar com os Estados Unidos.

Vargas percebeu que, a longo prazo, o futuro do Brasil dependia mais de suas relações com os Estados Unidos do que com a Alemanha, porém ele entendia perfeitamente as armadilhas de bajular Washington. Uma aliança forte com os americanos fazia mais sentido do ponto de vista geoestratégico; afinal, os dois países eram mais próximos do que o Brasil e a Alemanha, e Roosevelt deixara claro que desejava uma relação estreita e amistosa com a América Latina — ao contrário dos alemães, que, tanto quanto Vargas percebia, tinham laços estreitos com os inimigos locais dos brasileiros. Para Vargas, o cerne do problema era encontrar a melhor forma de avançar em direção aos americanos sem que o Brasil — e seu regime — se tornasse vulnerável a um aumento da influência dos Estados Unidos. Com relação a esse aspecto, havia certo distanciamento entre Vargas e Aranha. O ministro das Relações Exteriores do Brasil não via a questão da crescente influência americana com o mesmo grau de preocupação de Vargas.

O encontro reservado da noite de 1º de setembro terminou mais cedo do que de costume. Depois de discutir a situação internacional e ter se preparado para a reunião de gabinete, os dois desejavam se recolher relativamente cedo a fim de estarem prontos para o dia seguinte. Alzira acompanhou o ministro até a porta. Perdidos em seus pensamentos e preocupações, nenhum dos dois falou muito. Quando se separaram, eles se despediram dizendo, como sempre, “até amanhã”.

Exatamente às duas da tarde do dia seguinte, 2 de setembro, o presidente Vargas bateu na mesa da sala do gabinete no Palácio do

Catete e iniciou a reunião. Ser pontual não era uma característica brasileira, mas todos os ministros tinham conseguido chegar a tempo para o encontro crucial. Como de costume, cada ministro tinha um bloco de papel e um cinzeiro à sua frente. A maioria fumou dentro da sala e do lado de fora, no corredor, onde haviam se reunido antes do encontro, em pares e trios, para discutir os acontecimentos. O presidente sentou-se à cabeceira da mesa, com Aranha dois assentos mais adiante, à sua direita. A sala estava esfumaçada, e o início da reunião foi marcado por muitos pigarros e tosses.

Havia apenas um item na pauta: a resposta do Brasil à crise internacional. Vargas falou primeiro, descrevendo à sua maneira burocrática e tranquila o impacto da invasão alemã na Polônia e a probabilidade de Grã-Bretanha e França ingressarem na guerra. Ele acrescentou ao final: "Embora a guerra possa parecer remota, seu impacto sobre o Brasil será sentido em todos os setores do Estado." As observações de Aranha se seguiram às do presidente e entraram em mais detalhes sobre os desafios enfrentados pelo governo. "O Brasil precisa se posicionar com cuidado, e temos que ter certeza de sermos claros no que precisamos e desejamos da guerra, o que, sem dúvida, terá consequências regionais e internacionais para o país", explicou. Após essas considerações iniciais, cada ministro teve a oportunidade de falar. Logo ficou claro que o consenso era apoiar a proposta do presidente de neutralidade brasileira.¹² A reunião terminou às 16h30, e, enquanto os ministros iam embora, Vargas já trabalhava em uma declaração pública que explicava a posição brasileira.

A chave para a neutralidade brasileira era o posicionamento dos Estados Unidos, e Vargas continuava nervoso com relação ao impacto potencial de um aumento da influência política e cultural americana no país. O presidente trabalhou noite adentro após voltar ao Palácio Guanabara. Usando seus lápis de cor, continuou a traçar o futuro desenvolvimento do Brasil e o que ele tinha a ganhar com a guerra. Vargas também pensou com cuidado sobre como o conflito

poderia afetar o grande problema interno do Brasil — o que fazer com os grandes contingentes de imigrantes estrangeiros radicados no país. Uma das principais justificativas para a criação do Estado Novo, em 1937, fora o desejo de formar um Estado brasileiro mais nacionalista e centralizado. Contudo, um Brasil unificado ainda não se concretizara.

As populações de imigrantes não tinham se integrado por completo à sociedade brasileira.¹³ Elas haviam trazido consigo suas próprias organizações políticas, jornais, escolas e estações de rádio. O rádio foi uma ferramenta especialmente poderosa no Brasil durante a década de 1930. Na verdade, o próprio Vargas o usava com frequência e com grande êxito para fazer suas palavras chegarem à nação. Enquanto Roosevelt fazia apenas poucas transmissões radiofônicas por ano, Vargas as usava semanalmente. No entanto, ele não era o único a lançar uma mensagem política pelas ondas radiofônicas do Brasil. Qualquer um que ligasse um rádio no país antes de 1938 ouvia transmissões em todo tipo de idioma: iídiche, alemão, italiano, polonês e até mesmo japonês. Esses programas em línguas estrangeiras permitiam que os grupos de imigrantes se mantivessem conectados, e muitos deles gozavam de grande popularidade entre seus grupos-alvo.

Depois de 1938, o Estado tentou acabar com o isolamento dos grupos de imigrantes ao forçar sua assimilação à sociedade brasileira. Vargas se preocupava com o possível significado da suposta “dupla lealdade” deles — sobretudo das grandes colônias alemãs e italianas — para o Brasil durante a guerra. Um relatório de 1937 da embaixada americana no Rio de Janeiro confirmou que os governos italiano e alemão tentavam atizar o nacionalismo de suas colônias de expatriados no Brasil. A embaixada descreveu em detalhes os métodos usados pelos nazistas para ensinar a ideologia fascista nas escolas alemãs do Brasil:¹⁴ poucas delas ofereciam aulas de português e nenhuma possuía um currículo brasileiro. Os negócios comandados por alemães e italianos também eram alvo de

“agentes fascistas e nazistas nas numerosas colônias fascistas e nazistas” do Brasil. O relatório da embaixada prosseguia:

Sabe-se que os agentes nazistas locais, bem como os fascistas, incluindo os cônsules alemães e italianos, mantêm listas negras de alemães e italianos que não simpatizam com [o] credo político de Hitler e Mussolini e que todo esforço é envidado para mudar a opinião desses indivíduos dissidentes pressionando fascistas leais alemães e italianos a se absterem de fazer negócios com eles.¹⁵

Segundo o relato dos americanos, o Brasil estava repleto de sectários de Hitler e de Mussolini — essa ideia não podia deixar de preocupar Vargas, que, sem dúvida, ainda se ressentia do papel desempenhado pelos alemães e italianos no recente levante integralista.

Karl Ritter, o embaixador alemão, que chegara ao Rio de Janeiro no mesmo ano que Caffery, foi rápido em repudiar tais acusações contra a colônia alemã. Em uma entrevista para a imprensa brasileira no final de 1937, ele afirmou que, “no que tange à colônia alemã, ela é composta de homens ordeiros, que trabalham arduamente e com afinco e que contribuíram muito para a prosperidade do seu país adotivo”.¹⁶ Entretanto, apesar das garantias de Ritter, tanto Vargas quanto Aranha tinham muito receio de Hitler usar a grande colônia alemã no país para minar a neutralidade do Brasil no caso de uma guerra mundial.

De 1938 em diante, o presidente Vargas tentou evitar que qualquer artimanha dos alemães interferisse na política brasileira. Para isso, proibiu o funcionamento de partidos políticos estrangeiros e a ação de agentes no Brasil, fechou estações de rádio e passou a insistir no uso da língua portuguesa nas escolas. O decreto 383 de 18 de abril de 1938 aparentemente detalhava tudo isso com clareza ao afirmar o seguinte: “Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.” O artigo 2, inciso 3,

do decreto tinha como foco as atividades nazistas e declarava: "É-lhes vedado especialmente: hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro."¹⁷

Os Estados Unidos estavam bem conscientes da ameaça que o fascismo representava aos seus interesses internacionais e, em um relatório ao Departamento de Estado de 1938, Jefferson Caffery elogiara Vargas por essa posição firme contra os elementos do Eixo no Brasil: "A vigorosa campanha antinazista conduzida atualmente pelas autoridades brasileiras, uma campanha que está em contradição direta com a atitude histórica do governo brasileiro relativa à minoria alemã neste país, é devida, em grande parte, à mudança do ponto de vista do presidente Vargas." Enquanto os governos anteriores haviam praticado uma política de acomodação à Alemanha, o Estado Novo assumiu uma posição muito mais favorável aos Estados Unidos. Nas palavras de Caffery: "O presidente Vargas convenceu-se de que permitir atividades nazistas aqui não contribui para o bem-estar do Brasil."¹⁸

No entanto, enquanto Caffery elogiava os esforços do Brasil para combater o problema, Alemanha, Itália e Japão intensificavam seus esforços para fortalecer os laços com suas respectivas colônias no país.¹⁹ No início de 1939, a colônia alemã no Rio Grande do Sul ainda organizava desfiles nazistas com uniformes, bandeiras e paradas militares. Tais atividades ocorriam abertamente e, muitas vezes, eram assistidas por grandes multidões entusiasmadas. Alertado para a ameaça crescente, Washington constantemente exigia de Caffery mais informações sobre as atividades fascistas no Brasil e sobre as colônias de imigrantes do país em geral, informações que Caffery nem sempre tinha condições de fornecer.

Após um pedido dessa natureza vindo do Departamento de Estado, Caffery convocou os funcionários de consulados americanos em todo o Brasil para uma conferência no Rio de Janeiro a fim de discutir as atividades alemãs e italianas no país. Os funcionários do

serviço diplomático foram convidados a fazer uma análise detalhada das atividades em suas respectivas áreas. O encontro revelou uma série de falhas na coleta de dados pelos americanos no Brasil. Após um pedido de Washington por levantamentos estatísticos dos números e da composição das várias colônias de imigrantes no país, Caffery escreveu que “existe uma completa escassez desse tipo de informação”, admitindo que “dados precisos apenas estarão disponíveis após o próximo censo, o qual será realizado em 1940”.²⁰ Os americanos não estavam sozinhos em sua incapacidade de avaliar de forma adequada o tamanho das colônias de imigrantes do Brasil. O Foreign Office britânico também não tinha informações precisas além de dados do censo anterior, realizado em 1920. O departamento político do Foreign Office fez um cálculo aproximado e estimou que o Brasil abrigava 220 mil alemães, 800 mil italianos e 280 mil japoneses, em uma população total de cerca de quarenta milhões.²¹ No entanto, essas eram simples conjecturas. Ninguém, incluindo as autoridades brasileiras, tinha alguma informação confiável sobre o número exato de imigrantes estrangeiros que viviam no país — fato que muito preocupava os americanos, os britânicos e, ainda mais, o próprio Vargas.

A Grã-Bretanha, assim como os Estados Unidos, saudou os esforços de Vargas para resolver o problema potencialmente desestabilizador das populações imigrantes depois de 1938. Funcionários da embaixada britânica enviados para investigar a colônia alemã no Rio Grande do Sul descobriram que a polícia política brasileira estava tendo algum sucesso em coibir as atividades abertamente pró-nazistas de expatriados alemães na região.²² No entanto, a taxa de êxito não era maior que 50% “devido”, alegaram os britânicos, “à ineficiência da estrutura da polícia”.²³ Eles também observaram que, devido ao fato de os imigrantes alemães terem, em geral, uma boa escolaridade, ao contrário da maioria da população brasileira (as estimativas britânicas na época sugeriam que 80% dos brasileiros eram analfabetos), os alemães ocupavam posições de

liderança na sociedade.²⁴ De acordo com a delegação, uma grande parcela da indústria e da agricultura no país era controlada por cidadãos nascidos nos países do Eixo e seus descendentes, e o governo relutava em tomar medidas efetivas contra eles por receio de prejudicar a economia nacional.²⁵ Ainda segundo os britânicos, as altas posições ocupadas por alemães no Brasil teriam tido o efeito de fazer com que muitos deles adotassem uma postura mais conservadora. Apesar da arregimentação nazista, os imigrantes alemães seriam, em certa medida, inibidos por medo das repercussões que quaisquer ações malsucedidas trariam para sua posição econômica na sociedade.²⁶

Os eventos na Europa só tornavam a questão alemã no Brasil mais urgente. À medida que as tropas alemãs avançavam na Polônia, Vargas entendeu que precisava exercer uma vigilância ainda maior sobre os grupos do Eixo no Brasil. Seu compromisso com o monitoramento de elementos pró-nazistas no país se tornaria ainda mais crucial — tanto para a política interna quanto para as relações internacionais — no futuro próximo.

O dia 3 de setembro de 1939 teve uma bela manhã de inverno no Rio de Janeiro. A previsão era de chuvas ao longo do dia, mas o céu azul e o sol indicavam o contrário. Era domingo e, por causa do Dia da Independência, comemorava-se a Semana da Pátria, uma celebração das conquistas do governo e uma oportunidade para a população dizer “obrigado” ao regime. No final do dia, cerca de vinte mil jovens marcharam pela capital, em uma demonstração da proeza esportiva do Brasil.²⁷ Vargas, que sempre assistia ao desfile anual de um palanque construído apenas para o evento, chamou-o de “um espetáculo magnífico”.²⁸

Enquanto o presidente almoçava no Palácio Guanabara após o desfile, os cariocas foram para as praias da cidade para desfrutarem de um dia de lazer. A praia do Flamengo, a mais próxima do palácio, fornecia a turistas e moradores uma vista deslumbrante da foz da baía de Guanabara, uma das maiores e mais famosas baías do

mundo. Em viagem à cidade em 1930, Waldo Frank descreveu-a como “uma pausa, um azul profundo, onde o sol, o mar e a montanha se juntaram (...) Uma concha de montanha que se derrete no mar, um mar comprimido entre colinas em uma única safira modela a baía de maneira a formar uma visão que arrebatava os sentidos como o seio da mulher amada; que extasia da mesma forma que o toque de um seio pode ser irresistível”.²⁹

Vistos pelo prisma do esplendor natural do Rio de Janeiro, os problemas do outro lado do oceano, na Europa, devem ter parecido muito distantes — mesmo para um homem tão focado na turbulência quanto Vargas, que, após a assinatura do decreto sobre a neutralidade brasileira, ainda encontrou tempo para fazer um passeio panorâmico pela cidade.³⁰ No entanto, a pressão internacional que crescia ao longo da última década estava prestes a atingir o ponto de ruptura — e, apesar de sua neutralidade, era certo que o Brasil, assim como o restante do mundo, seria arrastado pela explosão vindoura.

Os jornais da capital haviam divulgado em detalhes os acontecimentos na Europa, mas a maior novidade de todas ainda estava por vir. Em 3 de setembro, os cariocas esperavam, a qualquer momento, ouvir que a Grã-Bretanha e a França tinham declarado guerra à Alemanha, o único resultado lógico da aliança desses dois países com a Polônia e da longa campanha de Hitler de agressão contra as democracias ocidentais. E, conforme era de se esperar, as ondas de rádio estouraram com a notícia de que a muito temida guerra mundial — a segunda em apenas três décadas — enfim irrompera.

Os cariocas receberam a notícia da guerra com sua habitual mistura de excitação e indiferença moderada. A Europa parecia remota, mas a geração mais velha de homens que conversavam em cafés à beira-mar acreditava que navios de guerra das potências beligerantes provavelmente se aproximariam do litoral brasileiro. A política de Vargas de neutralidade foi muito bem recebida na capital como uma estratégia madura e sensata. Não havia nenhuma

disposição para a guerra, e pouco antagonismo ao Eixo — além de muito menos apoio aos Aliados — podia ser detectado entre as massas que deixavam as praias. Os cariocas estavam, na verdade, mais preocupados em aproveitar os primeiros dias de bronzeado do verão antes do calor excessivo a partir de dezembro.

Em 4 de setembro de 1939, Vargas registrou em seu diário, sem mais comentários, “a entrada da Grã-Bretanha e da França na guerra”.³¹ Para o presidente, a hora da verdade tinha chegado. Havia muito, Vargas nutria planos grandiosos para o Brasil, mas agora eventos fora de seu controle tinham posto tais sonhos ao seu alcance. Se ele pudesse manter relações comerciais tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha, o Brasil poderia continuar a crescer e a se modernizar, mesmo em meio a uma guerra global. Vargas não via necessidade de seguir o conselho de seu embaixador em Washington e optar entre os dois maiores parceiros comerciais do Brasil. Os Estados Unidos, ele sabia, poderiam ajudar a transformar a economia brasileira, enquanto as armas alemãs poderiam tornar as forças armadas do país as mais fortes do continente — romper com qualquer uma das partes só retardaria o progresso do Brasil. Ao manter os dois lados em dúvida sobre sua lealdade, Vargas poderia continuar a colher benefícios de ambos. Claro, se ele jogasse mal suas cartas, poderia perder uma de suas alianças lucrativas — ou até mesmo as duas — e ver suas esperanças para o Brasil morrerem com elas.

Após a declaração de guerra, Oswaldo Aranha passou o dia em seu gabinete no Palácio Itamaraty, de onde podia olhar pela janela o belo jardim e a piscina do prédio. Ele ainda tinha muito trabalho pela frente antes que a posição de neutralidade do Brasil se tornasse oficial. No último minuto, foram feitas alterações no decreto que delineava a posição do governo. As mudanças eram de natureza legal, mas um Aranha cansado teve uma discussão com o secretário de Vargas no Palácio do Catete por causa da redação exata do decreto. Uma vez que chegaram a um acordo sobre o decreto,

Aranha iniciou o processo de informar oficialmente a posição do Brasil às partes em conflito e aos Estados Unidos.

Nenhum dos embaixadores com quem o ministro falou levantou qualquer objeção formal à posição do governo brasileiro. Pelo contrário, todos acolheram bem a declaração de neutralidade na esperança de poderem continuar a exercer sua influência no país. A Grã-Bretanha e a Alemanha, juntamente com os Estados Unidos, esperavam que o início da guerra não os impedisse de desenvolver novas relações comerciais com o Brasil. Em sigilo, as três nações receberam garantias de membros do governo brasileiro de que essa também era a esperança do país.

UM TIRO DE ADVERTÊNCIA

A GUERRA NA Europa começou com uma série de vitórias rápidas e impressionantes da Alemanha. O exército alemão logo sobrepujou a Polônia e, em 27 de setembro de 1939, Varsóvia se rendeu. Em 9 de abril de 1940, os alemães atacaram dois países escandinavos, a Dinamarca e a Noruega. Os dinamarqueses se renderam no mesmo dia; já os noruegueses resistiram bravamente por dois meses antes de se entregarem em 9 de junho. Após a invasão do norte da Europa, a Alemanha voltou sua atenção para o oeste, lançando ataques contra a Bélgica, Holanda e Luxemburgo em 10 de maio de 1940; a Wehrmacht alemã ocupou Luxemburgo no mesmo dia, e a Holanda se rendeu em 14 de maio. Duas semanas depois, em 28 de maio, a Bélgica fez o mesmo. Em seguida, os alemães — a essa altura apoiados pela Itália, que entrou na guerra em 10 de junho — se voltaram para a França.¹

Os brasileiros acompanhavam o conflito na Europa com crescente preocupação. Os avanços impressionantes da Alemanha pelo continente privavam o Brasil de mercados comerciais extremamente valiosos. Para as exportações brasileiras, essa perda já era problemática por si só, mas havia também um sentimento crescente de que as potências do Eixo prevaleceriam na guerra europeia: a Alemanha e a Itália estavam prontas para derrotar a França, e havia a probabilidade de a Espanha decidir se juntar ao Eixo também. Nesse meio-tempo, a retirada das forças britânicas derrotadas das praias de Dunquerque, na França, no final de maio e no início de junho, recebeu uma cobertura extensa por parte da imprensa

brasileira, minando ainda mais qualquer otimismo com relação às perspectivas dos Aliados. O consenso no Brasil era de que, a menos que os Estados Unidos entrassem na guerra, os alemães invadiriam a Grã-Bretanha depois de derrotar os franceses.

Com a posição dos Aliados em colapso na Europa, Vargas decidiu que era hora de lembrar a Washington que o Brasil não poderia ser subestimado e que as necessidades de seu parceiro comercial não deveriam ser esquecidas. A decisão de Benito Mussolini de aliar a Itália ao Eixo aumentara os temores brasileiros sobre as populações imigrantes não controladas — a colônia italiana no Brasil, segundo uma estimativa, seria menor apenas do que a portuguesa —, e essa novidade, assim como a série de vitórias militares recentes da Alemanha, colocava mais pressão sobre o Brasil para que o país rompesse suas relações com os Estados Unidos e se alinhasse com o Eixo. Vargas precisava deixar claro para o presidente Roosevelt que qualquer futuro negócio com o Brasil seria feito a um preço elevado. Vargas escolheu um grande evento oficial na capital, ao qual várias autoridades americanas compareceriam, para anunciar sua decisão. A escolha da data do discurso, realizada no dia seguinte ao anúncio da entrada da Itália na guerra, não foi coincidência.

No Rio de Janeiro, a manhã de fim de outono de 11 de junho de 1940 estava perfeita. Tradicionalmente, os meses de outono e inverno eram muito menos chuvosos do que a temporada de verão, mais tropical, que iniciava em dezembro, passava pelo Ano-Novo e acabava perto do Carnaval, no fim de fevereiro. Havia apenas algumas nuvens finas e esparsas espalhadas em um céu límpido; a temperatura era agradável, dezoito graus, e o mar estava quase totalmente calmo, com ligeiras ondulações à beira da água. As condições não poderiam ser melhores para a comemoração do Dia da Marinha.

No porto da cidade, ancorada na entrada da baía de Guanabara, estava a maior parte da esquadra brasileira. Sua nau capitânia, o *Minas Gerais*, brilhava com esplendor à luz do sol. Seus oficiais, bem bronzeados, vestiam uniformes imaculadamente brancos e bem

passados, ostentando fitas coloridas com medalhas. Oficiais graduados de outros navios da frota estavam reunidos no convés da nau capitânia para um almoço de comemoração e fumavam enquanto aguardavam a chegada do comandante-chefe.

Vargas trabalhara em seu discurso até tarde, na noite anterior. Quando terminou o texto, ele o mostrou a Alzira, que estava ocupada decifrando telegramas diplomáticos sigilosos para o pai na sala do secretário da Presidência. Vargas também discutira o conteúdo do discurso com Góes Monteiro, tendo dito ao general: “É preciso sacudir a árvore com vigor para fazer as folhas mortas caírem.” Ele desejava agitar um pouco as coisas e recordar aos americanos que ele e o Brasil não deviam ser subestimados.² Góes Monteiro mal pôde conter a alegria pelo conteúdo do discurso e seu provável impacto nos amigos americanos do Brasil. Embora tivesse mostrado o texto do anúncio para esses dois confidentes, Vargas não o discutira com seu ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, por medo de que ele informasse o teor aos americanos, reduzindo, assim, seu impacto.³

Isso não significava que o presidente não confiava em Aranha, mas apenas que sabia que seu ministro das Relações Exteriores não conseguia se conter quando se tratava de passar informações a Caffery, no Rio de Janeiro, ou divulgá-las diretamente ao Departamento de Estado, em Washington. Góes Monteiro compartilhava a prudência de Vargas com relação a Aranha. Apesar das consideráveis diferenças políticas entre os dois, o general desfrutava de uma relação pessoal estreita com o ministro das Relações Exteriores; no entanto, também achou melhor não avisá-lo do discurso. Vargas também não falara sobre o conteúdo do pronunciamento com qualquer outro membro de seu gabinete. Isso era muito incomum para o presidente, que gostava de verificar a opinião do gabinete nas questões de Estado importantes — e era ainda mais incomum dada a relevância do discurso e suas prováveis implicações para as relações entre os Estados Unidos e o Brasil.

A agenda normal de Vargas havia sido suspensa em 11 de junho, e ele passou a manhã fora do gabinete, começando com uma visita à Escola Naval para um encontro com os novos recrutas. Em seguida, foi levado de lancha até o *Minas Gerais*, do qual assistiu a uma simulação de ataque aéreo aos navios de guerra reunidos. Depois de conversar com os oficiais graduados, o presidente almoçou com eles. Quando terminou a sobremesa, revigorado, levantou-se e discursou para os oficiais.

Na sequência dos acontecimentos de 11 de maio de 1938 e após a revelação do papel central da Marinha na conspiração integralista, Vargas tivera o cuidado de promover oficiais “de pensamento correto” — aqueles leais ao seu regime — a cargos de alto escalão nessa força armada. Em novembro de 1939, a fidelidade da Marinha ao presidente estava mais assegurada, porém a maioria de seus oficiais ainda apoiava o desenvolvimento de laços com a Alemanha, não com os Estados Unidos. Nesse dia, Vargas selecionou esses oficiais militares pró-Alemanha para formarem sua plateia, garantindo que seriam ideais para receber sua mensagem. O presidente iniciou o discurso com uma observação positiva:

Já não existem antagonismos no continente: estamos unidos por vínculos de estreita solidariedade a todos os países americanos, em torno de ideais e aspirações e no interesse comum de nossa defesa. (...)

Atravessamos nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis. (...)

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional

sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade.⁴

Qualquer um na plateia concordaria com as observações do presidente a respeito dos desafios enfrentados pelo país, embora sua alusão a uma "nova era" sem dúvida tenha deixado muitos deles especulando sobre a forma que esse futuro tomaria e como Vargas planejava levar o Brasil até ele. Eles não precisariam esperar muito tempo para saber.

Após essas considerações iniciais, Vargas mudou de rumo e passou para a parte de seu discurso que sabia que ofenderia muito Washington e Londres. Ele falou devagar para dar ênfase às palavras.

Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem somente os que incorporam toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida. (...)

A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria.

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos.⁵

Embora Vargas afirmasse que a ideologia política descrita por ele era exclusivamente brasileira e que não dependia dos sistemas concorrentes dos Aliados e do Eixo, seus comentários traziam uma advertência velada. Ao convocar os brasileiros a tornarem seus os interesses do Estado, em seu desprezo aparente pelos direitos individuais e nos comentários depreciativos sobre o liberalismo e a democracia, Vargas começava a soar muito como aquilo que Washington mais temia: um fascista.

A reação inicial aos comentários de Vargas foi pouco efusiva. Os 38 oficiais graduados que participaram do almoço a bordo do *Minas Gerais* ouviram o discurso de Vargas educadamente, mas sem grande apoio perceptível. O único estrangeiro presente, o chefe da missão naval americana no Rio de Janeiro, observou: "O discurso foi recebido sem entusiasmo algum e não foi mencionado ou discutido mais tarde pelos presentes. Parecia haver um ar de expectativa, que não foi satisfeita, e o efeito produzido parecia mais o de uma palestra ou repreensão do que o desfraldar de bandeiras."⁶ No entanto, embora os oficiais fossem os destinatários imediatos das mensagens de Vargas, o destino final pretendido não eram eles.

Durante a visita ao *Minas Gerais*, Vargas fizera questão de falar com o oficial da Marinha americana a bordo do navio, envolvendo-o na conversa em duas ocasiões.⁷ O presidente pareceu querer muito que seu discurso recebesse ampla divulgação internacional, dando permissão à imprensa brasileira para publicá-lo na íntegra. Contudo, Vargas não precisava se preocupar. As notícias do discurso chegaram a Washington bem depressa e tiveram o efeito exato pretendido.

Esse não era bem o discurso que o Departamento de Estado americano esperava ouvir do principal beneficiário de sua "Política de Boa Vizinhança". Tal política, afinal, tivera a intenção de trazer a América Latina para a esfera de influência dos Estados Unidos, assegurando assim que as ditaduras da Europa não expandissem sua influência na região. Cordell Hull, o secretário de Estado americano, se enfureceu quando ouviu de Sumner Welles, o subsecretário de Estado, relatos não confirmados do conteúdo do

discurso de Vargas. Hull procurou imediatamente obter esclarecimentos de Caffery no Rio de Janeiro. "O presidente Vargas, do Brasil, em um discurso público esta tarde, aludiu às ditaduras da Europa de forma elogiosa", escreveu ele ao embaixador.⁸

A princípio, Caffery tentou minimizar a importância das observações de Vargas para Washington:

A entrada da Itália na guerra aumentou a preocupação do governo quanto à atitude das grandes colônias alemã e italiana aqui. Isso foi demonstrado no discurso feito hoje pelo presidente Vargas. Embora elogiasse os ideais pan-americanos etc., em vários pontos ele fez declarações que claramente têm a intenção de apaciar esses grupos.⁹

No entanto, o discurso de Vargas a bordo do *Minas Gerais* abalou Caffery, que ficou ferido pelo teor inesperado do texto e pela reação furiosa suscitada em Washington. O embaixador teve dificuldade em entender os motivos por trás da provocação de Vargas. Quando falou com a embaixada britânica no Rio de Janeiro, Caffery descobriu que seus colegas também tinham sido pegos de surpresa pelo discurso, mas que concordavam com sua avaliação quanto aos motivos de Vargas para fazê-lo.¹⁰

Os temores do embaixador aumentaram quando ele telefonou para Aranha, que disse nada saber sobre o discurso e afirmou ter certeza de que ninguém no gabinete tomara conhecimento de seu teor também.¹¹ Para piorar as coisas para Caffery, a Associated Press publicou um artigo sugerindo que Vargas apoiara o totalitarismo, o que foi enfatizado pela imprensa do grande rival do Brasil, a Argentina. O presidente argentino instruiu seu ministro das Relações Exteriores a pedir esclarecimentos sobre tais observações aos americanos. "Os sentimentos expressos pelo presidente Vargas parecem estar em desacordo com a posição defendida pelo governo argentino", alertou aos americanos.¹² O discurso já não era apenas uma questão entre os Estados Unidos e o Brasil; ele agora tinha

implicações regionais potencialmente perigosas, sobretudo no que tange às relações argentino-brasileiras.

Em 12 de junho de 1940, todos os principais jornais de Brasil, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Itália dedicaram amplo espaço aos comentários de Vargas. Como era de se esperar, a cobertura na Itália e na Alemanha foi muito mais elogiosa do que a dos outros países. Benito Mussolini felicitou o presidente em um telegrama. Chamou-o de "um grande estadista", expressando sua grande admiração pelo discurso.¹³ Por outro lado, nos Estados Unidos, o *New York Times* publicou a história com o assustador título "Vargas apoia os viris; prevê uma nova ordem mundial", enquanto o *New York Herald Tribune* iniciou seu artigo sob a manchete "Vargas defende a força". Os repórteres americanos baseados na América do Sul qualificaram o discurso como "o primeiro explicitamente fascista feito por um presidente sul-americano". Em Buenos Aires, o jornal local *Critica* publicou a manchete "Vargas, com linguagem fascista, justifica agressão dos bárbaros". Apenas no Brasil não houve repercussão. A censura governamental proibiu qualquer análise do discurso, e os jornalistas estrangeiros que atuavam no país foram impedidos de transmitir comentários a pedido de Aranha, que tentava controlar as repercussões internacionais do discurso.

Na manhã de 12 de junho, de volta ao seu gabinete no Palácio do Catete, Vargas fingiu surpresa com toda a agitação. Ele admitiu que os "americanos expressaram seu descontentamento e agora me acusam de ser um germanófilo".¹⁴ No entanto, ele decidiu preparar uma nota explicando sua posição.

No Departamento de Estado em Washington, por sua vez, um grande exercício de controle de danos estava em curso e pretendia combater os comentários jornalísticos cada vez mais hostis com relação à suposta simpatia de Vargas pelo fascismo. Sumner Welles escreveu ao presidente Roosevelt expressando um ponto de vista originalmente apresentado por Caffery: o discurso, disse ele, foi apenas uma maneira de aplacar os alemães e italianos residentes no Brasil. Ele acrescentou: "Não há absolutamente nada no discurso,

exceto uma ou duas frases mal escolhidas, que justifique o ataque cruel feito hoje ao presidente Vargas pela imprensa americana.”¹⁵ Welles concluiu a nota sugerindo que, se o presidente americano pudesse inserir algumas palavras de apreço pelo presidente Vargas em sua próxima coletiva de imprensa, marcada para mais tarde naquele dia, isso teria um “efeito admirável”.

Welles e Roosevelt ignoravam que, no Rio de Janeiro, Dutra e Góes Monteiro estavam tão irritados com os comentários na imprensa americana que haviam procurado assessoria jurídica para saber da possibilidade de processar as publicações ofensivas. Advogados que agiam em nome do governo brasileiro tiveram de explicar a eles que a imprensa dos Estados Unidos era livre e podia dizer quase tudo o que quisesse. No Brasil, a maior parte da imprensa era controlada pelo governo, e muitos dos jornais da capital tiravam suas notícias e comentários diretamente das declarações produzidas pela agência de propaganda governamental. Editores com pontos de vista diferentes da linha oficial com muita frequência tinham sua publicação suspensa temporariamente ou fechada de vez.

Enquanto a polêmica sobre suas declarações aumentava, Vargas continuava a examinar com tranquilidade o grande número de telegramas diplomáticos recebidos no dia com a ajuda de Alzira. Ao contrário de Oswaldo Aranha, que desde o início da guerra na Europa ficara cada vez mais irascível e nervoso, Vargas parecia muito focado e controlado. Seu diário registra que ele ainda encontrava tempo para uma partida de golfe semanal, o que ocupava a maior parte do dia em questão.

Vargas estava tendo uma boa guerra e sabia disso. Aranha, por outro lado, lutava para equilibrar as exigências diplomáticas e econômicas de americanos, britânicos, italianos e alemães. Dentro do governo, o ministro era benquisto por muitos; os colegas admiravam suas realizações do passado e sua visão do futuro do Brasil. Entretanto, no próprio gabinete presidencial seus admiradores eram poucos. Em contrapartida, Dutra construía na surdina seu

próprio grupo de apoio. Embora não tivesse gostado da analogia, Aranha vinha se tornando uma espécie de bombeiro que saía apagando as conflagrações iniciadas por outros — e o discurso de Vargas foi talvez o maior incêndio que ele já havia enfrentado.

A ironia de tudo isso não passou despercebida pelo comandante do Exército, Góes Monteiro, que a princípio confundiu o discurso de Vargas com uma verdadeira mudança de rumo na política externa brasileira com relação às potências do Eixo. Desde então, Góes Monteiro entendera o verdadeiro propósito do discurso e, no gabinete de Aranha, o general tentou explicar a um Caffery claramente irritado que o pronunciamento, na verdade, tinha o intuito de lançar um programa brasileiro de reformas sociais e econômicas que se assemelhava ao New Deal de Roosevelt. Caffery retrucou: “Os cidadãos americanos têm uma grande estima pelo Brasil e, portanto, estão muito consternados.”¹⁶

Aranha soube por Caffery que o Departamento de Estado tinha duas queixas com relação ao discurso de Vargas. A primeira e menos problemática era o conteúdo em si, que, apesar das manchetes dramáticas dos jornais em Nova York e Buenos Aires, não alarmara, em grande medida, nem Welles nem Hull quando estes leram sua tradução completa. Curiosamente, os dois avaliaram o pronunciamento de maneira superficial, em vez de esperarem por uma análise mais profunda das motivações que o inspiraram.

A grande questão que o Departamento de Estado americano tinha com relação ao discurso de Vargas foi o momento em que ele foi proferido: Vargas se imiscuíra no ciclo de notícias de Roosevelt. Em 10 de junho, véspera do pronunciamento de Vargas a bordo do *Minas Gerais*, o presidente americano fizera um discurso dramático na Universidade de Virgínia, no qual expressara, nos termos mais fortes usados por ele até então, sua profunda empatia com os inimigos das potências do Eixo. O pronunciamento fora bem recebido em Londres e no Rio de Janeiro, mas Vargas não tomara conhecimento dele, uma vez que estava muito ocupado trabalhando no próprio discurso para o dia seguinte. E, à medida que o clamor

com relação à declaração de Vargas aumentava nos dias que se seguiram, o pronunciamento de Roosevelt era ignorado.

Aranha decidiu enviar o embaixador brasileiro Carlos Martins a Washington para se encontrar com Cordell Hull. Martins pediu desculpas a Hull pela escolha do momento do discurso, explicando: "Quando o presidente Vargas proferiu esse pronunciamento, ele não sabia que o presidente Roosevelt tinha feito o seu discurso de Charlottesville na noite anterior."¹⁷ O embaixador acrescentou uma frase sugerida a ele por Aranha, dizendo ao secretário de Estado que aquelas palavras se destinavam ao consumo interno e que, em breve, Vargas emitiria uma declaração explicativa. No dia seguinte, Martins se reuniu com Sumner Welles para entregar a explicação prometida.

O pedido de desculpas de Vargas era dirigido a Roosevelt, que, de forma deliberada, não proferira "algumas palavras gentis" sobre Vargas em sua coletiva de imprensa, como Welles solicitara. A mensagem do presidente brasileiro parecia uma simples tentativa de esclarecer quaisquer mal-entendidos que Roosevelt pudesse ter a respeito do discurso, assim como uma tentativa de massagear o ego do americano:

O discurso de 11 junho não pode, em qualquer sentido, ser considerado contraditório ao do presidente Roosevelt, cujo texto eu não lera naquele momento. Aquele discurso é, porém, um aviso, um chamamento à realidade, dirigido aos brasileiros e que só aos rotineiros pode causar estranheza, não a um espírito previdente, como o de Roosevelt, que é um reformador de métodos e ideias antiquados e está clamando como a voz de todo continente sobre os perigos que ameaçam a América e sabe que o Brasil não lhe faltará com sua lealdade.¹⁸

Em outras palavras, a mensagem de Vargas dava a entender que o Brasil ainda estava claramente do lado dos americanos e apoiava com vigor o presidente Roosevelt. Como um toque final, Aranha fez com que o apropriadamente chamado Departamento de Imprensa e

Propaganda emitisse uma declaração no Brasil expressando os mesmos sentimentos.

A crise provocada pelo discurso de Vargas parecia ter passado. Os britânicos ficaram com a impressão — em geral compartilhada pelo corpo diplomático internacional — de que Vargas recebera uma leve, porém firme, reprimenda dos Estados Unidos.¹⁹ Do início ao fim, toda a crise parecia ter sido causada pela escolha de um momento inoportuno e por algumas tentativas do presidente brasileiro de aplacar as potências do Eixo — uma manobra diplomática que os Aliados estavam dispostos a tolerar, uma vez que parecia que a Alemanha provavelmente prevaleceria na guerra europeia. Alzira, no entanto, entendeu a real motivação por trás do discurso, que tinha pouco a ver com questões brasileiras internas e tudo a ver com as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos.

Em janeiro de 1940, Vargas divulgou um plano quinquenal extremamente ambicioso para o Brasil. O cerne do plano era o desenvolvimento da indústria brasileira, no centro do qual estaria uma grande usina siderúrgica. Outras partes do plano exigiam a construção de uma infraestrutura de transporte moderna em todo o país, incluindo ferrovias e estradas que ligariam as diferentes regiões do Brasil. Contudo, Alzira notou que a construção de uma siderúrgica era o projeto que mais interessava a seu pai, devido à sua importância para o futuro desenvolvimento industrial do país.

O plano quinquenal de Vargas tinha o potencial para garantir um lugar na história brasileira para o Estado Novo e assegurar seu legado como um regime transformador e progressista. O problema era que, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o fechamento dos mercados comerciais brasileiros no exterior, parecia muito improvável que o Brasil pudesse fazer contribuições substanciais ao financiamento desse projeto. Assim, o governo Vargas buscou financiamento no exterior, e americanos e britânicos ficaram alarmados quando a empresa alemã Krupp indicou que estava interessada na construção da usina siderúrgica.

Vargas teria aceitado com alegria o auxílio dos Estados Unidos ao plano quinquenal, mas ele não o recebeu: a United States Steel Corporation decidira não participar.²⁰ Em janeiro de 1940, o embaixador brasileiro Carlos Martins disse ao Departamento de Estado dos Estados Unidos que o Brasil considerava o projeto da usina siderúrgica um teste decisivo da Política de Boa Vizinhança: se os Estados Unidos não ajudassem o Brasil com um programa tão básico e nada ameaçador, poderiam eles, afinal de contas, de fato serem considerados um parceiro forte e bem-intencionado?²¹ O embaixador também alertou os americanos: “O presidente [Vargas] afirma que preferiria que [a usina] fosse construída com o auxílio empresarial e financeiro americano, mas que, se isso não acontecer, ele se volta[rá] para outras direções.”²² O Departamento de Estado entendeu bem a mensagem: se os Estados Unidos quisessem deter a influência da Alemanha no Brasil, teriam que apresentar alguma forma de auxiliar Vargas a tornar realidade essa parte fundamental de seu programa de modernização do país. Se os americanos não pudessem fazê-lo, os alemães estariam muito ansiosos para assumir tal lugar e trazer o Brasil para mais perto da órbita econômica de Berlim.

Vargas, que apreciava um carteadado, juntamente com seu uísque e charuto habituais, sabia que tinha boas cartas na mão. E os americanos também estavam cientes disso. Em 11 de abril de 1940, Welles pediu formalmente que a United States Steel Corporation reconsiderasse sua decisão de não levar adiante a implantação de uma usina siderúrgica no Brasil.²³ Contudo, a paciência de Vargas com a empresa americana tinha se esgotado e ele decidira prosseguir com o projeto em colaboração com uma empresa brasileira — embora, na realidade, ainda precisasse de empréstimos dos americanos para construir a usina.²⁴ Enfim, em 31 de maio, depois de ouvir sobre os esforços da Krupp em obter um contrato para estabelecer uma usina siderúrgica alemã no Brasil, o secretário de Estado dos Estados Unidos deu uma boa notícia a Vargas: o

Federal Loan Administrator [órgão do Tesouro americano] concordara em emprestar ao Brasil o dinheiro para construir a siderúrgica.²⁵ A princípio, foram oferecidos 10 milhões de dólares; para adoçar o negócio, o Tesouro americano prometeu mais recursos se os custos excedessem o valor original até 20 milhões de dólares. Caffery ficou muito contente ao informar a Hull: "O presidente Vargas se mostrou satisfeito com a notícia. Ele me disse que vai enviar uma comissão aos Estados Unidos muito em breve para dar sequência à negociação."²⁶

Vargas parecia satisfeito, mas no fundo entendia que ainda havia muito a negociar antes que o projeto pudesse ser iniciado. O presidente não era um homem impaciente, mas não conhecia muito do funcionamento da diplomacia americana e temia que a disputa pela construção e administração da usina atrasasse o projeto. No entanto, ele sabia que o processo não seria tão fácil quanto Hull indicara. A fim de garantir seu sucesso, Vargas teria de lembrar aos americanos sua importância para eles — e o fato de que o Brasil tinha um parceiro alternativo nos alemães, a quem muitos integrantes de seu gabinete e do Exército Brasileiro prefeririam entregar o projeto. E que oportunidade melhor para lembrar aos americanos da própria importância, e a do Brasil, do que em um discurso para uma plateia que tinha pouco apreço pelos Estados Unidos ou por sua Política de Boa Vizinhança?

Alzira, por exemplo, entendeu muito bem do que tratava o discurso de 11 de junho. O presidente queria sua usina siderúrgica e faria tudo que estivesse ao seu alcance para se certificar de que a conseguiria dos americanos em condições aceitáveis para o Brasil. Enquanto lembrava a todos em seu gabinete, sobretudo a Aranha, a irritação que a imprensa americana lhe causava, Vargas também instruía que os negociadores brasileiros em Washington pressionassem duramente os americanos e garantissem uma rápida conclusão das negociações para a siderúrgica.

Caffery entendeu o recado. O embaixador advertiu o Departamento de Estado de que Vargas estava em um momento

decisivo e que o futuro da Política de Boa Vizinhança dependia de os Estados Unidos garantirem o contrato para o projeto da usina. Talvez por sentir que Caffery estava tão ansioso por selar as negociações quanto ele, Vargas mandou Aranha manter a pressão sobre o embaixador. Quando os dois se reuniram em 4 de setembro, Aranha contou ao embaixador sobre o interesse constante da Krupp no projeto. Caffery escreveu a Hull: "Aranha me disse ontem à noite que havia recebido outra carta da Krupp com ofertas muito atraentes com relação à construção da siderúrgica."²⁷

Os comentários de Aranha surtiram efeito. Os últimos detalhes foram resolvidos naquele mês, e o acordo da siderúrgica foi assinado em 26 de setembro de 1940. Houve júbilo generalizado no Rio de Janeiro por causa da assinatura, e Vargas recebeu muitos elogios de todos os cantos do país.²⁸ Aranha escreveu para Sumner Welles para expressar sua satisfação com o fechamento do acordo e destacar a importância da negociação para o Brasil. "Nenhum fator pode revelar melhor a decisão dos Estados Unidos em colaborar com a prosperidade do Brasil e do continente americano", assegurou ele ao subsecretário de Estado.²⁹ A resposta de Welles foi igualmente calorosa, encorajando Aranha: "A troca de cartas a respeito do estabelecimento da indústria de ferro e aço em seu grande país é uma fonte de grande prazer para este governo." E acrescentou: "Acredito piamente que esse acordo marca a reafirmação de uma política de estreita e íntima cooperação prática entre os dois governos para nosso benefício recíproco e para o do novo mundo."³⁰

Vargas ficou encantado com o acordo, até porque suspeitava que Roosevelt intervira pessoalmente na negociação.³¹ O momento e o conteúdo do discurso do Dia da Marinha proferido por Vargas tinham ajudado a apressar os americanos a fechá-lo.³² Assim como o interesse contínuo dos alemães no projeto. No final das negociações, quando disputas sobre pequenos detalhes ameaçavam inviabilizar o projeto, Vargas simplesmente usou as cartas do interesse da Krupp para fazer o Departamento de Estado dos Estados Unidos ceder.

Vargas e Aranha haviam conseguido dar um grande golpe. O acordo final foi de extrema importância para Vargas, tanto como uma ligação econômica simbólica entre Brasil e Estados Unidos quanto como uma corrente galvânica para dar partida em seu plano quinquenal extremamente ambicioso para o Brasil. Seria justo dizer também que seu discurso aos oficiais da Marinha conseguiu não só preocupar os Estados Unidos, mas também aumentar sua popularidade em um ramo das forças armadas que exercera uma enorme influência na tentativa de golpe de Estado em 1938. Esse não foi o melhor momento de Vargas, mas esteve muito perto de ser.

Em 30 de janeiro de 1941, o decreto 3.002 aprovou a construção e a operação da usina siderúrgica nacional e o estabelecimento da Companhia Siderúrgica Nacional. Logo após a assinatura do decreto, foi iniciada a construção da usina em Volta Redonda, a apenas cerca de 150 quilômetros da capital. O empréstimo inicial dos Estados Unidos, através do Export-Import Bank, foi aumentado para 45 milhões de dólares durante a construção, e o custo total da obra foi calculado em 70 milhões de dólares.³³ Era um projeto enorme, mas, no final da Segunda Guerra Mundial, a usina já estava em operação e em torno de 80% completa.³⁴ Quando inaugurada oficialmente em 1946, foi a primeira siderúrgica da América do Sul. A instalação original foi expandida no final dos anos 1940 e também nas décadas de 1950 e 1960.³⁵

A siderúrgica não foi o único benefício do acordo. O projeto inicial também incluía o desenvolvimento de novas infraestruturas de apoio à operação da usina. A rede ferroviária central do Brasil foi ampliada, ligando o Rio de Janeiro à usina em Volta Redonda; alguns trechos da rede também foram convertidos para usar energia elétrica, um grande passo para a modernidade em um país cujas ferrovias ainda eram predominantemente movidas a vapor.³⁶ O passo mais ambicioso foi a construção da cidade de Volta Redonda, que acabou por servir de habitação ao pessoal da usina.³⁷ A cidade tinha novas

casas, escolas, hotéis e igrejas, além da infraestrutura adicional necessária a uma grande metrópole moderna.³⁸ Ela é um dos legados duradouros do Estado Novo no Brasil.

No entanto, a construção de uma usina siderúrgica gigantesca em Volta Redonda não foi o único elemento do plano quinquenal de Vargas viabilizado pelo apoio dos Estados Unidos. No fim de 1940, os planos para transformar o Exército Brasileiro no mais poderoso da América do Sul não tinham progredido tão bem quanto Vargas e seus comandantes esperavam. Contudo, isso ainda era crucial para o objetivo das lideranças militares de sobrepujar sua antiga rival, a Argentina, e se tornar o principal poder militar no continente sul-americano. Mas, para atingir tal propósito, o Brasil precisava de todas as armas que pudesse obter. E, em 1940, ele precisava sobretudo de armas da Alemanha nazista.

O Brasil havia encomendado um grande carregamento de armas da Alemanha antes da eclosão da guerra e até negociara seu preço. As armas deveriam ser enviadas da Alemanha para a cidade neutra de Lisboa por ferrovia e, de lá, seguiria para o Brasil por navio. Entretanto, para chegar ao Rio de Janeiro, o navio com a carga teria que furar o bloqueio naval britânico na costa de Portugal — uma possibilidade arriscada que Vargas esperava poder evitar. As tentativas de chegar a uma solução negociada com os britânicos para que deixassem o navio sair de Lisboa não progrediram muito. No final, tanto brasileiros como ingleses ficaram em uma posição difícil quanto à melhor forma de proceder.

Mais uma vez, tratava-se de diplomacia de alto risco para brasileiros e Aliados. Se pudessem, os britânicos e seus parceiros americanos não permitiriam que os alemães continuassem a lucrar com o comércio internacional. Por outro lado, para Vargas e Oswaldo Aranha era crucial que os militares brasileiros recebessem as armas da Alemanha. Se o Estado Novo não pudesse adquiri-las, tal fracasso comprometeria seriamente a relação construída com cautela por Vargas e Aranha com os Estados Unidos. Os Aliados estariam

impedindo o Brasil de receber armamentos da Alemanha, enquanto eles mesmos não se dispunham a fornecê-los.

Depois de o navio cargueiro passar semanas em águas lisboetas, Vargas e Aranha chegaram a uma decisão e, através da embaixada do Brasil em Lisboa, enviaram uma ordem ao navio. Enquanto a embaixada brasileira trabalhava para decifrar a mensagem do telegrama que continha a ordem, o serviço de inteligência britânico fazia o mesmo. Isso não era nada fora do comum — desde 1940, toda comunicação que chegava e deixava a embaixada brasileira era interceptada pelos britânicos, que ansiavam por entender o vaivém dos navios entre Portugal e Brasil. Essa mensagem, no entanto, teria repercussões imensas — para o Brasil, para a Grã-Bretanha e para as relações dos dois países com os Estados Unidos.

ALIADOS DISCORDANTES

EM 19 DE NOVEMBRO de 1940, poucas semanas depois de brasileiros e americanos assinarem o acordo da usina siderúrgica, o vapor brasileiro *Siqueira Campos* se preparava para zarpar do porto de Lisboa e descer o rio Tejo rumo ao oceano Atlântico. As docas de Lisboa eram palco de preparativos frenéticos de última hora para a viagem. A polícia portuguesa abria e inspecionava a bagagem dos passageiros, e em seguida os altos guindastes, que costumavam transportar pesos muito maiores, içavam os pertences pessoais para bordo.

Muito mais cedo naquele dia, os mesmos guindastes haviam carregado pesadas caixas de madeira sem sinais de identificação para o porão do vapor.¹ A operação fora cuidadosamente supervisionada pela polícia portuguesa, bem como por funcionários da embaixada alemã em Lisboa. Os agentes britânicos do Serviço Secreto de Inteligência (também conhecido como SIS ou MI6), por sua vez, assistiram atentamente a todos os movimentos das autoridades alemãs e das próprias caixas, embora já soubessem o conteúdo exato delas. Eles haviam subornado funcionários da alfândega portuguesa para que fornecessem os formulários de inventário, que listavam diversos materiais militares mortais: metralhadoras, peças de artilharia e munições. Quando o *Siqueira Campos* deixou o cais e navegou devagar pelo Tejo em direção ao sol de inverno de um vermelho intenso, os agentes do SIS informaram a hora exata da partida às fragatas navais britânicas que esperavam a uma pequena distância fora das águas nacionais

portuguesas, onde planejavam interceptar o navio brasileiro.² Na sala da torre da embaixada alemã, localizada em uma colina acima das docas, os agentes da Abwehr (Serviço de Inteligência do Exército) observavam com binóculos a partida do navio. Eles logo enviaram um telegrama a Berlim, que, por sua vez, contactou a embaixada alemã no Rio de Janeiro e deu a notícia de que enfim o *Siqueira Campos* zarpara de Lisboa.

Os movimentos do navio eram atentamente monitorados em Londres, no Rio de Janeiro e em Washington, bem como em Berlim. Mais cedo naquele dia, o embaixador brasileiro em Londres informara ao Foreign Office britânico que, “uma vez que foi impossível prolongar por mais tempo a estadia do *Siqueira Campos* no porto de Lisboa, o governo brasileiro decidiu autorizar a partida o navio”.³ A mensagem a Londres fora bem clara: o navio tentaria romper o bloqueio naval britânico.

No início da guerra, os britânicos tinham sido rápidos em bloquear Portugal e Brasil, juntamente com muitas outras potências marítimas neutras, e haviam intensificado essas medidas no ano seguinte. “O controle das exportações inimigas se tornou um símbolo de nosso poderio naval”, afirmou um funcionário do Ministério da Guerra Econômica britânico poucos dias antes de o *Siqueira Campos* zarpar de Lisboa, e a Grã-Bretanha estava empenhada em fazer valer essa demonstração de força. Ao tentar furar o bloqueio britânico, os brasileiros estavam em essência testando sua eficácia. Os britânicos haviam se preparado para enfrentar esse desafio com uma resposta vigorosa, quaisquer que fossem as consequências diplomáticas.⁴ E eles sabiam que haveria consequências significativas — mesmo com seus aliados mais próximos.

Antes da partida do *Siqueira Campos*, os Estados Unidos pediram que a Grã-Bretanha não interceptasse o navio.⁵ O alerta americano citava três consequências importantes se os britânicos tentassem pará-lo. Em primeiro lugar, os americanos temiam que tal atitude levasse a um apelo do Brasil a outros Estados pan-americanos,

incluindo os Estados Unidos, para emitir um protesto conjunto à Grã-Bretanha.⁶ Isso seria, naturalmente, muito embaraçoso para os Estados Unidos, que — embora ainda não tivessem se envolvido oficialmente na guerra — apoiavam de modo explícito os britânicos e em tese agiam em sintonia com Londres. Em segundo lugar, os americanos sugeriram que o Brasil precisava de armas para se defender e que, se ele não fosse autorizado a obtê-las da Alemanha, os Estados Unidos teriam de fornecê-las — algo que, inevitavelmente, prejudicaria o esforço de guerra britânico, uma vez que as únicas armas que Washington poderia liberar eram as que pretendia fornecer à Grã-Bretanha.⁷

O terceiro e mais importante argumento americano foi que, ao interceptar o *Siqueira Campos*, os britânicos poderiam precipitar de forma inadvertida “a queda do sr. Aranha, o qual o governo dos Estados Unidos considerava inestimável por sua oposição à influência alemã no Brasil, inclusive no Exército Brasileiro”.⁸ Aranha fizera o possível para incentivar esse ponto de vista, contando aos americanos: “O Exército é o que mais insiste e (...) se o Brasil não conseguir derrubar a objeção britânica, renunciarei ao cargo de ministro das Relações Exteriores e permitirei a indicação de um sucessor que possua pontos de vista diferentes dos meus.”⁹ Como se a ameaça de perder o principal defensor dos Aliados no governo Vargas não bastasse, os americanos terminaram seu alerta com a garantia de que a interceptação do navio seria um sério golpe para os esforços dos Estados Unidos para facilitar a boa vontade na América Latina e, assim, “conduzir o conjunto pan-americano em uma direção que nos fosse favorável”.¹⁰

A embaixada britânica em Washington encaminhou o alerta para o Foreign Office às 20h40 (horário da Costa Leste) em 18 de novembro. A mensagem foi recebida em Londres às 5h10 do dia 19 de novembro, o dia em que o *Siqueira Campos* estava programado para içar âncora. Embora o navio ainda estivesse fundeado em

Lisboa, o aviso chegou tarde demais para ser levado a sério antes de o navio zarpar com sua contenciosa carga bélica.

Assim que alcançou águas internacionais, o *Siqueira Campos* foi parado e abordado por oficiais da Marinha britânica, que o mandaram para Gibraltar.¹¹ O navio chegou lá em 22 de novembro de 1940 e foi prontamente confinado.¹² Proibido de atracar, ele permaneceu ancorado na baía com seus 140 tripulantes e 260 passageiros assustados ainda a bordo. Duas grandes tempestades e vários alertas antiaéreos não melhoraram muito seu ânimo enquanto permaneceram no porto.¹³ Acessos de enjoo entre os passageiros eram frequentes, e as condições a bordo se deterioraram depressa. Para piorar a situação, parecia que eles ficariam por muito tempo em Gibraltar. As vistorias iniciais feitas por funcionários aduaneiros britânicos encontraram algumas armas alemãs no porão de carga do navio, mas, conforme observado pelos funcionários, seria preciso abrir e examinar cada uma das caixas.

O Ministério da Guerra Econômica, que ficou responsável pelo bloqueio, adotou uma linha dura, exigindo que o navio servisse de exemplo. “Estamos ansiosos para impedir que esses regulamentos sejam desconsiderados e não deixar que sejam violados impunemente”, afirmou o ministério.¹⁴ A embaixada britânica em Gibraltar concordou, observando que o *Siqueira Campos* era “culpado de uma tentativa flagrante de furar o bloqueio, e que a apreensão do navio e da carga e as penalidades severas contra toda a linha seriam totalmente justificadas”.¹⁵ Quanto aos passageiros, o ministério recomendou que fossem enviados de volta a Lisboa em outro navio ou — se pudessem obter vistos espanhóis — por trem.

Os britânicos estavam preocupados com um passageiro em especial: o secretário da embaixada brasileira em Berlim, que embarcara no *Siqueira Campos* e permanecia confinado com os outros passageiros. Sua presença deixava as autoridades Aliadas nervosas e limitava suas opções. Dado o tamanho da tarefa enfrentada pelos fiscais, o Ministério da Guerra Econômica britânico

recomendou que o navio fosse enviado à Grã-Bretanha, que tinha instalações mais adequadas para realizar tal operação.¹⁶ No entanto, o Foreign Office rejeitou essa proposta por medo de que aumentasse ainda mais a ira dos brasileiros.

No início da noite de 22 de novembro de 1940, Oswaldo Aranha estava a sua mesa, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, respondendo a telegramas diplomáticos, quando seu secretário lhe informou que a Marinha britânica apreendera o *Siqueira Campos*.¹⁷ Não era a notícia que o ministro das Relações Exteriores esperava. Aranha sabia muito bem que o destino das armas do navio estava ligado ao seu próprio futuro político. Durante a maior parte daquele ano, a embaixada alemã no Rio de Janeiro espalhara rumores de que a influência de Aranha estava em declínio e que ele logo seria substituído como ministro das Relações Exteriores pelo general Góes Monteiro — um homem que, é claro, simpatizava muito mais com a Alemanha do que Aranha. A especulação era falsa e foi vista como pura propaganda alemã pelos americanos, mas colocou Aranha na defensiva e manteve-o em alerta constante. E, se Aranha não pudesse fornecer ao Exército Brasileiro as armas alemãs havia muito prometidas e que estavam a bordo do *Siqueira Campos*, existia uma possibilidade evidente de que os rumores de sua substituição por Góes Monteiro se tornassem realidade; Góes Monteiro e Dutra defendiam de maneira taxativa que o Brasil precisava das armas e sem dúvida usariam esse fracasso para tentar derrubar seu rival.

A reação inicial do ministro das Relações Exteriores à notícia sobre o *Siqueira Campos* foi de perplexidade. Ele ouvira falar que o embaixador britânico no Rio de Janeiro e o Foreign Office, em Londres, tinham desaconselhado a detenção do navio. Mal sabia ele que o Ministério da Guerra Econômica britânico, em sua ânsia para fazer cumprir o bloqueio naval, ignorara esses conselhos. No entanto, não havia como voltar atrás, e agora Aranha não tinha escolha a não ser informar a Vargas.

Aranha se dirigiu ao Palácio Guanabara para levar as más notícias ao presidente. Para piorar a situação, era aniversário de Alzira, e

quando o ministro chegou ao palácio encontrou Vargas vestindo-se para a festa da filha.¹⁸ Vargas recebeu a notícia com frieza: “Não há muito o que fazer esta noite”, murmurou para Aranha antes de ir cumprimentar os convidados no saguão de entrada. Ele marcou uma reunião com Aranha e Dutra cedo no dia seguinte, antes de deixar a capital para celebrar o aniversário de 96 anos de seu pai. Cansado e preocupado, o presidente não ficou até tarde na festa de Alzira, recolhendo-se à meia-noite e meia com a desculpa de que tinha uma longa viagem na manhã seguinte.¹⁹

No caminho de volta para o Ministério das Relações Exteriores, Aranha ignorou a bela e iluminada paisagem urbana à sua frente e se voltou para a visão espetacular do Brasil que Vargas esboçara em seu plano quinquenal.²⁰ O plano do presidente dependia do fortalecimento das forças armadas brasileiras, para que a nação pudesse se posicionar com mais segurança na América Latina e estabelecer uma presença ainda mais importante — do ponto de vista militar, econômico e político — no cenário internacional. No entanto, com o *Siqueira Campos* e sua carga bélica confinados ao porto de Gibraltar, esse sonho sem dúvida parecia mais distante do que nunca na noite de 22 de novembro.

As raízes do negócio envolvendo as armas alemãs remontavam a dois anos antes de Vargas revelar seu plano quinquenal, em janeiro de 1940. Em 1938, o Brasil assinara um acordo de 8 milhões de libras com a Krupp, entendendo que esta poderia fornecer uma quantidade maior das armas ao Brasil do que qualquer fabricante dos Aliados. Os Estados Unidos haviam concordado em fornecer aviões e alguns navios, e a Grã-Bretanha se comprometera a enviar seis contratorpedeiros ao Brasil, mas, com a guerra na Europa pressionando a capacidade industrial dos Aliados, Vargas sabia que qualquer outro pedido de armamento provavelmente seria recusado. Como que para provar sua intuição, os britânicos acabaram voltando atrás no negócio dos seis contratorpedeiros.

O Brasil continuou a pedir armas aos Estados Unidos. Em 1940, as negociações entre as autoridades dos dois países costumavam acabar com os brasileiros enfatizando sua necessidade de armas americanas para fins de defesa nacional, em especial para o caso de um ataque por parte da Argentina. A resposta-padrão dos representantes dos Estados Unidos inverteu o apelo brasileiro ao considerar que mais precisava ser feito para resguardar o nordeste brasileiro de um possível ataque pelas potências do Eixo, mas acrescentando que para isso seria melhor haver forças americanas instaladas naquela região. Tal sugestão era um anátema para os líderes brasileiros, que permaneciam resabiados com o legado da intervenção dos Estados Unidos nos assuntos do país. Quando os generais brasileiros apresentaram uma lista de compras de armas, que somava cerca de 180 milhões de dólares, os americanos a recusaram. Os generais não viram a recusa com bons olhos e, por algum tempo, afirmaram que o país devia se negar a conversar com os americanos sobre defesa mútua, a menos que estes primeiro promettessem entregar as armas.

Contudo, após a assinatura do acordo de setembro de 1940 para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, os dois lados aproveitaram a boa vontade política para chegar a um entendimento sobre a espinhosa questão da defesa mútua em caso de um ataque ao Brasil.²¹ No final de outubro de 1940, Góes Monteiro visitou Washington para participar de uma reunião dos chefes de Estado-Maior dos exércitos das repúblicas do continente americano. Enquanto estava lá, concordou em conversar com os americanos sobre a defesa do Brasil, bem como sobre os pedidos de armas para o país. Em 29 de outubro de 1940, essas discussões produziram o que ficou conhecido como a Minuta Góes Monteiro, que tornou-se a base para um acordo entre os exércitos dos Estados Unidos e do Brasil assinado em 24 de julho do ano seguinte no Rio de Janeiro pelo ministro da Guerra brasileiro, Eurico Dutra, e pelo general de brigada americano, Lehman W. Miller.²²

O acordo previsto pela Minuta Góes Monteiro marcou um enorme avanço nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos ao prometer aproximar os dois países militarmente de maneira inédita. Ela afirmava que os americanos se uniriam às forças brasileiras na defesa do Brasil apenas se este fosse atacado antes de poder desenvolver as próprias defesas adequadas. Além disso, Góes Monteiro prometeu tentar eliminar a subversão do Eixo no país, enquanto os Estados Unidos prometiam suprir o Brasil com as armas que pudessem dispensar. Finalmente, Góes Monteiro concordou que, se um país das Américas fosse atacado por uma nação não americana, o Brasil permitiria que as forças dos Estados Unidos utilizassem suas instalações navais e bases aéreas para repelir o ataque.²³

O acordo forneceu ao Brasil acesso a uma nova fonte de armas em troca de concessões na área militar que os Estados Unidos havia muito ansiavam, mas o trato não era tão simples quanto parecia. Para começar, os Estados Unidos não tinham armamentos em abundância, então o Brasil não conseguiria contar com o mesmo suprimento constante que fora prometido pelos alemães. E, embora o Brasil e os Estados Unidos precisassem um do outro, ambos também nutriam suspeitas e temores que abalariam o relacionamento, mesmo enquanto os dois países se tornavam cada vez mais próximos e mais codependentes.

Como a maioria dos exércitos, as forças armadas brasileiras eram um animal complexo. Muito embora os Estados Unidos tivessem prometido entregar armas de fabricação própria, os oficiais brasileiros nitidamente preferiam a ideia de comprar armas da Alemanha. Qualquer aliança com os americanos era, na opinião deles, um mero casamento de conveniência provocado pela guerra e pela dificuldade crescente de adquirir mais armas alemãs.²⁴

A preferência dos militares pelas armas alemãs era um reflexo de suas fortes inclinações anti-imperialistas e de sua habitual desconfiança dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que eles enxergavam como exploradores que desejavam manter o Brasil

subdesenvolvido e pobre a fim de maximizar seus ganhos econômicos. Os oficiais graduados afirmavam que qualquer aliança com os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha poria em risco a independência econômica brasileira.²⁵ Havia também a questão do pagamento: americanos e britânicos exigiam que o Brasil pagasse pelas armas em uma moeda internacional aceitável ou em ouro, nenhum dos quais o país possuía em abundância.²⁶ A Alemanha, por outro lado, estava disposta a trocar armas por café e algodão, uma permuta que muito agradava aos militares brasileiros, pois dava ao Brasil acesso a quantidades de armas que normalmente estariam fora de seu alcance.²⁷

Dutra e Góes Monteiro compartilhavam a política nacionalista do corpo de oficiais do Exército. Os Aliados tinham uma profunda desconfiança dos dois, e seus serviços de inteligência forneciam para suas respectivas lideranças políticas histórias que retratavam os dois homens como grandes simpatizantes dos nazistas. Supostamente Dutra e sua família haviam comemorado quando foram informados de que Paris havia sido tomada pelos alemães.²⁸ Em público, Dutra era mais diplomático, afirmando que “o Exército não é nem pró-americano nem pró-alemão, mas pró-armamento”.²⁹

Contudo, quaisquer que fossem as inclinações pessoais de Dutra, a verdade era que — no que tangia à política externa brasileira — nem ele nem Góes Monteiro favoreciam Berlim em detrimento de Washington ou Londres. Ambos entendiam que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha representavam a melhor opção, a longo prazo, para ajudar o Brasil. Já Oswaldo Aranha era, em geral, sempre rápido em defender Góes Monteiro contra as acusações de que este era pró-Alemanha. “Sua atitude é de admiração profissional pela eficiência do Exército alemão”, disse a um oficial do Exército americano.³⁰

O Departamento de Estado americano era menos otimista do que Aranha e acusava Góes Monteiro de lucrar com o confronto entre os Aliados e o Eixo. Em uma anotação datada de 1939, o órgão explicou:

Embora se acredite que possa ser um exagero afirmar que o general Góes Monteiro é pró-Alemanha, sente-se, no entanto, que ele está jogando com astúcia no que tange ao Exército Brasileiro. Em outras palavras, provavelmente Góes Monteiro acha que o Brasil deve negociar não apenas com os Estados Unidos, mas também com a Alemanha, com o plano de jogar um país contra o outro no esforço de favorecer o Brasil e, dessa forma, obter o máximo possível para este país. Deve-se lembrar que a Alemanha ainda tem muito a oferecer ao Brasil na medida em que ela tem um contrato para fornecer praticamente todo o material necessário para o reaparelhamento do Exército Brasileiro.³¹

A avaliação americana de Góes Monteiro captava sucintamente o ponto de vista do general, mas, embora ele possa ter sido ambivalente com relação ao alinhamento do Brasil com a Alemanha, sua vontade de manter contato com o Eixo a fim de extrair concessões dos Aliados justificava a desconfiança dos americanos em relação a ele e ao Exército Brasileiro em geral.

Apesar de o chefe do Estado-Maior estar disposto a seguir com os Aliados, não mostrava afeição alguma por eles, muito pelo contrário. Góes Monteiro tinha uma aversão especial pelos britânicos. Em reuniões reservadas, ele criticava os oficiais que preferiam uma aliança com a Grã-Bretanha, afirmando: "Eles preferem a escravidão britânica porque a consideram mais agradável e apenas econômica, além de já a terem experimentado."³² O que mais irritava Góes Monteiro e Dutra era a atitude britânica em relação ao fornecimento e à entrega das armas alemãs de Lisboa para o Rio de Janeiro.³³ A interceptação do *Siqueira Campos* só confirmava o sentimento deles de que a Grã-Bretanha não apenas mantinha uma atitude imperialista com relação ao Brasil, como também deixava de levar em conta o direito legítimo do país de desenvolver seu próprio poderio militar para a defesa nacional. Por isso, nenhum dos líderes tomou qualquer medida para neutralizar o crescente sentimento antibritânico entre o corpo de oficiais do Exército Brasileiro.

Por outro lado, os Aliados também estavam sempre dispostos a fomentar a desunião entre os dois líderes militares, sugerindo falsamente em diversas ocasiões que a estrela de Góes Monteiro

estava perdendo o brilho. “Góes Monteiro foi o gênio militar da revolução, porém acredita-se que Vargas e Aranha não confiam mais nele e, conseqüentemente, gostariam de ver sua importância oficial diminuída”, especulara uma fonte do serviço de inteligência americano no Brasil para Washington em setembro de 1940. “Eles estão fortalecendo o prestígio de Dutra, empurrando-o para as luzes da ribalta pública sempre que possível.”³⁴ Era verdade que havia uma rivalidade histórica entre os dois líderes, mas quanto à questão do fornecimento de armas — e, sobretudo, no caso do *Siqueira Campos* — os dois estavam em total acordo de que o Brasil deveria adotar uma postura firme perante os britânicos. Também concordavam sobre a utilidade de uma tática específica para fazê-lo: forçar os Estados Unidos, que temiam empurrar os brasileiros para mais perto da influência nazista, a exercerem uma pressão forte sobre os britânicos.

Vargas não estava no Rio de Janeiro na época da crise do *Siqueira Campos*, mas dera a Oswaldo Aranha carta branca para encontrar uma solução que melhor atendesse os interesses brasileiros.³⁵ Isso representava uma espécie de presente de grego para o ministro, que estava bem consciente de que qualquer fracasso em resolver a crise em termos que parecessem favoráveis ao país levaria Dutra e os generais graduados do Exército a exigir sua renúncia. Enquanto o *Siqueira Campos* ainda estava em Lisboa, Aranha naturalmente dissera aos americanos que ele poderia renunciar se o navio não fosse liberado, mas isso era apenas uma ameaça inócua; ele não tinha qualquer intenção de deixar o cargo.

Quando a notícia da apreensão do *Siqueira Campos* chegou ao Rio de Janeiro, Aranha tomou duas decisões imediatas: em primeiro lugar, ele usaria toda influência que tivesse junto aos Estados Unidos para que estes intervissem a favor do Brasil e, em segundo lugar, ele não publicaria detalhes da crise na imprensa brasileira por medo de criar um forte sentimento antibritânico no país e, assim, perturbar suas próprias esperanças de fazer o Brasil pender para os Aliados. Em 22 de novembro, um Aranha irado enviou uma

advertência clara aos britânicos através do Departamento de Estado americano:

A embaixada brasileira em Londres afirma que as autoridades britânicas insinuam que agiram de tal forma com a concordância do governo americano. Enviei uma negação dessa insinuação. Esperamos que a decisão do governo britânico seja apenas uma formalidade. Não podemos compreender uma ação tão arbitrária. Se essa brutalidade for concretizada, seremos forçados a tomar uma atitude que poderá, infelizmente, perturbar a política continental, a qual, com nossa ajuda, tem sido a de boa vontade para com a Inglaterra.³⁶

A mensagem de Aranha era clara: se os Estados Unidos não convencessem a Grã-Bretanha a liberar o navio, isso colocaria em risco qualquer simpatia da América Latina em relação aos Aliados.

Para complicar ainda mais as coisas para Aranha, seu interlocutor de confiança, Jefferson Caffery, retornara aos Estados Unidos em férias, forçando o ministro das Relações Exteriores a lidar com funcionários menos graduados, com quem ele não tinha um relacionamento estreito. Ainda assim, Aranha prosseguiu com a estratégia de manter o assunto longe da imprensa brasileira. Em 23 de novembro, a embaixada americana no Rio de Janeiro informou a Washington: "Ainda não há menção alguma na imprensa brasileira sobre o navio."³⁷

Em Washington, o Departamento de Estado fez o que pôde para resolver o que via como uma asneira britânica. Tanto Cordell Hull quanto seu vice, Sumner Welles, prometeram fazer o possível para resolver a crise. Em 25 de novembro, Hull enviou uma mensagem de apoio a Aranha através da embaixada no Rio de Janeiro:

Fiquei muito preocupado ao saber que os britânicos tinham parado e detido o *Siqueira Campos* apesar de todos os esforços que nossos governos têm envidado. Nos últimos dias, Caffery e eu explicamos em detalhes ao encarregado de negócios britânico daqui as circunstâncias envolvendo a compra das armas e todas as razões que atestam a conveniência de permitir que o navio prossiga para o Brasil. Somos bastante enfáticos e precisos em

nosso parecer. Lorde Lothian, o embaixador britânico, voltou ontem. Falarei com ele mais energicamente hoje ou, o mais tardar, amanhã na expectativa de que ele compreenda a importância de permitir que o navio prossiga.³⁸

Ficou claro que os americanos estavam se desdobrando para atender os brasileiros, chegando ao ponto de minar seus aliados britânicos no processo. De fato, Hull em particular continuava furioso com os “britânicos ingratos”, cujas ações, ele acreditava, ameaçavam a Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos no Brasil.

Se é que era possível, o subordinado de Hull ficou ainda mais aborrecido com a aparente cegueira da Grã-Bretanha em relação ao programa de política externa cuidadosamente elaborado pelos Estados Unidos. Sumner Welles, cujos lendários acessos de raiva já eram motivo de fofoca em grande parte do Departamento de Estado, ficou muito irritado quando soube da ação britânica, temendo que ela tivesse posto em perigo toda a Política de Boa Vizinhança na América Latina. Tanto ele quanto Hull afirmaram que os únicos vencedores no caso do *Siqueira Campos* eram os alemães, para quem a crise era uma situação de lucro certo: ou os brasileiros acabariam por receber as armas e a influência da Alemanha no país permaneceria intacta, ou — se a Grã-Bretanha confiscasse em definitivo as armas — a Alemanha teria nas mãos tudo de que precisava para separar os brasileiros dos Aliados.

Não demorou muito para os americanos se darem conta de que Aranha estava tão preocupado quanto eles com as implicações estratégicas da ação britânica. Era visível que o ministro das Relações Exteriores continuava irritado com todo o caso quando Burdett, o encarregado de negócios americano, reuniu-se com ele em seu gabinete no final da noite de 25 de novembro, o terceiro dia da crise. Certo ou errado, Aranha acreditava que a Grã-Bretanha estava em dívida com ele por suas propostas e hospitalidade. Ele destacou que recentemente fizera um discurso anti-Alemanha para saudar a missão econômica britânica no Brasil, liderada pelo marquês de Willingdon. Os americanos haviam observado que a

missão Willingdon “foi bem acolhida aqui, teve uma boa recepção na imprensa, foi bastante entretida, e a visita foi marcada por discursos de felicitação”, e muito disso foi devido à influência e às intervenções de Aranha.³⁹

Esse apoio explícito aos britânicos era arriscado. O ministro fizera suas observações em um jantar formal no Palácio Itamaraty, diante não apenas de Willingdon e de sua comitiva, mas também da fina flor da elite brasileira — entre eles, muitas das figuras do Exército que preferiam negociar com os alemães a fazê-lo com os britânicos ou os americanos. Grande parte das fofocas educadas durante a refeição versava sobre a capacidade da Grã-Bretanha de resistir a uma invasão alemã, esperada para breve. Aranha sentia que tinha assumido um risco enorme ao fazer esse discurso tão favorável aos britânicos no momento em que eles se recusavam a deixar armas alemãs entrarem no Brasil.

No final do encontro com Burdett, Aranha presenteou-o com uma cópia da carta que o embaixador brasileiro em Londres apresentaria ao Foreign Office no dia seguinte. O texto era uma defesa vigorosa da posição do Brasil e focava em duas questões principais que os brasileiros sentiam que os britânicos tinham preferido ignorar. A primeira envolvia a decisão do Brasil de adquirir armas dos alemães: “Nós só compramos da Alemanha porque era impossível, naquela ocasião, adquiri-las em melhores condições em qualquer outro lugar.”⁴⁰ A segunda e mais importante era que o Brasil encomendara essas armas em 1938, antes do início da Segunda Guerra Mundial, e já pagara por elas. Além disso, os britânicos não se opuseram a entregas anteriores referentes a esse mesmo pedido, e uma parte da remessa a bordo do *Siqueira Campos* estava relacionada a pedidos já antigos de certos itens como peças de reposição e munição.⁴¹ Aranha destacou que os alemães simplesmente ficariam com as outras armas, que por contrato deveriam ser embarcadas para o Brasil, e as usariam em sua guerra contra a Grã-Bretanha.⁴²

A carta do ministro sugeria claramente que as ações britânicas não apenas eram injustas, mas também fortaleciam, em vez de enfraquecerem, a posição da Alemanha na América Latina.⁴³ Quando Burdett se despediu, um Aranha cansado disse ao americano: "Tendo em vista a postura do Exército aqui, considero esse assunto extremamente perigoso. Acredito que os generais interpretarão mal e estou contando com a ajuda do Departamento de Estado para evitar uma situação intolerável."

Justo quando Burdett alcançava a porta interna do gabinete, Aranha proferiu a frase de impacto que ele sabia que seria a epígrafe do telegrama a Washington: "O sucesso de todos os meus esforços para manter o Brasil favorável às democracias está ameaçado por esse incidente lamentável."⁴⁴

Para se certificar de que os americanos entenderiam a mensagem, Aranha convocou a ajuda de Góes Monteiro. Disse ao general para falar com diplomatas americanos na embaixada. Quando Góes Monteiro o fez, foi franco, como era de seu feitio, alertando sobre represálias contra os interesses comerciais britânicos no Brasil se o *Siqueira Campos* não fosse liberado. Ele lembrou aos diplomatas que Aranha precisara ocultar do povo brasileiro informações sobre a detenção do navio em Gibraltar pois "eles ficariam tão indignados que retaliariam os interesses britânicos".⁴⁵ O general concluiu agradecendo aos americanos pela, como ele disse, "esplêndida ajuda que vocês nos têm dado".⁴⁶

A princípio, os britânicos não deram importância ao que consideravam um blefe dos brasileiros. Continuaram desdenhosos das tentativas por parte dos governos brasileiro e americano de viabilizar a liberação do navio e acreditavam que deveria ter havido algum conluio entre Washington e o Rio de Janeiro para preparar antecipadamente tal campanha antes de o navio zarpar. "É bem lamentável que o governo dos Estados Unidos tenha se deixado manipular para apoiar uma tentativa de romper nosso bloqueio", informou um irritado funcionário do Foreign Office. E acrescentou:

“O governo brasileiro não ousaria, acredito, agir dessa maneira se não tivesse garantido o apoio dos Estados Unidos.”⁴⁷

Contudo, os britânicos foram pragmáticos. Eles entenderam, como os americanos e os brasileiros, que “a situação criada deve ser considerada um grande sucesso para os nossos inimigos”. A embaixada britânica em Washington advertiu Londres de que, se o navio não fosse autorizado a seguir para o Brasil, a Grã-Bretanha poderia acabar envolvida em uma disputa grave com o Departamento de Estado americano que duraria anos.⁴⁸

Em 5 de dezembro de 1940, lorde Halifax, o ministro das Relações Exteriores do Foreign Office britânico, prestes a deixar o cargo, informou aos americanos que os britânicos estavam secretamente considerando a possibilidade de um acordo com relação ao navio.⁴⁹ Sua mudança de rumo se devia, em grande parte, à pressão do Departamento de Estado americano, mas o Ministério da Guerra britânico aumentou a pressão, afirmando: “É extremamente desejável que o Exército Brasileiro seja autorizado a obter esses armamentos, sobretudo porque eles são vitais para a defesa costeira do Brasil.”⁵⁰ Em Londres, o Ministério da Guerra Econômica, que causara a crise ao ordenar a apreensão do navio, ficava cada vez mais isolado à medida que os britânicos lutavam para encontrar uma fórmula que mantivesse a integridade de seu bloqueio naval e ainda assim permitisse que o *Siqueira Campos* fosse para o Rio de Janeiro.

Enquanto as negociações prosseguiam, o sentimento antibritânico crescia na capital e no resto do Brasil. Depois de, a princípio, manter a história fora da imprensa brasileira, Aranha tornou pública a crise e colocou toda a força do departamento de propaganda do governo nisso. A imprensa brasileira acusava o governo britânico de agir como um poder imperial e de tratar o Brasil como uma de suas colônias. Tanto Dutra quanto Góes Monteiro fizeram declarações públicas fortes contra a posição britânica e convocaram o Brasil a considerar o rompimento temporário das relações com a Grã-Bretanha. As tensões no país aumentaram ainda mais quando

Aranha anunciou que um segundo navio brasileiro, o vapor *Bagé*, se preparava para zarpar de Lisboa no mês seguinte, janeiro de 1941, com uma carga de exportações alemãs, inclusive armas.

Dois outros eventos marítimos de menor porte provocaram novos protestos no Brasil. Em 27 de novembro de 1940, os britânicos haviam confiscado cerca de setenta pacotes de mercadorias provenientes de um navio brasileiro em Porto de Espanha por suspeitarem que fossem originários do Eixo.⁵¹ Mais tarde descobriu-se que alguns pacotes tinham sido apreendidos por engano.⁵² Então, em 1º de dezembro, um cruzador da Marinha britânica removeu 22 cidadãos alemães do vapor brasileiro *Itapé*, que estava a apenas trinta quilômetros do litoral brasileiro. Os detidos, verificou-se, viajavam entre dois portos domésticos do país.⁵³ Em tempos normais, os dois eventos teriam sido considerados insignificantes, mas tendo ocorrido, como era o caso, no auge da crise em torno do *Siqueira Campos*, eles reforçaram a impressão do Brasil de que os britânicos estavam indo longe demais ao imporem o bloqueio marítimo.

Contudo, o Brasil também foi pragmático. Embora o presidente Vargas estivesse furioso com os britânicos, rotulando-os de “valentões coloniais”, ele entendeu que era preciso encontrar uma solução para que o *Siqueira Campos* fosse autorizado a zarpar. Góes Monteiro continuou a atacar os britânicos em público, mas, pessoalmente, estava ciente de que a crise marcava o fim do comércio de armas entre o Brasil e a Alemanha. Ele confessou a Aranha que o jogo chegara ao fim e que o Brasil deveria buscar um acordo com a Grã-Bretanha para assegurar que as armas no *Siqueira Campos* chegassem ao seu destino — com o entendimento de que seria quase certamente a última remessa desse tipo que o Brasil receberia do regime nazista. Vargas, Aranha e Góes Monteiro esperavam que os britânicos propusessem uma fórmula conciliatória, uma condição que, os três entenderam, seria a garantia brasileira e a proibição rigorosa de quaisquer futuras exportações alemãs. Eles

concordaram que Aranha deveria fazer um último esforço para obrigar os americanos a pressionarem os britânicos, na esperança de que qualquer acordo que estes oferecessem fosse em condições favoráveis ao Brasil. Aranha encontrou o Departamento de Estado americano extremamente disposto a fazer isso desde que o governo brasileiro continuasse a elogiar o papel dos Estados Unidos na resolução da crise.

Lorde Halifax fez a muito aguardada oferta conciliatória ao Brasil em 6 de dezembro de 1940. Ele, conhecido como “a santa raposa” por suas astutas habilidades diplomáticas, tentou explicar o dilema britânico para o embaixador brasileiro em Londres. Observou que os britânicos não podiam liberar o *Siqueira Campos* sem enfraquecer a própria política de bloqueio, portanto a Grã-Bretanha precisava pedir ao Brasil “que tomasse certas medidas para tornar o bloqueio mais eficaz”.⁵⁴ Em outras palavras, os britânicos liberariam a carga apenas se os brasileiros os ajudassem a não passar por uma humilhação. Na verdade, depois de discutir a questão, o governo britânico queria chegar a um entendimento favorável a ele com os brasileiros sobre as condições do acordo, com a intenção de mostrar ao Rio de Janeiro e a Washington que levava o bloqueio a sério — cuja execução era considerada vital para o seu esforço de guerra. Na esperança de alistar o apoio do Departamento de Estado, lorde Halifax entrou em contato com Cordell Hull para defender a posição da Grã-Bretanha. “Os brasileiros não tinham um bom argumento do ponto de vista técnico (...) e espera-se que você apoie no Rio de Janeiro o pedido britânico para uma concessão compensadora por parte do Brasil”, disse ele ao colega americano.”⁵⁵

A Grã-Bretanha descreveu a “concessão compensadora” que queria do Brasil em uma lista bem longa e prolixa de demandas, que incluíam a imobilização de todas as embarcações inimigas localizadas em portos brasileiros e a suspensão de todos os voos da LATI (companhia aérea italiana) dentro e fora do Brasil.⁵⁶ Tais medidas não só garantiriam que não haveria uma repetição do caso *Siqueira*

Campos, como também fortaleceriam o bloqueio da Grã-Bretanha às potências do Eixo. Para tentar incentivar uma conclusão breve da crise, a embaixada britânica no Rio de Janeiro pleiteou na nota que acompanhava a lista: "O governo britânico está ansioso para que os passageiros do *Siqueira Campos* não tenham que passar por mais transtornos devido à detenção do navio e, portanto, saudará uma resposta rápida do governo brasileiro."⁵⁷

Os britânicos receberam uma resposta rápida, mas não a que esperavam. Aranha levou a oferta ao presidente, porém avisou-o de que as condições da Grã-Bretanha eram inaceitáveis — o Brasil não poderia se permitir ser forçado a cortar por completo seus laços econômicos com o Eixo. O presidente concordou.⁵⁸ Quando Vargas convocou seu gabinete para discutir as exigências britânicas, o foco da reunião não foi a possibilidade de aceitar a oferta, mas sim as medidas que o Brasil poderia tomar em retaliação pela apreensão do *Siqueira Campos*, tal como a apreensão de propriedades britânicas no país. Os militares defendiam o rompimento nas relações anglo-brasileiras, e Aranha considerava essa pressão cada vez mais difícil de suportar.⁵⁹

Disposto a resolver a questão antes que ela lhe custasse o cargo ou causasse um rompimento irreparável entre o Brasil e os Aliados, Aranha procurou a ajuda dos americanos para enfim encerrar a crise. "A Inglaterra está tentando jogar o Brasil nos braços da Alemanha", afirmou ele, mas depois insinuou que o Brasil estava disposto a cooperar com os britânicos.⁶⁰ "Achei as condições afrontosas e também impertinentes em seu tom, mas, após um estudo cuidadoso, elas são mais razoáveis do que pareciam à primeira vista", reconheceu. Trabalhando com o pleno conhecimento do presidente, mas não com o de Dutra ou de Góes Monteiro, Aranha tentava desesperadamente chegar a um acordo antes que a indignação de seus compatriotas tornasse tal entendimento impossível.

O Exército Brasileiro mostrava-se cada vez menos interessado em chegar a um acordo com a Grã-Bretanha. Em 11 de dezembro, Góes Monteiro desabafou sua raiva dos britânicos com os americanos de uma maneira que deixou os Estados Unidos extremamente preocupados com a possibilidade de ele tentar empurrar o Brasil para o campo alemão. O general declarou irritado:

Os britânicos não percebem o dano irreparável que estão fazendo à sua causa e aos seus interesses no Brasil por sua atitude teimosa e irracional. Embora 90% da população brasileira fosse, anteriormente, pró-Grã-Bretanha, essa situação mudou. Eles fizeram o jogo dos alemães. Não há necessidade de os nazistas fazerem propaganda aqui. Os britânicos estão fazendo isso por eles. Mesmo com uma solução satisfatória para o caso, o dano já está feito. Os britânicos esquecem que seus enormes interesses neste país, como a ferrovia de São Paulo, a Western Telegraph, o Banco de Londres, as indústrias alimentícias etc., podem ser confiscados se o *Siqueira Campos* não for liberado. Os britânicos esquecem o apoio recebido de nossas autoridades navais e portuárias no abastecimento e reparo de seus navios. Eles possuem mais de cem agentes secretos neste país, os quais são conhecidos por nós, que foram autorizados a trabalhar sem serem incomodados, mas pretendemos acabar com essa situação.⁶¹

Góes Monteiro pode ter feito papel de valentão, mas suas ameaças foram suficientes para deixar os americanos nervosos — eles sabiam muito bem que, se o Brasil deixasse de receber navios britânicos em seus portos ou passasse a prender espiões da Grã-Bretanha, isso poderia causar uma turbulência diplomática que, muito provavelmente, levaria a uma ruptura entre o país e os Aliados.

Intencionais ou não, as ameaças de Góes Monteiro estimularam os americanos a mediar uma solução, e em 13 de dezembro o Brasil e a Grã-Bretanha pareciam ter concordado com as linhas gerais de um acordo para garantir a liberação do *Siqueira Campos*. Em um sinal de degelo nas relações anglo-brasileiras, Aranha instruiu o Departamento de Imprensa e Propaganda, ou DIP, a suspender quaisquer referências à Grã-Bretanha nos cinejornais exibidos no Rio

de Janeiro.⁶² Entretanto, apesar dos esforços do ministro, o sentimento antibritânico no Brasil parecia quase impossível de controlar.

O caso do *Siqueira Campos* levara o Brasil ao limite. Nos círculos britânicos do Rio de Janeiro corriam rumores de que o governo de Vargas preparava uma legislação para apreender os bens britânicos no país.⁶³ Aranha, entretanto, temia que a Alemanha usasse a crise para influenciar ainda mais o público brasileiro. “Farei o que puder para conter a onda de sentimento antibritânico”, assegurou Aranha aos americanos, “mas (...) isso é muitíssimo difícil em função das agitações inspiradas pelos alemães a favor de uma vigorosa ação retaliatória contra os britânicos”.⁶⁴

No entanto, em última análise os esforços de Aranha prevaleceram. Em 15 de dezembro, Brasil e Grã-Bretanha chegaram a um acordo para liberar o *Siqueira Campos* que seguiu as linhas propostas pelos britânicos: o Brasil concordou em confiscar os navios do Eixo fundeados em seus portos. A fim de ajudar a selar o acordo, Aranha deu sua palavra de que este seria o último carregamento de armas que o Brasil tentaria adquirir da Alemanha. Ao saber da notícia, Vargas escreveu em seu diário: “Finalmente, foi um alívio e um momento de grande emoção. Eu estava decidido a adotar medidas severas para fazer prevalecer os interesses do país, mas entendi que isso poderia resultar em perdas e preferi uma solução pacífica.”⁶⁵ Tal solução parecia enfim ter sido encontrada — e Aranha, o ministro das Relações Exteriores de Vargas, merecia grande parte do crédito.

Em 21 de dezembro de 1940, o *Siqueira Campos* foi abastecido com carvão em Gibraltar e, com os passageiros e os armamentos alemães ainda a bordo, partiu para o Rio de Janeiro.⁶⁶ A crise, porém, estava longe de terminar. Irritado com a humilhação sentida nas mãos dos britânicos, o Exército Brasileiro procurava um confronto — não apenas com a Grã-Bretanha, mas também com Aranha, que a força armada acreditava ter cedido à pressão anglo-

americana. Seria um verão longo e perigoso para Vargas e seus olhos esquerdo e direito.

FUGA DO RIO DE JANEIRO

DEZEMBRO MARCOU o início da temporada sufocante do verão no Rio de Janeiro e foi um mês difícil para as pessoas que — como o presidente Vargas e outras figuras do firmamento político do Brasil — precisavam trabalhar na cidade. Jefferson Caffery rotulou dezembro como o “mês das três camisas por dia”, e com certeza a moda masculina da época piorava ainda mais o problema. As camisas de manga curta ainda eram vistas com desaprovação em 1940, sobretudo no transporte público. Era uma época em que os homens usavam ternos brancos de linho puro e camisas de manga comprida passadas com esmero e sem gravata. O custo de um terno de três peças lavável, confeccionado por um alfaiate local, variava entre 15 e 25 dólares, uma ninharia para os estrangeiros prósperos, mas a maioria dos diplomatas, incluindo Caffery, preferia importar seus ternos, tanto os de linho quanto os de lã leve — os de linho para o verão e os de lã para os meses mais frescos.¹ As cariocas abastadas usavam vestidos de verão leves em tons pastel, importados da Europa ou copiados de modelos europeus por costureiras locais.

Para piorar a situação, dezembro marcava o início da temporada social do verão, quando as noitadas dos líderes políticos do Brasil e dos diplomatas estrangeiros eram repletas de eventos formais que exigiam roupa de gala. Nos jantares, a maioria dos homens optava por usar paletós brancos, pois eram mais leves e mais adequados ao clima. Já as senhoras usavam vestidos longos de seda de estilo europeu. O custo de um vestido de gala confeccionado no país

variava de 30 a 100 dólares.² Tanto os cavalheiros quanto as damas do circuito social da cidade eram aconselhados a ter pelo menos dois exemplares de cada item, uma vez que — como a embaixada americana advertia — “a limpeza a seco no Rio de Janeiro é de uma qualidade muito inferior e insatisfatória. Portanto, é bom depender dela o mínimo possível”.³

A exigência final de indumentária para o verão eram, naturalmente, as roupas de banho. Os homens usavam sungas brasileiras, menores e mais apertadas do que os modelos tradicionais da Riviera francesa e dos Estados Unidos. Já os maiôs revelavam as coxas e os ombros e, na maioria dos casos, vinham sem detalhes decorativos que pudessem prejudicar seu corte apertado. Os cariocas eram mais ousados do que os banhistas europeus e americanos quando se tratava de mostrar a pele, mas seus trajes permaneciam conservadores fora da praia — um reflexo da influência permanente da Igreja Católica no Brasil.

Nas semanas que antecederam o Natal, enquanto Vargas estava enfiado nos Palácios Guanabara e do Catete, irritado, lendo telegramas diplomáticos, a maioria dos moradores comuns tentava escapar do calor pegajoso e opressivo da cidade passando o maior tempo possível em uma das praias. Levava apenas dez minutos para ir de carro do Centro do Rio de Janeiro à sua praia mais famosa, Copacabana, onde o ar era mais fresco — mesmo no meio do dia. Graças aos ventos que açoitavam essa parte exposta do litoral, a temperatura em Copacabana poderia ser quatro ou cinco graus mais baixa do que a do Centro. A brisa fresca e as sombras projetadas pelo número crescente de altos prédios de apartamentos e hotéis internacionais perfilados ao longo da larga avenida à beira-mar de Copacabana tornavam o calor do verão ainda mais tolerável. Entre os locais, o bairro era adequadamente conhecido como “o pulmão da cidade”.⁴

O mais célebre de todos os hotéis do Rio de Janeiro era o Copacabana Palace, onde os ricos e famosos podiam desfrutar da

vista para o mar, dos restaurantes e de uma adega de vinhos de qualidade internacional. O hotel era para a cidade o que o Ritz Carlton era para Nice: um símbolo de status e uma exclusividade dos privilegiados. Durante a temporada de verão era muito difícil encontrar acomodações no hotel, e os turistas e dignitários visitantes eram aconselhados a fazer reservas com bastante antecedência.⁵ A guerra na Europa aumentara o interesse internacional pelo Brasil, dada sua importância estratégica para o lado dos Aliados, o que tornava ainda mais difícil conseguir um quarto no hotel. No entanto, o caráter exclusivo do Copacabana Palace não era seu único atrativo. Seu restaurante com ar-condicionado era um oásis de felicidade no meio da cidade sufocante — e tornava o hotel um dos locais prediletos de Oswaldo Aranha, que preferia ir lá para almoçar com dignitários estrangeiros, em vez de convidá-los para o Ministério das Relações Exteriores, que não possuía essa comodidade.

Em geral, os cariocas podiam contar com chuvas ocasionais para refrescar a cidade, mas dezembro de 1940 avançava sem qualquer sinal de mudança no clima. Felizmente, o período entre o Natal e o Carnaval, no final de fevereiro, era temporada de férias, e muito pouco acontecia no Rio de Janeiro nesse intervalo — o que permitia às pessoas com recursos tentar escapar do calor saindo da cidade. Alguns iam para as montanhas mais frescas, onde muitos cariocas mantinham casas de veraneio, outros iam para fazendas ou casas de familiares, longe da agitação da cidade. Contudo, nem todos tinham tanta sorte.

Para aqueles que precisavam permanecer na capital, dezembro era um tempo para terminar o trabalho do ano que acabava e se preparar para o próximo. Vargas fazia exatamente isso enquanto 1940 chegava ao fim. Sua esposa, Darci, já havia deixado o Rio de Janeiro e se instalara no retiro presidencial em Petrópolis, a cidade serrana favorita da elite da capital, enquanto Alzira partira para a fazenda da família no Rio Grande do Sul. O presidente ficou sozinho,

terminando as negociações do orçamento para 1941 e preparando sua tradicional mensagem de fim de ano ao povo brasileiro.

Mesmo em circunstâncias normais, Alzira não gostava de deixar o pai — mas, em dezembro de 1940, ela sentiu que o presidente estava particularmente exposto sem a filha ao seu lado. O Exército ainda reclamava do acordo feito por Aranha com os britânicos, que era visto pelos generais e pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, como um tapa na cara. Depois de tudo que ela e o pai tinham passado, só restava a Alzira imaginar por quanto tempo esses ressentimentos cozinhariam em fogo brando — e se logo transbordariam.

Devido ao calor excessivo do Rio de Janeiro, Vargas passara a trabalhar à noite, no pequeno mirante no topo de uma colina atrás do Palácio Guanabara.⁶ Ele também preferia fazer reuniões no mirante e recebia convidados no edifício principal do palácio apenas relutantemente, caso os visitantes fossem membros do corpo diplomático estrangeiro. Até mesmo a rodada semanal de golfe do presidente tinha se tornado uma espécie de provação; “joguei golfe, muito calor” era uma anotação constante em seu diário em dezembro de 1940.⁷

Vargas esperava deixar a capital em breve durante o verão. Como os outros moradores da cidade, o presidente estava diminuindo o ritmo de trabalho e se preparando para mudar para a residência de verão no Palácio Rio Negro, nas montanhas de Petrópolis. A cidade serrana tornara-se uma verdadeira extensão do Rio de Janeiro, com diplomatas, funcionários do governo e empresários locais instalados ali durante o verão. O embaixador britânico passava dois meses por ano em Petrópolis, na residência de veraneio que a embaixada possuía nessa cidade. Os americanos, para grande desgosto de Caffery, não tinham um retiro semelhante; eles alegavam: “Não era prático ir e vir de lá e continuar a trabalhar ou realizar outras atividades diárias no Rio de Janeiro.”⁸ Em diversas ocasiões, em geral durante o mês de dezembro, Caffery implorou a Washington

para reconsiderar essa política e investir em uma residência de verão para o embaixador em Petrópolis.

Como Caffery sem dúvida sabia, era possível viajar de Petrópolis para o Rio de Janeiro relativamente rápido em 1940. O trajeto levava apenas cerca de uma hora e meia, permitindo que muitos maridos e pais passassem a semana de trabalho na capital e se juntassem às suas famílias em Petrópolis nos fins de semana, durante o verão. Essa flexibilidade era possível porque a estrada para Petrópolis estava melhorando — agora era uma das vias pavimentadas mais extensas do país. Ela passava pela área plana nos limites do Rio de Janeiro antes de fazer curvas acentuadas e subir as montanhas, atingindo, por fim, uma planície a partir da qual a cidade, com suas pontes vermelhas pitorescas e casas antigas, era visível.

No auge do verão brasileiro, Petrópolis era um paraíso comparado ao Rio de Janeiro. A temperatura se mantinha quente durante o dia, mas caía consideravelmente ao final da tarde, permitindo que as pessoas dormissem com conforto. Enquanto a capital fedia a poluição nos meses de verão, Petrópolis era coberta pelo rico perfume das matas que cercavam a cidade. Stefan Zweig, um de seus residentes dos tempos de guerra, maravilhou-se com “o charme do lugar (...) As montanhas não possuem contornos nítidos, mas deixam a cidade em colinas gradualmente sinuosas, enquanto as flores brilham por todo lado nesta cidade de jardins”.⁹

Localizado no Centro de Petrópolis, em meio a belos jardins, ficava o impressionante Palácio Rio Negro, o retiro de verão de dois andares do presidente. O palácio fora construído pelo barão do Rio Negro e tinha sido bastante modernizado pela família Vargas; o presidente gostava de receber visitas ali. Alguns dos encontros mais importantes de seu regime ocorreram durante refeições na sala de jantar do palácio ou em passeios em seus jardins. Vargas percebeu que todo mundo parecia mais descontraído quando o visitava em Petrópolis; amigos e inimigos também deixavam cair as máscaras, e até mesmo Dutra, o frio ministro da Guerra, conseguia sorrir vez ou outra. Quando não estava envolvido com os assuntos oficiais, o

próprio Vargas passeava nos jardins do palácio, jogava golfe em um campo nas proximidades e caminhava pelas ruas tranquilas da cidade, conversando com os transeuntes.¹⁰ Era em Petrópolis que Vargas sentia sua mente mais livre, mais criativa e perspicaz. Resolver problemas era muito mais fácil ali do que nos abafados palácios da capital.

No entanto, em dezembro de 1940, Vargas estava bastante ansioso para descansar de seus problemas. Com o caso do *Siqueira Campos* aparentemente resolvido no início do mês, o presidente esperava se retirar por um tempo e juntar-se à esposa no ar da montanha. No balanço geral, o ano fora bom. Durante 1940, seu governo autoritário se tornara mais popular no Brasil, com menos ameaças tanto de comunistas quanto de integralistas.¹¹ O ponto alto fora a assinatura do acordo para o enorme projeto da siderúrgica, o qual Vargas acreditava que ajudaria a transformar a economia do país — até porque ela permitiria que o Brasil exportasse aço.

Entretanto, além da crise com a Grã-Bretanha, o ano teve alguns problemas. Em maio de 1940, o bloqueio naval britânico cortara cerca de 40% dos mercados de exportação pré-guerra do Brasil, significando que os brasileiros estavam mais pobres em 1940 do que antes da guerra.¹² Vargas também continuava preocupado com o impacto da crescente influência americana no país; ele encarava o envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos brasileiros como um mal necessário, porém tinha dúvidas quanto ao ponto a que isso tudo chegaria. Jefferson Caffery — com seu sotaque sulista arrastado e o jeito agressivo — tornara-se irritante para o presidente. Além disso, Vargas entendia que ainda havia homens em quem não podia confiar — sobretudo, o chefe de polícia — em posições importantes do seu regime. Contudo, a real extensão do problema em breve se tornaria aparente.

Quatro dias antes do Natal, no final da manhã de 21 de dezembro, Dutra chegou ao Palácio Guanabara e exigiu ser recebido pelo presidente.¹³ Vargas logo pensou que havia algo muito errado, e a

caminhada do mirante até o edifício principal do palácio o deixou cansado, com calor e sem disposição para conversa fiada, então Dutra se ateve a seu roteiro curto pré-planejado. “Vim pedir demissão do cargo”, declarou ele.¹⁴ O ministro não deu ao presidente a oportunidade de falar. Logo continuou: “A situação dos armamentos é desesperadora. Não podemos receber armas alemãs por causa da oposição inglesa, e nada se espera dos Estados Unidos.” Vargas não aceitou a renúncia nem o motivo apresentado e tentou tranquilizar o general, mas Dutra partiu sem qualquer indicação de que reconsideraria sua decisão.¹⁵

No dia seguinte, depois de jogar sua partida semanal de golfe, Vargas voltou ao Palácio Guanabara para encontrar o chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro, que o aguardava. Logo ficou claro que a questão das armas e suas implicações para o Exército Brasileiro frustravam profundamente Góes Monteiro, tal como ocorria com Dutra. Apesar de não concordar com a ameaça de demissão de Dutra, Góes Monteiro deixou claro que o problema do Brasil com a Grã-Bretanha estava longe de ser resolvido. O Exército não estava disposto a deixar que o acordo entre os dois países impedisse o recebimento de novos carregamentos de armas da Alemanha. Algumas das armas encomendadas já estavam no vapor *Bagé*, nas docas, em Lisboa; outros armamentos que seriam entregues ao Brasil e pertenciam ao mesmo contrato ainda aguardavam na Alemanha o transporte para Portugal.

Um Natal tranquilo em Petrópolis não seria possível para Vargas. Ele tentou acalmar os militares com um discurso para os comandantes do Exército e da Marinha lotados no Rio de Janeiro no dia 31 de dezembro, mas não dormiu bem nos dias que antecederam o evento devido ao calor e, por isso, estava cansado e irritado.¹⁶ Para piorar a situação, seu filho Getulinho estava adoentado havia vários dias, e Darci retornara à capital para cuidar dele dia e noite.¹⁷ O menino era bem próximo do pai, e a

preocupação de Vargas com o filho servira apenas para aumentar seu estresse.

O discurso do presidente começou com um tributo enfático aos militares, os quais, ele reconheceu, trabalhavam em circunstâncias muito difíceis. Ele avisou ao público que o impacto daquela guerra mundial sobre o Brasil seria maior do que o do conflito anterior, afirmando: "A guerra atual tem repercussões mais profundas do que a de 1914."¹⁸ Vargas, em seguida, ofereceu aos presentes o que eles mais queriam ouvir: uma defesa ardente dos esforços do Brasil para adquirir armas alemãs e um aviso à Grã-Bretanha para não tentar impedir esse comércio no futuro:

Cuidamos de atender, ao mesmo tempo, o preparo pessoal e o reequipamento material. E esse reequipamento representa, sem dúvida, um extraordinário esforço do país em benefício da própria segurança, dadas as dificuldades financeiras que se nos depararam. As nossas aquisições não são vultosas; correspondem ao mínimo das necessidades. Nelas aplicamos recursos produzidos pelo nosso trabalho, e consideramo-las, por isso, legítima conquista da nossa capacidade para satisfazer os imperativos da defesa nacional, sem pedir o auxílio ou a assistência financeira de estranhos. O material bélico que encomendamos é nosso e custou o nosso dinheiro. Seria uma violência aos nossos direitos querer impedir que venha às nossas mãos, e quem o tentar não poderá esperar de nós atos de boa vontade e espírito de colaboração amistosa.¹⁹

As declarações de Vargas representavam uma tentativa explícita de apaziguar os militares brasileiros ao adotar uma linha dura com relação ao país pelo qual eles mais nutriam ressentimentos. O presidente sem dúvida antecipara que suas palavras teriam o efeito adicional de renovar os temores dos Aliados com respeito às tendências políticas do Brasil e de fortalecer a posição deste nas relações futuras com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Os britânicos, no entanto, optaram por ignorar o aviso. Em janeiro de 1941, eles forçaram o *Bagé*, ainda ancorado em Lisboa, a descarregar sua carga de armamentos alemães pouco antes da data

marcada para zarpar com destino ao Brasil. Tanto Dutra quanto Góes Monteiro argumentaram que a carga era, em grande parte, composta de peças necessárias para armas que o Brasil já recebera em remessas anteriores, mas seus protestos não surtiram efeito.

Oswaldo Aranha não se surpreendeu com a atitude dos britânicos em Lisboa ou com a resposta dos militares brasileiros. Na verdade, ele tinha se oposto à criação de um caso por causa da apreensão das armas. Durante a resolução da crise do *Siqueira Campos*, ele havia prometido que não haveria mais tentativas de importar armas alemãs e não estava disposto a voltar atrás em sua palavra por causa da carga no *Bagé*. Ele fizera essa promessa aos britânicos após consultar o presidente, Dutra e Góes Monteiro; ele tinha que acreditar que os militares haviam compreendido plenamente as implicações do acordo com os britânicos e que qualquer indignação da parte deles seria pura encenação.

No entanto, Dutra, por exemplo, parecia não ter compreendido esse aspecto do acordo — ou, pelo menos, não queria compreender. Ele negou ter concordado com a garantia de Aranha de que o *Siqueira Campos* seria a última remessa de armas alemãs.²⁰ Mais uma vez, Dutra apresentou sua renúncia ao presidente. Aranha também decidiu endurecer o jogo. No início de janeiro, informou a Vargas que, se este não o apoiasse, ele não teria alternativa a não ser se demitir.²¹

No impasse político subsequente, cada um dos lados procurou seus aliados internos e externos para tentar conquistar a vitória. Em sigilo, Góes Monteiro pediu ao Exército dos Estados Unidos para tentar ajudar a obter a liberação das armas. Já Aranha aproximou-se do Departamento de Estado americano, na esperança de que este pudesse conseguir o mesmo e ajudá-lo a salvar sua reputação ao fazer com que não parecesse que ele havia descumprido a promessa. Entretanto, no Brasil tanto Dutra quanto Góes Monteiro lançaram uma série de ataques ácidos contra os britânicos na imprensa brasileira controlada pelo Estado. As investidas se tornaram maldosas o suficiente para Aranha intervir, pedindo aos

editores que suavizassem a cobertura da crise do *Bagé*.²² Quando a notícia da intervenção de Aranha chegou a Góes Monteiro, o general ficou furioso. Ele falou bombasticamente sobre a presença de quinta-colunistas no Brasil e se irritou porque o Exército tinha que saber quem estava do seu lado. E exigiu reuniões com todos os proprietários de jornais do país, de modo que pudesse perguntar-lhes cara a cara: “Você é a favor do Brasil ou da Grã-Bretanha?”²³ Felizmente para eles, tais encontros nunca aconteceram, mas Góes Monteiro e Dutra continuaram a exigir de todos os jornais uma postura antibritânica forte. Em Londres, o Foreign Office, por sua vez, estava ficando nervoso com o crescimento da retórica antibritânica na imprensa brasileira. No entanto, o sentimento em Londres era de que a Grã-Bretanha estava com a razão, que um acordo era um acordo e deveria ser respeitado a qualquer custo.²⁴

A obsessão pela imprensa brasileira, tanto de Londres quanto dos militares brasileiros mais graduados, refletia uma percepção quase universal de que, por os jornais brasileiros serem controlados pelo governo de Vargas, qualquer notícia que divulgassem seria em essência a opinião do próprio Estado. Na verdade, embora Vargas pudesse exercer pressão sobre a imprensa do Brasil e censurá-la — até mesmo fechá-la — se ela o desobedecesse, faltavam-lhe os meios práticos ou a vontade política para amordaçar por completo a imprensa. A censura era, em grande parte, autoimposta e estava longe de ser universal — um fato que viria a assombrar Vargas nos dias seguintes.

Em 18 de janeiro de 1941, Vargas estava no Palácio Guanabara supervisionando a parte final da arrumação das malas para a sua mudança de verão para Petrópolis quando, com um grande trovão, a chuva enfim chegou ao Rio de Janeiro. A ironia da mudança brusca no clima logo no dia da sua partida, após semanas de calor opressivo, não passou despercebida pelo presidente. Ele sofria havia semanas por dormir mal devido ao calor das noites de verão da capital e ansiava pela queda na temperatura. Agora o clima mais

ameno estava chegando, logo quando ele se dirigia às montanhas para desfrutar um período de folga.

Enquanto o carro do presidente subia pela sinuosa estrada serrana em direção a Petrópolis, mais tarde no mesmo dia 18, a chuva virou tempestade, obrigando o motorista a diminuir a velocidade e demorar mais do que a hora e meia habitual. No entanto, havia um ponto positivo na chuva: ao entrar no Palácio Rio Negro, Vargas ficou encantado por ter chegado a Petrópolis quase despercebido.²⁵ Naquela noite, ele jantou com Alzira e seu marido, Ernani do Amaral Peixoto, que servira como governador do estado do Rio de Janeiro.²⁶ Alzira deixara a fazenda da família no Rio Grande do Sul e viajara a Petrópolis para estar com o pai. Tanto ela quanto Amaral alertaram o presidente sobre a crescente hostilidade de Góes Monteiro com a imprensa e o informaram de que os jornais montariam algum tipo de contraofensiva velada contra os militares nos próximos dias. Se isso acontecesse, uma turbulência política poderia se abater sobre o Brasil e criar uma divisão ainda maior entre os militares e o governo de Vargas. Alzira e Amaral pediram ao presidente que intercedesse antes que os editores de jornais pudessem levar o plano adiante. Vargas prometeu: “Vou pensar no assunto.” Contudo, o presidente fazia questão de permear seu horário de trabalho com algum lazer e fizera planos para jogar golfe no dia seguinte.²⁷

Assim como Alzira previra, a situação piorou no dia seguinte, quando dois jornais pareceram exceder os limites estipulados pelos militares. Em 19 de janeiro, o *Correio da Manhã* publicou uma propaganda aparentemente inofensiva, paga pela Confederação da Indústria Britânica, que incluía um comentário de Aranha favorável aos britânicos. Ao mesmo tempo, um editorial em outro jornal, o *Diário Carioca*, conclamava os brasileiros a apoiarem Vargas. Este último artigo foi de forma geral visto como um alerta ao Exército para se manter fora da política.²⁸ Dutra e Góes Monteiro ficaram furiosos com ambos os artigos, acreditando que — ao apoiar os britânicos e enfraquecer o Exército, respectivamente — Aranha e

Vargas haviam minado os esforços do Exército para liberar as armas alemãs detidas em Lisboa.

Paulo Bittencourt, o proprietário do *Correio da Manhã*, era um anglófilo conhecido e o dono de jornal mais interessante do Brasil. Magro, moreno e bonito, gostava de colecionar arte e mobiliário modernos e exibi-los em jantares em sua mansão, que ostentava um pátio grande e jardins bem cuidados. Ele falava um inglês impecável, com um sotaque que vinha diretamente de uma das melhores escolas públicas da Grã-Bretanha, e tinha uma relação muito boa com membros do governo brasileiro e famílias e industriais importantes do país.²⁹

O jornal de Bittencourt era considerado por muitos o mais influente do Rio de Janeiro, e, embora o Brasil tecnicamente não tivesse liberdade de imprensa, Bittencourt estava disposto a propagar suas ideias dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo. Ele era conhecido por suas opiniões fortes a favor dos britânicos e as defendia nas páginas do *Correio da Manhã* e em reuniões com autoridades brasileiras. Respeitava o Império Britânico e atacava qualquer um que alegasse que este estava fadado a ser derrotado em seu atual confronto com o Eixo. Bittencourt não considerava os americanos iguais aos britânicos em qualquer sentido, argumentando que os brasileiros, e não os ianques — como se referia a eles —, eram os herdeiros naturais da Grã-Bretanha e de seu império.³⁰

Nem todos no Brasil concordavam com o ponto de vista de Bittencourt, mas ele refletia uma linha de pensamento com influência considerável nas famílias mais nobres e antigas do país, sobretudo as da capital. Elas preferiam a ordem calma dos britânicos ao barulho e à impetuosidade dos americanos e estavam preocupadas com a possibilidade de o aumento da influência americana no Brasil mudar profundamente o modo de vida do país. De fato, muitos brasileiros se sentiam desconfortáveis com os efeitos do envolvimento dos americanos na América Latina e temiam que o país se tornasse um mero satélite dos Estados Unidos.

Entre aqueles que compartilhavam as suspeitas de Bittencourt com relação ao imperialismo americano estava o presidente Vargas. Apesar de o Brasil e os Estados Unidos terem acabado de fechar um dos acordos econômicos mais importantes da história brasileira, Vargas não conseguia acalmar sua inquietude com relação à crescente influência de Washington nos assuntos brasileiros. Isso com certeza influenciou sua resposta à crise dos jornais — assim como fizeram seus instintos políticos básicos, como Bittencourt previra.

Antes de publicar o anúncio britânico com o comentário favorável à Grã-Bretanha de Aranha, Bittencourt pensara muito sobre as repercussões que provavelmente enfrentaria. Ele achava que entendia um ponto crucial sobre o *modus operandi* de Vargas. Conforme Waldo Frank observou: “Vargas mantém o Brasil intacto ao ficar em cima do muro. Ao mostrar frieza diante de todos os incêndios; ao agir com lentidão centrípeta contra todos os dinamismos tangenciais do país (...) Vargas percebe o sentimento das pessoas e obedece ao que percebe (...)”³¹ Sabendo que a estratégia política do presidente o impedia de tomar partido em conflitos políticos, Bittencourt previu que Vargas não apoiaria o Exército em uma crise entre os militares e os jornais. Os brasileiros valorizavam sua imprensa, mesmo que esta não fosse livre no sentido entendido pelo Ocidente liberal, e o presidente não permitiria que os generais fechassem o *Correio da Manhã*. Então, Bittencourt lançou os dados.

Assim que o anúncio foi publicado, Dutra e Góes Monteiro exigiram que o *Correio da Manhã* fosse fechado de forma definitiva. Eles foram menos duros com o *Diário Carioca*, que no passado havia publicado artigos simpáticos ao chefe do Estado-Maior. Dutra e Góes Monteiro pediram que o jornal fosse apenas temporariamente suspenso como punição pelo artigo.

Contudo, o raciocínio político de Bittencourt mostrou-se corretíssimo. Vargas rejeitou a ideia de fechar o *Correio da Manhã* e suspendeu a publicação do *Diário Carioca* por um curto período,

observando que o artigo do jornal podia ser visto como uma tentativa de criar divisões entre o presidente e as forças armadas. Entretanto, recusou-se a punir Bittencourt por publicar o anúncio favorável aos britânicos e também a continuar a sancionar os protestos de Dutra. Este ameaçara renunciar se Vargas não lhe desse total apoio na crise sobre o carregamento mais recente de armas, porém o presidente agora informava a Dutra que não aceitaria sua demissão e ordenava que o ministro voltasse a assumir seus deveres. Os militares ficaram furiosos, mas nada podiam fazer. Ao ouvir a notícia da suspensão temporária do *Diário Carioca*, tropas protestaram em frente à sua sede até Góes Monteiro, que negou haver ordenado a manifestação, exigir que Dutra dispersasse os soldados. O ministro da Guerra cumpriu a ordem de imediato.³²

O desfecho da crise dos jornais foi visto como uma vitória política para Aranha e uma derrota para os militares, e essa conquista do ministro das Relações Exteriores teve implicações importantes para a política do Brasil com relação aos Aliados.³³ Depois da crise, as forças armadas brasileiras reduziram a pressão sobre os britânicos para que estes permitissem futuras remessas de armas alemãs ao país.³⁴ Os militares aceitaram que as perspectivas de receberem o embarque final de armas alemãs do contrato de 1938 eram nulas. Em vez disso, eles buscariam nos Estados Unidos um substituto para o armamento não entregue.

A resolução da crise mais recente do Brasil marcou uma virada importante sobretudo nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Os militares brasileiros enfim tinham aceitado o fato de que as armas alemãs estavam fora de cogitação. As desconfianças mútuas que caracterizaram a relação entre os militares brasileiros e o governo americano persistiram, mas os generais no Rio de Janeiro precisavam, acima de tudo, modernizar o Exército e agora não tinham opção a não ser trabalhar com os americanos.

Os Estados Unidos também suavizaram sua política para o Brasil. Os dois países ainda não haviam formalizado os acordos de defesa

mútua e de envios de armas acertados em caráter provisório na Minuta Góes Monteiro, concebida durante o caso *Siqueira Campos*, mas a lealdade de Vargas e Aranha ao espírito do acordo obviamente impressionara Washington. Agora os americanos assumiam uma posição mais positiva em relação a quais armas podiam e estariam dispostos a entregar ao Brasil: pela primeira vez, os militares brasileiros poderiam esperar receber metralhadoras e armas de defesa aérea, além de artilharia e munição. Os Estados Unidos também aprovaram um esquema de crédito generoso para permitir que o Brasil comprasse armas — uma concessão que muito aliviou as autoridades brasileiras, ainda bastante preocupadas com sua capacidade de pagar as armas em espécie ou em ouro, em vez de café e algodão.³⁵

Para a alegria de Paulo Bittencourt, o fim da crise com a Grã-Bretanha também levou a uma rápida melhoria nas relações anglo-brasileiras. Vargas buscou uma reaproximação rápida com Londres após a crise, e sua pressa — e o apoio popular pelos seus esforços — parecia confirmar que muitos brasileiros viam as relações estreitas com a Grã-Bretanha como um contrapeso bem-vindo à influência insidiosa dos Estados Unidos. Os britânicos, por sua vez, sentiram-se claramente justificados por terem mantido os termos originais do acordo do *Siqueira Campos*, porém estavam ansiosos para aparar as arestas com o regime brasileiro o mais depressa possível. O instigador original do litígio, o Ministério da Guerra Econômica britânico, mais tarde adotou uma interpretação mais liberal da política de bloqueio para o Brasil, ajudando a assegurar uma gestão mais branda do bloqueio em 1941.³⁶

Entretanto, os militares brasileiros ainda estavam irados. Apesar da promessa de armas americanas para compensar as que não viriam mais da Alemanha, os militares sentiram falta do apoio do presidente com relação à questão das armas. Esse não foi o único motivo de conflito.

Um dia após repreender o Exército por suas tentativas de fechar os dois jornais, Vargas mais uma vez provocou a ira das forças

armadas. Dessa vez, o problema foi a nomeação do primeiro ministro da Aeronáutica. No outono de 1940, Góes Monteiro recomendou que toda a aviação, com exceção da naval, fosse controlada pelo Ministério da Guerra. Vargas rejeitou a ideia e planejou criar um novo ministério para abarcar todas as formas de aviação.³⁷ Tanto o Exército quanto a Marinha achavam que o ministério devia ser comandado por um de seus homens. Contudo, em 20 de janeiro de 1941, o presidente anunciou que nomeara um civil, Joaquim Pedro Salgado Filho, como o novo ministro da Aeronáutica.³⁸ Vargas tomara a decisão após uma partida de golfe interrompida por seu principal assessor militar, que tentou convencê-lo a nomear um militar para o cargo a fim de apaziguar Dutra e Góes Monteiro.

A natureza da nomeação, bem como a hora escolhida, representava um risco calculado assumido pelo presidente. Era um sinal claro de que ele não permitiria que as forças armadas minassem sua autoridade, e isso provocou uma reação forte dos militares; Dutra acusou Vargas de usar o novo ministério para jogar as diversas partes das forças armadas umas contra as outras. Entretanto, apesar de todo o perigo inerente à sua decisão, ela foi promissora para as relações anglo-brasileiras. A popularidade de Vargas entre o povo brasileiro, juntamente com a crescente confiança em sua autoridade sobre os militares, colocava-o em uma posição melhor do que nunca para governar o Brasil em um momento em que Washington buscava estreitar de forma rápida seus laços com o país.

ESTREITANDO OS LAÇOS E AMPLIANDO AS DIVISÕES

NA PRIMAVERA DE 1941, um avião da Pan American Airways pousou no aeroporto no Rio de Janeiro trazendo dois turistas americanos. A viagem fora extraordinariamente rápida. Em 1941, como um sinal do aprofundamento dos laços com os Estados Unidos, as autoridades brasileiras tinham concedido à Pan Am permissão para voar sobre o país entre a cidade de Belém e a capital, uma medida que — ao lado da introdução de aeronaves strato-clipper da companhia aérea, que eram mais rápidas e totalmente pressurizadas — encurtara a árdua viagem de Miami ao Rio de Janeiro de cinco para pouco menos de dois dias.¹ Depois de uma viagem que percorrera mais de 1,6 mil quilômetros de “território virgem”, o Rio de Janeiro surgiu como “uma linda pérola encravada em uma esmeralda”, escreveu um passageiro animado que fizera a mesma viagem.²

O avião da Pan Am primeiro circulou sobre a cidade, como se desse uma volta olímpica, antes de aterrissar depressa na pista do aeroporto, construída em uma estreita faixa de terra adjacente à baía. A maioria dos passageiros do voo era de turistas em um cruzeiro aéreo, com duração de oito dias, que procuravam escapar do calor da cidade se hospedando nos santuários climatizados do Copacabana Palace e do igualmente luxuoso Hotel Glória. Os dois cavalheiros americanos, no entanto, tinham outros planos. Eles se dirigiram diretamente ao Centro da cidade, onde já começaram a trabalhar.³

Os homens eram funcionários do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), dirigido pelo carismático empresário e filantropo americano Nelson Rockefeller. Rico, bonito, ambicioso e com um ego tão grande quanto seus múltiplos talentos, Rockefeller recentemente tinha sido designado para o cargo de supervisor das relações comerciais, culturais e públicas dos Estados Unidos com os países da América Latina. Ele também tinha a intenção de criar confusão com o Departamento de Estado americano e com o homem que ele mais odiava em seus corredores abafados, Sumner Welles, o subsecretário da entidade.

Oficialmente, Rockefeller trabalhava para Welles — ao menos ele atuava no programa da Política de Boa Vizinhança, cujo nome fora cunhado pelo subsecretário, que ainda o controlava. No entanto, na verdade Rockefeller seguia uma agenda própria e acreditava estar subordinado diretamente ao presidente Roosevelt. Welles o considerava uma nau desgovernada, a qual poderia fazer tanto mal quanto bem no ambiente politicamente sensível da América Latina. A região era fundamental para as atribuições de Welles e, embora este não fosse contrário a uma cooperação limitada entre o Departamento de Estado e o escritório de Rockefeller, ele previa um papel secundário para o coordenador de negócios interamericanos. Sem dúvida o subsecretário não tinha qualquer interesse em ver um arrivista como Rockefeller prejudicar os esforços diplomáticos dos Estados Unidos ao sul do equador.

Em conversas privadas, nem Welles nem Rockefeller perdiam uma oportunidade de atacar um ao outro, mas, para Roosevelt, a inimizade deles era vista como uma vantagem. O presidente gostava de criar linhas concorrentes de comunicação e de responsabilidade com o intuito de evitar que seus subordinados se tornassem poderosos demais. Na verdade, uma das principais razões pelas quais o presidente trouxera Welles para o Departamento de Estado era que ele competiria com Cordell Hull, inimigo de Welles e um homem que Roosevelt considerava uma séria ameaça política. Dito e feito, o secretário de Estado costumava bater de frente com seu

vice, e o Departamento de Estado logo se encheu de boatos — disseminados, sem dúvida alguma, por Hull — sobre a sexualidade de Welles e sua conduta quando alcoolizado. Welles era sabidamente um alcoólatra propenso a cometer atos da mais indiscreta natureza quando bêbado.⁴ Alegava-se que, em conversas reservadas, Hull se referia a ele como “meu mariquinhas”.⁵ O que mais aborrecia Hull era a autorização que Welles recebera para entrar quando quisesse no Salão Oval — privilégio que não fora concedido ao secretário de Estado pelo presidente.

Outra peça desse complexo jogo político era o chefe da espionagem americana, general William “Wild Bill” Donovan, que também competia por influência no Brasil e entrou em choque em diversas ocasiões com Caffery, Welles e, sobretudo, com Rockefeller.⁶ Donovan chefiava o embrionário Escritório de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês), a agência de inteligência americana durante a guerra, e estava convencido de que Rockefeller faria uma lambança na América Latina, a menos que fosse controlado.

O conflito entre Donovan e Rockefeller era essencialmente uma guerra por áreas específicas da política americana para a América Latina. Donovan acreditava que o continente estava cheio de agentes nazistas e espiões e considerava a região um ponto vulnerável para os Estados Unidos. Ele argumentava que não fazia sentido Rockefeller, responsável pelas relações comerciais e culturais com a América Latina, também ficar encarregado da propaganda americana em uma região tão vital. Como ele destacou para Roosevelt, o OSS supervisionava as operações de propaganda em outras partes do mundo; portanto, sua agência também deveria administrar a propaganda no continente americano.

Nessa ocasião, o presidente decidiu apoiar Rockefeller, forçando Donovan a prometer que não se intrometeria na América Latina.⁷ Em 1941, pelo menos, Donovan manteve sua promessa; porém, mais tarde — quando os Estados Unidos entraram na guerra após o

ataque a Pearl Harbor — o chefe de espionagem enviou seus próprios agentes para a região e, logo depois, viu-se envolvido em mais disputas com agências rivais em Washington.

Rockefeller nem sempre prevalecia em seus confrontos com outras autoridades americanas. Certa vez, quando achou que Rockefeller tinha excedido sua autoridade, Sumner Welles levou o caso ao presidente. Roosevelt, sentindo-se no dever de apoiar seus funcionários do Departamento de Estado apesar da admiração pessoal por Rockefeller, defendeu Welles e advertiu o chefe do OCIAA de que faria o mesmo em controvérsias futuras.⁸ Entretanto, o jovem e enérgico Rockefeller aprendia depressa e jurou evitar futuros desentendimentos com Welles, buscando, por exemplo, a aprovação presidencial para suas ideias e políticas antes de revelá-las a seu superior imediato. Ele não tinha a intenção de se submeter a ninguém — muito menos a Welles, cujos talentos acreditava serem limitados.

Tal como seu ego, as ambições de Rockefeller eram descomunais. Ele nascera em uma das famílias mais ricas dos Estados Unidos e tinha ligações que iam muito além da política. Sua rede de contatos se estendia à indústria cinematográfica de Hollywood, bem como aos mundos da arte e da música, e as empresas de sua família — tais como o Chase National Bank (mais tarde, Chase Manhattan) e a Creole Petroleum Corporation — estavam entre as mais poderosas do país. Rockefeller queria ampliar seus laços comerciais com a América Latina e encontrar novas oportunidades na região, mas isso não era o que mais importava para ele. O que ele queria, sobretudo, era fazer a diferença. Se os Estados Unidos fossem envolvidos na guerra europeia, ele desejava contribuir o máximo possível para o esforço de guerra americano e, de preferência, de forma significativa.

Apesar dos desentendimentos, Rockefeller, Donovan, Welles e Hull concordavam em um ponto: o Brasil era o foco principal dos interesses americanos na América Latina no âmbito da Política de Boa Vizinhança. O país sempre estava em seus pensamentos graças

a uma série de fatores. Entre eles, os principais eram a importância estratégica do litoral do Nordeste brasileiro, que os Estados Unidos desejavam usar como base para seus submarinos, a ameaça de os alemães estabelecerem uma posição no continente americano e o efeito potencialmente desestabilizador da grande população imigrante alemã no sul do país. O Brasil também tinha o potencial de ser uma fonte abundante de borracha, da qual os americanos precisavam muito para seu esforço de guerra.

Os Estados Unidos claramente tinham muito a ganhar com o desenvolvimento de novos laços e o aprofundamento dos já existentes com o Brasil. Contudo, havia outra razão para a importância do Brasil para os Aliados. Nas palavras de um americano: "A Argentina é inaceitável, e precisamos dedicar todos os nossos esforços para ajudar Vargas e o Brasil." Em 1941, era óbvio para qualquer observador americano que a Argentina era inexoravelmente favorável ao Eixo e que os Estados Unidos teriam de procurar outro lugar para fazer possíveis incursões diplomáticas na América Latina — além de assegurar que a "doença" fascista não se espalhasse. Por ser o outro gigante da América Latina e um concorrente natural da Argentina, o Brasil era uma escolha lógica para se tornar um Estado subalterno aos americanos.

Rockefeller e seus adversários Donovan, Welles e Hull também lidavam com o mesmo interlocutor brasileiro: Oswaldo Aranha. De muitas maneiras, Aranha representava a faceta do Estado Novo que Washington considerava mais palatável. Nenhum dos americanos apreciava Dutra, que na visão deles pendia para a Alemanha em 1941 e era o maior rival e sucessor mais provável de Vargas se o Exército tirasse o presidente do poder. Suspeitas semelhantes cercavam Góes Monteiro, embora, por ser chefe do Estado-Maior do Exército, este se reunisse com autoridades militares americanas com mais frequência do que com os políticos em Washington.

Vargas permaneceu um tanto arreado aos avanços americanos e preferia que Aranha agisse como ponto de contato do Brasil com as diversas agências americanas que concorriam entre si. O único

americano com quem gostava de se corresponder diretamente era Roosevelt; no início de 1941, ele começava a considerar o presidente dos Estados Unidos a melhor esperança para alcançar os objetivos estratégicos do Brasil. Vargas, verdade seja dita, aprendera com sua experiência de negociação com os americanos no caso da siderúrgica: somente a intervenção pessoal de Roosevelt levara as várias agências governamentais dos Estados Unidos a cooperar com o Brasil. Assim, Vargas estava contente em deixar Aranha se reunir com funcionários americanos de escalão inferior e só intervir quando instado a fazê-lo pelo seu ministro das Relações Exteriores.

Como principal contato de Rockefeller no governo brasileiro, Oswaldo Aranha conhecia os dois homens que o coordenador de assuntos interamericanos despachara quase em segredo para o Rio de Janeiro. Rockefeller encarregara os dois funcionários, Berent Friele e Frank Nattier, de abrirem o primeiro escritório permanente do coordenador na América Latina. O trabalho deles era fazer o máximo possível de contatos comerciais e culturais para o chefe no Rio de Janeiro. Os dois falavam português fluentemente, o que os ajudaria muito. Da mesma forma, seriam úteis os bons préstimos do próprio Aranha, que tinha sido informado com antecedência sobre a missão dos dois e prometera ajudar pessoalmente em tudo que estivesse ao seu alcance.

O Departamento de Estado em Washington sabia que Friele e Nattier estavam no Rio de Janeiro, mas Rockefeller não informara ao órgão sobre a verdadeira natureza da missão deles. Em vez disso, inventara uma história complexa, dizendo a seus superiores que os dois funcionários estavam em uma missão de levantamento de dados em toda a América Latina e não permaneceriam no Rio de Janeiro por um período prolongado. Contudo, não demorou muito para Jefferson Caffery descobrir a verdade. Ele passou a informação a Welles no Departamento de Estado, mas os dois decidiram apenas observar e aguardar, na esperança de que Rockefeller cometesse um grande erro no Rio de Janeiro, permitindo assim que o

Departamento de Estado arregimentasse argumentos fortes contra ele e os apresentasse ao presidente.

E de fato o desenvolvimento e a disseminação da propaganda americana — a mais polêmica das prerrogativas do comissário — quase provocavam a queda de Rockefeller. Em uma tentativa de conter a onda de propaganda do Eixo na América Latina, o pessoal de Rockefeller teve a ideia de comprar grandes blocos de espaço publicitário em jornais locais de toda a região. Os anúncios destacariam as virtudes de se viajar para os Estados Unidos com bordões como “Venha nos ver”. No entanto, o verdadeiro objetivo das peças era ocupar espaço nos jornais, impedindo, assim, que os países do Eixo inserissem ali as próprias propagandas. O esquema também pretendia canalizar alguns dólares tão necessitados pelos governos latino-americanos que tinham problemas com suas respectivas economias de guerra.

A campanha publicitária foi um desastre. Líderes de toda a América Latina acusaram os americanos de estarem, em essência, subornando-os, e os que não haviam recebido qualquer receita dos anúncios se queixavam de terem sido ignorados. Outros apontaram que o tema das peças — turismo para os Estados Unidos — era totalmente inadequado tendo em vista a falta de recursos da maioria dos latino-americanos para viagens e as restrições de entrada nos Estados Unidos, o que dificultava muito o ingresso de qualquer pessoa originária da região nesse país. Contudo, a acusação mais grave era a de que Rockefeller autorizara sua equipe a colocar anúncios em jornais pró-Eixo, dando assim apoio financeiro crucial a tais publicações.

Welles e Hull levaram a questão ao presidente, que, como antes advertira a Rockefeller que faria, apoiou as duas lideranças do Departamento de Estado. Rockefeller entendeu o recado e, a partir de então, passou a informar ao Departamento de Estado com antecedência sobre todos os seus projetos e planos na América Latina. “Isso vai nos forçar a diminuir o ritmo, mas não tem jeito”, revelou ele a um colega.⁹

Na primavera de 1941, Rockefeller e Welles haviam desenvolvido uma relação profissional relativamente cordial e com um grau muito mais saudável de cooperação. Ainda surgiam tensões de vez em quando, mas os dois eram capazes de resolvê-las sem envolver o presidente. Porém, sempre que possível, Rockefeller ignorava o Departamento de Estado e contava com seus homens no Rio de Janeiro. E, na primavera de 1941, o escritório do coordenador de negócios interamericanos na capital brasileira tinha crescido de forma significativa; enquanto, no começo, apenas Friele e Nattier representavam Rockefeller no Brasil, em 1941 o escritório abrigava uma equipe de milhares de pessoas, todas trabalhando para expandir a rede de contatos comerciais e culturais de seu chefe no país.

Os planos de propaganda de Rockefeller tinham saído pela culatra de forma espetacular, mas ele estava certo ao argumentar que algo precisava ser feito para conter a propaganda alemã que se mostrava cada vez mais eficaz no Brasil. Os alemães miravam todos os segmentos da sociedade brasileira, apesar de, após as tentativas de Vargas de coibir atividades nazistas no Brasil, grande parte da atividade de propaganda da Alemanha ter sido forçada a ser feita de forma sub-reptícia. A única exceção foi a imprensa.¹⁰ Devido à relutância do presidente em fechar qualquer jornal, os periódicos favoráveis aos alemães no Brasil conseguiram continuar a expressar seus pontos de vista (e os de seus patronos em Berlim) impunemente.

A propaganda alemã no Brasil enfatizava três temas principais, que o Ministério da Informação de Hitler descrevia da seguinte forma:¹¹

1. A ameaça do "imperialismo ianque".
2. A ameaça do comunismo.
3. A vitória dos Aliados levaria à introdução no Brasil de uma legislação de segregação racial semelhante àquela em vigor nos estados do sul dos Estados Unidos.¹²

A campanha de propaganda da Alemanha no Brasil se apoiava no sentimento antiamericano latente no país e, ao mesmo tempo, enfatizava a ameaça do comunismo, que se tornara um pretexto habitual para a expansão nazista em todo o mundo.

Contudo, como a maioria da propaganda de guerra, o impacto dos esforços da Alemanha no Brasil estava diretamente relacionado com o desenrolar da situação militar. Na primavera de 1941, a máquina de guerra alemã controlava grande parte da Europa e, embora tivesse conseguido evitar a ameaça imediata de uma invasão alemã em grande escala de seu território, a Grã-Bretanha permanecia vulnerável. Enquanto o sucesso impressionante da Alemanha perdurava, o Ministério da Informação em Berlim poderia ter certeza de que o público brasileiro estaria cada vez mais receptivo à propaganda alemã em todas as suas muitas formas.

A embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro subsidiava jornais e periódicos mensais pró-alemães. Embora muitos deles tivessem circulação pequena, seu alcance limitado nada adiantava para acalmar os britânicos, que estavam extremamente preocupados pelo mero fato de os brasileiros permitirem sua circulação.¹³ Na capital, os alemães adotaram a tática de fomentar rumores falsos sobre a Grã-Bretanha. Em 27 de março de 1941, o Foreign Office em Londres solicitou à sua embaixada no Rio de Janeiro que investigasse boatos de que a Grã-Bretanha estava boicotando a produção de carne do Brasil.¹⁴ A história era falsa, mas ainda assim chegou à imprensa local, forçando a embaixada britânica no Rio de Janeiro a negá-la com cautela. Como um diplomata britânico na cidade explicou ao Foreign Office: "Consegui acalmar os ânimos com explicações favoráveis, artigos que negavam as acusações e conversas. Nada agora é necessário, exceto comprar de vez em quando das empresas locais, não só por causa da publicidade, mas também porque seus produtos são os únicos que atendem ao padrão exigido."¹⁵ Não obstante a propaganda alemã, a qualidade

da carne brasileira era alta o suficiente para garantir um mercado permanente na Grã-Bretanha.

Enquanto a Alemanha manipulava habilmente o discurso público no Brasil em 1941, a imprensa brasileira tomava o cuidado de não publicar qualquer artigo com um tom muito contrário à Alemanha. Os contínuos sucessos militares dos alemães na África Ocidental faziam com que seu Exército chegasse cada vez mais perto da costa brasileira, uma evolução que inspirou muitos donos de jornais do país a adotar uma abordagem mais cautelosa a respeito da guerra e esperar para ver. Surgiram até mesmo referências pró-Alemanha na imprensa popular, camufladas em forma de cartas ao editor e editoriais.

O esforço de propaganda da Alemanha pode não ter eclipsado o da Grã-Bretanha e o dos Estados Unidos, mas, mesmo assim, provocou uma grande onda de ansiedade em Washington e Londres. O Departamento de Estado americano encarregara Nelson Rockefeller de lutar contra a ameaça alemã. A campanha publicitária em jornais promovida por seu escritório se provara desastrosa, mas ele logo elaborou projetos de propaganda que teriam um impacto muito mais positivo nas relações Brasil-Estados Unidos.

Rockefeller e John Hay (Jock) Whitney, diretor da divisão de cinema do escritório de Rockefeller, tomaram a decisão brilhante de inscrever Hollywood na propaganda de guerra na América Latina. O próprio Rockefeller recrutara Whitney para chefiar a divisão de cinema. Em 1941, ele era um dos homens mais poderosos de Hollywood, tendo, pouco tempo antes, financiado o filme *E o vento levou*, que alcançou enorme sucesso em 1939. Trabalhando em conjunto, os dois recrutaram muitos dos maiores nomes de Hollywood para ajudar a promover novos laços entre os Estados Unidos e o Brasil. Hollywood logo descobriria que havia uma quantidade enorme de dinheiro a ganhar com a guerra.

Em uma espécie de golpe de mestre, Rockefeller e Whitney persuadiram Walt Disney a se juntar aos esforços de guerra dos Estados Unidos no Brasil e embarcar em uma viagem de boa

vontade ao país. Com o tempo, a visita de Disney ao Brasil se tornaria uma espécie de protótipo para viagens de outros cineastas americanos. O Departamento de Estado usou o status deles como ícones culturais para disseminar a propaganda americana na América do Sul — e especificamente no Brasil. No entanto, quando Whitney propôs pela primeira vez a turnê, Disney mostrou ceticismo. Na verdade, o momento não poderia ter sido mais propício para a Disney, cujos funcionários estavam em greve por melhores condições de trabalho. O cineasta estava profundamente magoado com a paralisação e acreditava que ela era injusta e que as demandas dos grevistas não eram realistas, mas ainda assim hesitou em aceitar a viagem de boa vontade.

— Eu não sou bom nisso, não consigo — respondeu Disney a princípio.

— Então por que você não vai lá e faz uns filmes? — perguntou Whitney.

— Bom, então está bem — respondeu o cineasta. — Eu me sentiria melhor se fizesse algo mais do que apertar mãos.¹⁶

Ele concordou em participar. Mais tarde, refletiu: “Essa expedição à América do Sul é uma dádiva de Deus. Não estou muito entusiasmado para fazê-la, mas ela me dá a oportunidade de me distanciar desse pesadelo horrível e trazer de volta mais trabalho para o estúdio. Tenho um caso de DD — desilusão e desânimo.”¹⁷

Whitney prometeu acompanhar o grupo ao Brasil, e o governo americano também concordou em arcar com as despesas da viagem de Disney e sua equipe, bem como com grande parte dos custos de produção de quaisquer curtas-metragens que resultassem dela. O grupo da Disney deixou Los Angeles em 17 de agosto de 1941, pegando a nova rota de avião mais curta que sobrevoava o Brasil por terra. Para registrar o evento e maximizar a publicidade gerada por ele, Rockefeller providenciou que jornalistas da revista *Life* viajassem com eles. As imagens feitas por Hart Preston, um dos principais fotógrafos da revista, ainda são um dos registros

verdadeiramente grandiosos do Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial.

O grupo da Disney chegou à capital brasileira cerca de três dias após deixar Los Angeles e se instalou no Copacabana Palace, de onde Disney saía para circular pela cidade, encontrando com cineastas brasileiros importantes. A família do empresário o acompanhou, e eles se divertiram fazendo esboços no Jardim Botânico e da paisagem que viam da suíte do hotel, que ficava de frente para a praia. Um perfeito cavalheiro e diplomata, Disney disse todas as coisas certas e foi cortês com todos que encontrava.

Na manhã de 4 de setembro, o cineasta, acompanhado por Whitney, se reuniu com o presidente Vargas no Palácio do Catete. Como de costume em encontros entre o pai e americanos, Alzira serviu de intérprete. O presidente explicou aos dois convidados o quanto gostava de assistir a filmes — eles eram, revelou, uma de suas formas favoritas de relaxar.¹⁸ De fato, antes do encontro, a família Vargas, Disney e sua filha assistiram a uma exibição especial, em pré-estreia, do filme *Fantasia*, no Rio de Janeiro. Tudo isso foi cuidadosamente fotografado por Preston, cujas imagens revelam dois grupos felizes sentados, acompanhados pelo mal-humorado Jefferson Caffery, que mal conseguia conter seu descontentamento com o que era um grande golpe de publicidade para Rockefeller e seu escritório.

A visita de Disney foi um enorme sucesso, e não apenas com os brasileiros. Mais tarde, ele criou um personagem brasileiro, Zé Carioca, que — em um curta-metragem lançado pela Disney em 1943 — levou o Pato Donald para uma viagem imaginária para conhecer o Rio de Janeiro e outras partes do Brasil. Tais desenhos se tornaram muito populares entre o público americano, apesar do fato de (como alguns críticos mais tarde destacaram) não conterem personagens negros — uma omissão importante, dada a marcante diversidade racial do Brasil. Deixando de lado suas bases socioculturais questionáveis, os filmes — assim como a própria viagem de Disney — contribuíram muito para reparar os danos da

imprudente campanha de propaganda de Rockefeller no início daquele mesmo ano.

Sempre inquieto e em busca de novas maneiras de fazer avançar a causa dos Estados Unidos no Brasil, Rockefeller logo encontrou um novo esquema de propaganda — agora envolvendo a embaixada britânica no Rio de Janeiro. Ele percebeu que, na época, os britânicos tinham uma máquina de propaganda mais bem azeitada na capital brasileira do que os americanos. Portanto, o coordenador estava ansioso para desenvolver laços com os funcionários britânicos responsáveis pelo programa. Como sempre, Rockefeller também procurava passar por cima de Jefferson Caffery. Nos eventos oficiais em Washington e na América Latina, Rockefeller fazia questão de cortejar os diplomatas britânicos. Ele gostava de suas auras de ex-alunos de escolas abastadas e sabia que Caffery tornara-se uma figura odiada pelas autoridades britânicas em Londres e no Rio de Janeiro.

Os britânicos, porém, se mostraram parceiros relutantes. O Foreign Office sugeriu que, por mais que a cooperação com o escritório de Rockefeller fosse aceitável em teoria, ela provavelmente não funcionaria na prática, por causa da desconfiança com relação à sua missão. Em vez disso, os ingleses prometeram manter Rockefeller informado sobre suas atividades e, em troca, o coordenador ofereceu fornecer-lhes cinejornais dos Estados Unidos. Isso acabaria sendo de alguma utilidade para a embaixada britânica no Rio de Janeiro, pois as autoridades brasileiras constantemente criticavam os cinejornais britânicos e os relatórios da BBC por não lhes serem favoráveis o suficiente. E, embora não fossem produzir propaganda juntos, tanto Rockefeller quanto os britânicos concordaram em unir esforços para tentar limitar o impacto da propaganda do Eixo no Brasil.

Lourival Fontes, o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi fundamental para as tentativas americanas e britânicas de impedir a propaganda alemã; como chefe do setor do governo responsável pela propaganda do Brasil, ele tinha o poder de

reprimir de forma eficaz a voz do Eixo em seu país. Os Aliados o consideravam um simpatizante do nazismo, acusação que ele negava com veemência. “Sou apenas um brasileiro e, quaisquer que sejam os acontecimentos no futuro do país, serei o bode expiatório”, ele teria afirmado em uma carta particular para um jornalista americano que foi interceptada pela inteligência britânica.¹⁹ Acrescentou: “O Exército tem me perseguido e ainda me persegue o tempo todo para influenciar os comunicados de imprensa a favorecerem a Alemanha, mas tenho conseguido resistir.”²⁰ Fontes então admitiu que, embora Dutra e Góes Monteiro fossem, na sua opinião, a favor da Alemanha, o verdadeiro líder do elemento nazista nos círculos oficiais brasileiros era o chefe de polícia do Rio de Janeiro, major Filinto Müller. Dutra e Góes Monteiro podiam ter sido influenciados por incentivos financeiros para apoiar a cooperação brasileira — por exemplo, as concessões econômicas e militares alemãs —, mas Fontes sugeria: “Müller não precisa de incentivos financeiros para as atitudes que toma.” Este participara da revolta de 1924 em São Paulo e, após sua supressão, passara um tempo exilado em Buenos Aires, onde trabalhou como taxista por seis anos — e onde se presume que tenha respirado uma boa dose da atmosfera política daquele país.²¹ Após seu retorno ao Brasil, foi nomeado chefe da polícia da capital em 1933 e, desde então, desempenhara um papel ativo na reação às ameaças dos comunistas e dos integralistas. Serviços à parte, Müller não era considerado de fato confiável por ninguém no governo Vargas e tinha sua cota de inimigos fora dele também. Os britânicos o viam como “o principal instrumento da intriga do Eixo no Brasil”.²²

A carta interceptada de Fontes sugeria que ele acreditava que o Brasil tinha interesse econômico e militar em se aliar aos americanos. “Se os Estados Unidos endurecessem com o Brasil (deixando de comprar, por exemplo), este estaria arruinado”, observou. “E é evidente que os Estados Unidos, do ponto de vista militar, são capazes de cuidar de si mesmos e também da América

do Sul.”²³ Seus comentários indicavam que o DIP estava ansioso para se juntar à propaganda política americana o mais depressa possível e que o Ministério da Propaganda brasileiro tentava se livrar de sua imagem pró-nazista.

Embora parecesse um sinal de progresso para os esforços de propaganda dos Aliados no Brasil, a carta — e um suposto encontro particular entre Fontes e o mesmo jornalista americano — pode, na verdade, ter sido forjada pelos Estados Unidos ou (mais provavelmente) pelo serviço de inteligência britânico. Forjar as assim chamadas cartas “interceptadas” e usá-las para fins de propaganda era uma especialidade do serviço de inteligência britânico. Naturalmente, Fontes negou ter feito os comentários atribuídos a ele.

Seja qual for a legitimidade da carta e das afirmações de Fontes, em público, o DIP continuou jogando os Aliados contra o Eixo, e vice-versa, durante a primavera e o verão europeu de 1941. Vargas enviou uma mensagem desejando boa saúde a Adolf Hitler no Dia do Trabalho e transmitindo a ele as “felicitações do governo e do povo brasileiros e o desejo de felicidades para ele e de prosperidade eterna para a nação alemã”.²⁴ Os britânicos logo perceberam que a política de Vargas “é toda determinada pelo seu julgamento sobre quem é mais propenso a ganhar a guerra”, e sua inclinação para a Alemanha era um exemplo claro disso.²⁵ Com os alemães avançando na ilha grega de Creta e os rumores contínuos de inquietação entre os militares, Vargas dera o que Alzira mais tarde chamaria de “um lembrete aos americanos para não o subestimarem demais. Papai sempre atraía a atenção deles quando a continuidade de seu apoio parecia incerta”.

Por ocasião do 4 de Julho, Vargas transmitiu uma mensagem a Roosevelt reforçando sua advertência ao presidente americano e seu povo.²⁶ Essa foi uma manobra incomum de Vargas, que nunca dera importância pública às celebrações do Dia da Independência dos Estados Unidos.²⁷ No entanto, eventos internacionais haviam

tornado o momento adequado. Com a entrada da União Soviética na guerra, após o lançamento da Operação Barbarossa — a invasão alemã da União Soviética — em 22 de junho de 1941, Vargas sentiu que a guerra estava cada vez mais próxima do Brasil e sabia que os americanos compartilhavam esse mesmo ponto de vista. O ataque pérfido da Alemanha ao seu antigo aliado basicamente empurrara a União Soviética para os braços dos Aliados, aumentando-os em número e dividindo os esforços de guerra alemães em duas frentes. Se os primeiros sucessos de Hitler tinham sido incríveis, sua derrota parecia agora mais provável do que nunca. E, se a Alemanha fosse derrotada, Vargas não teria escolha a não ser se unir aos Aliados — eliminando em definitivo a influência que tinha sobre os Estados Unidos e pondo em perigo seus grandes planos para o futuro do Brasil.

Para Vargas e para o Brasil, esse era o momento ideal para tentar extrair o máximo possível dos americanos. Os britânicos entenderam que o pronunciamento de Vargas no 4 de Julho era o início de uma grande ofensiva brasileira para maximizar seus ganhos com os Estados Unidos antes de este se ocupar demais com a guerra europeia cada vez mais acirrada.²⁸ Se os americanos perceberam ou não as verdadeiras motivações por trás do último estratagema brasileiro é uma incógnita.

Felizmente para Vargas, ele tinha a moeda de troca perfeita. Havia algum tempo, os Estados Unidos tentavam obter, sem sucesso, a permissão do governo brasileiro para posicionar suas tropas no Nordeste do Brasil. Durante o ano anterior, temendo uma invasão alemã na região, Roosevelt quis enviar cem mil militares americanos para o país, no que ficou conhecido como Operação Pote de Ouro. Vargas resistira na época e, em meados de 1941, ainda não tinha concordado com a ideia. No entanto, ele sabia que os americanos continuavam interessados em posicionar suas tropas no país.

De fato, os Estados Unidos ainda estavam preocupados com a ameaça enfrentada pelo Brasil. Em 17 de junho, cinco dias antes da invasão da União Soviética pela Alemanha, George Marshall, o chefe

do Estado-Maior do Exército americano, esboçara tais perigos em uma carta a Welles, o subsecretário de Estado, na qual também deixava clara a suspeita americana generalizada com relação ao presidente brasileiro:

O risco real (...), que provavelmente não deve ser mencionado ao presidente Vargas, é o perigo de um ataque por forças alemãs desprovidas de qualquer apoio. O maior risco dessa situação reside na possibilidade de uma tomada repentina dos aeródromos e portos do Nordeste do Brasil por parte de forças que já se encontram no país e agem em conluio com pequenas forças alemãs. Estas, que iriam por ar e, talvez, por mar, coordenariam seus movimentos para chegarem a esses lugares imediatamente após a tomada. Elas então assumiriam o controle e organizariam a defesa desses pontos.²⁹

A ameaça de uma invasão alemã do continente americano era inverossímil, porém não podia ser ignorada. Os precedentes históricos eram bem reais: por volta da virada do século, o imperador alemão Wilhelm II tentara assustar os Estados Unidos ao ordenar a elaboração de planos para uma invasão transatlântica; durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães tentaram persuadir o México a entrar no conflito ao lado das Potências Centrais. As ambições militares da Alemanha no continente eram conhecidas, embora não tão verossímeis — mas a possibilidade existia.

Tudo isso colocava Oswaldo Aranha em uma situação difícil. Ele parecia mais isolado do que nunca. Quando Jefferson Caffery visitou-o em 27 de junho de 1941 para avaliar sua reação ao último pedido dos Estados Unidos com relação ao envio de tropas ao Nordeste brasileiro, encontrou o ministro das Relações Exteriores irritado e inusitadamente brusco em suas respostas. Depois de delinear a proposta de colocar tropas americanas no Brasil e os perigos que esse país enfrentava, Caffery foi direto ao ponto:

- Você vai levar essa proposta ao presidente?
- Seria um erro pedir ao presidente Vargas que permita o envio de tropas americanas ao Nordeste do Brasil, sobretudo, em função

do fracasso dos Estados Unidos em fornecer armas aos militares brasileiros³⁰ — respondeu o ministro.

Aranha, em seguida, falou sobre a questão do momento certo para a apresentação de qualquer pedido desse tipo a Vargas:

— O presidente tem-se inclinado mais e mais em sua direção nos últimos meses — informou a Caffery. — Ele definitivamente está do seu lado, mas é certo que ainda não chegou o momento em que ele possa concordar com tal proposta sem sofrer as consequências. Ele acharia que eu devia saber muito bem que não poderia levar essa proposta a ele dessa forma e neste momento.³¹

A resposta do ministro ilustrava o medo crescente do governo brasileiro de que o posicionamento de tropas americanas no país levasse a uma reação violenta por parte dos militares e de alguns integralistas.

Nas semanas que antecederam o encontro, tanto britânicos quanto americanos tinham notado uma mudança sutil nos discursos de Aranha depois dos jantares que tiveram em eventos oficiais no Palácio Itamaraty. Ao contrário das observações costumeiras de Aranha, que muitas vezes se concentravam nas ligações comerciais e políticas com os Estados Unidos, esses discursos continham referências preocupantes a uma crescente admiração pela máquina de guerra alemã. “Será que Aranha agora acredita de verdade que os alemães vão ganhar a guerra?”, escreveu um funcionário da embaixada, preocupado. Na verdade, ele assistia, assim como Vargas, Dutra e Góes Monteiro, a cinejornais que mostravam os avanços espetaculares dos alemães e a perspectiva de uma rápida vitória dos nazistas, que parecia cada vez mais provável. O general Góes Monteiro, por sua vez, considerava hipócrita o pedido dos Estados Unidos para instalar tropas no Brasil. Mais tarde, no verão, durante um almoço com Aranha, ele afirmou: “Os Estados Unidos parecem ansiosos para instalar tropas no Nordeste brasileiro, mas não parecem ansiosos para ajudar o Brasil a defender essa região.”³²

A mudança preocupante na atitude de Aranha repercutiu nos mais altos escalões do governo americano e provocou uma rara intervenção do presidente Roosevelt. Em 10 de julho, este pediu a Vargas que permitisse a instalação de tropas americanas no Nordeste do país. Roosevelt escreveu uma longa mensagem pessoal para Vargas, e Caffery a entregou pessoalmente ao presidente brasileiro no Palácio Guanabara na noite de 12 de julho.

Caffery gostava de entregar essas mensagens porque, em geral, não era autorizado a incomodar o presidente em sua residência. Quando o embaixador entrou na sala de jantar, no térreo do Palácio Guanabara, encontrou Vargas sentado à mesa, com Aranha e Alzira de pé ao seu lado, como se fossem guarda-costas. Sem delongas, Caffery entregou a mensagem ao presidente.

A carta ia direto ao assunto. Depois de delinear os últimos desdobramentos da guerra após o ataque alemão à União Soviética, Roosevelt tentou convencer Vargas da necessidade de agir depressa e permitir que os Estados Unidos enviassem tropas ao Brasil. O presidente americano estava particularmente preocupado com Natal, capital do Rio Grande do Norte e um importante centro da costa nordeste do Brasil. Ele advertiu:

Uma pesquisa cuidadosa sobre a típica forma de ação dos alemães mostra ser provável que suas táticas *blitzkrieg* não nos deem, no continente americano, uma trégua para preparar as defesas em qualquer ponto específico após os alemães ocuparem de súbito a África Ocidental e as ilhas de Cabo Verde. Em um evento como esse, a Alemanha poderia lançar um ataque aéreo e marítimo contra Natal quase de imediato.³³

Tendo observado as vitórias iniciais espetaculares da Alemanha na Europa, os americanos eram cautelosos com relação à capacidade de Hitler de atacar rapidamente e sem aviso prévio se tivesse a oportunidade. E os avanços na frente africana faziam tal eventualidade parecer cada vez mais provável, pois isso colocaria

tropas e aviões de guerra alemães mais próximos ainda do continente americano, tanto ao norte quanto ao sul.

A carta de Roosevelt também continha um segundo pedido, mais intrigante. O presidente americano perguntava se o Brasil estaria disposto a participar de uma provável defesa das ilhas portuguesas no Atlântico, mais conhecidas como Açores. O pequeno arquipélago era considerado vital para a manutenção do corredor de transporte pelo Atlântico Sul entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Roosevelt acreditava que Portugal, embora fosse tecnicamente neutro, podia ser invadido a qualquer momento pelos alemães e que — se caísse — o próximo passo seria a ocupação dos Açores. Ele argumentou:

No interesse da defesa do hemisfério ocidental, tal ocupação teria de ser impedida pelos Estados Unidos. Nesse caso, espero que o governo de Portugal solicite aos Estados Unidos ou ao Brasil, ou a ambos, ajuda na defesa dos Açores e das ilhas de Cabo Verde.³⁴

Em essência, Roosevelt sugeria uma colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos, mas nas entrelinhas da mensagem estava, na opinião de Vargas, um convite para que o Brasil entrasse na guerra contra os alemães.³⁵

Anos mais tarde, Cordell Hull resumiu o pensamento embutido no convite de Roosevelt, o qual visava tanto portugueses quanto brasileiros. Em suas memórias, Hull escreveu: “Sentimos que uma força brasileira ao lado da nossa teria um efeito benéfico sobre a opinião pública portuguesa naquele caso e contrabalançaria a propaganda alemã contra nós em Portugal.”³⁶ Os portugueses, no entanto, se recusavam a concordar com qualquer medida que pudesse pôr em risco sua neutralidade na guerra e, portanto, se negavam a dar aos americanos ou aos britânicos qualquer garantia de que seu governo faria tal pedido se Lisboa fosse, de fato, invadida pelos alemães. O presidente Roosevelt e Winston Churchill, o primeiro-ministro britânico, levantariam a questão dos Açores com

o Brasil e com Portugal mais adiante na guerra, à medida que a localização estratégica das ilhas se tornasse ainda mais importante para os Aliados. Contudo, as esperanças americanas — em relação a essa questão e à da defesa do Nordeste do Brasil — seriam mais uma vez frustradas.

Vargas respondeu a Roosevelt em 28 de julho com uma breve nota cujo tom era caloroso, mas que não chegava a assumir quaisquer compromissos específicos sobre as solicitações americanas.³⁷ Vargas simplesmente afirmou que tais questões deviam ser discutidas pela comissão mista composta por militares brasileiros e americanos, que se reuniria no Rio de Janeiro.³⁸ Ele tinha, com efeito, empurrado o problema com a barriga — e, ao fazê-lo, adiou qualquer tipo de promessa que pudesse diminuir a incerteza dos Estados Unidos sobre o posicionamento do Brasil na guerra.

Depois de enviar sua resposta, Vargas deixou a capital a fim de fazer uma rara viagem terrestre ao Paraguai. Embora a viagem tivesse sido planejada havia algum tempo, sua partida logo após o envio da carta parecia a fuga de um menino que deixa a cidade depois de confrontar o valentão da escola.

Houve muito pouco progresso no país na ausência do presidente. Duas semanas mais tarde, em 18 de agosto, Cordell Hull, cada vez mais alarmado, enviou um telegrama a Caffery indagando se as perguntas de Roosevelt, que Vargas prometera enviar à comissão, tinham sido respondidas.³⁹ Hull admitiu que nem o Departamento de Estado nem o Departamento de Guerra tinham qualquer informação sobre os pleitos americanos terem de fato sido apresentados à comissão.⁴⁰ Os brasileiros claramente não estavam com tanta pressa quanto os americanos para chegar a um acordo sobre a questão.

Aranha tentou amenizar o orgulho ferido de Caffery quando os dois se encontraram três dias depois, em 21 de agosto.⁴¹ “Vargas está cooperando, assim como o Exército”, informou o ministro ao embaixador. Caffery entendeu o ponto crucial do problema e delineou-o mais tarde para Hull, explicando: “Devo repetir que,

embora os brasileiros possam nos convidar a enviar tropas ao Nordeste do país caso a ameaça alemã de fato lhes pareça iminente, eles não vão fazê-lo nesse meio-tempo, a menos que lhes forneçamos material bélico adequado para a defesa da região.” A mensagem era clara: o Brasil queria os meios econômicos e militares para sua própria defesa, não apenas as tropas americanas.

Nos meses seguintes à carta de Roosevelt, os Estados Unidos e o Brasil assinaram acordos que previam exatamente o tipo de apoio que os brasileiros procuraram em seu vizinho do norte. Um acordo de empréstimos e arrendamentos finalizado em 1º de outubro de 1941 estipulava que os Estados Unidos abasteceriam o Brasil com cerca de 100 milhões de dólares em armas até 1947⁴² e este deveria pagar 35 milhões de dólares pelas armas entre 1942 e 1947. Os primeiros carregamentos de armamentos, no valor de 16 milhões de dólares (compostos de 15 milhões de dólares em material para o Exército e 1 milhão de dólares em material para a Marinha), seriam entregues ao Brasil dentro de um ano a partir da assinatura do acordo.⁴³

O negócio, embora muito alardeado por Caffery e em Washington, era em si modesto e foi recebido com certo grau de ceticismo e decepção pelo Brasil.⁴⁴ Durante as longas negociações sobre o acordo de empréstimos e arrendamentos, o general Góes Monteiro lembrara à equipe de negociadores do Estado-Maior americano que a Alemanha ainda estava disposta a vender armas para o Brasil e em condições melhores do que as propostas pelos Estados Unidos.⁴⁵ De fato, Berlim assegurara ao Exército Brasileiro que ofereceria termos melhores do que qualquer acordo entre o Brasil e os Estados Unidos. Embora Góes Monteiro estivesse até certo ponto blefando, sua resposta revelava até onde os militares brasileiros continuavam interessados em obter armas alemãs em detrimento das americanas, em grande parte porque suspeitavam de que estes talvez cancelassem o negócio.

Em 27 de outubro de 1941, Góes Monteiro chegou suado ao Palácio Guanabara para uma reunião com Vargas, depois de ter telefonado para avisar a Alzira que o encontro era extremamente urgente. O general Lehman W. Miller, chefe da equipe americana que conduziu as negociações com os brasileiros sobre o acordo de empréstimos e arrendamentos, fizera algumas declarações públicas preocupantes após voltar para casa. Góes Monteiro disse ao presidente:

— Miller deu uma palestra após retornar aos Estados Unidos. Ele alegou durante a apresentação que nosso Exército não é confiável e é visto como pró-Alemanha. De acordo com os comentários de Miller, as armas que tínhamos que receber dos Estados Unidos não virão tão cedo. Além disso, Miller fala sobre tropas americanas baseadas no Nordeste do Brasil, e não sobre uma colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil.⁴⁶

Um pouco surpreso com os comentários do general, Vargas respondeu que, apenas duas semanas antes, Miller estivera como convidado naquela mesma sala onde agora os dois conversavam.

— Você falou com Miller depois que recebemos os relatórios da palestra? — perguntou o presidente.

Após uma longa pausa, Góes Monteiro admitiu:

— Ainda não tive a oportunidade.

Depois que o general saiu da sala, Alzira chamou Oswaldo Aranha e marcou uma reunião entre ele e o presidente. Ao investigar o caso, o ministro descobriu que, na verdade, os comentários de Miller tinham sido feitos informalmente. Caffery mais tarde foi convocado ao Ministério das Relações Exteriores e forçado a garantir que os armamentos seriam entregues ao Brasil.

No entanto, esse passo em falso foi um começo pouco auspicioso para o relacionamento mais estreito que os Estados Unidos procuravam estabelecer com o Brasil e era um mau presságio para o futuro. No outono de 1941, as relações entre os dois países não avançaram no ritmo que os americanos esperavam após a assinatura do acordo de empréstimos e arrendamentos. Uma profunda

desconfiança mútua caracterizava as relações entre as lideranças militares americanas e brasileiras e, até certo ponto, ela também começara a se insinuar nos setores civis. Vargas parecia relutante em se comprometer com mais acordos por medo de ser acusado de fantoche dos americanos. Havia rumores de uma conspiração integralista envolvendo elementos das forças armadas. As tentativas americanas e britânicas de fechar companhias aéreas locais pró-Eixo aumentavam a tensão entre os Aliados e o Brasil, e Vargas, em particular, mostrava-se relutante em agir com muita rapidez contra essas empresas.

No meio do dilema das companhias aéreas, Jefferson Caffery ofereceu a Washington um de seus mais astutos conselhos — uma máxima da qual os americanos, que muitas vezes adotavam uma postura agressiva com o Brasil para formalizar entendimentos entre as duas nações, seriam forçados a se lembrar mesmo após o outono de 1941.⁴⁷ “Seria um erro insistir na assinatura de qualquer tipo de acordo formal neste momento”, afirmou o embaixador. “Muitas vezes, é possível obter mais dos brasileiros sem um acordo assinado do que com um.”⁴⁸

PARTE TRÊS: RUMO À GUERRA

BEM ATRÁS DE VOCÊ

ERA BEM TARDE no Rio de Janeiro, e a temperatura noturna não refrescara os edifícios da cidade o suficiente para que fosse tolerável trabalhar dentro deles. Cansado, o presidente Vargas estava sentado em seu pequeno gabinete, no Palácio Guanabara, lendo cuidadosamente os telegramas diplomáticos tão rápido quanto Alzira conseguia traduzi-los do inglês. As notícias não eram boas, e ele sabia que afetariam o futuro não só do Estado Novo, mas também do Brasil como um todo.

Vargas tomara conhecimento do ataque japonês a Pearl Harbor mais cedo naquele dia, quando um assessor presidencial interrompeu sua partida de golfe.¹ O presidente dera instruções explícitas para não ser incomodado a menos que o assunto fosse de vital importância. Vargas gostava de jogar nove buracos na parte da manhã em um campo de golfe nos arredores da capital e, em seguida, fazer uma pausa para o almoço antes de completar mais nove buracos à tarde. Ele não era exatamente um bom golfista: sua melhor pontuação registrada para os dezoito buracos era 122 (um *handicap* de 52, se um tão alto fosse permitido para os homens).² Quando imagens do presidente jogando golfe eram exibidas nos cinemas no Rio de Janeiro, a plateia chorava de tanto rir.

Depois das partidas de golfe, o presidente gostava de tirar um cochilo, e diziam que ele costumava dormir no vestiário do clube em que jogava. Contudo, em 7 de dezembro de 1941 ele não conseguiria descansar.

Ao ouvir as notícias do Havaí, Vargas correu de volta à capital para preparar-se para uma reunião crucial com Oswaldo Aranha no fim da noite. No entanto, antes do encontro, percebendo que havia pouco a ser feito antes de falar com seu ministro, o presidente foi ao cinema, como planejara fazer. Em tempos de crise, como na manhã após a tentativa de golpe integralista de maio de 1938, Vargas gostava de demonstrar um ar de normalidade e manter sua rotina. Sabia-se muito bem que, após um dia de golfe, o presidente gostava de relaxar indo ao cinema e depois fumando um charuto (em geral um corona do norte do Brasil).

Quando os dois gaúchos enfim se encontraram, tiveram uma conversa séria. Alzira estava perto, atuando como fonte de informação — telegramas diplomáticos continuavam a chegar ao palácio, mesmo naquela hora adiantada — e escrevendo um registro informal da reunião.

“Nós precisamos convocar uma reunião com todo o gabinete para amanhã de manhã?”, perguntou Vargas. Aranha respondeu que sim, mas a pergunta tinha sido apenas retórica.³ O presidente sabia da necessidade de reunir o gabinete naquele momento crucial, mas nunca gostou das reuniões de gabinete, uma vez que cada ministro fazia questão de tomar a palavra. Ao longo dos anos, ele desenvolvera o que considerava um sistema muito mais eficaz, recebendo dois ministros por dia no Palácio do Catete e dando-lhes a oportunidade de discutir as questões com ele em detalhes.⁴ Ele também usava esse esquema com autoridades como o chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro, que tinha livre acesso ao presidente. Contudo, Oswaldo Aranha era uma das poucas pessoas que podiam entrar a qualquer hora no Palácio Guanabara, e, no final de 1941, o ministro das Relações Exteriores era um visitante tardio frequente no gabinete de Vargas.

Assim como o presidente, Aranha não gostava das reuniões com todo o gabinete, pois sabia que seu inimigo político declarado, Eurico Gaspar Dutra, aproveitaria todas como uma oportunidade para lhe lançar armadilhas políticas. Se uma reunião de gabinete era de fato

necessária, Aranha achava melhor engajar totalmente o presidente com uma política externa específica antes de a reunião começar, uma vez que a palavra de Vargas era, em essência, a lei. E, no final da noite de 7 de dezembro, o ministro das Relações Exteriores do Brasil entendeu que Vargas precisava se comprometer por inteiro com a causa americana — ao menos no discurso, embora ainda não com ações efetivas.

Como era de seu feitio, Aranha já tinha prometido a Caffery o apoio brasileiro no caso de os Estados Unidos se envolverem nas hostilidades. Mas ninguém, muito menos os americanos, previra o ataque japonês a Pearl Harbor, que teve o efeito inevitável de enredar os Estados Unidos na guerra muito mais cedo do que a maioria dos combatentes esperava. Isso representava um problema para Aranha: o sempre cauteloso Vargas ainda não parecia preparado para tomar a decisão impactante de unir o Brasil totalmente aos Estados Unidos, como era certo que Washington exigiria.

Ainda assim, Aranha fez o que pôde. Na reunião de 7 de dezembro, o ministro das Relações Exteriores implorou a Vargas que anunciasse um comprometimento claro e conciso com os americanos no dia seguinte e oferecesse apoio tangível à causa dos Aliados contra a agressão do Eixo. Aranha então se despediu do presidente, que continuou a examinar os mais recentes telegramas de Londres e Washington, recém-traduzidos por Alzira.

Uma questão não foi levantada durante a reunião de Vargas com Aranha, mas ela dominava os pensamentos dos dois: se o Eixo atacasse o Brasil, o país teria como se defender? Apesar de todas as negociações com os Estados Unidos, o Brasil ainda não tinha recebido quaisquer armas de real valor, nem a maioria das armas alemãs que contratara. O país não estava em condições de se defender de um ataque alemão.

Era amplamente esperado que Dutra e Góes Monteiro enfatizassem esse despreparo como uma razão para impedir que o Brasil fosse envolvido na guerra. Sumner Welles admitiu a relutância

das forças armadas brasileiras quando escreveu ao presidente Roosevelt no início de 1942:

Como todos os exércitos, os integrantes do alto-comando brasileiro não estão inclinados a mostrar entusiasmo por entrar em uma guerra quando não têm nenhum dos elementos básicos para sua própria defesa. Se a eles não forem prontamente dadas as garantias necessárias e se não puderem logo ver, com os próprios olhos, alguma evidência de ajuda concreta a caminho, será criado exatamente o tipo de situação que os nazistas poderiam explorar para obter a melhor vantagem.⁵

O subsecretário de Estado não especificou que tipo de “situação” a falta de apoio e de garantias dos americanos poderia criar, mas não precisava fazê-lo. A essa altura, o viés pró-Alemanha do Exército Brasileiro era bem conhecido em Washington e, com o Brasil ainda fora da guerra, havia a possibilidade muito concreta de o Exército usar sua influência para jogar o Brasil nos braços do Eixo.

No entanto, enquanto os americanos continuavam preocupados com os planos da Alemanha para o Brasil, nesse momento, no início de dezembro de 1941, os próprios brasileiros temiam outra ameaça mais próxima. As preocupações do alto-comando brasileiro com seus preparativos para a guerra foram impulsionadas em grande parte pelo medo de que a Argentina pudesse usar a incerteza causada pela expansão do conflito mundial para promover uma campanha agressiva contra seu rival meridional, o Brasil. A verdade era que, embora tanto Vargas quanto Aranha suspeitassem que os Estados Unidos acabariam envolvidos na guerra, eles não previam que isso fosse acontecer antes de o Brasil estar armado e ser capaz de se proteger contra qualquer escalada que pudesse ocorrer na América Latina como resultado da entrada dos americanos no conflito.

Na manhã de 8 de dezembro de 1941, o gabinete brasileiro completo se reuniu no Palácio Guanabara. Como ainda era cedo, o presidente decidira fazer o encontro na sua residência e não no Palácio do Catete, que era o local habitual dessas reuniões. Durante o encontro, todos os membros do governo tiveram a oportunidade

de falar, e muitos discorreram longamente. Havia consenso quanto ao curso de ação que o Brasil deveria tomar e sobre o teor da declaração a ser divulgada ao público.

Após a reunião, foi anunciado que o gabinete resolvera, por unanimidade, que o Brasil declararia solidariedade aos Estados Unidos conforme suas tradições e seus compromissos. A decisão marcou uma grande mudança na política brasileira com relação aos Aliados e ao Eixo, embora vários fatores moderassem o que poderia ter sido uma reação clamorosa à notícia. No Brasil, a declaração foi ofuscada pelo discurso dramático sobre “o dia da infâmia”, com duração de sete minutos, proferido por Roosevelt ao Congresso dos Estados Unidos no mesmo dia e, em seguida, pelo voto desse órgão legislativo de declarar guerra ao Japão. Por sua vez, os americanos saudaram a declaração do Brasil, mas o entusiasmo logo esmoreceu quando ficou claro que a ideia brasileira de solidariedade não significava entrar formalmente na guerra ao lado dos Estados Unidos. Essa notícia provocou decepção em muitos gabinetes de Washington.

Com os Estados Unidos agora correndo para entrar no conflito, - Roosevelt exigia mais dos brasileiros. Durante o resto de dezembro de 1941, Vargas esteve sob intensa pressão diplomática para aproximar o Brasil da posição dos Estados Unidos com muito mais rapidez.⁶ Uma das principais exigências dos americanos era que, dado o início da guerra entre o Eixo e os Estados Unidos, Vargas deveria substituir alguns dos membros de seu governo que Washington considerava favoráveis ao Eixo. Em 21 de dezembro, após várias reuniões com Jefferson Caffery, Aranha explicou a Vargas sua interpretação da posição dos Estados Unidos.

— Eles não confiam em elementos de seu governo e querem que eles sejam substituídos antes de nos entregarem armas — sugeriu o ministro.

Vargas, porém, não acreditava nessa história.

— A verdade é que eles não confiam em nós, e ponto final — replicou.⁷

O mundo mudava depressa, e Vargas, que era um homem cauteloso, tinha dificuldade de acompanhar as mudanças. Porém uma coisa era certa: ele não deixaria que Washington determinasse quem fazia ou não parte de seu governo. Os americanos, por outro lado, tinham planos específicos de moldar a política brasileira de modo que atendesse às necessidades de seu país.

Estava prevista a realização de uma conferência dos ministros das Relações Exteriores de todo o continente americano na capital brasileira em janeiro de 1942, e a reunião serviria como uma vitrine para a estratégia inicial do governo Roosevelt para a América Latina após a entrada dos Estados Unidos na guerra. Os americanos tinham objetivos ambiciosos para a região — o maior deles já era acalentado desde muito antes do ataque a Pearl Harbor. Nas semanas que antecederam o evento, eles continuaram a pedir a permissão de Vargas para instalar uma força militar americana no Nordeste do Brasil. Vargas, contudo, ainda resistia até que conseguisse um acordo melhor para o fornecimento de armas pelos Estados Unidos.

O objetivo principal da conferência era fazer com que o maior número possível de países latino-americanos rompesse relações com as potências do Eixo. Contudo, as coisas não pareciam promissoras nessa frente para os Estados Unidos. O principal problema parecia ser a Argentina, que, no período que antecedeu à conferência, mostrara forte relutância em seguir a postura americana com relação ao assunto, argumentando que o ataque a Pearl Harbor não fora uma agressão aos países da América Latina. A orientação pró-Eixo do presidente argentino, Ramón Castillo, complicava ainda mais a situação para os Aliados.

Tampouco o impacto da posição argentina se limitava às suas relações com os Estados Unidos. Vargas deixara claro para Washington seu desejo de que qualquer acordo que resultasse da conferência deveria abranger todos os países da América Latina, inclusive a Argentina. O presidente estava preocupado com a possibilidade de que, se a Argentina se mantivesse neutra enquanto

o resto da América Latina ficasse do lado dos Estados Unidos, os alemães ganhassem um aliado potencial na porta dos fundos do Brasil. O acordo teria, portanto, que ser redigido de modo a manter a Argentina alinhada com os outros países latino-americanos. Como o Departamento de Estado logo descobriu, esse seria o principal desafio da conferência.

Em 10 de janeiro de 1942, Vargas convocou uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança Nacional brasileiro a fim de discutir a futura conferência de ministros das Relações Exteriores. O presidente tinha se encontrado com Aranha na noite anterior, no Palácio Guanabara, para preparar sua declaração ao conselho e falar de seu discurso de abertura da conferência. Como sempre, Aranha fez questão de que ele e o presidente combinassem suas mensagens.⁸

O dedo do ministro das Relações Exteriores era bem visível na reunião do conselho, onde Vargas disse aos membros do gabinete e aos líderes militares presentes que o Brasil deveria apoiar inequivocamente os Estados Unidos.

Cheguei à conclusão de que, tanto do ponto de vista dos mais altos interesses do Brasil quanto do ponto de vista dos compromissos firmados pelo país anteriormente, o Brasil deve agora optar pelos Estados Unidos, sejam quais forem as consequências. Qualquer membro do governo que esteja em desacordo com essa política tem a liberdade de renunciar ao seu cargo.⁹

Em seguida, ele fez uma dura advertência contra qualquer dissidência por parte das forças armadas, as quais, ele acreditava, ficariam muito preocupadas com sua decisão:

O governo não tem que depender das forças armadas da república para controlar as atividades subversivas, incluindo até mesmo qualquer tentativa de levante local por simpatizantes alemães ou italianos. O povo brasileiro está 100% de acordo com a política que acabo de escolher, e a população conseguirá debelar qualquer tentativa de levante inspirada pelo Eixo.¹⁰

As palavras de Vargas eram, acima de tudo, um desafio aberto aos generais: se eles não lhe dessem total apoio, logo descobririam que seus serviços não eram mais necessários.

O conselho decidiu, por unanimidade, apoiar a declaração de Vargas — embora, assim como ele previra, os militares tenham expressado objeções. Tanto Dutra quanto Góes Monteiro advertiram aos presentes que a capacidade do Brasil para se defender era muito limitada e que uma das principais razões disso era que — apesar das garantias do governo americano — as forças armadas brasileiras não tinham conseguido nada além de entregas parciais de armamentos dos Estados Unidos.¹¹ Citaram o exemplo específico de um carregamento de tanques leves que haviam sido enviados sem seus armamentos e eram, portanto, inúteis. No entanto, apesar da preocupação com a falta de preparo do Brasil, tanto o ministro da Guerra quanto o chefe do Estado-Maior informaram ao conselho que a política anunciada pelo presidente era, na opinião ponderada deles, “a única correta para o Brasil adotar”.¹² Em seu íntimo, porém, tanto Dutra quanto Góes Monteiro permaneceram incertos quanto à decisão de Vargas de apoiar abertamente os Estados Unidos sem qualquer garantia concreta do envio das armas. Os dois colocaram seus cargos à disposição, mas, como no passado, Vargas recusou-se a abrir mão deles e disse a Dutra e a Góes Monteiro que deviam permanecer em seus respectivos postos naquele momento crucial da história do país.¹³

Todas as lideranças políticas e militares concordavam em um aspecto: se o Brasil rompesse relações diplomáticas com o Eixo, mais cedo ou mais tarde o país acabaria ativamente envolvido na guerra. Isso seria confirmado de forma discreta em cartas ao presidente enviadas pelos embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro. Aranha informou depois a Sumner Welles o conteúdo das cartas, e o subsecretário de Estado reportou a Roosevelt:

Ele [Vargas] recebera, nesse dia, cartas dos embaixadores da Alemanha, Itália e Japão. Essas cartas, cujos textos li, afirmavam — sem rodeios, no caso do

embaixador alemão, e de uma forma mais velada no caso dos embaixadores japonês e italiano — que, se o Brasil decidisse romper relações diplomáticas, o país deveria prever um estado de guerra com as potências do Eixo. As cartas foram consideradas de cunho pessoal pelo governo brasileiro, que está, portanto, ansioso para que nenhuma publicidade seja dada ao seu conteúdo no presente momento.¹⁴

As opções do Brasil não poderiam ter sido mais claras: juntar-se aos Aliados e entrar em guerra contra o Eixo ou esperar por um ataque que, se acontecesse, seria mais rápido e devastador do que qualquer um no Rio de Janeiro poderia imaginar.

Sumner Welles chegara ao Rio de Janeiro em 12 de janeiro a fim de participar da conferência dos ministros das Relações Exteriores, marcada para começar três dias depois, em 15 de janeiro. Na tarde do dia em que chegou, ele e Vargas se reuniram no Palácio Guanabara para uma breve reunião introdutória. No decorrer do encontro, Vargas informou Welles sobre a política que ele anunciara em 10 de janeiro. Alzira, que servia de intérprete, observou que o pai parecia muito preocupado. Naquela noite, o presidente registrou em seu diário: “Estou apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar para a guerra sem que isso tenha utilidade para nós ou para eles.”¹⁵

Mais tarde, naquela mesma noite, Vargas continuou a trabalhar no discurso para a conferência. Na sua opinião, ele assumira um risco ao se juntar aos americanos e agora sentia que não podia esperar mais pela recompensa. Enquanto Welles estivesse no Rio de Janeiro, era de vital importância que o Brasil garantisse as armas necessárias para se defender. A urgência de Vargas era intensificada pelo fato de a capital estar repleta de rumores sobre o descontentamento dos militares e uma conspiração envolvendo estes e algumas facções dos antigos camisas-verdes do movimento integralista. Embora a origem de muitos deles pudesse ser creditada à embaixada alemã no Rio de Janeiro, ainda assim, eles aumentavam a tensão. Alguns comentários indiscretos de um funcionário da embaixada americana

na cidade afirmando que a substituição de Góes Monteiro era desejável pioraram ainda mais a situação.¹⁶ Mais tarde, insinuaram que o vazamento desse comentário da embaixada tornou praticamente impossível para Vargas demitir o chefe do Estado-Maior, por medo de dar a impressão de ser um fantoche dos americanos.

Vargas e Aranha se reuniram na manhã de 13 de janeiro para revisar as táticas para a conferência e examinar as prováveis implicações da posição brasileira em relação ao Eixo.¹⁷ Aranha encontrou o presidente pensativo, ainda resoluto em sua decisão de apoiar os Estados Unidos, mas também esperançoso de evitar um confronto militar com as potências do Eixo. Vargas encontrava dificuldades para redigir o discurso: queria expressar um forte apoio a Roosevelt, mas também lembrar aos Estados Unidos que eles precisavam cumprir suas promessas de aparelhar o Exército Brasileiro. Vargas concordou que, nos bastidores da conferência, ele iria pessoalmente pressionar Welles a assegurar um compromisso firme por parte do presidente americano sobre a questão dos armamentos. Os dois concordaram que essa questão precisava ser resolvida antes do final do evento, quando Vargas planejava anunciar o rompimento das relações com as potências do Eixo.

A conferência foi aberta em 15 de janeiro de 1942 no Palácio Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro. Antes da criação do Estado Novo, em 1937, o palácio abrigava a Câmara dos Deputados; depois de 1937, tornara-se a sede do DIP, que, naquela ocasião, havia decorado o prédio com as bandeiras de todos os países participantes do evento. O edifício fora escolhido por seu tamanho e pelo fato de seu interior ser fresco, oferecendo aos ministros uma trégua muito necessária do calor opressivo de janeiro no Centro da cidade.

Aranha, que era o anfitrião da conferência, se instalou confortavelmente na grande cadeira de madeira entalhada do palácio reservada ao orador. Vestido com seu terno favorito de algodão branco trespessado, que combinava com uma gravata listrada, ele parecia um astro maduro do cinema quando se levantou

diante do resto dos delegados. E, de fato, Aranha sabia que precisava ter um ótimo desempenho se o Brasil quisesse evitar ser arrastado para a guerra sem armas e sem um compromisso da Argentina de também se juntar à luta ao lado dos Aliados. Entretanto, coube a Vargas abrir oficialmente a conferência.

Em seu muito aguardado discurso, o presidente falou calorosamente sobre Roosevelt e os Estados Unidos. Ele discorreu sobre a grande importância da cooperação econômica tanto entre os países da América Latina quanto com os Estados Unidos. E afirmou, com as palavras mais fortes possíveis, que o Brasil estava determinado a defender suas fronteiras. Optou por não fazer qualquer menção ao objetivo principal dos Estados Unidos para o evento, que era, é claro, convencer os países latino-americanos a romper relações com os poderes do Eixo.¹⁸ Foi um discurso cauteloso, que refletia a avaliação de Vargas dos difíceis conflitos internos e externos, ainda sem solução, quanto ao papel do Brasil na guerra.

Ao deliberadamente deixar de abordar aquela que sabia ser a principal prioridade dos Estados Unidos, o pronunciamento de Vargas também buscava ganhar um pouco mais de tempo para garantir um acordo de fornecimento de armas dos Estados Unidos antes de enfiar o dedo no olho do Eixo. Nesse aspecto, os resultados foram heterogêneos. O embaixador da Itália no Rio de Janeiro escreveu para Aranha elogiando o discurso; já os da Alemanha e do Japão lembraram ao Brasil mais uma vez que qualquer rompimento das relações diplomáticas desencadearia muito depressa uma guerra total.

Para o caso de Sumner Welles não ter entendido a mensagem nas entrelinhas do discurso, Vargas chamou-o em um canto, em um evento no Palácio Itamaraty após a conferência, e lhe apresentou seus argumentos a favor do envio de mais armas para o Brasil. Vargas primeiro falou sobre as cartas que recebera dos embaixadores do Eixo, sabendo que Welles tinha sido informado de seu conteúdo. Em seguida, acrescentou:

A decisão tomada pelo governo brasileiro implica que iremos, em breve, entrar na guerra para valer. A responsabilidade que assumi em nome do povo brasileiro é muito grande. É particularmente grande pelo fato de que, apesar de todos os meus esforços, nos últimos dezoito meses não consegui obter pelo menos uma quantidade mínima de material bélico dos Estados Unidos. Sinto que, em vista das atuais circunstâncias, posso contar com você mais do que com qualquer outro para entender minhas maiores dificuldades.¹⁹

Welles, tentando escutar o melhor que podia apesar do barulho da música da festa ao fundo, fez que sim com a cabeça, como se dissesse que tinha entendido a mensagem. Vargas, em seguida, logo passou para os detalhes.

O Brasil não pode ser tratado como uma pequena potência da América Central, que ficaria satisfeita com a instalação de tropas americanas em seu território. Em vez disso, o Brasil precisa ser considerado pelos Estados Unidos como um amigo e aliado e tem o direito de receber, de acordo com o Lend-Lease Act [Lei de Empréstimos e Arrendamentos], aviões, tanques e artilharia costeira suficientes para permitir que o Exército Brasileiro proteja pelo menos parte das regiões do Nordeste do país, cuja defesa é tão necessária para os Estados Unidos quanto para o próprio Brasil.²⁰

Nunca antes o presidente brasileiro havia colocado as cartas na mesa tão claramente para uma autoridade americana. Em seguida, enquanto Vargas retornava aos seus convidados na festa, ele parou, virou-se e pediu que Welles se encontrasse com ele sozinho dois dias depois, em 19 de janeiro, às seis da tarde, no Palácio Guanabara.

O subsecretário de Estado era experiente o bastante para saber que Vargas tinha acabado de lhe dar menos de 48 horas para conseguir uma resposta satisfatória a seu pedido de armamentos do presidente dos Estados Unidos. Ele também entendeu o que estava sendo oferecido por Vargas — que, se Roosevelt aparecesse com armas suficientes para os militares brasileiros, Vargas autorizaria a instalação de tropas americanas no Nordeste do Brasil.

Mais tarde naquela mesma noite, Welles enviou um longo telegrama diretamente a Roosevelt no qual relatou sua conversa com o presidente brasileiro na festa. O subsecretário acrescentou que, quando se encontrasse com Vargas no Palácio Guanabara para transmitir a resposta de Roosevelt, gostaria de entregar a seguinte mensagem:

Eu me comuniquei diretamente com você, e você [Roosevelt] me autorizou a dizer a ele [Vargas], como o presidente de uma grande nação americana para o presidente de outra grande nação americana, e também como amigo pessoal, que, se o presidente me entregar uma lista dos requisitos mínimos urgentemente necessitados pelo Exército Brasileiro para a proteção adequada do Nordeste do Brasil, você dará ordens para que os itens contidos na lista sejam disponibilizados ao governo brasileiro no momento possível, sujeito apenas às atuais exigências de defesa dos Estados Unidos da América e a qualquer modificação subsequente que possa mais tarde ser acordada pelos Estados-Maiores dos Estados Unidos e do Brasil.²¹

O apelo de Welles a Roosevelt era prova não apenas da importância que o subsecretário de Estado agora atribuía ao fornecimento de armas para o Brasil, mas também da posição desvantajosa em que os Estados Unidos haviam de repente se encontrado durante a conferência.

A reunião de ministros das Relações Exteriores não progredira tão bem quanto Washington esperava. Os governos da Argentina e do Chile deixaram claro que não estavam dispostos a romper formalmente as relações com as potências do Eixo. No entanto, apesar desses problemas — ou talvez como resultado deles — o Brasil estava se mostrando um parceiro ainda mais importante do que os Estados Unidos poderiam ter imaginado. Welles observou que, nos bastidores, Vargas e Aranha trabalhavam com afinco para tentar obter a adesão da Argentina e do Chile enquanto mantinham quatro outros governos alinhados com a posição dos Estados Unidos. Vargas enviara através de um mensageiro especial uma mensagem pessoal ao presidente argentino, na qual afirmava que “o

governo brasileiro considera indispensável que uma declaração conjunta expressando o rompimento imediato das relações com as potências do Eixo, assinada por todas as repúblicas americanas, seja adotada na conferência”.²² Contudo, a intervenção pessoal de Vargas teve pouco impacto, uma vez que o governo argentino se recusou a mudar de posição.

As relações na conferência foram se deteriorando depressa a ponto de virarem picuinhas regionais. O Brasil, sem dúvida, foi em parte culpado por isso. Todas as delegações da conferência haviam sido convidadas para a festa no Palácio Itamaraty onde Vargas conversara com Welles — quer dizer, todas as delegações com exceção da argentina.²³ O embaixador britânico e sua equipe foram convidados em seu lugar.²⁴

Desesperado para tirar algo de positivo da conferência, Roosevelt aceitou o conselho de Welles. A resposta do presidente americano na manhã seguinte, 19 de janeiro de 1942, continha as palavras que o subsecretário queria ouvir:

Diga ao presidente Vargas que entendo perfeitamente e sou sensível às necessidades dele e que posso assegurar-lhe que o fluxo de material começará de imediato. Ele entenderá quando digo que alguns itens estão em falta, os quais receio informar em um telegrama, mas que logo entrarão em produção. Quero superar o mais breve possível os envios parciais e muito rapidamente aumentá-los até o mínimo das exigências brasileiras. Diga-lhe que estou muito satisfeito com sua política esplêndida e transmita-lhe meus mais calorosos cumprimentos.²⁵

O apoio americano ao Brasil viria em breve, como Vargas solicitara. Com uma cópia da mensagem de Roosevelt em mãos, Welles dirigiu-se à reunião. Embora não tivesse consciência disso naquele momento, tratava-se de um encontro que mudaria o curso da história latino-americana.

O subsecretário de Estado chegou ao Palácio Guanabara um pouco antes das seis da tarde de 19 de janeiro. Para a surpresa do

americano, ele não foi levado para uma das salas do palácio, mas em vez disso o escoltaram até o pequeno mirante no topo da colina, atrás do prédio principal, onde o presidente gostava de trabalhar sozinho nas noites de verão da cidade. Enquanto subia a colina, Welles ouvia os barulhos dos funcionários do palácio preparando o salão para o baile que seria oferecido às delegações da conferência naquela noite. Contudo, quando chegou ao mirante, o local estava silencioso, com exceção do murmúrio distante do tráfego na rua em frente ao palácio.

“Aqui é mais fresco e menos barulhento do que no palácio”, comentou Vargas ao cumprimentar o visitante.²⁶ O cenário também proporcionava aos dois o máximo de privacidade. Não havia conselheiros, assessores ou intérpretes presentes. Em vez disso, Vargas falou devagar num espanhol marcado pelo sotaque brasileiro, enquanto Welles — que era fluente em espanhol — respondia com cuidado para evitar qualquer mal-entendido. De vez em quando, no decorrer da conversa, Welles inseria uma ou duas frases em inglês, sobretudo ao se referir a Roosevelt ou a Winston Churchill. Vargas falava um inglês rudimentar, mas conseguia ler bem no idioma.²⁷ Alzira, que estudara em uma escola inglesa no Rio de Janeiro, ensinava inglês ao pai sempre que ele tinha um tempo livre.

Welles delineou a natureza de seu pedido a Roosevelt e, em seguida, leu a resposta do presidente, traduzindo-a para o espanhol. Após terminar de lê-la em voz alta, entregou-a a Vargas, que leu o texto com atenção. Depois o tema da conversa passou a ser a Argentina e, sobre essa questão, Welles deu a Vargas sua opinião bem embasada, porém pessoal. Ele começou:

— Sr. presidente, temo que haja poucas chances de levar a Argentina a aceitar romper formalmente seus laços com as potências do Eixo, conforme solicitado por nosso governo.²⁸

Vargas concordou com a avaliação, mas disse a Welles que ainda assim ele tinha que tentar.

— Preciso, de qualquer modo, encontrar um jeito de fazer um texto para a conferência que o governo argentino possa apoiar.²⁹

O presidente comentou com Welles que esse ponto era de grande importância para o Brasil, e o subsecretário garantiu que continuaria tentando atingir seu objetivo, embora as chances de conquistar a Argentina e o outro recalcitrante, o Chile, ainda parecessem remotas.

— Veja bem, tampouco tenho muita esperança de conseguir fazer com que o Chile concorde — admitiu Welles.³⁰ — Os japoneses estão repassando dinheiro a certos líderes políticos chilenos, inclusive ao ministro das Relações Exteriores.

Welles terminou acrescentando:

— A questão do rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo é de grande importância, e arrisquei meu cargo para obter esse compromisso do presidente para você.³¹

— Você pode contar com o Brasil, mas estou arriscando minha própria vida nisso, pois eu não sobreviveria a um desastre para minha pátria.³²

A vida de Vargas já estivera em perigo uma vez antes, e ele não tinha ilusões sobre suas chances de sobreviver a um encontro cataclísmico com a Argentina, a Alemanha ou seus próprios inimigos dentro do Brasil.

A apreensão dos dois pairava sobre a conversa como uma nuvem de chuva. No entanto, tomadas em conjunto, a promessa de Roosevelt de entregar armas ao Brasil imediatamente e o consentimento de Welles em tentar aplacar a Argentina constituíam um avanço importante para Vargas. Ele e Welles fecharam um acordo.³³ Em pé, sozinhos, do lado de fora do mirante, enquanto o sol mergulhava no horizonte, os dois apertaram as mãos e não disseram mais nada.

Ao se dirigirem de volta ao palácio, onde os primeiros convidados para o banquete começavam a chegar, Vargas e Welles estavam perdidos em seus pensamentos. Para o presidente, esse era o

cenário que por muito tempo ele tentara evitar: um acordo com os Estados Unidos que, quase certamente, não envolveria a Argentina em um compromisso semelhante. Ele sabia que os militares ficariam insatisfeitos por ter um Exército argentino pró-Eixo, agressivo e expansionista, postado na fronteira meridional do Brasil, enquanto a maioria das armas americanas teria que ser destinada à defesa do Nordeste do Brasil para protegê-lo de possíveis ataques do Eixo ou até mesmo de uma invasão. A posição do governo chileno também era importante para Vargas, mas ela confirmava sua impressão de que os ministros das Relações Exteriores das Américas nunca poderiam concordar com uma estratégia regional efetiva para a guerra.³⁴

Welles, enquanto isso, teve que encarar seus próprios fracassos. Ele viera ao Rio de Janeiro para convencer todos os países do continente americano a romper relações com o Eixo. O que quer que tenha conseguido (e, com certeza, ele conseguira muita coisa), ao menos naquela questão específica ele não tivera sucesso. Quando o chefe de Welles, o secretário de Estado Cordell Hull, soube dos detalhes do acordo, ele o considerou uma rendição total à Argentina.³⁵ Numa conversa telefônica com Welles após a reunião, Hull submeteu-o a uma arenga tão cheia de ameaças profissionais e pessoais que alarmou o presidente Roosevelt e os funcionários do Departamento de Estado que estavam ouvindo a discussão.

— Considero isso uma mudança de política sem que eu tenha sido consultado — esbravejou Hull, acrescentando com uma voz cheia de emoção: — O acordo contém uma cláusula de salvaguarda que permitirá aos argentinos voltar para casa com ar de terem cumprido seus compromissos e depois dirigir-se aos poucos para o lado de nossos inimigos do Eixo e dar-lhes ajuda e apoio, em nosso detrimento e até com perdas de vidas do nosso lado, à medida que a guerra progredir.³⁶

No fim, Hull ordenou a Welles:

— Repudie o acordo agora.³⁷

Quando o rompante de Hull chegou ao fim, Welles respondeu:

— Fiz de tudo para obter um acordo em torno da proposta original, mas isso acabou sendo impossível. Portanto, concordei com o acordo modificado³⁸ — disse devagar e numa voz sem emoção.

Em outras palavras, Welles informava a seu chefe que, em sua opinião, aquele era o melhor resultado possível para os americanos.

Quando Hull se acalmou, foi discutir o assunto diretamente com Roosevelt, exortando o presidente a apoiar a ordem dada a Welles. Roosevelt, no entanto, ficou do lado do subsecretário, influenciado pelo “julgamento do homem no Rio de Janeiro”.³⁹ Hull nunca perdoou Welles ou Buenos Aires. Ficou tão irritado com a Argentina que embarcou em uma espécie de cruzada, perseguindo o país e seus líderes pelo resto da guerra.⁴⁰ Ele passou a acreditar que, como país, a Argentina era absolutamente desprezível e tentou marginalizá-la sempre que possível.⁴¹

Contudo, para Vargas e Welles tudo isso estava no futuro. Ainda diante deles estava o banquete no Palácio Guanabara, um evento magnífico com música, dança e um jantar. À medida que a noite se tornava mais descontraída e alguns dos homens começaram a fumar charutos e a tirar os paletós brancos reluzentes, Welles se aproximou do presidente para lhe fazer uma pergunta que se esquecera de fazer mais cedo. Mas Vargas não estava disposto a ouvi-lo. “Falamos bastante hoje e vamos conversar um pouco mais amanhã”, prometeu a Welles.⁴² Vargas nunca fora dado à conversa fiada ou a bate-papo e muitas vezes optava por deixar esse tipo de coisa nas mãos muito capazes de Oswaldo Aranha, que se deleitava com tais frivolidades. Uma das piadas mais conhecidas sobre Vargas no Rio de Janeiro (que o presidente apreciava bastante) era que ele tinha a capacidade de ficar calado em dez línguas.⁴³ Em uma das anotações mais longas de seu diário, Vargas lembrou os eventos daquele dia, afirmando sobre o banquete: “Conversei um pouco com o ministro das Relações Exteriores argentino.”⁴⁴ Vargas pareceu preocupado com a história difícil entre Brasil e Argentina e se

questionava se não estava plantando as sementes da próxima guerra entre as duas nações mais importantes da América do Sul. Depois de voltar do banquete, Welles recebeu um segundo telegrama, dessa vez de Cordell Hull. Ele incluía a lista dos armamentos aprovados pelo chefe do Estado-Maior do Exército americano, general George Marshall, para entrega imediata ao Brasil, conforme o acordo de empréstimos e arrendamentos. A lista incluía 31 veículos de reconhecimento e 74 caminhões ou jipes, bem como dez tanques leves — o primeiro lote de um total de 65 tanques leves a serem enviados ao Brasil em levadas de dez por mês.⁴⁵ Outros itens também seriam incrementados mês a mês; no entanto, os envios constituíam apenas as necessidades mínimas do Exército Brasileiro e nada mais.⁴⁶ Além disso, devido à escassez de munição, pouco foi prometido. Roosevelt já havia avisado a Welles que era melhor não comentar esse assunto com seus amigos brasileiros. O subsecretário observou que de fato estava em vigor um novo acordo especial de empréstimos e arrendamentos, que, em grande parte, substituía o do ano anterior.

Welles fechara seu pacto com o Brasil, mas ainda precisava assegurar que o cronograma americano de fornecimento de armamentos fosse aceitável para Vargas. Devido aos fracassos anteriores dos Estados Unidos em cumprir os prazos, o presidente ainda precisava de mais um sinal de que, dessa vez, os americanos levariam seus compromissos a sério. Welles também admitia que precisava tranquilizar Aranha com relação ao que parecia ser um inevitável fracasso coletivo para persuadir a Argentina a romper relações com o Eixo. Tendo em vista suas experiências anteriores, o ministro das Relações Exteriores do Brasil entendia que o ministro da Guerra e o chefe do Estado-Maior não ficariam nem um pouco satisfeitos com as novidades no campo diplomático. Ele também suspeitava que seria ainda mais difícil conciliar os dois homens com o novo plano se os Estados Unidos tentassem descumprir o acordo de fornecimento de armas. Um sinal precoce do caminho espinhoso diante de Aranha surgiu quando um dos assessores de Góes

Monteiro informou ao superior que ouvira dois diplomatas falando sobre como os Estados Unidos pretendiam suprir o Exército Brasileiro com armas, mas não com munição.

Às 15h30 do dia 27 de janeiro de 1942, o presidente Vargas abriu uma reunião de seu gabinete. Assim como em 1939 — quando o gabinete se reuniu para discutir o início da guerra — havia apenas um item na pauta. Em 1942, o debate centrou-se unicamente na questão do rompimento dos laços do Brasil com as potências do Eixo. Vargas já havia decidido que o país romperia relações com elas no dia seguinte, em 28 de janeiro de 1942, no encerramento da conferência dos ministros das Relações Exteriores na capital brasileira.⁴⁷

A reunião do gabinete seria a última oportunidade para os militares brasileiros tentarem inviabilizar o processo de rompimento dos laços com o Eixo. Mais cedo, naquela manhã, Dutra e Góes Monteiro se encontraram para elaborar uma estratégia. Vargas enviou um emissário para tentar convencer os dois a apoiarem sua decisão, mas eles — e o resto dos militares — não ficaram convencidos. De fato a posição deles, quando enfim a apresentaram na reunião de gabinete, não era muito diferente da que haviam defendido antes. “O rompimento das relações com Alemanha, Itália e Japão vai nos levar à guerra, e o Exército Brasileiro não está pronto para ela”, disse Dutra aos ministros reunidos.⁴⁸

Vargas não estava disposto a aceitar nada daquilo. Nem Aranha, que encerrou a reunião afirmando: “Amanhã vamos romper relações com as potências do Eixo, e eu assumo isso como minha responsabilidade.”⁴⁹ Todos os participantes da reunião compreenderam o caminho perigoso que o Brasil estava prestes a tomar. Os líderes do país esperavam que este se tornasse alvo de ataques, embora houvesse divergência sobre quem representaria a maior ameaça para o Brasil nos meses seguintes: as potências do Eixo ou a Argentina. Quando saíram no sol do Rio de Janeiro, os

ministros só podiam ter certeza de que no dia seguinte a neutralidade brasileira chegaria ao fim.

A conferência dos ministros das Relações Exteriores foi encerrada no dia seguinte. Embora nenhuma das resoluções aceitas pelos ministros mudasse de forma significativa o *status quo* nas Américas, elas consolidariam a cooperação econômica entre os países do continente e garantiriam ajuda aos Estados Unidos. Os países sul-americanos, sobretudo o Brasil, concordaram em abastecer os Estados Unidos com matérias-primas estratégicas para suas indústrias de armamentos, criar condições favoráveis para a circulação de capitais e manter a ordem política interna.⁵⁰ A resolução final sobre as relações com as potências do Eixo refletia a posição da Argentina e do Chile e apenas *recomendava* o rompimento das relações com Alemanha, Itália e Japão, em vez de declarar de vez tal ruptura.⁵¹

O Brasil, porém, chegara a uma resolução própria. A maioria da população ouvia rádio em casa ou nos cafés quando Oswaldo Aranha se levantou para discursar perante a conferência. Com a voz trêmula de emoção, o ministro anunciou sucintamente que, algumas horas antes, o presidente Vargas assinara a ordem para romper relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo.⁵² Após Aranha terminar de ler a declaração preparada, a conferência irrompeu em aplausos espontâneos e ovação descontrolada.

Nos cafés em toda a cidade do Rio de Janeiro, o anúncio do rompimento com o Eixo foi recebido com orgulho — sobretudo porque a Argentina não seguira o exemplo do Brasil, o que a revelava como pró-nazista aos olhos de muitos cariocas. O pronunciamento também representava, para Vargas e Aranha, uma vitória sobre as forças armadas, embora ainda houvesse descontentamento entre os oficiais de alta patente e a possibilidade de ressurgirem o ressentimento dos militares e o sentimento pró-alemão latente — o que geraria novos problemas para o regime de Vargas.

Para Sumner Welles, a declaração de que o Brasil romperia relações com as potências do Eixo representava ao mesmo tempo um triunfo e um fracasso. Embora o Brasil tivesse de fato se unido aos americanos, a Argentina se recusara a fazer o mesmo — apesar de não ser inesperado, tal fato era um enorme fator complicador para os esforços de Washington em desenvolver uma política regional para a América do Sul. Para muitos americanos, inclusive Nelson Rockefeller, a decisão da Argentina foi inaceitável e transformou o país no pária das Américas. Isso também teve uma consequência imprevista para o Brasil. Por causa da decisão da Argentina, os esforços de Rockefeller para desenvolver laços culturais — e disseminar sua propaganda — com a América Latina vieram a se concentrar muito mais no Brasil.

WELLES SAI DE CENA E WELLES ENTRA EM CENA

A CONFERÊNCIA DE ministros das Relações Exteriores terminara, e o trabalho de Sumner Welles no Rio de Janeiro estava quase concluído. Em 29 de janeiro, ele e o embaixador Jefferson Caffery encontraram Vargas e Alzira para tomar café da manhã no Palácio Guanabara. Os três homens tinham bastante consciência da necessidade de os Estados Unidos cumprirem a promessa de entregar armamentos ao Exército Brasileiro — e de fazê-lo logo.¹ Se os militares brasileiros percebessem que os americanos estavam atrasando a entrega ou suspeitassem que estes poderiam descumprir o acordo por inteiro, todo o trabalho árduo de Vargas e dos americanos para levar o Brasil para o campo Aliado teria sido em vão.

Como sempre, Alzira ouviu a conversa com atenção e falou muito pouco. Ela sabia que as relações do Brasil com os Estados Unidos ingressavam em terreno desconhecido e que os perigos para o regime de seu pai, tanto internos quanto externos do Brasil, tornavam-se ainda mais críticos.

Como era de seu feitio, Vargas continuava a se esquivar da questão da instalação de uma força americana no Nordeste do Brasil. Essa era a última carta que tinha para jogar, e ele não estava disposto a abrir mão dela facilmente, sobretudo à luz do ambiente político interno do país. As manobras das lideranças militares na reunião de gabinete matinal dois dias antes tinham irritado o presidente. Depois de os militares terem expressado suas objeções à

ruptura das relações do Brasil com as potências do Eixo com tanta veemência, seria possível agora confiar que eles apoiariam essa decisão — e o governo por trás dela — com total empenho?

Vargas usou o café da manhã com Welles e Caffery para reforçar sua posição tanto quanto possível, lembrando aos Estados Unidos que ele não deveria ser menosprezado. A reunião também serviu para transferir a intermediação para Caffery, tendo Welles informado ao presidente que estava pronto para partir para os Estados Unidos assim que o clipper da Pan Am chegasse à capital brasileira.

Sumner Welles pretendia desfrutar seus últimos dias no Rio de Janeiro antes de retornar ao frio de Washington e à frieza do chefe, Cordell Hull, que ainda não se conformara com o fato de seu subordinado ter permitido que a Argentina mantivesse relações diplomáticas com as potências do Eixo. Para descontraí-lo, Welles fazia caminhadas matinais longas e aceleradas pelo amplo calçadão da praia de Copacabana. Era possível vê-lo passeando, perdido em seus pensamentos, sempre com seu fiel chapéu panamá, que poucos dias antes usara para acenar para a multidão diante da conferência dos ministros das Relações Exteriores. Agora ele sem dúvida pesava sobre sua testa preocupada.

A orla da cidade estava em transformação. Enquanto caminhava, - Welles via edifícios antigos e decadentes em processo de demolição e sua substituição por novos empreendimentos modernos, a maioria com pelo menos seis ou sete andares. Era época de férias de janeiro e fevereiro, e, portanto, quase todo o trabalho de construção ao longo da orla estava parado. Guindastes estavam inativos e os projetos de construção feitos pela metade permaneciam estranhamente silenciosos, sem os barulhos normais de batidas de metal e assobios de operários. Muitas venezianas dos edifícios já concluídos estavam fechadas; seus ocupantes tinham partido para o clima mais ameno da serra.

No entanto, o ruído do outro lado da rua teria mais do que compensado o silêncio dos canteiros de obra da cidade. Enquanto passeava pela praia, Welles via uma faixa de areia repleta de

européus e cariocas de todas as cores, deitados lado a lado, deleitando-se com o sol tropical. Welles era tolerante, natural de Nova York e formado em Harvard. Não podia ter deixado de contrastar as praias não segregadas do Rio de Janeiro com os espaços públicos “apenas para brancos” dos Estados Unidos. Algumas vezes, Jefferson Caffery, nativo da Louisiana, acompanhava Welles em seus passeios e comentava sobre a natureza da integração racial no Rio de Janeiro e no Brasil como uma maravilha moderna do progresso e da esperança. O subsecretário de Estado sem dúvida concordava.

Welles gostava da cidade, e a cidade gostava muito de Welles. Oswaldo Aranha organizou uma série de eventos diplomáticos deslumbrantes para entreter o subsecretário de Estado antes de seu retorno a Washington. Contudo, aqueles que o conheciam bem perceberam que Welles parecia distraído durante seus últimos dias no Rio de Janeiro. O calor, as rodadas intermináveis de reuniões e a diplomacia de alto risco com Vargas e Aranha cobravam seu preço. Welles de repente parecia envelhecido. Ele também sabia muito bem que a guerra estava apenas começando para os Estados Unidos e que a batalha pelo Brasil nem sequer se iniciara. Talvez fosse a maresia, mas Welles se sentia cansado e deve ter se perguntado como aquela pilha de energia humana chamada Oswaldo Aranha se mantinha funcionando sem dar sinais de fadiga.

Welles não era o único a trocar o Rio de Janeiro por Washington no início de fevereiro de 1942. Vargas decidira enviar seu ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, aos Estados Unidos. A principal razão da viagem de Souza Costa era tentar assegurar as armas americanas, bem como ajudar a concluir uma série de acordos de ajuda dos Estados Unidos às minas de ferro, fábricas de borracha e outras indústrias baseadas nos bens naturais do Brasil que poderiam ser úteis para o esforço de guerra dos Aliados. Só para garantir que o governo Roosevelt entendesse a questão, Souza Costa ligou para Caffery em 31 de janeiro, na véspera de sua partida para Washington e lhe disse: “O objetivo principal da minha visita a

Washington é a aquisição dos armamentos necessários.”² O embaixador prometeu encaminhar o recado ao Departamento de Estado e o fez devidamente no mesmo dia.³

A missão do ministro teve um mau começo. Welles e Hull haviam enviado para Caffery, no Rio de Janeiro, uma lista dos armamentos que os Estados Unidos estavam em condições de fornecer ao Brasil na época. Quando ele mostrou a lista para Aranha na esperança de que este a endossasse antes de mostrá-la a Vargas, Aranha teve certo atrito com o embaixador. Quase incapaz de controlar a ira e a altura da voz, o ministro esbravejou para Caffery:

Isso é apenas aquela mesma velha conversa fiada. Você não pode mostrar isso ao presidente Vargas. Welles disse a ele que você nos dispensaria o mesmo tratamento dado à Inglaterra, Rússia, China — você não está fazendo nada disso; está descarregando um monte de caminhões em nós; não está nos dando nada do que precisamos para a defesa do Nordeste: canhões antiaéreos, artilharia, aviões de combate. Diga a Welles que seria melhor ele arquivar isso e esquecer. Nossos militares vão criar um tremendo caso, com muitos “Eu não disse?”. O presidente Vargas nunca mais vai acreditar no Departamento de Estado.⁴

Aranha sugeria que aquela lista de armas podia não apenas prejudicar as relações entre o presidente brasileiro e o governo americano, mas também instigar os militares brasileiros ainda mais contra Vargas. Contudo, Caffery e seus superiores tinham dúvidas em relação a este último ponto.

Welles suspeitava que o relacionamento de Aranha com o Exército Brasileiro havia sido gravemente abalado pelo rompimento das relações com as potências do Eixo. Caffery ouvira dizer que as forças armadas consideravam Aranha muito mais responsável do que Vargas por aquilo que os militares viam como uma política desastrosa para o Brasil. Assim como os britânicos, Dutra observara que, após o discurso de Aranha que rompia os laços com o Eixo, nenhum outro documento ou decreto presidencial fora emitido para confirmar e oficializar a ruptura. Portanto, como sugeriram os

britânicos: “Uma mudança de ministro das Relações Exteriores tornaria a ruptura nula e sem efeito.”⁵ Sem dúvida, Dutra chegara à mesma conclusão. Os círculos políticos, diplomáticos e militares logo se encheram de rumores sobre conspirações contra Aranha sendo tramadas por seu antigo desafeto, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e seus aliados.

Welles decidiu que Caffery deveria levar a lista ao presidente Vargas à revelia da opinião de Aranha. Acompanhado pelo ministro, o embaixador americano viajou de carro para Petrópolis, onde o presidente tirava suas férias anuais longe do calor veranil carioca. Caffery passou a viagem olhando para a paisagem que mudava enquanto o carro subia a sinuosa estrada da serra, sem dúvida ansiando calado por um retiro de verão como o do embaixador britânico. O falante Aranha, por sua vez, manteve-se calado durante quase toda a viagem. Caffery sentiu que seu acompanhante parecia distraído pelas intrigas e pelos complôs internos dos últimos meses. O fardo daquele cargo pesava sobre os ombros de Aranha e parecia cada vez mais penoso desde a conferência dos ministros das Relações Exteriores. Aranha era, por natureza, otimista demais para achar que sua carreira política estava acabada, mas entendia que seus inimigos ficavam cada vez mais poderosos e espreitavam, esperando o momento certo para atacar.

Talvez tenha sido o ar mais frio da serra ou a natureza descontraída da cidade, mas Caffery achou Vargas muito mais animado do que o ministro das Relações Exteriores. Vestido com roupas informais e acompanhado apenas de Alzira como assessora, o presidente estudou o documento com esmero antes de oferecer seu veredicto:

Minha primeira impressão é muito boa (é claro que vou consultar meus técnicos). Welles está cumprindo as promessas que fez para mim. Não é só disso que precisamos, mas o fato de ele nos enviar a lista antes do início do mês demonstra sua boa-fé, da qual nunca duvidei. Agradeça a ele por mim e agradeça também ao presidente Roosevelt pela cooperação. Diga a Welles que esperamos o envio desse material o mais depressa possível. Tenho plena

confiança de que ele reconhece nossas outras necessidades prementes, sobretudo quando precisamos com tanta urgência de artilharia e armas antiaéreas em Fernando de Noronha, Natal etc., e que, sem aviões de combate, não teremos qualquer chance no Nordeste.⁶

O presidente notara as mesmas deficiências que Aranha na lista de armamentos dos americanos, mas — assim como Welles e Caffery previram — não estava tão preocupado com a ideia de não receber todos os suprimentos de uma vez. Quando Caffery se despediu, Vargas repetiu: “Transmita a Welles o meu mais elevado apreço e minha total confiança nele.”

Do lado de fora da sala, Aranha esperava por Caffery, que lhe contou a conversa com Vargas. O ministro pigarreou e disse: “Espero que ele não mude de opinião.”⁷

De volta a Washington, Cordell Hull tentou amenizar as preocupações do ministro das Relações Exteriores e escreveu para Caffery: “Por favor, diga a Aranha por mim que, ao menos desta vez, seu mau pressentimento estava errado. Isso não é ‘conversa fiada’ e não haverá qualquer tipo de ‘conversa fiada’.”⁸

No entanto, não foi tão fácil tranquilizar Aranha. Vargas, Aranha, Welles e Hull entenderam muito bem que a lista dos Estados Unidos podia ser vista como um copo meio cheio ou meio vazio. Aranha, afundado em problemas políticos, precisava que a maior parte dos armamentos chegasse com rapidez a fim de apaziguar Dutra e os militares, por isso optava por se concentrar naquilo que faltava. Vargas, por sua vez, procurava agradar Welles e o presidente Roosevelt num momento em que Souza Costa tentava obter concessões importantes dos Estados Unidos em acordos fundamentais de desenvolvimento econômico e recursos naturais. Assim, concentrava-se naquilo que os americanos haviam incluído, e não no que tinham deixado de fora.

Se a reação positiva de Vargas à lista de material militar ajudou ou não a lubrificar as engrenagens em Washington, a missão de Souza Costa ficou muito mais tranquila a partir daquele momento. Ele

conseguiu alcançar quase todos os objetivos econômicos que Vargas lhe incumbira. Os Estados Unidos ofereceram recursos de até 100 milhões de dólares para ajudar no desenvolvimento de matérias-primas no Brasil, ao mesmo tempo que concordaram com o aumento do preço da borracha brasileira e também com a expansão da produção na região amazônica. Washington também forneceu garantias de que o Brasil ainda seria pago pela exportação de café e cacau, mesmo que essas mercadorias não pudessem ser transportadas. Além disso, os americanos forneceriam dinheiro para pesquisa e desenvolvimento, bem como conhecimento técnico, a fim de ajudar o Brasil a produzir motores de aeronaves.⁹

Esses pactos, conhecidos coletivamente como os Acordos de Washington, foram firmados em 3 de março de 1942 e representaram um ganho tão significativo para a economia brasileira quanto a negociação pelos armamentos havia sido para as forças armadas. Além disso, os acordos estreitavam o relacionamento militar entre os dois países; os Estados Unidos também fizeram certo esforço para fornecer ao Brasil uma quantidade maior dos armamentos necessários à defesa do Nordeste do país. O valor do novo acordo de empréstimos e arrendamentos também foi elevado para 200 milhões de dólares, assegurando ao Brasil um crédito adicional para pagar pelo aumento nas remessas de armamentos.¹⁰

No Rio de Janeiro, na manhã seguinte, enquanto Alzira se ocupava com a transcrição dos longos telegramas criptografados e cheios de detalhes de Souza Costa, Vargas se declarou satisfeito com os detalhes finais dos acordos.¹¹ Para compensar as concessões dos Estados Unidos, e após consultar Dutra, o presidente concordou com a instalação de militares americanos no Nordeste do Brasil, a partir do entendimento de que a principal tarefa desses agentes seria transformar os aeródromos da região em aeroportos modernos e operantes, a fim de permitir o uso irrestrito do espaço aéreo pelo governo americano.¹² Ele também tomou uma decisão sobre a questão da indústria aeronáutica brasileira pró-Eixo, algo que, havia

muito tempo, preocupava americanos e britânicos. Em 1942, a empresa aérea italiana LATI não voava mais para o Brasil, e a Condor — uma subsidiária da alemã Lufthansa — estava sendo encampada pelo governo brasileiro.¹³ O processo de tomada de controle das empresas aéreas locais tinha sido complicado, mas Vargas estava determinado a levá-lo até o fim.¹⁴

A imprensa brasileira acolheu com entusiasmo os Acordos de Washington . Um americano em especial foi destacado por seu trabalho na América Latina: Nelson Rockefeller. Central para a visão de Rockefeller era o desenvolvimento de laços culturais e midiáticos entre os dois países — cujo objetivo era se contrapor aos esforços nazistas de exportar por baixo dos panos sua marca de cultura racial para o Brasil. O aperto do bloqueio naval britânico na região já havia dificultado as tentativas diretas da Alemanha de levar isso adiante. E alguns acontecimentos recentes no Atlântico também contribuíram para isso.

Em fevereiro e março de 1942, a Marinha alemã afundou quatro navios brasileiros na costa dos Estados Unidos.¹⁵ Além do desejo de punir o Brasil pelo rompimento das relações, a Alemanha também tinha motivos geoestratégicos para atacar as embarcações. Os alemães acreditavam que o Brasil continuava muito dependente de suprimentos americanos para manter sua economia ativa. O setor mais vulnerável era o de combustível: sua oferta já rareava no Brasil e o país dependia quase totalmente da importação dos Estados Unidos. O combustível era levado para o Brasil em grandes petroleiros brasileiros, e os alemães achavam que, quanto mais embarcações brasileiras fossem afundadas por seus submarinos, maior a probabilidade de os Estados Unidos precisarem organizar um comboio para escoltar os petroleiros, o que distrairia a Marinha americana de proteger a rota do Atlântico Sul entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Cerca de cinquenta marinheiros brasileiros morreram em um só incidente ocorrido em 10 de março de 1942, quando, sete dias após a assinatura dos Acordos de Washington, um

submarino alemão torpedeou o vapor *Cairu* entre Norfolk e Nova York.¹⁶

Quando a notícia do naufrágio do *Cairu* chegou ao Brasil, houve grandes tumultos no Rio de Janeiro e no Sul do país. Na capital, manifestantes correram pelas ruas, atacando empresas alemãs. A polícia demorou para restaurar a ordem e decidiu intervir apenas como último recurso. Os lojistas alemães tentaram salvar seus negócios baixando as portas de aço e colocando cartazes que diziam “fechado até segunda ordem”. A onda de sentimento antialemão pegou muitos líderes brasileiros de surpresa, mas, nas embaixadas americana e britânica no Rio de Janeiro, ela foi vista como a confirmação de que os brasileiros escolheram de fato o lado dos Aliados. Sem dúvida, seria difícil para Vargas mudar de lado agora que uma parcela tão grande da população brasileira se voltara de forma decisiva contra o Eixo.

No entanto, o principal objetivo de Rockefeller era ainda mais ambicioso do que impedir a ideologia alemã de infectar o vizinho meridional dos Estados Unidos. Ele pretendia tanto estabelecer no Rio de Janeiro as bases para a participação brasileira na guerra quanto mostrar para o governo americano que o Brasil era um aliado confiável. Rockefeller entendia que, para alcançar essa segunda meta, ele precisava desmistificar o Brasil para o público americano e tentar aumentar a credibilidade do Rio de Janeiro. O milionário deu início a uma campanha de sedução da imprensa americana: em abril de 1942, a revista *Life*, a publicação de maior circulação da época, exibiu Rockefeller em sua capa, e a *New Yorker* publicou um ensaio detalhado sobre o vigoroso jovem americano. Rockefeller declarou à *New Yorker*: “Estou otimista em relação à América do Sul, mas você precisa amenizar isso dizendo que sou otimista em relação a tudo.”¹⁷ Os artigos em ambas as revistas destilavam inúmeros elogios a Rockefeller e ao trabalho do OCIAA. Ele era visto como um homem capaz de furar a burocracia de Washington, um homem de atitude. A fama de Rockefeller crescia no Rio de Janeiro também, e muitos

brasileiros estavam curiosos para saber por que aquele belo jovem milionário simplesmente não se tornava um playboy.

Durante os primeiros meses de 1942, Rockefeller se esforçou para aumentar o ritmo e a escala de seu programa cultural no Brasil. Ele via o sucesso da visita de Walt Disney à capital do país no ano anterior e a boa recepção desfrutada por artistas brasileiros nos Estados Unidos como indícios de que o momento era propício para planejar um projeto em uma escala muito maior. Naturalmente, não se podia alcançar objetivos tão ambiciosos sem correr o devido risco.

Sem saber, Rockefeller desencadearia uma força sobre o Rio de Janeiro que, para o bem ou para o mal, teria um papel importante na Política de Boa Vizinhança americano. Mesmo enquanto o chefe nominal de Rockefeller, Sumner Welles, estava para deixar a capital brasileira, outro sr. Welles, a milhares de quilômetros de distância, se preparava para embarcar no mesmo avião programado para levar o subsecretário de Estado de volta aos Estados Unidos. O aclamado ator e diretor Orson Welles estava em Hollywood na época, tentando terminar seu filme mais recente a fim de pegar o voo da Pan Am até o Rio de Janeiro. Enquanto Sumner Welles passava seus últimos dias na cidade em reuniões no Copacabana Palace e relaxando de duas semanas frenéticas de atividades diplomáticas, ele não tinha ideia das dificuldades que teria de enfrentar quando o outro sr. Welles — e sua equipe de filmagem — chegasse à capital.

Não havia dúvidas de que o projeto de Rockefeller para Welles seria muito caro. Mas os executivos de Hollywood continuavam interessados em participar da Política de Boa Vizinhança: para eles, havia uma mina de ouro na produção de filmes-propaganda de guerra, que atraíam um público imenso nos Estados Unidos. O entusiasmo desses executivos — e o fato de que Nelson Rockefeller era acionista da RKO Pictures — tornou relativamente fácil para o milionário americano conseguir o financiamento necessário para um filme hollywoodiano de grande escala a ser rodado no Rio de Janeiro durante o primeiro semestre de 1942.

A escolha de Rockefeller por Orson Welles para dirigir o filme não agradou a todos. Aos 26 anos, o cineasta estava no auge do sucesso de *Cidadão Kane*, sua obra mais marcante lançada no ano anterior, que recebera enorme aclamação e nove indicações ao Oscar. A genialidade de Welles era amplamente reconhecida pelos críticos de cinema e também por seus colegas em Hollywood. O problema era que esse brilhantismo era alimentado pelo álcool e, nas palavras do próprio diretor, pela "caça a saias".¹⁸ Talvez ele não fosse a melhor pessoa para ser solta em uma cidade onde esses vícios eram tão acessíveis. Em 1942, Welles também começava a desenvolver uma espécie de mania de perseguição. Ele alegava não se encaixar no cinema americano, dizia que Hollywood não o compreendia e que os donos dos grandes estúdios queriam arruinar sua carreira. Além disso, estava sobrecarregado de trabalho, não apenas dirigindo filmes, mas também atuando neles.

Os riscos eram muitos e, em retrospecto, teria sido sábio da parte de Rockefeller tomar mais cuidado na escolha do cineasta. Sem dúvida havia outros diretores importantes capazes de rodar o filme que ele tinha em mente. No entanto, cautela não fazia parte do estilo de Rockefeller. Ele queria brilhantismo e, por isso, enviou Orson Welles ao Rio de Janeiro para dirigir uma obra de orçamento elevado que, em teoria, seria a cereja do bolo recém-assado das relações entre os Estados Unidos e o Brasil.

Orson Welles tinha suas próprias dúvidas quanto a assumir o projeto. O cineasta se ressentia por ter sido arrancado da sala de edição (onde estava trabalhando em outro filme, *Soberba*, que para ele seria ainda melhor do que *Cidadão Kane*) e despachado, sem salário, para a capital brasileira.¹⁹ Contudo, Welles não poderia recusar o projeto. Como ele descreveu mais tarde:

Você sabe por que eu fui? Fui porque me foi dito, em termos bastante contundentes, por Jock Whitney e Nelson Rockefeller, que isso representaria uma contribuição muito necessária às relações interamericanas. Hoje esse argumento soa incrivelmente tolo, mas a defesa do hemisfério parecia crucial

no primeiro ano da guerra. Eles me disseram que a importância do projeto não estaria no filme em si, mas no fato de fazê-lo. Falaram que minha participação como uma espécie de embaixador extraordinário seria muitíssimo significativa. Em geral, eu teria dúvidas em relação a esse tipo de oferta, mas o próprio Roosevelt ajudou a me convencer de que eu realmente não tinha escolha.²⁰

Com o próprio presidente implorando a Welles que usasse seu gênio criativo para ajudar a reforçar os laços entre os Estados Unidos e o Brasil, o cineasta não poderia ter dito não. E, mesmo que aquela cidade festiva e lendária não o tivesse atraído de início, ela logo o arrebataria.

Welles foi informado de que ele e sua equipe deveriam embarcar no clipper da Pan Am rumo ao Rio de Janeiro no início de fevereiro. "Rio: o fim da civilização como a conhecemos", afirmou Welles nos cinejornais quando partiu para a capital brasileira. O momento da viagem foi determinado pelo encerramento da conferência de ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, uma vez que o governo brasileiro não se sentia capaz de receber Welles de forma adequada com tantos outros dignitários estrangeiros na cidade.²¹

No voo, o diretor examinou os planos iniciais bastante vagos para o filme. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) decidira que o tema seria o Carnaval do Rio de Janeiro. Desde o início, Welles suspeitava que o governo brasileiro queria um filme que fosse útil para o país durante e após a guerra:

Eles estavam um pouco embevecidos com o poder do meio cinematográfico. Não é muito difícil entender como o DIP conceberia atrair um dos cineastas mais criativos do mundo para fazer um fantástico chamariz de turistas (que seria eficaz após o fim das hostilidades, é verdade) centrado em seu fabuloso Carnaval. Assim, chamaram os crédulos ianques. Acredito que o registro fica ainda mais claro quando se nota que o funcionário brasileiro encarregado de trabalhar conosco no filme era o chefe do Departamento de Turismo.²²

Welles argumentou que o verdadeiro problema do filme, porém, era que nem ele nem sua equipe tinham qualquer conhecimento sobre o

Carnaval. O cineasta alegou que nem sequer gostava de eventos anuais. “Eu os associava a fantasias extravagantes, que me deixam profundamente entediado, e com as banalidades turísticas do Carnaval de Nova Orleans.”²³

O que interessava a Welles, muito mais do que o próprio Carnaval, era o samba que acompanhava as festas. Em 1942, o samba não era bem conhecido fora do Brasil, e Welles queria levar a música para as massas nos Estados Unidos por meio de um filme centrado nas escolas de samba das favelas cariocas.²⁴ Essa intenção não era muito factível, já que as favelas eram perigosas, e uma excursão cinematográfica aos bairros pobres da cidade com certeza não era o que o governo brasileiro esperava de Welles num esforço de guerra.

De início, o presidente Vargas e o governo brasileiro ficaram bastante lisonjeados pelo fato de um diretor da estatura de Welles se deslocar para o Rio de Janeiro a fim de fazer um filme sobre o Brasil. Vargas ficou impressionado com a energia de Welles e com seu compromisso aparentemente forte com a cultura brasileira. O cineasta também logo conquistou a simpatia de Oswaldo Aranha, que o acompanhava nos eventos oficiais, certificando-se de que ele conheceria as pessoas certas.

Além disso, a escala do filme de Welles espantava os brasileiros. O cineasta queria recriar os grandes blocos e festas de samba do Carnaval, ainda que muitos desses rituais não existissem mais na época. A Praça Onze, uma praça histórica no Centro do Rio de Janeiro e tradicional ponto de concentração do Carnaval, havia sido derrubada em 1940 pelo governo Vargas como parte de sua tentativa de exercer mais controle sobre o desfile e para construir uma nova avenida. Isso não foi problema para Welles, que reconstruiu uma réplica exata do local em um estúdio de cinema, onde também foram recriados o samba e a dança do desfile. Foi nessa fase do filme que fotógrafos da revista *Life* capturaram as famosas imagens de Welles em um smoking branco, empunhando uma câmera de mão — técnica de filmagem incomum na época — e com uma expressão desvairada no rosto.

Logo no início, ficou claro que Welles e o filme, que recebera o título provisório de *É tudo verdade*, estavam em apuros. Os executivos do estúdio, preocupados com os custos crescentes, ameaçaram reter o pagamento das despesas do cineasta. Um homem se afogou durante a gravação de uma cena que mostrava revolucionários brasileiros chegando à cidade de Jangada.²⁵ Misturado a esses problemas estava o fato de que Welles bebia demais e caçava saias por todo o Rio de Janeiro. Ele não se contentava em permanecer na parte “branca” da cidade, as áreas junto ao litoral, e, em vez disso, se aventurava e ia mais longe. Porém, sua única tentativa de ir até uma favela terminou quando homens atiraram garrafas de cerveja em sua comitiva. Mesmo um país tão diverso quanto o Brasil tinha questões raciais na década de 1940, e Rockefeller precisou acalmar um Vargas cada vez mais preocupado com a natureza “negra” do filme de Welles.

Lidar com os donos de estúdio de Hollywood acabou se revelando uma tarefa muito mais difícil, até mesmo para Rockefeller, e Welles foi forçado a abandonar o projeto. Os executivos estavam fartos das palhaçadas do diretor e se desentenderam com os produtores, até que por fim decidiram cortar o financiamento de Welles. Embora uma versão “finalizada” — ou, pelo menos, exibível — do filme viesse a ser lançada na década de 1980, as grandes ambições de Rockefeller para o projeto nunca foram concretizadas.

O grande projeto terminou em fracasso e ruína para Welles, que nunca mais trabalharia para um grande estúdio de Hollywood. No entanto, sua utilidade para Rockefeller não tivera fim com o filme. O cineasta, que já ganhara notoriedade como personalidade do rádio em 1938 por sua narração da obra *A guerra dos mundos*, de H.G. Wells, desfrutou de uma espécie de carreira paralela como radialista enquanto estava no Brasil, fazendo programas de rádio em conjunto com locutores brasileiros e até mesmo falando um português macarrônico durante as transmissões.

Enquanto esteve no Rio de Janeiro, Welles participou de dois programas de rádio importantes: um para marcar o Dia do Pan-

americanismo, em 15 de abril de 1942, e o outro para marcar o Dia do Presidente, em 19 de abril do mesmo ano. O discurso radiofônico de Welles, feito em conjunto com Oswaldo Aranha em 15 de abril, foi um importante evento para apresentar Aranha a um público americano mais amplo. Quando os dois homens se reuniram para realizar a transmissão, a diferença entre eles não poderia ser mais impressionante. Welles parecia um professor moderno, mas um pouco amalucado, em um terno risca de giz de quatro botões todo amarrotado, camisa branca e sem gravata. Aranha, ao contrário, parecia mais conservador, em um terno e gravata alinhados, com o cabelo perfeitamente penteado. Antes da transmissão, o ministro das Relações Exteriores teve um ataque de nervos, preocupado que seu inglês com forte sotaque não fosse compreendido pela audiência dos Estados Unidos. Welles tranquilizou-o, sugerindo que muitos americanos tinham dificuldade para entender o estilo lírico do próprio Welles. Na verdade, antes, durante e depois da transmissão conjunta, ficou claro que — apesar de todas as dificuldades que cercaram *É tudo verdade* — Aranha e Welles permaneciam bons amigos.

Durante o programa, que foi transmitido pela rede NBC, Aranha tentou mostrar que o Brasil era um aliado confiável:

Eu sei muito bem que o coração do Brasil está com os Estados Unidos. Nossos interesses sempre foram mútuos, nossas afeições são mutuamente profundas. Hoje, à medida que a própria história entra em uma nova época, nossos objetivos são tão idênticos que me sinto seguro em falar agora em nome de ambos os países, para o seu povo assim como para o meu, quando digo que em toda aquela família de nações que você mencionou, somos os mais próximos, os Estados Unidos e o Brasil: somos o preferido um do outro (...) Os produtos da nossa indústria e a grande riqueza de nossos recursos naturais são seus — todos seus, para sua luta contra nossos inimigos comuns. Os navios brasileiros dão preferência às suas necessidades de guerra. Eles carregam pouco mais do que isso. Nosso esforço é mais do que um simples complemento aos seus. Preciso encontrar uma palavra mais forte do que cooperação.²⁶

Como esperado, o ministro das Relações Exteriores passou uma imagem pró-Estados Unidos bastante forte. Embora a declaração de que “o coração do Brasil está com os Estados Unidos” talvez não tivesse um fundamento sólido na realidade — ignorando, por exemplo, a frustração contínua dos militares com a postura americana em relação ao Brasil —, ela de fato transmitia o tipo de camaradagem determinada que a política de Vargas havia se tornado, enquanto deixava claro que a guerra ainda deveria ser travada pelos Estados Unidos, e não pelo Brasil.

A conversa, em seguida, passou para o tema sério dos primeiros ataques contra embarcações brasileiras por submarinos alemães, que começavam a se tornar mais frequentes na época da transmissão, em abril de 1942. Nesse ponto, Welles revelou seu verdadeiro profissionalismo. Seria fácil desqualificá-lo como um mero festeiro bêbado e suado, cujo interesse no Rio de Janeiro era apenas afagar o próprio ego e buscar as emoções das conquistas sexuais. Contudo, o cineasta tinha outra faceta, que brilhava sempre que a névoa da bebida se dissipava por algum tempo. Ele era capaz de exercer o papel de um diplomata de primeira linha e, embora considerasse esses rótulos ofensivos, também era um bom político e estadista que levava suas responsabilidades a sério.

Welles fora instruído a perguntar sobre os ataques alemães a embarcações mercantes brasileiras durante sua entrevista com Aranha, e o cineasta foi diplomático ao abordar o assunto:

Outro assunto delicado, sr. Aranha. O afundamento de navios brasileiros, sobretudo em águas americanas. Parece desnecessário dizer que essas perdas não foram mais evitáveis do que a perda de nossos próprios navios mercantes e que os navios brasileiros não são mais fáceis para a nossa Marinha proteger do que as embarcações americanas. Ainda assim, alguns de nós aqui tememos que determinados setores da opinião brasileira possam encontrar nesses desastres uma fonte de ressentimento e talvez até certa perda de confiança em nosso poder de defesa.²⁷

Os comentários de Welles foram muitíssimo cautelosos — um fato atestado pelo roteiro original da entrevista, no qual ele rabiscou numerosas anotações. Ele revisara minuta após minuta para estabelecer o tom e o sentido de cada trecho de maneira a refletir exatamente aquilo que ele queria transmitir ao público: que os ataques aos navios brasileiros não alterariam a posição do país na guerra.

A segunda apresentação radiofônica de Welles ocorreu no Dia do Presidente, em 19 de abril de 1942, e foi transmitida ao vivo em um evento deslumbrante, durante o qual elites políticas e sociais do Rio de Janeiro foram brindadas com um show musical. Welles foi o anfitrião, ao lado do desajeitado e brincalhão Jefferson Caffery, que mal conseguia esconder o desconforto de ser ofuscado pelo cineasta. Após o show, o evento transformou-se em baile e todos queriam dançar com a estrela da festa, que viera dos Estados Unidos. Welles dançou com Alzira, observada de perto pelo marido. Encantador, culto e com boas maneiras talhadas à perfeição para aquele evento, Welles lidou com a plateia como se ele fosse o presidente e Caffery, um mero assessor subalterno.

Assim como acolhera seu antecessor, Sumner Welles, o Brasil também se apaixonou por Orson Welles. Mais tarde, ele confessaria não conseguir se lembrar de um público mais caloroso do que os cariocas. A participação do cineasta na história do Brasil pode ter sido apenas uma breve figuração em meio ao drama maior dos primeiros ataques à marinha mercante brasileira, mas o afeto que grande parte do Rio de Janeiro e do Brasil nutria pelo ianque maluco deu a ele uma oportunidade única de atuar como embaixador, um papel que ele, na verdade, ansiava desempenhar.

Apesar de não ter concluído o filme, o cineasta foi importante na manutenção dos laços entre Brasil e Estados Unidos nos meses de fevereiro e março de 1942, período decisivo no qual aconteceram as primeiras baixas brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Quando Welles conseguia conter-se por tempo suficiente e manter seus demônios sob controle, ele era capaz de fazer coisas geniais para

seu país e para o Brasil. Esse tempo de sobriedade, contudo, era curto: a bebida, as anfetaminas (que ele tomava por achar que o ajudavam a perder peso), o calor da cidade e o trabalho massacrante começavam a afetá-lo.

Welles não saiu do Rio de Janeiro como um homem acabado, mas, quando enfim partiu, sua carreira em Hollywood estava, para todos os efeitos, morta. A reputação dele como cineasta levaria anos para se recuperar e, mesmo quando isso aconteceu, os filmes que dirigiu e nos quais atuou não receberam, nem de perto, a mesma aclamação das obras anteriores.

No entanto, embora o Brasil não tivesse feito maravilhas para sua carreira, o cineasta levantou bastante o ânimo do país anfitrião. O tempo que ele passou no Brasil como embaixador, *showman*, locutor de rádio e amante de toda a cultura nacional levou-o a ser amado pelo país, que precisava de uma distração como essa — na verdade, de um amigo como esse — no momento em que começava a se adaptar à vida durante a guerra, com todas as perdas e os temores que isso acarretava. Mais tarde naquele ano, meses após a partida do cineasta, Oswaldo Aranha escreveu uma carta calorosa a sua coestrela do rádio, agradecendo-lhe por seu trabalho no Brasil e pela boa impressão que deixara no país.²⁸

Foi marcante a ausência de um homem na maioria dos eventos e festas para a comitiva de Welles: Getúlio Vargas. Durante fevereiro e março de 1942, ele permaneceu em Petrópolis e ia para a capital apenas quando a ocasião exigia. O presidente tinha muito em que pensar enquanto fazia sua costumeira caminhada matinal pela cidade. À medida que os ataques alemães aos navios brasileiros se intensificavam, também aumentava a pressão para Vargas agir contra os bens do Eixo no Brasil. No começo, ele o fez a fim de diminuir a pressão no caldeirão borbulhante do sentimento anti-Eixo, que, segundo a polícia, estava saindo do controle. Em 12 de março de 1942, Vargas assinou um decreto autorizando a apreensão de 30% do total de bens pertencentes a cidadãos do Eixo que viviam

no país. As estimativas variavam quanto ao montante real, mas 500 milhões de dólares foi o número mais amplamente aceito.²⁹

O início da campanha naval do Eixo contra a frota brasileira foi muito difícil para Vargas. O presidente logo percebeu que os alertas anteriores de Dutra e Góes Monteiro sobre a falta de preparo do Brasil para a guerra estavam, na realidade, corretos. Vargas pediu o apoio dos Estados Unidos na organização de comboios navais para proteger os marinheiros mercantes brasileiros e no fornecimento de armas que ajudariam o Brasil a defender seus navios. Contudo, esse apoio ainda não havia chegado, mesmo que, em março de 1942, quase toda a marinha mercante brasileira transitasse entre os dois países. Embora carregassem materiais de guerra essenciais para os Estados Unidos, os navios permaneciam bastante vulneráveis aos submarinos alemães que rondavam o Atlântico.

Em 11 de março, um dia depois do naufrágio do vapor *Cairu*, Caffery escreveu a Hull dando a notícia que o secretário de Estado temia ouvir: o trânsito de navios entre Brasil e Estados Unidos seria interrompido. "Aranha me disse que o governo ordenou que todos os navios brasileiros se refugassem no porto mais próximo", relatou Caffery.³⁰ No dia anterior, Vargas escrevera em seu diário que estava determinado a suspender toda navegação para os Estados Unidos até que conseguisse obter as garantias que queria de Washington.³¹ Além das solicitações de apoio aos comboios, o Brasil agora também pedia que os Estados Unidos ajudassem a armar as embarcações brasileiras fundeadas em portos americanos. Já o Brasil assumiria a responsabilidade de armar seus navios em seus próprios portos.³²

Os brasileiros sentiram o impacto da campanha do Eixo contra a navegação comercial do país quase de imediato. A falta de determinados materiais básicos tornou-se rotineira. Logo o combustível ficou escasso e o racionamento de gasolina começou. A escassez de combustível se agravou ainda mais quando, em 18 de abril, Vargas cancelou a navegação de petroleiros da Costa Leste dos Estados Unidos para a América do Sul. Com o intuito de proteger a

frota de petroleiros lentos de ataques do Eixo, a medida foi programada para durar entre quatro e seis semanas.³³

Logo o papel de jornal também se tornou uma mercadoria difícil de encontrar.³⁴ Essa escassez ameaçou prejudicar a produção de várias das principais publicações diárias do país e causou um mal-estar com os dois maiores fornecedores do produto, Estados Unidos e Grã-Bretanha.³⁵ Na verdade, os Aliados reconheciam a importância de manter os periódicos brasileiros em circulação. Não apenas os jornais estatais estavam repletos de artigos a favor dos Aliados, mas também assumiam uma linha editorial cada vez mais hostil às potências do Eixo.

Os Estados Unidos forneceram os recursos que podiam, e oficiais da Marinha americana ofereceram assessoria sobre as rotas que as embarcações brasileiras poderiam usar. Entretanto, essas eram meras medidas paliativas, muito aquém da assistência solicitada por Vargas.³⁶ Enquanto isso, a situação política no Brasil cada vez mais se agravava. Como suspeitara Aranha, o Exército Brasileiro ecoava "eu não avisei?" em relação à escassez. Dutra exigiu saber como o Exército poderia repelir qualquer ataque argentino no Sul sem combustível. Quando Vargas lembrou a seu ministro da Guerra que o vizinho também estava sem combustível, Dutra levantou a suspeita de que Washington trataria a Argentina com leniência e lhe forneceria gasolina a fim de seduzi-la a romper as relações com as potências do Eixo.

No final de abril de 1942, preocupado, o presidente Vargas abandonou seu retiro em Petrópolis para se reunir com uma delegação naval americana no Rio de Janeiro.³⁷ Após uma longa discussão, Vargas tomou a decisão inédita de abrir todos os portos e aeroportos para a Marinha e a Força Aérea dos Estados Unidos. Depois de resistir à ideia de permitir a presença militar americana no Brasil por tanto tempo, ele enfim foi forçado a ceder a essa exigência de Washington para salvar a situação cada vez mais difícil no Atlântico. Ele acreditava que, uma vez que os Estados Unidos

tivessem estabelecido uma presença militar ao longo da costa brasileira, as “matilhas” de submarinos à caça de navios brasileiros seriam expulsas e a ligação comercial entre a América do Norte e a do Sul seria reestabelecida.

O maior responsável por essa jogada dos Estados Unidos foi o vice-almirante Jonas H. Ingram. Vargas ficou tão impressionado com o oficial americano que ordenou que as forças navais brasileiras seguissem as ordens de Ingram, fossem elas quais fossem.³⁸ O presidente brasileiro e Ingram ficaram ainda mais próximos ao longo da guerra, a tal ponto que o almirante aconselhava Vargas, de maneira extraoficial, em assuntos navais. Mais tarde, Ingram assumiu toda a responsabilidade pelo treinamento e equipamento das forças navais brasileiras e trabalhou de perto com Vargas na batalha pelo Atlântico Sul.³⁹ Em abril de 1942, porém, a principal contribuição dele foi organizar uma maior proteção das embarcações brasileiras contra submarinos alemães que operavam de portos na França.

Nos últimos dias de abril de 1942, parecia que o Brasil, embora ainda oficialmente neutro, não manteria esse status por muito mais tempo. Todos esperavam que os ataques alemães contra a frota brasileira se intensificassem durante o verão de 1942 e acabassem por levar o Brasil à guerra, a despeito de seus melhores esforços para ficar de fora. O Exército Brasileiro, no entanto, conspirava para evitar que isso acontecesse.

A QUESTÃO DA SUCESSÃO

NA TARDE DO dia 1^o de maio de 1942, a limusine do presidente Vargas seguia seu percurso habitual de Petrópolis para o Rio de Janeiro e ao estádio de São Januário. O estádio do Vasco da Gama estava lotado de cariocas ansiosos para ouvir o discurso do presidente sobre o andamento da guerra e a situação econômica brasileira. Funcionários britânicos e americanos também estavam presentes, igualmente interessados em escutar os comentários de Vargas. A Alemanha estava de fato em guerra contra o Brasil — ao menos de acordo com a opinião pública do país —, e não havia como prever o que a nova declaração política de Vargas poderia provocar, ou o que aquele discurso poderia determinar sobre o envolvimento do Brasil no conflito mundial.

De repente, enquanto o carro do presidente passava pela praia do Flamengo, uma grande avenida que margeia a Baía de Guanabara, o motorista perdeu o controle do veículo.¹ A traseira do carro derrapou com violência, batendo e derrubando um grande poste de concreto instalado na calçada.² A traseira do carro ficou bastante danificada, e Vargas se feriu. Ele fraturou a mandíbula e o quadril. Esperando por socorro, o presidente ficou deitado no banco de trás do veículo, sentindo muita dor.

No estádio, a notícia do acidente foi recebida com confusão. A princípio, o público e as autoridades foram informados de que o acidente não fora sério e que o presidente ainda pretendia cumprir a programação e proferir o discurso. Logo se soube, contudo, que

Vargas estava a caminho do hospital e não conseguiria comparecer ao compromisso.

Embora os ferimentos de Vargas não colocassem sua vida em risco, eles o afastaram da vida política por três meses. Ele só voltaria a aparecer em público na segunda quinzena de agosto de 1942. Durante esse longo período de convalescença, a saúde dele tornou-se fonte de muita especulação e profunda preocupação na comunidade diplomática dos Aliados no Rio de Janeiro. E, enquanto o outono avançava, divulgou-se que sua recuperação não progredia tão bem quanto se esperara a princípio. Em junho, o embaixador britânico, Noel Charles, enviou um comunicado a seus superiores no Foreign Office em Londres fornecendo notícias atualizadas sobre a saúde de Vargas:

O presidente está de cama, com pesos na perna para esticá-la. A perna foi mal engessada no primeiro momento, e por isso ele deverá permanecer de cama por mais seis semanas. A lesão na mandíbula está melhorando, e o aparelho original colocado em sua boca foi trocado por algo mais confortável. O presidente continua trabalhando, embora não encontre os ministros com frequência ou tenha audiências. Em dado momento, houve rumores de que ele estava desenvolvendo septicemia bucal, mas o embaixador americano e eu não obtivemos nenhuma confirmação confiável que justifique um telefonema de minha parte para os senhores.³

Felizmente, o estado de Vargas não era tão grave quanto temiam os britânicos. Ainda assim, eles estavam certos sobre uma coisa: havia de fato um véu de segredo em torno das lesões do presidente e de sua recuperação.

Os dois olhos de Vargas governavam em sua ausência. Aranha e Alzira trabalharam em conjunto para manter o país funcionando dentro da normalidade, embora estivessem cada vez mais sujeitos a ataques dos militares, que naturalmente enxergavam o infortúnio de Vargas como uma oportunidade para mudar a orientação do governo, desviando-a do apoio cada vez mais evidente à causa dos Aliados. E, com o presidente indisposto, esses ataques expunham

uma fraqueza fundamental no regime de Vargas. A capital foi inundada com boatos e intrigas políticas, mas um ponto estava muito claro para todos: Vargas não tinha deixado qualquer plano para a sucessão.

Quando perguntado sobre quem poderia suceder o presidente, Aranha brincou: "Tudo vai depender de quem tiver gasolina suficiente para chegar primeiro ao Palácio do Catete."⁴ De fato, se Vargas morresse em decorrência dos ferimentos — uma eventualidade para a qual os britânicos, pelo menos, pareciam estar se preparando —, então a liderança do país seria alvo de disputa. Americanos e britânicos temiam que uma espécie de revolução fosse o resultado mais provável caso Vargas falecesse. E, como Charles enfatizou para o Foreign Office em Londres, se isso acontecesse as potências do Eixo, sem dúvida, aproveitariam a ocasião para defender seu candidato preferido.⁵

O momento do acidente de Vargas não poderia ter sido menos oportuno para os Aliados, sem falar nos próprios partidários do presidente. Ele não era jovem, e o percurso da recuperação foi complicado. As poucas pessoas que o viram nos meses de junho e julho perceberam quanto peso ele acumulara sobre si. A lesão na mandíbula deixou-o pouco disposto a receber visitantes, e o quadril quebrado encerrou sua carreira de golfista. Na ausência de seu líder autoritário, o Brasil parecia se esfacelar.

No Rio de Janeiro, a percepção durante todo esse tempo foi de que o governo estava à deriva num momento em que o Brasil mais precisava de uma liderança forte. O país parecia estar sendo arrastado para a guerra contra a vontade de seu Exército. O acidente também serviu para aprofundar as divisões internas no Estado Novo. No passado, a maior parte dessas disputas destrutivas fora mantida longe do público por meio de uma gestão cuidadosa da imprensa, mas, com Vargas incapacitado, enfraquecia também a habilidade do regime para esconder as rachaduras em sua fachada, e a quantidade de vazamentos por parte dos altos escalões do

regime aumentava drasticamente.⁶ Para piorar a situação, os ataques do Eixo às embarcações brasileiras não arrefeceram durante esse período; ao contrário, intensificaram-se, pois Hitler instruíra os submarinos a empreender um esforço concentrado contra o Brasil, que a seus olhos não era mais um país neutro. Em maio, junho e julho, oito navios brasileiros foram afundados perto da costa norte da América do Sul, matando 26 marinheiros brasileiros.⁷ Os ataques alemães apenas se agravavam, embora o vice-almirante Ingram tivesse assumido de fato os esforços para proteger a navegação entre o Brasil e a Costa Leste dos Estados Unidos.

Ao aumentar a pressão sobre os brasileiros, o objetivo de Hitler era mudar a opinião popular do país, distanciando-a da causa dos Aliados. Contudo, os ataques tiveram um efeito diferente, embora ainda insidioso. Enquanto os brasileiros pareciam se inclinar na direção oposta após os afundamentos, a mensagem de Hitler não passou despercebida por Dutra nem por grande parte dos militares mais graduados, que continuavam resistentes à ideia de se juntar ao esforço de guerra dos Aliados, para grande descontentamento dos Estados Unidos. Em seu tradicional discurso à comunidade americana no feriado americano de 4 de Julho no Gávea Golf Club, Jefferson Caffery fez questão de louvar Vargas e Aranha por sua "cooperação incondicional e liderança esclarecida". Entretanto, de maneira intencional, não fez menção aos militares brasileiros, embora a Marinha recebesse ordens diretamente dos Estados Unidos, como Vargas determinara.⁸

A Alemanha não recorreu apenas à pressão militar. Programas radiofônicos diários de Berlim procuravam criar uma cisão entre os alemães radicados no Brasil e seu governo adotivo. Eles transmitiram uma lista de queixas que iam desde questões financeiras a supostos maus-tratos contra espiões alemães presos no Brasil. Cada transmissão terminava com uma ameaça evidente ao país. O programa de 29 de junho de 1942 concluiu: "A menos que o

governo brasileiro tome providências imediatas para resolver essas queixas, o Reich adotará contramedidas.”⁹

As transmissões também atacavam Aranha, pois faziam parte de um esforço ordenado para virar a opinião pública brasileira contra o ministro das Relações Exteriores por seu apoio aos americanos. Berlim acreditava que Aranha era o único responsável pela política antialemã no Brasil, e os alemães mais tarde apelidaram essas transmissões de “Caro Oswaldo”. Entretanto, ao contrário da ofensiva contra as embarcações brasileiras, nesse caso a Alemanha tentava manter uma fachada plausível para negar envolvimento. Em particular, Aranha disse a Caffery: “Conversei com o embaixador alemão sobre as transmissões. Ele me assegurou que todas as coisas maldosas divulgadas pelo rádio em alemão vêm da Argentina.”

Acamado após o acidente, o presidente Vargas lutava para lidar com esses desafios cada vez mais difíceis. Além dos ataques alemães, ele precisava gerir o estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos. Essa postura continuava a irritar os militares e ameaçava colocar seus comandantes contra ele. Para tornar as coisas ainda mais complicadas, Vargas também enfrentava uma das cisões internas mais acirradas de seu regime.

A disputa interna teve origem num desfile pró-Estados Unidos no 4 de Julho, organizado por estudantes cariocas, intitulado “Passeata estudantil antitotalitária”, a primeira manifestação do tipo desde o estabelecimento do Estado Novo autoritário, em 1937.¹⁰ Oswaldo Aranha apoiou o evento com entusiasmo, assim como fizeram o genro do presidente, Ernani do Amaral Peixoto, governador do estado do Rio de Janeiro. Contudo, o chefe de polícia, Filinto Müller, opôs-se à ideia da manifestação e recusou-se a conceder a autorização para que ela fosse realizada. Por causa disso, antes da passeata o subsecretário do ministro da Justiça, Leitão da Cunha, colocou Müller em prisão domiciliar por 48 horas. A marcha transcorreu conforme planejado e, embora tenha ocorrido embaixo de chuva, contou com um grande público e recebeu ampla cobertura

nos meios de comunicação.¹¹ Os estudantes cantaram em apoio ao presidente Vargas, ao presidente Roosevelt, a Oswaldo Aranha e a Leitão da Cunha.¹²

A prisão de Müller, no entanto, tornou-se um ponto de discórdia entre Aranha e Dutra, e seus respectivos partidários. Aranha apoiava Cunha, enquanto Dutra apoiava fortemente Müller. Como o presidente ainda se recuperava, e rumores sobre seus problemas de saúde ainda circulavam pela capital, ambos os lados viram a disputa como parte de uma luta pela sucessão potencial e, portanto, passaram a fazer pressão de maneira ainda mais contundente. Mais tarde, Vargas teve de intervir de sua cama, atuando como perito e juiz. Com medo de alienar os dois lados da disputa, ele adotou o meio-termo e aceitou os pedidos de exoneração de ambos, Filinto Müller e Leitão da Cunha, juntamente com os do ministro da Justiça, Francisco Campos, e do chefe do DIP, Lourival Fontes.¹³ A escolha de substitutos para dois dos funcionários, feita por Vargas, tranquilizou tanto Aranha quanto Dutra: um velho amigo de Aranha tornou-se chefe de polícia e um oficial do Exército foi nomeado chefe do DIP. Contudo, nenhum dos dois escolhidos brilhou em seus novos cargos. Mais tarde, quando o novo chefe de polícia tentou desbaratar uma rede de espionagem alemã, descobriu que policiais leais a Müller tinham queimado todos os documentos relevantes e destruído o quartel-general.¹⁴

A imprensa observou com atenção todo o conflito interno entre julho e agosto de 1942 e fez uma tentativa de afirmar sua independência. A perspectiva de uma briga pela sucessão apresentava aos editores uma oportunidade para mostrar seu apoio a uma facção ou a outra, na esperança de ganhar mais liberdade e acesso à liderança brasileira caso seu candidato triunfasse. Grande parte da mídia se lembrava da tentativa recente do Exército de fechar dois jornais e não tinha Dutra em alta conta. Por isso, muitos editores apoiavam Aranha.

José Eduardo de Macedo, o editor do *Diário Carioca*, tentou outra tática para ganhar mais liberdade para a imprensa: começou a pressionar as embaixadas britânica e americana em busca de apoio. Os resultados foram desiguais. Jefferson Caffery sugeriu que o proprietário do jornal estava mais interessado na substituição do genro de Vargas no governo da capital do que na conquista de mais liberdade para a imprensa. Embora os britânicos fossem mais receptivos às súplicas da mídia do que os americanos, eles deixaram claro que não estavam interessados em enfraquecer Vargas naquele momento decisivo ao apoiar os editores de jornais rebeldes. Caffery alfinetou os britânicos por flertarem com Macedo, sugerindo que qualquer boa relação entre a imprensa brasileira e os britânicos era baseada nos subsídios generosos que Londres oferecia para grande parte dos jornais do Rio de Janeiro.¹⁵

Ao subsidiar a mídia brasileira, a Grã-Bretanha ignorava por conveniência o crescente número de artigos e caricaturas antissemitas nos jornais locais. A *Gazeta* era uma das publicações que mais notoriamente destilavam ódio aos judeus. Conforme observou um funcionário do consulado britânico: “O jornal está se tornando muito preconceituoso. Outro dia, publicou um artigo exigindo a exoneração imediata não só de professores alemães e italianos, mas também de todos os franceses em empregos similares. Pelo que entendi, os alemães empregados nessa universidade são judeus refugiados.”¹⁶

Da mesma forma que a imprensa brasileira, o Estado Novo não tinha sido gentil com a população judaica do país, embora isso seja menos um sinal de antissemitismo institucionalizado do que de uma tendência xenófoba durante o governo Vargas. A ideologia no cerne do Estado Novo concebia um Brasil mais unificado, e os judeus não eram o único grupo a não se encaixar nessa visão. Na verdade, muitos brasileiros associavam o judaísmo ao comunismo, uma concepção comum na década de 1940 — e que, sem dúvida, alimentava a perseguição aos judeus residentes no país. No entanto, imigrantes japoneses também eram vistos com desconfiança pelo

regime, assim como, na verdade, o grande número de imigrantes alemães que moravam no Sul. Vargas determinou que todos os imigrantes aprendessem português e todas as instituições oficiais operassem apenas nessa língua; iídiche, hebraico, japonês e alemão deveriam ser erradicados em favor de uma única língua: a portuguesa.

Divisões profundas, na maioria das vezes baseadas em simples choques de personalidade ou em disputas de influência entre famílias importantes, da mesma forma enfraqueciam a comunidade judaica do Rio de Janeiro. Havia divisões mais graves, também, entre os judeus da capital e os que viviam na segunda maior cidade do Brasil, São Paulo.

Mas o maior desafio para os judeus que desejavam se estabelecer no Brasil vinha das restrições de viagem e de residência impostas pelo governo. A política oficial brasileira era a de que nenhum judeu refugiado se qualificava para obter os documentos necessários que garantiam o direito à residência permanente no Brasil, e ninguém estava autorizado a trabalhar a menos que tivesse um visto permanente. Essa situação paradoxal tornou quase impossível para os judeus entrar ou permanecer legalmente no país. Conforme a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro explicou de forma sucinta quando Washington perguntou se o Brasil abriria suas portas aos refugiados judeus que fugiam do nazismo: "Com relação ao telegrama do departamento referente ao resgate e à ajuda aos judeus da Europa, é evidente que, com base nos regulamentos, o governo brasileiro não deseja abrigar mais judeus."¹⁷

Quando refugiados judeus eram impedidos de entrar no Brasil, como aconteceu a muitos deles, pouca menção era feita à religião. O país fechava suas portas a todos os novos imigrantes. A principal legislação que restringiu a imigração judaica foi o decreto-lei 3.175, de 7 de abril de 1941, que tornava quase impossível para um judeu europeu obter um visto para o Brasil. Havia apenas duas exceções legais. Para conseguir um visto provisório, a pessoa era obrigada a mostrar que possuía meios de subsistência e de retornar ao país de

origem no prazo de dois anos. Para um visto permanente, a pessoa deveria transferir do exterior o equivalente a 400 contos em moeda estrangeira, ser um técnico experiente cujos serviços eram claramente necessários no Brasil ou uma pessoa famosa — ou seja, uma figura conhecida no mundo todo, e não apenas em seu país de origem.¹⁸ De forma mais específica, o decreto-lei 3.175 atribuiu a responsabilidade pela aplicação dos regulamentos de imigração ao Ministério da Justiça, na época chefiado pelo arquiteto do Estado Novo no campo jurídico, Francisco Campos. Os americanos suspeitavam, porém, de que Ernani Reis, o secretário do ministro da Justiça, tinha a palavra final em todas as questões de imigração — e que ele era antissemita. No entanto, a seção consular dos Estados Unidos no Rio de Janeiro não conseguia encontrar um caso específico de discriminação autorizado pelo secretário,¹⁹ embora quase todos os pedidos de menção às cláusulas de isenção tivessem sido recusados pelo ministério.

Ainda assim, muitos refugiados judeus encontraram uma maneira de entrar no país. Eles conseguiam vistos subornando funcionários do governo na capital. Às vezes, o Brasil também permitia a entrada de judeus convertidos ao catolicismo. Essa abertura foi mais evidente em 1940, quando cerca de três mil judeus alemães tacitamente convertidos foram autorizados a se instalar no Sul do país.²⁰ O Ministério das Relações Exteriores também concedeu, sem alarde, vistos a “judeus famosos”, como o escritor Stefan Zweig, e àqueles que haviam conseguido escapar da Europa passando por Lisboa — um reflexo da relação histórica entre Brasil e Portugal. Albert Einstein também solicitou alguns vistos para refugiados, que Aranha acabou aprovando.²¹

Esses refugiados se juntaram a uma população já considerável de judeus brasileiros. Sob ordens de Washington, o consulado americano no Rio de Janeiro procurou levantar o número exato de judeus no país. Dada a falta de estatísticas confiáveis, essa não foi uma tarefa fácil. Associações judaicas afirmavam haver em torno de

112 mil, dos quais cerca de cinquenta mil tinham entrado no Brasil desde 1925.²² Durante a Segunda Guerra Mundial, havia setenta mil judeus estrangeiros morando no Brasil e 32 mil filhos deles, bem como dez mil sefarditas (que viviam no país havia várias gerações).²³

Vários judeus recém-chegados moravam no Copacabana Palace e em outros hotéis luxuosos em toda a cidade. A presença deles causou certa irritação entre os nativos, que os acusavam de inflacionar os preços das diárias dos hotéis. Muitos cariocas consideravam esses e outros imigrantes judeus de primeira geração uma espécie de ameaça à segurança. À medida que o país caminhava para entrar em guerra contra o Eixo, não era recomendável falar alemão ou línguas do Leste Europeu em locais públicos na capital. Pouquíssimos refugiados falavam português, por isso dependiam da língua de seu país de origem ou do inglês.

O Brasil não poderia ser caracterizado como acolhedor para os judeus, mas aqueles que conseguiram entrar no país encontraram alguma trégua para os terrores em curso na Europa. Embora atividades e instituições de caráter judaico explícito fossem banidas — jornais judeus foram fechados, grupos sionistas foram impedidos de se reunir e símbolos da cultura judaica foram, muitas vezes, desfigurados por pichações —, não havia um grande empenho brasileiro em aplicar violência física contra os judeus. Qualquer violência ou abuso dirigido aos refugiados vinha de nacionalistas alemães que moravam no Rio de Janeiro, e não de brasileiros. No entanto, a polícia ignorava em grande parte as agressões verbais e físicas aos refugiados, um fato que não enobreceu o Estado Novo.

Embora talvez não seja muito representativo da experiência judaica no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, Stefan Zweig escreveu um livro de memórias notável contando sua estadia no país. Ainda imigrado, Zweig decidiu cometer suicídio, mas não foi motivado por perseguições antissemitas. Na verdade, ele fizera um pacto com a esposa. O visto que as autoridades brasileiras concederam ao escritor salvou sua vida e, em seu cuidadoso bilhete

de suicídio, ele fez uma homenagem ao povo brasileiro pela hospitalidade durante o período de exílio. De fato, alguns sugerem que Zweig decidiu escrever seu livro *Brasil, um país do futuro* com o intuito de enfatizar sua gratidão às autoridades brasileiras.

Embora a embaixada americana destacasse as dificuldades enfrentadas pelos judeus na imigração para o Brasil como resultado do decreto-lei 3.175, o órgão também fazia questão de mencionar outros exemplos de legislação mais favoráveis a eles. De importância primordial em toda essa situação foi a Portaria 4.941. Emitida em 24 de julho de 1941, ela concedia a qualquer um que tivesse entrado no Brasil de forma temporária o visto de permanência enquanto durasse a Segunda Guerra Mundial.²⁴ Embora se aplicasse apenas às pessoas que haviam deixado seus países de origem antes de 1º de janeiro de 1941, a lei ajudou alguns refugiados a conseguir emprego no Brasil ou a iniciar um negócio próprio.²⁵ Em outros casos, judeus que entraram de maneira ilegal no país foram autorizados a trabalhar e alguns até abriram pequenas empresas, utilizando fachadas ou “laranjas” para contornar a lei.

Outros membros do regime mantinham pontos de vista aparentemente contraditórios: afirmavam não ser contra os judeus, mas ainda assim recusavam a entrada de refugiados judeus no Brasil, por motivos nacionalistas que eram, muitas vezes, disfarçados de raciocínios econômicos. Até mesmo o pró-americano Aranha foi alvo de críticas dos Estados Unidos. Aos olhos de Washington, o ministro das Relações Exteriores poderia ter feito mais para ajudar a diminuir o sentimento antissemita no Brasil, ou poderia ter permitido a entrada de mais refugiados no país, à medida que a situação dos judeus europeus se deteriorava. Embora Aranha tenha, em determinadas ocasiões, autorizado por debaixo dos panos a entrada de refugiados no país sem a documentação devida, é difícil precisar com exatidão o número de imigrantes judeus. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores de Aranha também estava profundamente dividido quanto a essa questão. Os americanos observaram que o ministério também tinha dificuldade em atrair a

atenção de Vargas para o problema.²⁶ O presidente simplesmente não parecia muito interessado no assunto. Muitos líderes judeus do país compartilhavam a opinião de Marc Leitchic, um dos diretores da Associação de Colonização Judaica (JCA): "A alta política do atual regime aqui não é antijudaica, mas existem influências antijudaicas atuantes nela em certos pontos fundamentais."²⁷

Um funcionário do governo brasileiro se destacou ao ajudar refugiados judeus a fugir da Europa: o embaixador do Brasil na França, Luís Martins de Souza Dantas.²⁸ Dentro da comunidade diplomática, ele era visto como um playboy parisiense. Amante de champanhe, vinhos finos e mulheres de todas as nacionalidades, ele não tinha exatamente o perfil de um herói. De fato, o embaixador era querido por muitas autoridades das potências do Eixo sediadas em Paris. Por isso, logo no início da guerra, ele tomou conhecimento dos maus-tratos praticados pelos alemães contra judeus na Europa ocupada.

Souza Dantas fez o que pôde para ajudar. Tentou chamar a atenção de Aranha para a situação, sobretudo dos judeus que estavam na França ocupada, mas suas mensagens não surtiram grande efeito.²⁹ Então o embaixador resolveu, ele próprio, tomar providências. Ele achava que seu dever era tentar ajudar qualquer judeu que procurasse a embaixada para tentar fugir pelo Atlântico. Desde a queda da França, no verão de 1940, até agosto de 1942, o diplomata havia emitido vistos de trânsito para judeus, ajudando-os a chegar a Lisboa e, de lá, ao Brasil, aos Estados Unidos ou à Palestina. Ele continuou a emitir vistos, apesar das advertências de Aranha de que enfrentaria uma ação disciplinar se persistisse.³⁰ Na verdade, Souza Dantas fora repreendido pela emissão de vistos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o que levou o Ministério das Relações Exteriores a retirar sua permissão para emitilos. Ignorando essa proibição, Souza Dantas continuou a emitilos e pediu que outras embaixadas brasileiras fizessem o mesmo se os

vistos que ele emitia expirassem no caso do adiamento da viagem dos refugiados.

O caso do vapor *Cabo de Hornos*, que transportava cerca de cem refugiados judeus de Lisboa para o Brasil, simboliza o trabalho de Souza Dantas. Os passageiros haviam sido retidos na Europa enquanto funcionários, sob ordens do embaixador, corriam para atualizar os documentos dos refugiados de modo que eles pudessem partir. O navio chegou ao Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1941, mas o governo brasileiro negou a entrada dos passageiros. Vários ameaçaram cometer suicídio se tivessem que retornar à Europa. À medida que o navio navegava para o sul, rumo à Argentina, a Igreja Católica no Brasil, grupos de resgate judaicos, a embaixada americana no Rio de Janeiro e alguns americanos ricos fizeram uma pressão frenética sobre Vargas para que o presidente revertesse a decisão e permitisse que os refugiados desembarcassem no país. A própria Alzira pediu ao pai para ajudar de algum modo as pessoas a bordo do navio. Vargas respondeu apenas que o Ministério das Relações Exteriores não era responsável por vistos emitidos contra suas ordens.³¹ Por fim, a colônia holandesa de Curaçau os acolheu, salvando suas vidas.

Esse não foi um incidente isolado. Mais tarde, em 1941, o vapor *Alsina* saiu de Marselha com mais de quinhentos passageiros. Cerca de cem deles eram refugiados judeus com vistos de entrada no Brasil emitidos em Paris por Souza Dantas. Esses passageiros, porém, não foram autorizados a desembarcar quando o *Alsina* aportou no Rio de Janeiro. Após outros países também os recusarem, incluindo vários territórios britânicos, os Estados Unidos os aceitaram.³²

Os casos do *Cabo de Hornos* e do *Alsina* não repercutiram bem para Vargas ou o Estado Novo e reforçaram a percepção bastante difundida de que muitos dos membros mais importantes do regime eram antissemitas ou, pelo menos — como Vargas —, indiferentes à situação dos refugiados. A reação do regime ao ativismo de Souza Dantas não ajudou a imagem pública do governo. Mais tarde, o

embaixador foi julgado culpado por emitir vistos contra as ordens do Ministério das Relações Exteriores.³³ O número de vistos ilegais nunca foi determinado com precisão, mas as estimativas sugerem que Souza Dantas ajudou a salvar entre quinhentos e oitocentos refugiados.

O embaixador conseguiu escapar da punição graças à sua idade — ele estava tecnicamente aposentado —, mas as portas do Brasil pareceram se fechar em definitivo aos judeus europeus após o afastamento de Souza Dantas. Os números tornam essa percepção dolorosamente clara. Em 1939, cerca de quatro mil judeus entraram no Brasil. Em 1942, esse número foi de apenas 108.³⁴ Em 1943, o número caiu para onze e, em 1944, apenas seis receberam vistos. O número total de judeus que entraram no Brasil entre 1939 e 1947 foi de apenas 12.884. Ou seja, apenas 1.159 a mais do que na Argentina durante o mesmo período, um país onde existia um sentimento antissemita muito mais sistemático do que no Brasil. Durante esses mesmos anos, os Estados Unidos receberam 168.053 judeus.³⁵ De fato, sem os esforços americanos, os números brasileiros teriam sido bem diferentes; a entrada de grande parte dos judeus no Brasil no início da guerra foi autorizada somente após os Estados Unidos aplicarem forte pressão diplomática para convencer o país a aceitá-los.

Ironicamente, o sentimento antissemita de muitas autoridades brasileiras arrefeceu de maneira significativa à medida que o país foi passando para o campo dos Aliados em 1942. Na imprensa, antes caracterizada por sua clara tendência antissemita, essa mudança foi amplamente enfatizada. Como afirma um editorial do *Diário de Notícias*: “Os judeus que são hoje nossos hóspedes mostram-se determinados a trabalhar conosco: vamos, portanto, aceitá-los em nosso trabalho (...). Os judeus que a tragédia da guerra trouxe para as praias brasileiras merecem apenas elogios pela forma como estão nos ajudando. Inteligentes, determinados, trabalhadores árduos e

gratos por nossa hospitalidade, eles podem ser muito úteis ao país.”³⁶

Foram várias as razões para a crescente tolerância aos judeus no Brasil. Esse período coincidiu com um aumento acentuado da propaganda britânica e americana no país. As autoridades também começaram a reprimir as atividades de propaganda alemãs, permeadas de mensagens explicitamente antissemitas. A entrada da União Soviética na guerra, no ano anterior, também removera parte do estigma bolchevique que alguns brasileiros haviam associado aos judeus do Leste Europeu.

Outro fator de importância especial foi a exoneração dos três homens considerados mais pró-nazistas no governo — o ministro da Justiça, Campos, o principal responsável pela elaboração da legislação antissemita; o chefe de polícia, Müller; e o diretor do DIP, Fontes. As demissões não tinham nada a ver com algum suposto sentimento antissemita, mas o impacto dessas exonerações foi logo interpretado nesse sentido. Numa mudança marcante, os judeus passaram a ser vistos de forma mais positiva, como um ativo, e não uma ameaça ao país. Infelizmente, no entanto, o Brasil ainda não havia aberto suas portas a refugiados que lutavam para escapar dos horrores da Europa ocupada pelos nazistas.

Vargas, por sua vez, manteve-se como um espectador pouco interessado na situação dos judeus europeus. Mesmo quando instado pelos Estados Unidos a tomar mais atitudes, ele se limitou a sinalizar uma vontade de ajudar, mas nunca de fato ordenou que as portas do país fossem abertas aos refugiados.

O presidente do Brasil tinha muitas distrações. Durante o inverno de 1942, ele não apenas lidava com um aumento nas disputas internas em seu governo, mas também tentava preparar a si, ao regime e ao povo brasileiro para entrar na guerra contra as potências do Eixo. Enquanto convalescia, Vargas se reunia com frequência com Aranha e Alzira para ponderar os perigos que enfrentaria se apoiasse a causa Aliada, bem como as oportunidades de desenvolvimento que poderia ter caso se envolvesse na guerra —

em especial no que dizia respeito à infraestrutura e à economia. Ficou claro que o país poderia esperar ainda mais retorno em carregamentos militares e concessões comerciais se ingressasse nas hostilidades, e a perspectiva era significativa o bastante para superar muitos dos riscos envolvidos ao declarar guerra ao Eixo.

Mas Vargas também começava a perceber que, se o Brasil entrasse na guerra, seria difícil resistir à pressão popular pela democracia, e era provável que o autoritário Estado Novo não sobrevivesse ao conflito. Esse ponto não passou despercebido aos dois outros homens que foram instrumentais na criação do Estado Novo: o ministro da Guerra e o chefe do Estado-Maior, Dutra e Góes Monteiro. Ambos entendiam que o Estado Novo precisaria ser substituído por um novo sistema político, um que desse à população brasileira uma influência maior na gestão do Estado.

E também havia a questão dos incessantes ataques alemães a embarcações brasileiras. Embora a Alemanha atacasse navios mercantes desde o início de 1942, a guerra de submarinos no Atlântico estava prestes a galgar novos patamares de maneira drástica. Enquanto Vargas se recuperava aos poucos, essa dimensão do conflito estava prestes a lhe apresentar o maior desafio de seu governo. No inverno de 1942, o presidente, que confiara em Alzira e Oswaldo Aranha para manter o governo funcionando durante sua convalescença, precisaria, mais do que nunca, de suas duas pessoas de confiança.

PARTE QUATRO: O BRASIL VAI À GUERRA

A DECISÃO

OS ATAQUES COMEÇARAM de repente, em três dias e noites exuberantes de primavera em agosto de 1942. Eles foram brutais e ocorreram muito mais perto de casa do que a maioria dos brasileiros antecipara.

Entre 15 e 17 de agosto, cinco navios brasileiros — totalizando cerca de catorze mil toneladas — foram torpedeados e afundados enquanto navegavam no mar territorial do país. Cerca de seiscentos homens, mulheres e crianças morreram; entre eles, 169 soldados. Essas foram, de longe, as perdas mais devastadoras que o Brasil sofrera até aquele momento na guerra e, ao contrário dos ataques anteriores — que tinham como alvo o transporte marítimo comercial —, atingiram navios que transportavam passageiros e tropas.

Um único submarino, o *U-507*, realizou os cinco ataques separados. Às 19h12 de 15 de agosto, a embarcação torpedeou o navio de passageiros *Baependy* no percurso de Salvador para Recife. Todos os 215 passageiros e 55 tripulantes morreram. Menos de duas horas depois, às 21h03, o *U-507* torpedeou outro navio brasileiro, o *Araraquara*, que também viajava em direção ao norte, saindo de Salvador. De um total de 142 pessoas a bordo, 131 morreram. Cerca de sete horas após a segunda investida, o *U-507* atacou outra vez, torpedeando o *Aníbal Benévolo*. Todos os 83 passageiros a bordo do navio morreram e, de uma tripulação de 71, apenas quatro sobreviveram. Em seguida, em 17 de agosto, perto da cidade de Vitória, o *U-507* atacou e afundou o *Itagiba* às 10h45, matando 36 pessoas. Outro navio brasileiro, o *Arará*, que viajava de Salvador

para Santos, parou para ajudar o *Itagiba* avariado e tornou-se a quinta vítima brasileira do submarino alemão, com vinte mortos ao todo. O número total de perdas humanas nesses ataques foi de 607.

Após os ataques, as lideranças brasileiras entraram num estado de choque coletivo. O governo mandou que todos os navios brasileiros se dirigissem aos portos mais próximos e ordenou o adiamento de outras partidas, o cancelamento de todas as licenças dos soldados brasileiros (que receberam ordens para retornar aos quartéis), o cancelamento de todas as licenças em terra do pessoal da Marinha, e estabeleceu que os marinheiros voltassem a seus respectivos navios.¹

Quando as notícias das baixas chegaram aos ouvidos da população brasileira, a reação foi ainda mais extrema. Tumultos eclodiram em todo o país: multidões atacaram empresas e propriedades pessoais de alemães e italianos, quebrando janelas, saqueando escritórios e até queimando edifícios. No Rio de Janeiro, de início, a polícia relutou em tomar uma atitude e permitiu que as multidões agissem sem muita interferência. Os brasileiros pediram represálias contra os países do Eixo, sobretudo contra a Alemanha e a Itália, ambos acusados pelos ataques.² “Morra Hitler” e “Morra Mussolini” foram refrões bastante entoados, embora a maior parte da multidão gritasse bordões pró-Brasil e pró-Vargas. Na capital, uma multidão de mais de cinco mil pessoas cantou apaixonadamente o hino nacional e aplaudiu quando as bandeiras alemã e italiana foram queimadas em frente ao Theatro Municipal.³ Houve também ataques a edifícios oficiais espanhóis na cidade após a circulação de falsos rumores de que agentes espanhóis teriam fornecido detalhes dos percursos das embarcações afundadas. A imprensa local incitou os brasileiros a contribuir com dinheiro para ajudar as famílias das vítimas. Nos dias que se seguiram, as primeiras páginas de muitos jornais anunciaram o montante levantado em letras garrafais.

Os americanos descreveram as perdas como o Pearl Harbor brasileiro, e essa comparação era bastante apropriada.⁴ Os ataques

à navegação nacional representaram um tremendo revés para os que apoiavam uma política isolacionista na guerra.⁵ O presidente Vargas, que ainda convalescia no Palácio Guanabara e não era visto em público havia mais de três meses, precisava refletir sobre a resposta brasileira. Oswaldo Aranha, por sua vez, exigia uma declaração imediata de guerra contra as potências do Eixo. Aquele era o momento da verdade para o presidente, e ele o sentia a despeito de seu isolamento desde o acidente de carro no dia 1º de maio.

Vargas também tinha experiência suficiente para compreender sem demora que os ataques às embarcações brasileiras haviam mudado a dinâmica de seu governo. Embora fosse esperado que os navios mercantes corressem risco, dado seu papel no esforço de guerra dos Aliados, os que transportavam civis e tropas eram considerados inocentes — e os ataques contra eles eram uma exibição inconfundível de agressão alemã ao Brasil, e não aos poderes Aliados em geral. O país fora desafiado, e a resposta que o povo brasileiro exigia de seus líderes ficou clara. O argumento do serviço de inteligência americano foi dramático:

O ataque aparentemente deliberado da Alemanha ao Brasil atingiu os apoiadores de Góes Monteiro-Dutra, que sempre proclamaram a disposição dos generais para defender o país em caso de ataque. A partir de agora, qualquer falha da parte deles em cooperar com o esforço de defesa poderá ser chamada de traição e tratada de forma aberta. Agora, também será possível lidar com a Quinta Coluna sem a oposição aberta das pessoas que até então defendiam uma postura de neutralidade frente às potências do Eixo.⁶

No entanto, embora Dutra e Góes Monteiro estivessem furiosos com os alemães, a posição deles não era tão clara quanto os Estados Unidos sugeriam. Os dois ainda desejavam evitar o envolvimento do Brasil na guerra e logo frustraram as esperanças dos Estados Unidos de que os ataques levariam a um consenso político entre as figuras mais importantes do governo.

Os dois generais tentaram se opor à convocação de Aranha para declarar guerra condenando com veemência os naufrágios e, ao mesmo tempo, afirmando que eles eram, de fato, responsabilidade do próprio Aranha, por sua iniciativa de romper relações diplomáticas com as potências do Eixo no início daquele ano. Dutra também culpou os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pelos ataques. Segundo o general, eles teriam negligenciado “a defesa do Brasil em termos de abastecimento de material bélico e de proteção à navegação”.⁷ Em uma jogada política espetacular, Dutra e Góes Monteiro conseguiram, no fim das contas, transferir a culpa da Alemanha para seus próprios inimigos internos e patronos estrangeiros. Ou, ao menos, assim acreditaram ter feito.

Na manhã de 18 de agosto de 1942, Vargas trabalhava em seu pequeno gabinete no Palácio Guanabara. Ele ainda se recuperava do acidente. Mais cedo naquele dia, o presidente caminhara pelo palácio e por seus jardins isolados usando uma bengala. O quadril ainda não estava totalmente curado, e ele mancava de leve, mas de maneira evidente. Embora a mandíbula tivesse melhorado a ponto de Vargas conseguir falar sem dificuldade, ele ainda ficava apreensivo quando precisava se pronunciar em público por um tempo prolongado. Naquele dia, porém, as circunstâncias o obrigariam a deixar esse medo de lado.

Durante a manhã, cariocas irritados se reuniram diante dos portões do palácio, entoando palavras de ordem anti-Eixo e em louvor a Vargas e a Roosevelt. A multidão queria guerra e vingança. À medida que o número de manifestantes aumentava de centenas para milhares, Vargas ordenou a abertura dos portões para permitir que as pessoas entrassem nos jardins. Apressado, ele se vestiu e apareceu na varanda para falar ao público que o aclamava. Com lágrimas nos olhos, disse à multidão: “O Brasil vai agir com máximo vigor para punir os criminosos do Eixo pelo torpedeamento e naufrágio de cinco navios brasileiros.”⁸ Ele então prometeu que os bens apreendidos dos cidadãos do Eixo seriam usados em prol do país e que aqueles que tinham passado informações sobre os

movimentos dos navios afundados ou que haviam agido contra o Brasil seriam enviados com picaretas e pás para construir estradas no interior. O presidente não prometeu guerra, mas disse à multidão que voltasse para casa de cabeça erguida. Ele concluiu com uma declaração emocionada de que o coração do Brasil não seria afetado, “porque, acima de tudo, o Brasil é imortal. Viva o Brasil!”⁹

Esse não foi, é claro, o melhor discurso de Vargas, mas, como um ato do teatro político, foi pura genialidade. E bem que poderia ter sido teatro: após a fala de Vargas na varanda do Palácio Guanabara, os Estados Unidos ainda especulavam sobre o fato de ele ainda não querer ser forçado a declarar guerra à Alemanha se ainda pudesse evitar.¹⁰ Porém, mais do que qualquer outra coisa, aquele discurso foi uma reafirmação do compromisso de Vargas com o país, e ele deu ao povo brasileiro a oportunidade de mostrar o amor por seu líder. Jefferson Caffery estava certo quando garantiu aos brasileiros após o acidente de Vargas: “Vocês não precisam se preocupar. Muito em breve, o presidente Vargas ficará em pé de novo.”¹¹ Mais tarde naquele mês, ele acrescentou: “Hoje, o presidente Vargas está em pé, e o Brasil está de pé.”¹² Como se para comprovar essa afirmação, naquele mesmo dia uma grande multidão se reuniu diante da embaixada dos Estados Unidos, na avenida Presidente Wilson, onde aclamou o presidente Roosevelt e cantou o hino nacional brasileiro com paixão.

Como os ataques no mar continuavam — um sexto navio foi afundado em 19 de agosto —, o presidente Vargas ordenou a detenção de todos os cidadãos alemães (exceto os diplomatas) que haviam programado sair do Brasil rumo à Europa em dois navios de passageiros, o *Bagé* e o *Cuyabá*.¹³ A polícia também proibiu manifestações públicas, por medo de que os ataques a casas, empresas e indivíduos do Eixo fugissem de controle; as autoridades ainda lutavam para restaurar a ordem no país.

Dentro do Palácio Guanabara, longe do público, Vargas ouvia argumentos a favor e contra a declaração formal de guerra do Brasil

às potências do Eixo. De qualquer forma, parecia que o presidente já havia decidido. Em 21 de agosto, Vargas disse a um grupo de soldados que protestavam diante do Palácio Guanabara que o Brasil defenderia seus mares territoriais.¹⁴ Enquanto isso, ele se preparava para oficializar sua decisão em uma reunião de gabinete que ocorreria no dia seguinte.

O presidente abriu a reunião às três da tarde, em 22 de agosto. O tom do encontro foi muito sóbrio, e — em uma indicação da magnitude daquela decisão — todos os ministros tiveram a oportunidade de discorrer longamente. Mas ficou claro, desde o início, que a entrada na guerra era uma certeza.

Vargas trouxe consigo um rascunho da proposta de declaração de guerra, e o principal tema de discussão na reunião do gabinete envolveu o nono parágrafo da declaração. Aranha e seus partidários ainda eram favoráveis a uma declaração de guerra, enquanto Dutra e as forças armadas ainda se opunham a ela. O parágrafo em discussão intensificava a discordância. A primeira versão dele tinha a seguinte redação:

Não há como negar que a Alemanha praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer.¹⁵

A segunda versão era mais prolixa:

Não há como negar que a Alemanha, por meio de atos beligerantes, desumanos e brutais, coloca o Brasil em uma situação que exige reação rápida e imediata em igual intensidade, não apenas contra a agressão, mas também contra os métodos e procedimentos utilizados por aquele país contra nós, de uma forma inédita na história da civilização.¹⁶

Aranha defendeu com veemência a primeira versão, pois, como disse aos Estados Unidos, “colocaria o Brasil na posição de dizer a verdade, em vez de apenas agir sem dizê-la”. Desnecessário revelar que Dutra e os militares preferiam a segunda versão,

intencionalmente vaga em relação a qual seria a “reação rápida e imediata” do Brasil à agressão da Alemanha.¹⁷

Como era de costume em tais disputas, Vargas de início ficou em cima do muro, solicitando que ambos os lados considerassem as implicações de cada versão do parágrafo. Contudo, como era de se esperar ele logo apoiou Aranha. Mais tarde, os membros do gabinete concordaram que, por uma questão de clareza, eles adotariam a primeira versão.¹⁸ Em breve, o Brasil entraria em guerra contra a Alemanha.

O gabinete concluiu que, como o Japão ainda não havia participado de qualquer ataque hostil ao Brasil, o reconhecimento do estado de guerra seria dirigido apenas aos governos da Alemanha e da Itália. Mas mesmo essa guerra mais limitada apresentava riscos extremos para o país. Durante a reunião, os militares continuaram a alertar Vargas sobre os perigos de declarar uma guerra num momento em que suas forças armadas estavam tão mal equipadas. Também foi discutida a possibilidade de a Argentina atacar o Sul enquanto a maioria das forças brasileiras estivesse concentrada no Nordeste. No final, e após uma correspondência diplomática frenética com os Estados Unidos, Vargas estava plenamente convencido de que o Brasil tinha pouca escolha a não ser ir à guerra.

No final da reunião, o governo anunciou que o Brasil estava em guerra contra a Alemanha e a Itália.¹⁹ O anúncio formal foi transmitido em todo o país por rádio e repetido em boletins de hora em hora. A declaração integral do gabinete foi impressa nos jornais diários, juntamente com artigos que descreviam como e por que a decisão histórica fora tomada.

Após a declaração, a ira punitiva que dominara o Brasil deu lugar a uma perspectiva mais sóbria, à medida que a população refletia sobre as incertezas e os desafios que a nação enfrentaria. O sentimento nacional foi talvez mais bem resumido num editorial do *Diário de Notícias*:

Este é um momento sumamente grave da nossa história; talvez, até hoje, o mais grave. Forçado pela Alemanha e pela Itália, entra o Brasil no conflito mundial; e espera que nenhum de seus filhos vacile no cumprimento do dever que as circunstâncias lhe indicam. Somos uma grande nação resolvida a resistir e a sobreviver, e a causa pela qual lidamos é digna das aspirações e dos sacrifícios de um povo livre que não provoca, mas também não teme, não desafia, mas também não recua.²⁰

Apesar do significado do anúncio, ou talvez por causa dele, o Brasil não se apressou a comunicar sua decisão ao Eixo. Quando o fez, no entanto, deixou claro quem era o responsável pela decisão. Em 24 de agosto, dois dias após a reunião gabinete, Aranha entregou uma nota aos representantes dos governos da Alemanha e da Itália no Rio de Janeiro. Ela concluía: "Não há dúvida de que a Alemanha e a Itália praticaram atos de guerra contra o Brasil, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer em defesa de nossa dignidade, soberania e segurança, bem como da segurança das Américas, e a lutar com todas as nossas forças."²¹

Quando Aranha entregou a nota aos representantes do Eixo na capital, Berlim já havia tomado conhecimento da declaração de guerra do Brasil e começara a reagir. Até o início de 1942, os alemães esperavam que a promessa de armamentos para o Exército Brasileiro fosse suficiente para seduzir o país a ficar fora da guerra. Agora, estava mais claro do que nunca que essa estratégia fracassara. Um programa de rádio de Berlim, transmitido da Argentina em português no dia 22 de agosto, o mesmo dia da reunião do gabinete, refutava a acusação de que a Alemanha forçara o Brasil a assumir aquela posição e também enviava uma advertência clara aos brasileiros:

A declaração de guerra pelo Brasil não surpreendeu o Reich nem causou qualquer impressão. Do ponto de vista militar, ela não tem qualquer significado, sobretudo porque o Brasil já demonstrou não ter vontade própria, colocando-se à disposição dos americanos (...). Pela violência e pela força bruta, o povo brasileiro perde sua neutralidade e passa a participar de uma

luta em que não tem nada a ganhar e tem tudo a perder. Entre as potências do Eixo e o Brasil, não havia oposição de interesses; pelo contrário, apenas o interesse de conservar a paz e, depois da guerra, ampliar relações comerciais rentáveis. Além disso, no que se refere aos interesses futuros da guerra, a soberania brasileira está ameaçada no mais alto grau. E tudo isso — independência, integridade, soberania e bem-estar do Brasil — agora foi sacrificado por seu governo, em parte incitado pelos americanos. A responsabilidade por essa decisão é unicamente do governo envolvido.²²

A essência da mensagem era clara: o Brasil apoiara o lado errado da guerra e arcaria com as consequências.

Contudo, na realidade as transmissões de rádio alemãs para o Brasil passavam um ar de indiferença. Os monitores de transmissão dos Estados Unidos notaram que a mensagem era muito semelhante àquela enviada ao México no início do ano, após o país também declarar guerra à Alemanha. Segundo os monitores:

A transmissão dá a impressão de ter sido sacada do arquivo no qual fora guardada a discussão da beligerância do México três meses atrás. Os argumentos são tão semelhantes aos usados com o México que parecem quase indistinguíveis:

1. A declaração não faz diferença.
2. A decisão foi arquitetada por Washington.
3. Os naufrágios foram um mero pretexto.
4. A população do Brasil não é realmente hostil à Alemanha.²³

No entanto, mesmo enquanto pareciam menosprezar o envolvimento do Brasil na guerra, os alemães corriam para avaliar os efeitos da declaração brasileira. E eles não eram os únicos.

Em 22 de setembro de 1942, exatamente um mês após o anúncio do Brasil, planejadores americanos fizeram circular um memorando secreto no Departamento de Guerra.²⁴ Este previa em detalhes as demandas que o Brasil faria aos Estados Unidos nos meses e anos vindouros. Os americanos anteciparam que o Brasil tomaria medidas

para reforçar as defesas no Nordeste do país e também trabalharia para fortalecer ainda mais o poder do presidente. Uma cooperação militar e econômica mais estreita entre as duas nações seria o próximo passo. Contudo, também haveria uma intensificação das atividades de inteligência e propaganda do Eixo no país, bem como esforços por parte do Eixo para induzir as amplas comunidades alemã e italiana no Brasil a realizar atividades contra os Aliados. O relatório resumia as previsões da seguinte forma:

A dependência econômica e militar do Brasil em relação aos Estados Unidos, que já é grande, aumentará consideravelmente. Os Estados Unidos devem enfrentar a possibilidade futura de desviar grandes quantidades de equipamentos e contingentes de tropas para garantir a defesa do hemisfério ocidental. O problema no fornecimento de embarcações em número suficiente para transportar as necessidades brasileiras de combustíveis, máquinas e bens manufaturados também se torna cada vez mais premente.²⁵

Embora os Estados Unidos por muito tempo tivessem incitado o Brasil a participar da guerra, eles acreditavam que a declaração poderia ter o efeito de empurrar Rio de Janeiro e Washington em direção a uma codependência ainda maior. Os meses seguintes mostrariam que tal previsão estava correta.

O relatório também mostrava que os Estados Unidos entenderam os objetivos de Vargas e Aranha durante a guerra com muito mais clareza do que os brasileiros percebiam. Os americanos temiam que a cisão entre Brasil e Argentina na conferência de ministros das Relações Exteriores em janeiro de 1942 permitiria ao Rio de Janeiro usar a guerra como trampolim para a supremacia regional — com pleno apoio dos Estados Unidos, que ainda estavam mais preocupados com potenciais ataques alemães ao continente do que com qualquer possível exacerbação das tensões intra-americanas. O relatório afirmava:

O Brasil, rival histórico da Argentina na liderança da América do Sul, ansiará reforçar seu poderio militar como aliado das Nações Unidas. Estrategicamente

localizado, o país deve avançar muito com a ajuda dos Estados Unidos. O aumento do poder aéreo deve ser um dos principais objetivos, a fim de salvaguardar um ataque do Eixo vindo da África. Quanto aos projetos para tomar o território argentino, acredita-se que o Brasil se contentará em deixar inalteradas as fronteiras existentes. A menos que um incidente ocorra, não se espera que haja qualquer confronto entre os dois rivais.²⁶

Essa avaliação também se revelaria presciente. No entanto, embora Washington não considerasse um conflito entre o Brasil e a Argentina uma consequência provável da declaração de guerra do Rio de Janeiro, havia outros riscos igualmente graves — e, na verdade, muito mais plausíveis — do que um ataque alemão transatlântico.

Os americanos estavam bastante conscientes de que a entrada do Brasil na guerra poderia muito bem auxiliar os planos do Eixo.²⁷ As demandas crescentes aos Estados Unidos por tropas e material acabariam por desviar forças dos outros cenários do conflito e, assim, ajudariam Alemanha, Japão e Itália — um ganho que eles desfrutariam com poucos riscos para si mesmos.²⁸

Enquanto os Estados Unidos analisavam as implicações estratégicas de médio e longo prazo da entrada do Brasil na guerra, o presidente Vargas se concentrava em preparar o país para as atribulações que estavam por vir. Nesse ínterim, em reuniões frequentes com os militares brasileiros e com Jefferson Caffery, outro americano viajava ao Rio de Janeiro como parte de um rápido giro pela América Latina. Nelson Rockefeller já era um verdadeiro astro no Brasil, mas seu comparecimento em pessoa, logo após a declaração de guerra, gerou uma atmosfera elétrica na capital. O único que parecia um pouco contrariado pela chegada de Rockefeller era Jefferson Caffery, para quem a visita do milionário filantropo carecia de um propósito oficial. Na verdade, a vaidade não deixava Caffery aceitar ser ofuscado por Rockefeller ou pela demonstração de amor e respeito dada pelos cariocas ao chefe do OCIAA que os visitava.

Oswaldo Aranha organizou a versão brasileira do tapete vermelho para Rockefeller. Grandes multidões o saudaram na chegada ao aeroporto do Rio de Janeiro, e ele foi exibido em eventos públicos, como em um páreo de cavalos no Jockey Club. Em privado, tanto Aranha quanto Vargas ofereceram almoços e jantares em homenagem ao convidado americano. Alzira, por sua vez, simpatizou de imediato com o belo, enérgico e eloquente americano. Tanto ela quanto Aranha circularam com Rockefeller pelo salão, certificando-se de que ele era apresentado às pessoas certas. Apesar do início da guerra e das incertezas que o Brasil enfrentaria, um clima otimista e positivo parecia seguir Rockefeller aonde quer que ele fosse. Para muitos brasileiros, ele representava tudo o que era bom nos Estados Unidos, e — para grande aborrecimento de Caffery —, eles concederam ao filantropo diversos prêmios e honrarias, tornando-o membro honorário de alguns dos principais clubes da cidade, como o Jockey Club.

Mas Rockefeller não estava no Brasil apenas para apertar mãos, sorrir e tranquilizar os brasileiros em relação às lutas que estavam por vir. Ele viajara para selar uma série de acordos econômicos e culturais com o governo brasileiro — contratos imensos que tratavam de tudo, desde borracha a finanças, acordos que logo transformariam a economia de guerra do Brasil a ponto de torná-la irreconhecível.

Por sua própria natureza, Rockefeller era um homem de ação. Enquanto esteve no país, não parava de disparar bilhetes rápidos para seus subordinados no Rio de Janeiro e nos Estados Unidos, tentando descobrir como fazer as coisas funcionarem melhor e sem aceitar um “não” como resposta.

— Qual é o maior problema aqui? — perguntou ele a Vargas.

— Infraestrutura — respondeu o presidente.

Então Rockefeller prometeu ajudar a desenvolver novos sistemas de transporte no vasto interior do país.

Rockefeller também via grande potencial em sua aventura brasileira como meio para solidificar sua base de poder em

Washington, ainda ameaçada pelo general Donovan e sua “agência de espiões”. Contudo, apesar de todo o bom trabalho e de todas as ambições, a viagem de Rockefeller quase terminou em desastre, quando o avião que transportava o milionário e sua equipe fez um pouso forçado em uma vala no final da pista em Porto Alegre, no Sul do Brasil.²⁹ Felizmente, todos conseguiram escapar apenas com cortes e escoriações. Rockefeller, claro, escreveu uma nota para que fossem construídas pistas de pouso melhores e mais longas no Brasil.

Enquanto esteve no país, o milionário também coletou informações sobre o mais novo membro dos Aliados. Pouco depois de seu retorno aos Estados Unidos, o OCIAA elaborou um relatório confidencial sobre o Brasil e seu impacto potencial na Segunda Guerra Mundial. O relatório representava um esforço detalhado do órgão para avaliar as necessidades do país e determinar os desafios imediatos que o regime Vargas enfrentaria. Ele delineava essas tarefas em termos das ameaças que pairavam sobre Vargas, tanto internas quanto das potências do Eixo. Segundo o OCIAA, Vargas precisava

da consolidação de uma frente unitária dentro do próprio governo; da conclusão das medidas de salvaguarda contra a ameaça de invasão do Nordeste pelo Eixo; de medidas para garantir a segurança interna contra o perigo em potencial de grupos minoritários do Eixo e dos quintas-colunas organizados. Caso se torne necessário livrar o governo de figuras poderosas, até então simpatizantes do Eixo, o presidente está em uma posição excelente para fazê-lo, buscando apoio do centro e da esquerda.³⁰

Sem dúvida alguma, Vargas teria concordado com a avaliação americana a respeito das três ameaças que ele enfrentava, embora estivesse muito menos claro se ele teria ficado tão otimista quanto à possibilidade de retirar de seu governo as “figuras poderosas” mencionadas pelo relatório — sem dúvida uma referência a Dutra e Góes Monteiro.

O órgão de Rockefeller primou no estabelecimento de relações comerciais entre os Estados Unidos e o Brasil, mas o relatório revelava que a agência tinha uma compreensão limitada da política interna brasileira, sobretudo no que dizia respeito aos militares. O futuro dos dois homens-chave das forças armadas, Dutra e Góes Monteiro, continuava a causar grande preocupação a Washington. Os americanos os viam como relíquias de uma era passada e achavam que eles deveriam ser substituídos o quanto antes. Os Estados Unidos também entendiam que, embora os dois declarassem, em público e em particular, a necessidade de o Brasil travar uma guerra efetiva contra o Eixo, eles ainda concentravam seus esforços na proteção das fronteiras do Sul contra o que consideravam a ameaça maior: uma invasão argentina — diminuindo, assim, a força das defesas brasileiras contra um possível ataque alemão.

Os Estados Unidos faziam o que podiam para estabelecer um contraponto à fixação militar brasileira no Sul. Em novembro de 1942, após negociações prolongadas e complicadas, Brasil e Estados Unidos concluíram acordos administrativos para a criação de uma força conjunta na defesa do Nordeste. Em essência, o pacto delegava a defesa do território nacional e das bases militares às forças armadas brasileiras, e a defesa costeira ficaria ao encargo de uma força conjunta dos Estados Unidos com o Brasil. O almirante Jonas Ingram foi formalmente encarregado de todos os aspectos de segurança, inclusive da proteção da navegação, e, por suas responsabilidades, recebeu o título de chefe das Forças Aliadas no Atlântico Sul.³¹ Ele ficou baseado em Recife, no litoral Nordeste do Brasil, região onde um ataque alemão era mais esperado.

Outro oficial graduado americano, o general Robert L. Walsh, comandava o Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul e também ficou baseado em Recife. Contudo, os cerca de dois mil homens sob seu comando não ficaram baseados no Brasil, mas sim na ilha britânica de Ascensão, do outro lado do oceano.³² O próprio general Walsh estava no Brasil para instalar a base aérea em Natal, que se

tornaria um importante ponto de escala para os aviões a caminho da África e de lá para a guerra na Europa. Com efeito, a base se revelaria vital para as operações americanas no continente africano — que faziam parte de uma invasão anglo-americana de porte maior, cujo codinome era Operação Tocha —, bem como para a guerra antissubmarina no Atlântico Sul e o abastecimento da frente da Ásia. Como os submarinos do Eixo continuavam a atacar comboios de carga no trajeto das Américas para a Grã-Bretanha, a vitória dos Aliados dependia do que viria a ser chamado de Batalha do Atlântico. Com a escassez de materiais militares importantes, bem como de itens de necessidades básicas, como alimentos e combustível, a Grã-Bretanha não conseguiria permanecer no combate se aquela ligação vital fosse cortada. Por um breve período durante a guerra, a base aérea de Natal foi uma das mais movimentadas do mundo, com aviões americanos pousando a cada dois ou três minutos durante dezoito horas por dia, sete dias por semana.³³

Essas medidas de segurança eram um bom presságio para o futuro da cooperação entre Estados Unidos e Brasil, mas também eram fonte de tensão constante no Rio de Janeiro. Embora Dutra estivesse muito insatisfeito com sua relativa perda de controle sobre as forças armadas, ele entendia, a contragosto, que o Brasil não estava em posição de se defender sozinho. No entanto, à medida que o ano terminava, Góes Monteiro se tornava cada vez mais crítico das forças armadas brasileiras, afirmando que elas faziam muito pouco e eram passivas demais.

Ao escolher não substituir seus dois mais altos oficiais militares após a declaração de guerra, Vargas fizera uma espécie de aposta. Mais tarde, Jefferson Caffery admitiria que o presidente tivera razão em mantê-los, mas, durante os conflitos, foi um risco significativo permitir que os dois críticos declarados do esforço de guerra permanecessem em suas funções. Entretanto, embora Dutra e Góes Monteiro continuassem em seus respectivos cargos, pelo menos por ora, Vargas cortara as asas deles. O presidente deixou claro para

ambos que ele seria o único orientador da política brasileira relacionada à guerra. Vargas desfrutava de uma onda de popularidade após a decisão de entrar na guerra contra o Eixo. Assim, com sua autoridade — e a de Aranha — no auge, ele, é claro, sentia-se à vontade para frear seus comandantes recalcitrantes. O general, contudo, nunca admitiria a derrota e, embora tivesse abandonado temporariamente sua rivalidade com Aranha, a questão estava longe de ser resolvida. O general esperava o momento certo, mas estava pronto para enviar uma faca nas costas de Aranha assim que o ministro das Relações Exteriores cometesse um deslize.

Ficava cada vez mais claro que a aliança entre Dutra e Góes Monteiro começava a se deteriorar. Góes Monteiro se irritava com a capacidade de Dutra de se transformar em termos políticos a fim acompanhar as novas realidades da guerra no Brasil. No entanto, Góes Monteiro parecia ter se resignado a essas mesmas realidades. Os militares e políticos americanos que tinham relações com ele durante esse tempo observaram que o chefe do Estado-Maior parecia ter abraçado por completo os laços mais estreitos com os Estados Unidos e não tinha grandes problemas com a importância dos militares americanos no país. A dissonância entre suas expressões públicas e seu sentimento íntimo pode ter exigido demais dele. Caffery, que o conhecia desde 1937, observou que a saúde do chefe do Estado-Maior piorava.

Dentro dos círculos militares e políticos do Brasil, o principal problema ainda era o fornecimento de armas pelos Estados Unidos. Vargas trabalhava com afinco em seu pequeno gabinete no Palácio Guanabara, tentando se certificar de que Washington cumpriria suas promessas. O arsenal americano já estava sobrecarregado e, quando os Aliados lançaram a Operação Tocha no Norte da África, em 8 de novembro de 1942, ela limitou ainda mais a quantidade de armas que os Estados Unidos podiam enviar ao Brasil. No entanto, a ofensiva também teve um efeito positivo para o país. Logo ficou evidente que a Operação Tocha seria um enorme sucesso, e essa notícia foi muito bem recebida pelos brasileiros, pois ajudou a minar

a admiração profunda que os militares sentiam pelas proezas do Exército alemão. Ao saber dos desembarques na África, Oswaldo Aranha disse: “Com a ajuda de Deus e com a tenacidade e o espírito de luta dos defensores da liberdade, em breve emergiremos em um mundo melhor.”³⁴ A imprensa brasileira, por sua vez, relatou os desembarques com manchetes que destacavam os êxitos militares dos Aliados e as falhas dos alemães. O *Jornal do Brasil* comentou: “O evento sensacional marca o início do declínio da máquina militar nazista. O Eixo será destruído, o fascismo será varrido da face da Terra e a paz será ditada em Berlim pelos representantes da Inglaterra, dos Estados Unidos, da China, da Rússia, do Brasil etc.”³⁵

As vitórias dos Aliados no Norte da África também convenceram muitos brasileiros de que os dias do Eixo estavam contados — e os deixaram imaginando como o mundo ficaria após seu colapso. As classes média e alta do país entendiam que a campanha africana levaria de forma inexorável à libertação da Europa, juntamente com toda a arte, cultura e civilização que os brasileiros identificavam com aquele continente. Havia, porém, certa ansiedade quanto ao que aconteceria no final da guerra. Os dois resultados mais prováveis do conflito eram uma derrota alemã negociada ou a vitória total dos Aliados, mas não havia como saber o que poderia substituir as estruturas existentes na Europa. De maneira silenciosa, muitos brasileiros instruídos, abastados e conservadores começaram a questionar, na possibilidade de a democracia se espalhar pelo mundo na esteira da Segunda Guerra Mundial, se o Estado Novo seria compatível com a ordem do pós-guerra.³⁶

Enquanto cidadãos abastados estavam ansiosos em relação às mudanças vindouras, a classe trabalhadora sentia-se, em geral, otimista com a perspectiva de uma vitória americana na guerra. Por outro lado, muitos brasileiros ficavam cada vez mais desconfiados e temerosos do poder dos Estados Unidos.³⁷ Eles estavam preocupados com o fato de que a mesma força americana que os

ajudava durante o conflito poderia ser usada para oprimi-los em um mundo pós-guerra dominado pelo país norte-americano.

No final de 1942, a probabilidade de um ataque do Eixo ao Nordeste do Brasil diminuía devido à organização das defesas americanas e brasileiras conjuntas naquela região, empreendida pelo almirante Ingram, e também graças aos sucessos dos Aliados no Norte da África. A base aérea em Natal permaneceu uma ponte vital para os Estados Unidos à medida que seu envolvimento nas operações militares no continente europeu aumentava. Naturalmente, Vargas recebeu bem os acontecimentos no Norte da África e ficou feliz com o aprimoramento da segurança nacional, mas precisava tornar prioritário para os Estados Unidos o embarque de armas para o Brasil. Ele também entendia que os ganhos econômicos e políticos que seu país poderia auferir na guerra exigiriam que o governo fizesse um investimento militar explícito no conflito.

O Brasil, Vargas sabia, corria o risco de virar um figurante na guerra, a menos que conseguisse encontrar novas formas de ajudar os Aliados. Tanto Vargas quanto Aranha sabiam que a era do pós-guerra seria regida por uma equação simples: "o que você ofereceu ao entrar = o que você receberá ao sair". Ambos queriam usar o conflito para ajudar a transformar o Brasil, mas agora percebiam que haviam chegado atrasados para a festa. Se Vargas e Aranha quisessem realizar seus sonhos para o país, seriam obrigados a fazer apostas ainda mais elevadas e a oferecer contribuições mais drásticas aos Aliados do que haviam feito até aquele momento. Uma vez que as autoridades de Vargas e Aranha estavam no auge, a hora para fazer essa mudança era propícia.

O APAGAR DAS LUZES NO RIO DE JANEIRO

EM 6 DE SETEMBRO de 1942, enquanto Vargas trabalhava sozinho em seu pequeno gabinete mal-iluminado no Palácio Guanabara, as luzes começaram a piscar ao longo das avenidas de algumas das mais belas praias do mundo. Naquela noite, as praias do Leme, Copacabana e Leblon, bem como as ruas adjacentes, no Distrito Federal do Rio de Janeiro, experimentavam seu primeiro blecaute.

Testemunhando o evento no bar do Copacabana Palace, Caffery afirmou que o blecaute fora “muito bem-sucedido”.¹ À medida que as sombras se alongavam e o céu se tornava roxo-escuro e então negro, a única luz visível emanava das estrelas no claro céu noturno que pairava sobre o oceano. A escuridão incomum sobre a silhueta da cidade era acompanhada por um silêncio estranho, interrompido pelo som suave das ondas que quebravam na areia macia da praia. A distância, ouviam-se gritos esporádicos ecoando pelas avenidas que saíam do coração da cidade em direção às praias, enquanto policiais cansados e mal-humorados lembravam aos descumpridores do blecaute as multas que os esperavam se não atendessem a ordem imediatamente. Ao longo da costa, que momentos antes estava bem iluminada, era como se todos os habitantes da cidade, de repente, tivessem ido dormir ou se escondido atrás de portas fechadas e cortinas cerradas.

A época da guerra, no Rio de Janeiro, não se parecia com nada que a cidade já tivesse visto. Os hotéis ao longo da costa promoviam “festas de blecaute”, as quais entretinham convidados estrangeiros e

cariocas abastados. Havia inclusive um coquetel blecaute, que, em teoria, deveria ser preto, mas muitas vezes lembrava um cinza fuliginoso pouco atraente. Contudo, os farristas devem ter se preocupado mais em esquecer a guerra do que com a cor de suas bebidas, à medida que ingeriam os coquetéis em grandes quantidades. Quintetos de jazz tocavam músicas dançantes, lentas e um pouco fora de tom, contribuindo para a atmosfera dessas festas, embora os hóspedes não parecessem dispostos a ser vistos desfrutando aqueles momentos. O Rio de Janeiro encontrava dificuldades em dançar ao novo ritmo da guerra.

Os cariocas tentavam desesperadamente levar o conflito a sério, mas demorou algum tempo para que as autoridades locais trouxessem para a cidade algo parecido com um clima de guerra. O povo estava acostumado a pensar nela como algo muito distante, na Europa e na África, porém — como Caffery gostava de lembrar às pessoas — algumas partes do Brasil estavam ao alcance de bombardeiros alemães que operavam da África Ocidental. Além disso, todo o litoral brasileiro, incluindo a capital, estava ao alcance dos submarinos alemães. Circulavam boatos de que submarinos do Eixo espreitavam no horizonte e, à noite, aproximavam-se para conferir a vida noturna no Rio de Janeiro através de periscópios levantados.

O aparente sucesso do blecaute, em 6 de setembro, ocorrera após vários falsos começos e tentativas tímidas do governo para impô-lo. De início, os regulamentos demandaram o desligamento de apenas metade das luzes à beira-mar e somente dos sinais de trânsito em ângulo reto com a costa.² Era obrigatório que as luzes restantes ao longo da faixa litorânea a uma distância de um quilômetro da costa fossem esmaecidas. Os cariocas, contudo, não responderam bem à escuridão, e muitas pessoas simplesmente deixavam as luzes acesas e mantinham as cortinas abertas. Quando a polícia anunciou que qualquer residência com luz acesa seria acusada de simpatizante do Eixo, vários cariocas responderam que, se não pudessem ver o litoral à noite, com suas avenidas iluminadas, começariam a sofrer de

depressão e de outras doenças mentais. Ainda assim, mais tarde as autoridades demonstraram maior firmeza e as pessoas acabaram atendendo às exigências do blecaute, mergulhando o Rio de Janeiro noturno em uma escuridão quase completa.

Todas as noites após a imposição bem-sucedida do apagão, a capital passava de uma cidade vibrante, colorida e barulhenta a uma cidade-fantasma onde toda atividade, legítima ou não, acontecia por trás de cortinas e venezianas cerradas. No porto do Rio de Janeiro, todas as luzes de navegação em navios, boias e cais eram desligadas durante as horas de blecaute.³ Essa ordem foi cumprida por todo o litoral brasileiro.⁴ As luzes neon nas montanhas da capital e no topo de seus arranha-céus, que anunciavam de tudo, de rádios a cervejas locais, também foram apagadas, assim como as luzes das igrejas e dos monumentos.⁵

No entanto, apesar das mudanças drásticas que isso provocou no Rio de Janeiro, o blecaute — ou o que os cariocas rotulavam com mais precisão de “o escurecimento” — não duraria. Durante as festas de Natal e Ano-Novo, vários bares e hotéis de luxo da cidade pediram que as autoridades suspendessem a proibição. Os pedidos foram recusados, porém, ao longo do ano, as áreas de praia aos poucos voltaram aos horários normais de iluminação, à medida que as autoridades e os policiais desistiam de impor a política do blecaute na cidade.⁶

O fracasso em impor o blecaute total refletia um sentimento compartilhado por muitos brasileiros durante o último trimestre de 1942. Os desembarques conjuntos de americanos e britânicos no Norte da África mudaram a dinâmica do conflito, e — não obstante o aviso de Caffery — muitos brasileiros pareciam adotar o ponto de vista de que, com a ameaça de invasão ou ataque alemão cada vez mais distante, o Brasil poderia passar o resto da guerra nos bastidores. Desnecessário dizer, entretanto, que o presidente Vargas não era uma dessas pessoas.

Em 31 de dezembro de 1942, Vargas manteve sua tradição anual de Ano-Novo de almoçar com oficiais de alta patente das forças armadas. Sua mensagem aos militares durante o encontro daquele ano foi otimista e, para muitos dos presentes, também bastante surpreendente. O presidente falou, em primeiro lugar, da excelente cooperação entre o Brasil e os Aliados e da eficiência desta, uma nítida aprovação do trabalho do almirante Ingram. No entanto, ao descrever a contribuição do Brasil para o esforço de guerra, o presidente enfatizou que o país não fornecia aos Aliados apenas materiais de importância estratégica, tais como a borracha. Mais que isso, argumentou ele, o uso das bases no litoral brasileiro pelos Aliados permitira o transporte de armas e homens pelo Atlântico e tornara possível o desembarque no Norte da África, caracterizado pelo presidente como o primeiro passo no caminho para a vitória na Europa. Ele também elogiou o trabalho da Marinha, da Marinha Mercante, da Força Aérea e do Exército, que faziam sua parte para defender o país.

Todavia, Vargas terminou o discurso sugerindo que os militares brasileiros teriam um papel ainda maior a desempenhar na guerra. De maneira casual — como se o pensamento tivesse acabado de lhe ocorrer, o que certamente não era o caso —, o presidente disse: “Devemos considerar as responsabilidades de agir fora do continente, e essa ação não deve se restringir a uma simples expedição de contingentes simbólicos.”⁷ As forças armadas ficaram intrigadas com esse comentário final; será que Vargas poderia estar insinuando que os militares brasileiros logo teriam a oportunidade de se juntar à guerra, com todo o poder, equipamentos e prestígio que vinham a reboque? Para os oficiais que haviam passado a maior parte de suas carreiras mendigando recursos para defender uma única fronteira, a perspectiva de se juntar ao lado vencedor em uma guerra mundial era muito atraente. Eles não precisariam esperar muito para descobrir exatamente o que Vargas queria dizer.

Dois dias depois, após uma reunião com Góes Monteiro, Dutra despachou o general para Petrópolis a fim de pedir esclarecimentos

a Vargas sobre seus comentários durante o almoço de fim de ano. Dado o calor de janeiro na capital, a viagem oferecia a Góes Monteiro uma escapada agradável. O motorista o buscou cedo para evitar o tráfego pós-feriado e, em Petrópolis, o general poderia aproveitar aquele ar fresco que relaxava até as mentes mais agitadas, como se costumava dizer.

Mas, quando Góes Monteiro chegou a Petrópolis, encontrou Vargas distraído e distante. Ao abordar a razão de sua visita, o militar perguntou a Vargas:

— O que você quis dizer com uma força expedicionária?

O presidente começou a enumerar as dificuldades que o país enfrentaria para recrutar, treinar, armar e empregar tal força. Por um momento, Góes Monteiro pensou que os comentários que Vargas fizera em 31 de dezembro tinham simplesmente refletido uma aspiração ou uma esperança em vez de uma opção política viável. Mas o presidente continuou:

— Washington deixou claro que as nações envolvidas nos combates têm prioridade no recebimento de armas dos Estados Unidos. Em vista da insistência de Dutra em receber armas, autorizei nossa delegação militar em Washington a dizer aos americanos que o Brasil está preparado para enviar soldados ao exterior.

O chefe do Estado-Maior não foi surpreendido pela resposta de Vargas. O presidente informara aos Estados Unidos que estava disposto a envolver as tropas brasileiras no esforço de guerra depois de vir discutindo o assunto com Góes Monteiro desde setembro de 1942. Este considerou a adesão à guerra uma ótima ideia, que, caso ocorresse de fato, garantiria o crescimento do Exército Brasileiro em tamanho, força e capacidade para se tornar a força armada mais poderosa do continente sul-americano.

Góes Monteiro voltou correndo ao Rio de Janeiro para informar Dutra da novidade. Vargas, segundo ele, parecia cansado e abatido, e o chefe do Estado-Maior pensou se as histórias que circulavam na capital de que o filho mais novo do presidente, Getúlio (apelidado de Getulinho), estava com uma doença grave eram verdadeiras. O

rapaz tinha apenas vinte e poucos anos e — embora não fosse tão próximo do pai quanto Alzira — era bonito, talentoso e uma das maiores alegrias de Vargas. Se ele morresse, o presidente ficaria arrasado. Vargas, contudo, parecia mais beligerante do que nunca, um contraste que deve ter perturbado Góes Monteiro, mesmo que a mensagem final o empolgasse.

Dutra ficou muito intrigado com a notícia. Ele deu a seus subordinados 72 horas para elaborarem um plano de mobilização das forças armadas brasileiras na guerra. Em 5 de janeiro de 1943, o ministro apresentou esse memorando detalhado a Vargas. O argumento central era de que qualquer força expedicionária precisaria ser grande e que o Exército precisaria recrutar mais soldados a fim de criá-la. Até aquele momento, o Exército Brasileiro fora acima de tudo defensivo e certamente não estava preparado para se juntar à ofensiva em um conflito global. No entanto, embora pragmática, a recomendação de Dutra também coincidia com um objetivo subjacente: aproveitar essa oportunidade para expandir o Exército Brasileiro de maneira inédita.

O presidente não deu uma resposta imediata ao memorando de Dutra, mas prometeu estudá-lo com atenção. Seu único comentário foi de que ele não aprovaria qualquer força expedicionária a menos que ela estivesse aparelhada de maneira apropriada pelos Estados Unidos e os soldados que permanecessem no Brasil para defender o país também estivessem bem-equipados. Em outras palavras, o Brasil não concordaria em se expor pelos Estados Unidos a não ser que antes os militares brasileiros recebessem as armas que Washington prometera aos combatentes aliados.

Sem o conhecimento de Dutra, e ao mesmo tempo que seduzia o Exército Brasileiro, Vargas também se preparava para uma reunião secreta que teria enormes consequências para o Brasil e para a guerra à qual o país se unira havia pouco tempo. Em uma nota para Cordell Hull, na terça-feira, 26 janeiro de 1943, Jefferson Caffery escreveu de forma enigmática: “Eu saio pela manhã com o chefe de Oswaldo [Vargas] para encontrar você sabe quem. Devo voltar na

sexta-feira.”⁸ No dia seguinte, Caffery, o almirante Ingram e um adido naval embarcaram num avião, juntamente com o presidente Vargas e dois assessores. Assim que todos os seis passageiros subiram a bordo, o avião decolou e rumou para Natal. Ao chegar, o grupo foi transferido para um contratorpedeiro, o *Jouett*, onde seus integrantes jantaram e passaram a noite se preparando para as reuniões do dia seguinte.

Vargas estava muito ansioso. Ele participara havia pouco de celebrações em São Paulo por ocasião do aniversário da fundação da cidade. Seu filho, Getulinho, tinha contraído poliomielite nesse período, e todos presumiam nos círculos políticos da capital que o presidente continuava em São Paulo com ele.⁹ Vargas, porém, decidiu que o dever o chamava e, com efeito, deixou a cabeceira do filho moribundo para participar da reunião em Natal. No entanto, apesar da ansiedade, estava bem preparado para as reuniões vindouras. Aranha elaborara um memorando de dez páginas com conselhos para o chefe que delineavam as prioridades brasileiras. Em um sinal da forte confiança entre Aranha e Caffery, o ministro das Relações Exteriores brasileiro mostrou o documento ao americano.

Às oito da manhã de 28 de janeiro de 1943, um avião que transportava o presidente Roosevelt aterrissou em Natal. Roosevelt estivera na Conferência de Casablanca, no Marrocos, na qual se reunira com o primeiro-ministro britânico Winston Churchill e com os generais franceses Charles de Gaulle e Henri Giraud a fim de discutir as táticas e estratégias para o restante da guerra. Na conferência, os três líderes também formalizaram seu compromisso para acabar com a guerra por meio da derrota total das potências do Eixo. Essa política, que seria conhecida como a doutrina da “rendição incondicional”, marcaria a Conferência de Casablanca como uma das mais importantes de toda a guerra.

Ao chegar a Natal, Roosevelt foi imediatamente transferido para o contratorpedeiro *Humboldt*, onde permaneceria durante aquele dia e aquela noite. Mais tarde, na manhã da chegada do presidente

americano, Caffery reuniu-se com ele e seu assessor especial, Harry Hopkins. Os três concordaram que Roosevelt levaria “com tato” a questão da adesão do Brasil às Nações Unidas, que era um dos principais objetivos dos americanos para a reunião.¹⁰ A ONU seria estabelecida pelos Aliados como a instituição internacional central na ordem do pós-guerra e substituiria a Liga das Nações. Caffery comentou que Vargas muito provavelmente concordaria com tal pedido — o memorando de dez páginas com os conselhos de Aranha confirmara isso.¹¹

Roosevelt, Caffery e Hopkins discutiram então a oferta feita pelo Brasil de mandar tropas ao exterior. O presidente explicou que os líderes militares americanos “não estavam muito interessados em enviar tropas brasileiras ao Norte da África.” No entanto, Roosevelt queria convencer Vargas de que suas tropas seriam necessárias em outros lugares do outro lado do Atlântico, sobretudo em alguns territórios de importância estratégica com os quais o Brasil compartilhava um passado colonial.

No dia após sua chegada, Roosevelt ofereceu um almoço em homenagem ao colega brasileiro na sala de jantar do comandante do *Humboldt*. Os dois presidentes conversaram em francês, tal como haviam feito durante a primeira reunião que tiveram no Rio de Janeiro, em 1936. Vargas vestia um terno de linho branco e camisa de algodão com sua gravata de seda listrada favorita, enquanto Roosevelt usava um terno de algodão bege-claro ligeiramente surrado e camisa branca. Contudo, a gravata e a braçadeira negras do presidente americano, mais do que qualquer outro elemento de seu vestuário, expressavam seu estado interior. Roosevelt estava de luto pela morte de filhos americanos na Segunda Guerra Mundial — fato que, sem dúvida, ressoou profundamente no presidente brasileiro, cujo filho estava à beira da morte.

Roosevelt e Vargas haviam envelhecido bastante desde a reunião em 1936. Embora aparentassem descontração na única fotografia publicada daquele encontro no Rio de Janeiro, em 1943 os dois pareciam cansados. As olheiras de Roosevelt ficavam bem visíveis

quando ele tirava os óculos; Vargas ainda mancava perceptivelmente em decorrência do acidente e levava sua bengala na viagem a Natal. Apenas Jefferson Caffery parecia remotamente saudável — ainda bronzeado após as férias nos Estados Unidos no ano anterior e pelos banhos de sol que tomara na praia no início do mês, no verão carioca.

O clima durante o almoço era de profissionalismo, e o ambiente estava um pouco silencioso. Os dois presidentes viam a reunião como um encontro individual. Sentado à cabeceira da mesa, com Vargas à direita, Roosevelt dirigiu-se diretamente ao presidente brasileiro. Durante todo o almoço, Roosevelt quase não tirou os olhos de seu convidado, mal percebendo a presença de qualquer outra pessoa na sala. Ele falava em voz baixa, mas, embora o tom suave conferisse um ar mais intimista à reunião, o motivo era, na realidade, um resfriado que o presidente americano contraíra com as mudanças drásticas na temperatura às quais fora exposto nos dias anteriores à viagem. Vargas ouviu o colega americano com atenção e interveio de vez em quando, mas apenas de forma breve — quando Roosevelt solicitava uma resposta, por exemplo, ou quando fazia uma pausa para deixar o brasileiro falar. Caffery, sentado à esquerda de Roosevelt, disse muito pouco. Ele ouviu atentamente e algumas vezes inclinou-se para a frente a fim de se certificar de que conseguia ouvir a voz cada vez mais rouca de seu líder.

Roosevelt começou a conversa informando Vargas do que acontecera em Casablanca na reunião com Churchill e os líderes franceses. Então descreveu o progresso da guerra sob uma perspectiva americana, contando a Vargas como a produção dos Estados Unidos estava evoluindo, como iam as relações anglo-americanas, qual era a situação na União Soviética e quais eram suas esperanças e planos para o período pós-guerra.

Em seguida, o presidente americano falou sobre o Brasil e, de uma maneira geral, sobre o desenvolvimento econômico do país e seus problemas com a imigração. Ele deixou a primeira pergunta para o

final dos comentários de abertura, mas então, como era do seu feitio, foi direto ao ponto.

— À luz da evolução da situação na guerra — perguntou a Vargas —, o Brasil está disposto a se tornar um membro das Nações Unidas?¹²

Vargas, que estudara com cuidado o memorando de dez páginas de Aranha no avião, não ficou surpreso com a pergunta. Olhando bem nos olhos de Roosevelt, respondeu que (como Caffery mais tarde relataria numa mensagem para Cordell Hull) “tomaria as providências para se tornar um membro da Organização das Nações Unidas”. Vargas então fez uma pausa que pareceu eterna, mas que durou apenas um ou dois segundos antes de qualificar sua resposta.

— No entanto — continuou ele —, esse pode ser um momento oportuno para dizer mais uma vez que precisamos de equipamentos dos Estados Unidos para nossas forças armadas: Marinha e Aeronáutica.¹³

Vargas deixou Roosevelt com poucas dúvidas quanto ao que seria necessário para levar o Brasil a se engajar 100% no campo dos Aliados: os Estados Unidos teriam de aumentar seu fornecimento de armas ao Brasil.

Deixando de lado os envios adicionais de armas americanas para o Brasil, Roosevelt voltou à questão de Portugal. Ele fez um breve resumo sobre a importância da ilha da Madeira para a causa dos Aliados no Atlântico, mas focou, em particular, nos Açores, que eram vitais para as operações dos Aliados no Atlântico Sul. Roosevelt confessou um interesse pessoal pelos Açores, que o faziam lembrar-se da Primeira Guerra Mundial, quando, em 1918, na condição de secretário assistente da Marinha, visitou as ilhas para inspecionar a base naval americana que havia acabado de ser construída. Agora ele confiava a Vargas uma conversa que tivera com Churchill, na qual os dois concordaram em fazer da implantação de bases aéreas no Açores uma prioridade estratégica para 1943.¹⁴ A segurança da rota comercial do Atlântico Sul para o continente

européu dependia de ganharem a batalha contra os submarinos alemães, e uma base nos Açores permitiria a operação de aviões antissubmarinos dos Aliados ali. A base aérea também seria um ponto de escala vital para a invasão da Europa pelos Aliados, prevista para ocorrer no ano seguinte.

O único fator complicador era que Portugal controlava o arquipélago. Para ter acesso às bases, os britânicos pensavam em abrir negociações com António de Oliveira Salazar, o ditador de Portugal, na primavera de 1943, e os americanos iniciariam as conversas com ele logo depois. “Salazar é um sujeito complicado”, descreveu Roosevelt. Este já começara a tentar tranquilizar o ditador de que uma presença dos Aliados nas ilhas duraria apenas o prazo da guerra, como ocorrera na Primeira Guerra Mundial. Mas Salazar suspeitava que tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos conspiravam para estabelecer uma presença permanente nas ilhas. Como se comprovou mais tarde, o astuto líder português previa a ascensão da Guerra Fria e o confronto ideológico entre a democracia e o comunismo e entendia que as ilhas seriam de grande utilidade para uma potência — como a americana — que desejasse estabelecer domínio na Europa Ocidental. Salazar temia que os Estados Unidos relutassem em deixar os Açores após estabelecer uma posição por lá.

No entanto, Roosevelt também sabia — ou ao menos suspeitava — que o ditador português estava tão preocupado com as ambições alemãs quanto com as dos Estados Unidos. A Vargas, o presidente americano sugeriu que Salazar temia uma invasão alemã de Portugal e dos Açores, ou uma simples invasão das ilhas. Contudo, essa era uma espécie de cortina de fumaça, uma vez que a ameaça real de uma invasão alemã em Portugal já passara. Com as forças de Hitler envolvidas em combates ferrenhos na União Soviética e com as forças dos Aliados no Norte da África, a possibilidade de um ataque do Eixo a Portugal ou a suas possessões no Atlântico parecia remota.

Na verdade, Hitler perdera a oportunidade de invadir os Açores. No início da guerra, seus comandantes navais tinham-no instigado a

invadir as ilhas portuguesas antes dos britânicos, mas ele optou por ignorar os conselhos. O que preocupava Roosevelt mais do que uma invasão alemã era a perspectiva de Salazar não permitir o acesso dos Aliados às ilhas. Em reuniões reservadas com Sir Ronald Campbell, o embaixador britânico em Lisboa, Salazar indicara que, quando chegasse a hora, ele faria a coisa certa para os britânicos. No entanto, não chegou a prometer aos americanos uma presença nas ilhas. Tanto Churchill quanto o ministro das Relações Exteriores do Foreign Office, Anthony Eden, prometeram tentar mudar a opinião do ditador português quando a Grã-Bretanha abrisse as negociações com ele. Roosevelt e os Estados Unidos, porém, haviam começado os preparativos para talvez tomar as ilhas à força, caso não conseguissem pela diplomacia.

Roosevelt esperava que seus amigos brasileiros o apoiassem na questão dos Açores. Contudo, quando ele abordou o assunto com Vargas, descreveu o pedido como se fosse uma ajuda aos portugueses, com quem ele sabia que o Brasil ainda mantinha laços estreitos.

— Você pode nos ajudar enviando tropas para substituir os portugueses, que são mais necessários no continente? — pediu Roosevelt a Vargas.¹⁵

O líder brasileiro foi pego de surpresa pela franqueza na abordagem de Roosevelt e ficou preocupado com as implicações. Os Estados Unidos pediam ao Brasil, uma ex-colônia de Portugal, para de fato ocupar território soberano português. Depois de alguns segundos de silêncio, Vargas respondeu de forma lenta, quase mecânica:

— Estou disposto a levar esse assunto a Salazar. No entanto, não podemos enviar tropas para as ilhas portuguesas [Açores], a menos que vocês forneçam equipamentos adequados para elas.¹⁶ — Era a diretiva brasileira, e Vargas estava agarrando-se a ela.

Os dois passaram o resto do almoço elaborando os detalhes de como os Estados Unidos poderiam enviar peças sobressalentes e outros equipamentos muito necessários à Marinha do Brasil. O

presidente americano prometeu tentar enviar o máximo de material militar, o mais rápido possível. Esse foi o fim das conversas sérias, e Roosevelt e Vargas compartilharam uma piada interna com o almirante Ingram, que, por sua vez, disse aos presidentes que a base aérea estava pronta para inspeção.

Terminada a refeição, os dois chefes de Estado partiram num jipe para ver a base de Natal. A notícia da reunião começara a correr apenas no início do almoço; por isso, quando os presidentes visitaram a base, surpreenderam muitos militares, que não tinham ideia de que os dois líderes iam visitar as instalações. Roosevelt sentou-se no banco dianteiro do jipe; Vargas, no banco traseiro com o almirante Ingram. A excursão foi registrada em uma das fotografias mais emblemáticas desse período de cooperação Estados Unidos-Brasil. Ao mostrar os três homens rindo, a imagem dá a impressão de Roosevelt e Vargas despreocupados, fazendo um passeio. Uma fotografia tirada alguns momentos após a primeira, no entanto, revela um quadro muito diferente. Tanto Vargas quanto Roosevelt parecem quase melancólicos e cansados, como dois idosos que carregam um fardo pesado demais, e cujos dias estão contados. Na verdade, essa segunda fotografia representa melhor os eventos daquele dia do que a primeira imagem mais feliz.

Naquela noite, Roosevelt e Vargas jantaram com suas equipes no *Humboldt*. Ao contrário do almoço, o jantar foi menos formal; a conversa, menos empolada e sem dúvida menos comprometedora. Roosevelt prometeu cumprir as promessas de acelerar o fluxo de armas para o Brasil, mas alertou Vargas de que — como o presidente brasileiro com certeza estava cansado de saber — elas estavam em falta. Os dois falaram sobre a possibilidade do envio de uma força brasileira ao exterior, mas apenas em termos gerais. Vargas ainda não conseguira estudar e discutir a fundo o memorando de Dutra em defesa de um grande contingente brasileiro, porém os comentários e as insinuações de Roosevelt deixavam claro que as forças armadas americanas não estavam muito entusiasmadas com a possibilidade de ter forças brasileiras no

Norte da África. Treinar e armar os brasileiros levaria tempo e seria caro demais, pois as novas tropas teriam de estar fortemente armadas e equipadas para participar daquela operação. Contudo, Vargas ainda não tinha como saber qual papel alternativo as tropas brasileiras poderiam desempenhar na guerra além de potencialmente ocupar os Açores.

Vargas deixou a reunião otimista, em contraste marcante com sua aparência soturna no jipe algumas horas antes. Naquela mesma noite, ele voou de volta para o Rio de Janeiro com Caffery. Aranha se encontrou com o presidente logo após seu retorno e, mais tarde, disse maravilhado a Caffery: "Raramente o vi tão satisfeito com tudo." Sem dúvida um pouco da alegria que o presidente sentia era pessoal: Caffery mencionara na reunião da manhã com Roosevelt que seu filho estava doente e, durante o jantar, Roosevelt oferecera ajuda ao jovem Getulinho com toda a assistência médica que os Estados Unidos poderiam proporcionar. Mas a reunião também tinha marcado uma importante vitória para o Brasil, e Vargas sabia disso.

Na noite de 30 de janeiro de 1943, logo depois da viagem a Natal, Vargas concedeu uma coletiva de imprensa no Palácio Guanabara, na qual descreveu como e quando se dera o encontro secreto com o presidente Roosevelt. O Brasil estava entusiasmado com a notícia de que o líder dos Estados Unidos decidira fazer escala no Brasil — no caminho de volta de nada menos do que uma das conferências mais importantes da guerra — para demonstrar apoio ao país e ressaltar a importância dele para os Estados Unidos. No momento da coletiva, Roosevelt ainda não chegara a Washington; assim, a imprensa internacional se baseou no relato de Vargas para extrair informações sobre a reunião.

Vargas ainda estava de muito bom humor para um homem cujo filho permanecia gravemente enfermo. Ele foi elogioso sobretudo a Roosevelt, assegurando aos brasileiros que o presidente americano "ainda demonstrava a firme decisão de levar adiante essa cruzada na qual estamos todos comprometidos".¹⁷ Quando questionado sobre a cooperação militar do Brasil com os Estados Unidos, Vargas

deu uma resposta otimista: “Por estarmos em guerra, nossa cooperação com os Estados Unidos deve ser completa. Tudo o que os Estados Unidos consideram necessário e útil como cooperação do Brasil devemos continuar a fornecer.”¹⁸ A resposta, porém, mascarava a realidade da situação: Vargas ainda não tomara uma decisão sobre o memorando de Dutra que defendia o envio de uma força brasileira ao exterior, e os Estados Unidos estavam relutantes em usar essa força no Norte da África.

Na coletiva de imprensa, um jornalista perguntou a Vargas: “Quanto tempo Roosevelt pensa que a guerra vai durar?” Durante as várias horas seguintes, com Roosevelt ainda no avião de volta a Washington, Vargas viu-se agindo como porta-voz não oficial do presidente americano. Sem dúvida, a pergunta se deveu em parte ao fato de que a duração da guerra se tornava uma questão cada vez mais premente para o Brasil. Uma guerra prolongada na Europa ofereceria ao Brasil um grande potencial de ganhos econômicos e militares, mas, se o conflito terminasse em breve, o país não conseguiria colher os tipos de benefícios que o regime de Vargas considerava necessários para modernizar por completo a economia. Aparentemente ainda embalado pela onda de otimismo, o presidente respondeu: “As nações Aliadas estão preparadas para uma guerra longa.”¹⁹ Ele acrescentou logo depois que o Brasil também estava. “Devemos nos preparar para uma guerra longa. Não há dúvida, no entanto, de que todos nós estamos inteiramente convictos da vitória.”²⁰

O encontro recebeu uma enorme cobertura na imprensa brasileira. O *Jornal do Brasil* lhe dedicou duas colunas na primeira página, chamando a presença de Roosevelt em Natal de “uma demonstração sincera de elogio ao esforço de guerra brasileiro”. O encontro também recebeu ampla cobertura internacional. A Associated Press divulgou a manchete “Presidente Roosevelt e presidente Vargas, em declaração conjunta, afirmam intenção de tornar o Atlântico seguro para a navegação de todas as nações”. A manchete da primeira

página do *New York Times* em 29 de janeiro de 1943 proclamava simplesmente: “Roosevelt faz escala no Brasil.”²¹

Na mesma página do anúncio da visita de Roosevelt a Natal, o *New York Times* publicou uma grande fotografia de uma tripulação em pé na frente de um bombardeiro da Força Aérea dos Estados Unidos com a legenda “De volta do primeiro bombardeio americano contra a Alemanha”.²² Como a legenda sugeria, a guerra — embora longe de terminada — entrava em uma fase nova e potencialmente decisiva. Vargas continuava a trabalhar sem parar para maximizar os ganhos do Brasil com o conflito, mas o tempo estava passando, e o Brasil precisava agir depressa para garantir o que já conseguira obter.

O encontro de Vargas com Roosevelt e os acordos resultantes seriam talvez o auge da carreira política de Vargas e da era do Estado Novo. Embora seja simplista sugerir que Vargas entraria em decadência daquele ponto em diante, ele nunca ascenderia àquelas alturas vertiginosas de novo. E o primeiro sinal de mudança em sua sorte veio na forma de uma perda pessoal devastadora.

Poucos dias depois da reunião de Vargas com Roosevelt, Getulinho morreu. A perda do filho bonito e talentoso mudou Vargas para sempre. Sua esposa, Darci, retirou-se da esfera política e concentrou-se apenas em seus trabalhos de caridade. O próprio presidente demonstrava ter perdido a confiança e o foco; parecia envelhecido, se movimentava mais devagar e passou a confiar cada vez mais em Alzira e em Aranha para receber orientação política. À medida que sua capacidade de avaliação política o abandonava, seu humor tornava-se mais sombrio, e seu afastamento da elite política, mais pronunciado.

Essas transformações não tiveram um impacto imediato ou óbvio na capacidade de Vargas de governar, mas a morte do filho sem dúvida afetou sua capacidade de julgamento, tanto em temas políticos quanto pessoais. Durante anos após a morte de Getulinho, Vargas viveu um luto muito particular — embora se esforçasse para

encobrir esse fato enquanto trabalhava para guiar o Brasil pela guerra cada vez mais global.

O JANTAR

A GUERRA ESTAVA aproximando americanos e brasileiros — e não apenas os chefes de Estado. Em 30 de janeiro de 1943, enquanto o presidente Vargas dava uma coletiva de imprensa após seu retorno do encontro com o presidente Roosevelt em Natal, Oswaldo Aranha jantava na residência de Jefferson Caffery, ao lado do almirante Ingram, do general Walsh e de vários outros militares dos Estados Unidos.¹ Esse jantar acabou tendo implicações importantes para o futuro das relações entre os dois países.

A casa de Caffery refletia o estilo do embaixador: espaçosa, imponente, mobiliada com bom gosto e finalizada com uma grande e indevassável piscina ao ar livre. Essa era a única residência do embaixador americano, ao contrário do embaixador britânico, com seu retiro de verão em Petrópolis, perto do presidente Vargas. Talvez porque tivesse apenas uma residência para mostrar, Caffery gostava muito de receber convidados. Naquela noite, enquanto Aranha e os oficiais americanos desfrutavam um drinque antes do jantar, Caffery quebrava o gelo discutindo o aumento do custo de vida no Rio de Janeiro. O dinheiro preocupava muito o embaixador; em seus relatórios anuais para Washington, Caffery argumentava que as despesas relacionadas aos jantares e outras funções sociais oficiais esperadas de um embaixador dos Estados Unidos eram muito maiores do que a verba concedida pelo Departamento de Estado para tais fins.

As queixas de Caffery refletiam um problema importante do Brasil durante a guerra: a inflação. O embaixador informou que o índice do

custo de vida em janeiro de 1943 fora 42% acima do registrado em 1939.² O custo de vida no Rio de Janeiro tivera um aumento ainda mais acentuado do que no restante do Brasil e, em 1943, estava 83% mais elevado do que em 1939.³ Em resposta a esse aumento, o governo brasileiro elevara o salário-mínimo na capital em 25%.⁴ Um dos aumentos mais substanciais ocorrera no custo dos alimentos, que tinham subido 40% desde 1939, e altas expressivas eram esperadas para o resto de 1943.⁵ Embora os aumentos dos preços dos alimentos não fossem uma exclusividade brasileira, eles tornavam difícil para os cariocas manter o padrão de vida. Caffery atribuía esse problema específico a uma série de fatores: “A redução da navegação de cabotagem devido à escassez de navios e à ameaça dos submarinos; uma redução no transporte ferroviário e rodoviário por causa da falta de equipamentos e combustível; uma escassez de mão de obra agrícola provocada pelo crescimento das forças armadas brasileiras e pelos salários mais altos na indústria e na produção de material bélico estratégico; e a seca que afeta a produção agrícola.”⁶

Outra questão da qual muitas vezes Caffery se queixava era o desmedido aumento no custo da habitação em tempos de guerra no Brasil. O jornal *Diário Carioca* atribuía o problema — no Rio de Janeiro, pelo menos — a um fenômeno novo na capital: refugiados estrangeiros. O jornal afirmou:

Copacabana foi o bairro onde mais se acentuou a elevação dos aluguéis. Em consequência da guerra, uma multidão de refugiados, a maioria composta de pessoas de posses, invadiu a nossa mais linda praia, tomando de assalto os apartamentos. Não discutem preço. Pagam o que lhes for exigido, realizando muitas vezes as transações por trás dos bastidores, em virtude da lei que proibiu o aumento dos aluguéis. (...) Os proprietários de “arranha-céus”, hoje em dia, somente aceitam dinheiro em depósito, recusando fianças de grandes casas comerciais. Em vez dos três meses, exigem quatro, não depositando a quantia recebida na Caixa Econômica, como de lei, em nome do inquilino.⁷

A presença dos refugiados na capital e os efeitos que eles tiveram na economia carioca contribuíram para a atmosfera já xenófoba no Brasil. Primeiro, havia a preocupação de que os imigrantes estivessem subvertendo a política do país. Agora, eram as finanças brasileiras que estavam ameaçadas.

Enquanto Caffery refletia sobre essas questões em meio a drinques em sua casa, Aranha opinava. O ministro das Relações Exteriores sugeriu que o embaixador estava correto sobre a conexão entre os aumentos de preço e a guerra, mas que, de longe, o problema mais grave era a falta de combustível para transporte. Essa escassez asfixiava a economia do país, e seus efeitos incapacitantes seriam sentidos por anos. Apesar de todos os avanços durante a guerra, a economia brasileira continuaria a sofrer com os altos níveis de inflação ao longo e depois do conflito mundial.

Quando seus convidados se sentaram para jantar, Caffery recebeu a notícia de que Roosevelt pousara com segurança em Washington. Era o aniversário do presidente americano, e por isso todos fizeram um brinde à sua saúde. Após o tilintar dos copos, o tema da conversa mudou do bate-papo informal para o encontro de Roosevelt com Vargas em 28 de janeiro. Aranha lisonjeou os anfitriões afirmando que nunca vira Vargas tão satisfeito com o resultado de uma reunião como quando voltara para o Rio de Janeiro.⁸ Tanto Caffery quanto Ingram devolveram o elogio, sugerindo que Roosevelt também considerara o encontro amigável e produtivo, o que refletia as visões semelhantes dos dois líderes em relação ao esforço de guerra.⁹ No entanto, esse delicado minueto social ocultava objetivos diplomáticos prementes para Aranha e os americanos.

Caffery e Ingram estavam ansiosos para discutir o memorando de dez páginas que Aranha escrevera para Vargas a fim de ajudar o presidente a se preparar para a reunião com Roosevelt.¹⁰ A importância do documento ficou clara para Caffery assim que ele pôs os olhos nele, pois continha detalhes precisos do que o Brasil

esperava obter em troca por seu apoio ao esforço de guerra dos Aliados.¹¹ O que Caffery não entendia, contudo, era que o documento representava a primeira tentativa por parte de Aranha de estabelecer formalmente uma série de metas estratégicas detalhadas para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. O fato de que o ministro das Relações Exteriores achou por bem compartilhar o memorando com Caffery antes do encontro de Roosevelt com Vargas teria chocado muitos membros do gabinete brasileiro — sobretudo Dutra, que sem dúvida teria considerado que Aranha deveria ter sido mais cauteloso ao lidar com os “aliados” americanos. A decisão foi um reflexo de sua estreita relação profissional com Caffery, mas era também uma prova de seu afiado faro diplomático, que agora trabalhava em ritmo acelerado.

Durante o jantar, Aranha explicou o conteúdo do documento em mais detalhes. De tempos em tempos, Caffery interrompia para pedir esclarecimentos sobre um ponto específico ou para fazer uma pergunta direta.¹² Aranha seguiu a mesma ordem de assuntos do memorando. “O Brasil deve continuar a apoiar os Estados Unidos no mundo em troca de apoio na América do Sul”, disse ele a Caffery, “e isso deve ser mantido até a vitória americana na guerra.”¹³ O brasileiro então fez uma previsão: “Os Estados Unidos vão liderar o mundo quando a paz se estabelecer, e seria um grave erro da parte do Brasil não estar do lado deles.”

À medida que o ministro das Relações Exteriores falava, ficava claro que ele tinha uma visão grandiosa de como a parceria dos brasileiros com os americanos reformularia seu país. Aranha sabia que o Brasil ainda era fraco, mas no futuro teria a chance de desempenhar um papel muito mais expressivo, tanto na política continental quanto na global.¹⁴ Na esfera econômica, o Brasil se beneficiaria do rápido crescimento no pós-guerra e de um grande aumento no tamanho de sua população, o que poderia muito bem torná-lo uma das economias mais importantes do mundo. No entanto, para consolidar essa posição no cenário internacional

Aranha sentia que o Brasil deveria buscar atrair capital americano e britânico e não introduzir políticas econômicas nacionalistas que pudessem colocar em risco tais investimentos estrangeiros no país.¹⁵ Em vez disso, deveria aceitar como um mal necessário, mas temporário, as dificuldades econômicas mencionadas por Caffery antes do jantar. “Ao ceder durante a guerra, ganharemos durante os tempos de paz”, gracejou Aranha.¹⁶ No período pós-guerra, continuou o ministro, a economia brasileira se tornaria cada vez mais próxima dos Estados Unidos, e o país passaria por um programa de industrialização e liberalização que permitiria a circulação de capital e imigrantes, impulsionando ainda mais sua economia.¹⁷ Além disso, a debilidade militar atual do país terminaria em breve graças ao envio de armas americanas, que transformariam as forças armadas brasileiras em um exército bem-equipado e moderno.

Em termos de política internacional, Aranha defendia que o Brasil deveria se filiar às Nações Unidas embrionárias e buscar um lugar nos conselhos militares supremos das potências Aliadas combinadas. Ele também estava de olho nas regiões específicas onde o Brasil poderia exercer influência no pós-guerra. O ministro sabia que o futuro das colônias portuguesas na África e no Atlântico seria complicado. Se o império português entrasse em colapso devido a uma invasão do Eixo, o Brasil precisaria estar pronto para ajudar a defender territórios como os Açores — um papel que, segundo Aranha, garantiria ao Rio de Janeiro uma presença destacada em lugares tão distantes entre si.¹⁸ Ele concluiu que, na medida em que a segurança da África vinculava-se à do Brasil, este também deveria ter influência sobre o futuro daquele continente.

Aranha recomendava uma parceria entre Estados Unidos e Brasil não só em assuntos bilaterais e continentais, mas também na política geoestratégica global.¹⁹ E, para o ministro das Relações Exteriores, a perspectiva de uma Força Expedicionária Brasileira poderia ser um meio de aprofundar essa cooperação estratégica entre os dois países. Ao mostrar aos americanos que eles poderiam

contar com seu apoio na guerra, o Brasil esperava conseguir, em troca, a ajuda de Washington em questões sul-americanas.²⁰ O preço do apoio brasileiro, na verdade, seria o amparo dos Estados Unidos na transformação do Brasil em uma potência — política, econômica e militar — dominante na América do Sul. Aranha sugeria que a ruptura com a Argentina na conferência de ministros das Relações Exteriores, quase um ano antes, criara a oportunidade para que o Brasil alcançasse todos esses objetivos.²¹

Caffery ficou intrigado e impressionado com a amplitude da visão que Aranha delinearara durante o jantar e descrevera no memorando para o presidente Vargas.²² Ele provavelmente também estava preocupado, pois os objetivos ambiciosos do ministro brasileiro pareciam ir muito além do que Washington autorizara o embaixador a oferecer ao Brasil. Em vez de responder à síntese da visão de Aranha, Caffery concentrou sua atenção em dois pontos importantes para o futuro do Brasil: sua relação com a Argentina e o destino do Estado Novo no pós-guerra.

O embaixador americano estava inquieto com a rivalidade entre as duas maiores nações da América do Sul.²³ Entretanto, Caffery também rejeitava as preocupações brasileiras de um ataque argentino. Em um relatório para Washington no final de 1943, ele descreveria o medo brasileiro de uma invasão argentina como “tolo”.²⁴ Caffery admitiu, no entanto, que encontrara dificuldades para reunir provas suficientes que acalmassem ou confirmassem os receios brasileiros em relação a essa ameaça em potencial.²⁵

Os americanos achavam que os brasileiros tinham três motivos principais para enfatizar o perigo de um ataque argentino em 1943. Por um lado, o poder na América do Sul havia começado a passar da Argentina para o Brasil nos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra Mundial, e essa tendência continuara num ritmo mais acelerado após o início da guerra. O Brasil experimentara um rápido desenvolvimento econômico nos últimos anos, e a maior parte da população tinha gozado de algumas melhorias em sua

condição de vida (embora os ganhos não tenham sido tão grandes quanto Vargas prometera).²⁶ De qualquer forma, a maior vantagem do Brasil eram suas forças armadas. Só em 1943, o tamanho do Exército Brasileiro aumentou para cerca de 130 mil oficiais e soldados, em comparação com a força argentina de cerca de 68 mil homens.²⁷ Além disso, o Exército Brasileiro começara a se reequipar com as grandes quantidades de materiais novos que recebia dos Estados Unidos, em função do acordo de empréstimos e arrendamentos, enquanto a Força Aérea e a Marinha do Brasil também cresciam.²⁸ (Na verdade, Washington suspeitava que o governo brasileiro exagerava a ameaça argentina a fim de obter mais armas além das que os Estados Unidos enviariam conforme o acordo de empréstimos e arrendamentos.)²⁹ Em uma avaliação da rivalidade entre Brasil e Argentina, porém, os americanos concluíram que

apesar dessas mudanças recentes, os brasileiros ainda temem um ataque argentino. Eles ainda não adaptaram por completo os processos mentais à nova distribuição de poder na América Latina. Embora comandem recursos humanos e materiais que parecem superiores no papel, eles ainda não possuem a confiança que seria adquirida num teste prático de sua própria força. O sentimento de insegurança se reflete em pelo menos um acordo básico entre o Brasil e os Estados Unidos que prevê a assistência americana caso o Brasil seja atacado por um país pró-nazismo da América. As ansiedades brasileiras são alimentadas por notícias, possivelmente exageradas, de preparações militares argentinas.³⁰

Na esfera militar, o Brasil gozava de uma grande vantagem sobre a Argentina no início de 1943. A grande ironia era que isso não tivera o efeito de fazer os brasileiros se sentirem mais seguros.

Os Estados Unidos também suspeitavam que aspirações nacionalistas brasileiras estavam por trás de sua preocupação verbalizada e constante com uma possível invasão argentina. Os americanos sentiam que havia muitos brasileiros orgulhosos que se

oporiam à ideia de ampliar o território nacional.³¹ Em 1943, o fornecimento de armas estrangeiras à Argentina fora cortado de vez, e alguns brasileiros podiam estar inclinados a aproveitar essa oportunidade de ouro para eliminar a ameaça argentina de uma vez por todas.³² Washington, no entanto, admitia não haver qualquer evidência de que tais pontos de vista fossem difundidos no Brasil e, em última análise, concluiu que era muito improvável que o país iniciasse uma guerra de conquista contra a Argentina em 1943.³³

O motivo final que os Estados Unidos atribuíam às alegações do Brasil sobre a ameaça argentina envolvia a política interna brasileira.³⁴ As relações entre Góes Monteiro e outros oficiais seniores estavam sob grande tensão devido às críticas cada vez mais públicas do general ao desempenho deficiente do Exército. Enquanto Caffery acreditava que as declarações de Aranha tinham a intenção de obter mais armas dos Estados Unidos, as declarações de outras figuras importantes do regime Vargas, sobretudo Góes Monteiro, eram muito mais difíceis de interpretar.³⁵ O embaixador sentia que os comentários frequentes do chefe do Estado-Maior sobre a ameaça argentina podiam ter a intenção de perturbar a cooperação entre Estados Unidos e Brasil e de afirmar a autoridade de Góes Monteiro sobre o Exército Brasileiro num momento no qual ele competia com outros oficiais seniores.

Durante o jantar, Caffery apresentou essa interpretação americana da preocupação do Brasil com a ameaça argentina. Aranha escutou mas quase nada respondeu. Após Caffery terminar sua fala, ele, Aranha, Ingram e Walsh se dirigiram ao pátio coberto, onde bebidas foram servidas. O calor de mais um dia de verão começava a amainar, mas, mesmo assim, os quatro homens tiraram os paletós de algodão branco que vestiam.

Aranha acendeu um cigarro e sentou numa cadeira de praia, enquanto Caffery o pressionava para obter mais detalhes de seu memorando a Vargas. O embaixador observou que Aranha e Vargas pareciam estar preparando o terreno para a era pós-guerra e

perguntou ao ministro se ele achava que o Estado Novo sobreviveria após o final do conflito. Sem dúvida, com o Brasil envolvido numa guerra contra a tirania além-mar, os brasileiros não aceitariam nada menos do que a democracia plena em casa quando o conflito terminasse.

Caffery não era o único que tinha dúvidas quanto ao futuro do regime. No memorando, Aranha deixara claro que estava ciente de que o Brasil precisaria abraçar o livre comércio se desejasse competir na economia do pós-guerra, e o ministro também sabia que qualquer liberalização fiscal no país precisaria ser acompanhada por reformas políticas. Então, ao conversar com Caffery, Aranha confirmou que pensava em como o Brasil poderia voltar ao sistema democrático que desfrutara antes do estabelecimento do Estado Novo.

O período pós-guerra era também um tema de grande interesse para o almirante Ingram e o general Walsh, que tinham ideias bastante diferentes sobre como a parceria entre Brasil e Estados Unidos deveria evoluir depois da guerra. Ingram, que se reuniu muitas vezes a sós com o presidente Vargas durante o período que passara no Brasil, afirmava que nenhum soldado americano permaneceria em território brasileiro após o término da guerra. O general Walsh, por outro lado, defendia a opinião de que os Estados Unidos deveriam continuar utilizando as bases aéreas e instalações construídas no Brasil, mesmo depois do fim da guerra, e achava que Washington deveria começar a negociar com o governo brasileiro o mais rápido possível para garantir esse direito.³⁶ Walsh via um valor militar e comercial claro em tal acordo e, à medida que a guerra progredia — e o potencial para uma nova guerra entre o Ocidente e a União Soviética aumentava —, a ideia de um posto militar americano na América do Sul tornava-se ainda mais atraente.

Enquanto o grupo refletia sobre essas questões relativas ao futuro do Brasil no pátio de Caffery, as discussões informais foram morrendo e o jantar terminou. O evento foi alegre, e o bom humor e a franqueza na troca de pontos de vista haviam sido quase

garantidos pelo clima amistoso após o encontro recente entre Roosevelt e Vargas. Os argumentos de Aranha sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos que se desenrolava — e sua percepção do papel do Brasil no mundo do pós-guerra — deram a Caffery, Ingram e Walsh muito em que pensar.

No entanto, um observador crítico do jantar poderia muito bem ter concluído que a concepção de Aranha sobre o futuro relacionamento de seu país com os Estados Unidos não era nem de longe parecida com a dos americanos. O que Aranha mais ansiava era uma parceria, ao passo que os Estados Unidos queriam na verdade dominar os brasileiros — embora, é claro, as autoridades americanas nunca tivessem reconhecido tal objetivo. Esses dois propósitos divergentes orientariam a política de ambos os governos até o fim da guerra e, de fato, já lançavam as bases para futuros atritos.

O momento em que os Estados Unidos mais necessitaram do Brasil já havia passado com os desembarques no Norte da África no final de 1942. Embora o apoio brasileiro ainda fosse necessário para a guerra no Atlântico Sul — e para o fornecimento de materiais essenciais para a guerra, como a borracha —, esse apoio não era importante o suficiente para Washington aceitar a ideia de uma parceria plena com o Rio de Janeiro. A esperança expressa por Aranha de que os Estados Unidos ajudariam o Brasil a alcançar seu objetivo de hegemonia regional em troca do apoio brasileiro na guerra também parecia pouco realista. Apesar da raiva que o Departamento de Estado americano — sobretudo o secretário de Estado Cordell Hull — sentia pela Argentina, em 1943 Washington mostrava poucos sinais de que estaria disposto a endossar formalmente a busca brasileira por domínio regional sobre seu rival de longa data.

Embora Estados Unidos e Brasil continuassem a desenvolver laços econômicos, militares e políticos ao longo de 1943, a relação entre eles se tornava cada vez mais desequilibrada. Os sorrisos, os apertos de mão e a calorosa troca regular de mensagens entre Roosevelt e Vargas não podiam ocultar a simples realidade de que, daquele ano

em diante, o Brasil precisaria dos Estados Unidos muito mais do que o inverso. É curioso, então, que Aranha estivesse tão disposto a mostrar o que desejava de Washington num momento em que o Brasil perdera boa parte do valor estratégico que tivera no final de 1941 — e estava em uma posição muito mais distante de atingir seus objetivos ambiciosos do que no passado.

Um americano, pelo menos, não perdera o entusiasmo pela parceria Brasil-Estados Unidos. Nelson Rockefeller e sua agência, o OCIAA, tornavam-se cada vez mais importantes nos esforços dos Estados Unidos de estreitarem laços com o Brasil. Contudo, Rockefeller também estava dividido entre seus deveres no Brasil e em seu país de origem. Em 1943, ele tinha um olho no desenvolvimento de laços econômicos e culturais com o regime Vargas e o outro na expansão de sua própria base de poder entre os membros mais importantes do governo Roosevelt. É impossível separar esses dois objetivos, uma vez que Rockefeller parecia disposto a lançar mão de todas as suas ligações pessoais e comerciais para ajudar a facilitar os projetos que apoiava. O fracasso ostensivo do projeto cinematográfico de Orson Welles no ano anterior não dissuadira o milionário filantropo de endossar novos projetos culturais. Ele ainda estava no comando da criação e divulgação da propaganda americana na América do Sul e acreditava que a melhor maneira de fazê-lo era exportar a cultura dos Estados Unidos para a região.

Esse não era um esforço cultural de mão única. Rockefeller apresentou a cantora luso-brasileira Carmen Miranda às plateias americanas, e ela logo se tornou uma enorme sensação nos Estados Unidos. Rockefeller, que fazia parte do conselho diretor do Museu de Arte Moderna (MoMA) em Nova York, encorajou a instituição a, pela primeira vez, exibir exposições de artistas brasileiros e patrocinar exposições de artistas americanos no Rio de Janeiro. Ele também convenceu o relutante Solomon R. Guggenheim a ajudar a oferecer bolsas de estudo para brasileiros e pressionou a Fundação Carnegie

a financiar programas e bolsas de estudo semelhantes nos Estados Unidos e no Brasil.

Nunca houve um momento melhor para ser artista, escritor ou músico brasileiro. Os Estados Unidos abriram as portas para a cultura tupiniquim durante a Segunda Guerra Mundial como nunca haviam feito para os cidadãos de qualquer outro país. Grande parte disso ocorreu devido à vontade e à ambição de Nelson Rockefeller. Não surpreende, dada a natureza propulsora de Rockefeller, que ele tenha feito muitos inimigos em Washington e sentido que invejas e rivalidades de outros departamentos atrapalhavam seu percurso. Mas, ao longo do tempo em que o filantropo americano desfrutou do forte apoio pessoal do presidente Roosevelt, ele conseguiu fazer grande parte de sua programação cultural ser aprovada.

Rockefeller não foi o único americano famoso que viajou ao Brasil para aprofundar os laços culturais ou coletar informações para o presidente Roosevelt. Entre outros que já haviam ido ao Rio de Janeiro estavam os atores hollywoodianos Errol Flynn e Douglas Fairbanks Jr. Em junho de 1940, Flynn, então no auge da fama, visitou a capital brasileira e se hospedou no Copacabana Palace. Ele participou de um programa de rádio durante sua estadia e também se reuniu com Vargas, de quem formou uma impressão favorável. Em uma carta ao presidente Roosevelt datada de 15 de junho de 1940, Flynn escreveu que estava convencido de que Vargas via com bons olhos o desenvolvimento de uma amizade pan-americana.³⁷

Douglas Fairbanks Jr. também era defensor da aproximação entre os dois países. Fairbanks fora um franco oponente da política isolacionista americana desde 1939, e o próprio Roosevelt autorizou a viagem do ator ao Brasil: um reflexo da concordância latente do presidente com essa opinião. O propósito declarado do ator para sua visita era pesquisar o estado do cinema americano no Brasil, mas o verdadeiro objetivo foi investigar as supostas tendências pró-nazistas de membros importantes do governo Vargas. O presidente brasileiro concedeu a Fairbanks uma reunião particular e ofereceu-lhe uma recepção calorosa, mas o destaque da viagem do ator também pode

ter sido aprender a sambar com Alzira numa festa particular realizada em sua homenagem.³⁸ Os órgãos de inteligência americanos interrogaram Fairbanks com cuidado quando ele voltou aos Estados Unidos.

O diretor de cinema americano John Ford também esteve no Rio de Janeiro. Em 1943, Ford fez uma viagem para gravar um filme propaganda sobre as contribuições do Brasil ao esforço de guerra dos Aliados. O filme foi um curta-metragem estereotipado de propaganda de guerra, com referências elogiosas ao governo Vargas e às forças armadas brasileiras, além de enaltecer o Brasil pelo fornecimento de tungstênio — um metal raro e de alta densidade utilizado na produção de balas e outros projéteis — para o esforço de guerra dos Estados Unidos. O filme também mencionava que os brasileiros haviam convidado os militares americanos para ir ao Nordeste do Brasil e estabelecer novas bases navais, que seriam pontos de escala cruciais para as investidas americanas no Atlântico. Ele também abordou a polêmica decisão de colocar todas as forças brasileiras sob o comando direto de americanos. Essa estratégia fora implantada para impressionar Washington, mas ela teve o efeito inverso. Os líderes políticos e militares dos Estados Unidos interpretaram a decisão como um sinal de fraqueza e sentiam que ela reduzia o respeito que os oficiais americanos, em particular, tinham por seus colegas brasileiros mais graduados.

O filme de Ford também destacou o enorme fluxo de borracha brasileira para os Estados Unidos, observando que o Brasil tornara-se seu maior fornecedor do produto. E, de modo significativo, a despeito de todo o trabalho de Rockefeller para aprofundar os laços culturais entre os dois países, ele é mais lembrado no Brasil por seu papel no comércio da borracha — ou, melhor dizendo, por seu papel na proteção das pessoas envolvidas nele. O presidente Vargas dera a ordem para recrutar cerca de trinta mil “soldados da borracha” que trabalhariam nas indústrias borracheiras com o objetivo de produzir sessenta mil toneladas do produto por ano para vender aos americanos. No entanto, a indústria borracheira era localizada na

bacia amazônica, e as áreas de extração estavam repletas de doenças; por esse motivo, muitos jovens morreram durante o trabalho. Rockefeller e sua fundação privada investiram pesadamente em esforços para melhorar as condições das regiões produtoras de borracha no Brasil, introduzindo tecnologia e práticas de saneamento mais avançadas e financiando o desenvolvimento de vacinas para algumas doenças. A história dos “soldados da borracha” ainda é bastante controversa no Brasil. No entanto, a tragédia teve, pelo menos, um legado positivo: até hoje a Rockefeller Foundation continua a investir grandes montantes no combate a doenças no Brasil.

A indústria borracheira nacional durante a Segunda Guerra foi um lembrete desagradável de como as condições no país eram diferentes daquelas representadas no filme propaganda de John Ford. Na superfície, contudo, tudo parecia bem com o comércio da borracha em 1943. Seguindo uma sugestão do escritório de Rockefeller, Vargas concordou em nomear junho o “Mês da Borracha”. O objetivo dessa campanha de relações públicas era destacar a importância do comércio do produto para o esforço de guerra americano e ilustrar a estreita cooperação entre os dois governos. No decreto que anunciava o Mês da Borracha, Vargas declarou aos seus conterrâneos:

Juntamente com nossos aliados, vamos levar nossas forças à vitória final. Mas, antes de atingirmos todos os objetivos, uma tarefa urgente nos aguarda: temos de ganhar a batalha da produção.

Com a mesma clareza com que me habituei a falar-vos, venho, neste momento, solicitar a vossa cooperação leal e decidida em prol da campanha que hoje se inaugura: a Campanha da Borracha.

Sabeis quão gigantesco é o desgaste de material na presente guerra. E entre esses materiais alguns merecem o nosso especial cuidado, pela sua urgente necessidade. Este é o caso da borracha, que entra em quase todos os equipamentos bélicos, em vultosas quantidades.³⁹

Essa foi uma tentativa coreografada com cuidado para tranquilizar os americanos de que o Brasil estava fazendo tudo o que podia para aumentar a produção de borracha. Entretanto, em certa medida, o tiro saiu pela culatra. Vargas deveria ter lido a proclamação numa transmissão radiofônica na noite de 31 de maio, mas acabou delegando essa incumbência ao diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).⁴⁰

O uso do diretor do DIP como porta-voz para anunciar o Mês da Borracha irritou Washington e a embaixada americana no Rio de Janeiro, e o fato de Vargas não ter dado qualquer explicação para a mudança de última hora também não ajudou em nada. Por fim, o gabinete presidencial deu uma desculpa vaga: "O presidente", explicou sua equipe, "só voltou no final da noite de uma viagem de automóvel no estado do Rio de Janeiro, que durou vários dias e durante a qual ele foi obrigado a comparecer a muitas inaugurações de obras públicas."⁴¹

Como uma manifestação de seu desagrado, os Estados Unidos atrasaram a resposta que haviam preparado para a declaração de Vargas. O presidente Roosevelt só respondeu em uma carta a Vargas em 19 de junho de 1943, agradecendo-lhe por seus esforços. Roosevelt escreveu:

O anúncio de Vossa Excelência de que junho será considerado o "Mês da Borracha" no Brasil lembra ao povo dos Estados Unidos, mais uma vez, a contribuição extraordinária que o governo e o povo brasileiros estão fazendo à causa das Nações Unidas neste instante por meio da "Batalha da Borracha". O interesse pessoal que o senhor tem mostrado ao incentivar o aumento da produção desse produto é recebido nos Estados Unidos como um símbolo da energia, visão e boa vontade que têm caracterizado as políticas de guerra do governo brasileiro e as atividades de seu povo. Cada tonelada de borracha que o Brasil pode oferecer tem um uso imediato importante na produção das Nações Unidas para a guerra. O Brasil já manifesta de muitas maneiras seu apoio inabalável à unidade interamericana. Dos Estados Unidos, nós saudamos essa prova adicional da determinação brasileira em contribuir com sua grande parcela na luta de todas as Nações Unidas.⁴²

A carta de Roosevelt, distribuída à imprensa, tinha a intenção de reorientar a atenção para os elementos positivos da expansão do programa da borracha — a contribuição que ela dava ao esforço de guerra americano — e para longe do preço hediondo que estava sendo cobrado dos que trabalhavam nas áreas de cultivo.

De fato, antes do Mês da Borracha, ficara claro que nem tudo estava saindo conforme planejado na campanha conjunta Estados Unidos-Brasil para aumentar a produção desse produto. Os Estados Unidos informaram que cerca de vinte mil pessoas foram transferidas para a bacia amazônica no primeiro semestre de 1943 numa tentativa de aumentar a produção das áreas de cultivo, mas que era difícil avaliar o impacto do aumento da mão de obra na produção. As autoridades americanas alertaram que “as condições da guerra tornaram impossível cumprir plenamente o cronograma original; a navegação de cabotagem precisou ser interrompida por um tempo; os barcos de rio, encomendados para uso no Amazonas, tiveram sua entrega atrasada e outras circunstâncias imprevistas interferiram”.⁴³

O Mês da Borracha também pretendia combater a alienação popular em relação à indústria borracheira brasileira. Cartazes foram colados pelo Rio de Janeiro e em outras cidades do país defendendo o aumento da produção da borracha.⁴⁴ Programas de rádio e até mesmo um curta-metragem foram produzidos sobre o assunto. Nos Estados Unidos, fez-se um apelo para que seus cidadãos coletassem e reciclassem sucata de borracha.⁴⁵ Além disso, matérias publicadas em jornais brasileiros e americanos destacaram a importância da produção de borracha para o esforço de guerra dos Aliados.⁴⁶

Os Estados Unidos ficaram bastante satisfeitos com a cobertura feita pela imprensa brasileira do Mês da Borracha.⁴⁷ Os meios de comunicação nacionais, que em 1943 ainda eram controlados pelo governo Vargas com muito mais rigidez do que nos Estados Unidos, não tocaram em nenhum aspecto negativo da política de aumento de produção da borracha na Amazônia. A resposta da imprensa

americana não foi tão fácil de controlar. Como parte do Mês da Borracha, a revista *Time* publicou um artigo sobre o tema, refletindo acerca de uma série de críticas à indústria. Embora impressionantes, os argumentos negativos focavam menos no custo humano da produção de borracha brasileira do que na ameaça econômica potencial que ela representava.

O ponto central do artigo da *Time* — uma opinião expressa por várias outras agências de notícias americanas — era que o programa em andamento nos Estados Unidos para sintetizar borracha permitiria que os produtores de borracha americanos competissem com a extração de borracha brasileira.⁴⁸ A revista alegou que a produção anual de borracha sintética por trabalhador seria de sessenta toneladas, ao passo que a produção média de um seringueiro nativo era apenas de setenta quilos.⁴⁹ O artigo sugeria ainda que, mesmo nas plantações mais eficientes, a produção total anual por trabalhador não excedia uma tonelada.⁵⁰

A precisão desses números não podia ser comprovada, mas eles — e o argumento mais amplo do qual faziam parte — provocavam muita preocupação entre as lideranças brasileiras e até mesmo ameaçavam minar a relação estreita entre as indústrias de borracha dos dois países. Conforme reclamou a entidade responsável pelo desenvolvimento da borracha, a revista *Time* “destacava vários comentários desfavoráveis sobre o programa da borracha no sentido de que não haveria necessidade da borracha natural brasileira após o término da guerra e que o Brasil não teria mais lugar no mercado”.⁵¹ Segundo a reclamação, haveria várias autoridades brasileiras que duvidavam do valor a longo prazo do programa da borracha, e alguns brasileiros achavam que os Estados Unidos poderiam não estar tão interessados quanto demonstravam em cumprir os acordos de borracha assinados com o Brasil.⁵² No entanto, o programa da borracha permaneceu uma controvérsia em grande medida oculta na maior parte do Brasil. A imprensa rigidamente controlada pelo Estado facilitava bastante a

manutenção, por parte do governo Vargas, de um véu de segredo sobre as péssimas condições de trabalho dos trabalhadores na Amazônia.

Mesmo enquanto o Brasil tentava maximizar os retornos obtidos pela aliança com os Estados Unidos, os líderes do país percebiam que suas contribuições para o esforço de guerra dos Aliados não eram tão grandes quanto pensavam de início. O fornecimento da borracha e de outros bens estratégicos aos Aliados permitia ao Brasil desempenhar um papel importante no esforço de guerra, mas não asseguraria ao país uma parceria equitativa com os Estados Unidos nem convenceria Washington a apoiar a tentativa brasileira de estabelecer hegemonia na América do Sul.

O Rio de Janeiro tinha apenas uma única carta na manga, e ela era a melhor de todas: o Brasil podia oferecer uma contribuição militar ativa ao esforço de guerra dos Aliados enviando soldados ao exterior para participar de combates. Para Aranha, o envio de tal força era, quase certamente, a única chance que o país tinha de alcançar os objetivos delineados no documento que ele mostrara a Caffery e sobre os quais discutira com ele, o almirante Ingram e o general Walsh durante o jantar naquela noite úmida, no início de 1943.

PARTE CINCO:
A PARTICIPAÇÃO ATIVA
DO BRASIL

CHEGADAS TARDIAS

O TEMPO DO Brasil estava se esgotando. Em 1943, o ritmo da guerra se acelerava. A campanha no Norte da África terminara em 13 de maio de 1943, quando as forças do Eixo na Tunísia se renderam. Então, em 10 de julho, tropas americanas e britânicas desembarcaram na Sicília e em meados de agosto já controlavam toda a ilha italiana. Esses sucessos militares dos Aliados contribuíram para a decisão do Grande Conselho Fascista da Itália de depor Benito Mussolini em 25 de julho, e em 8 de setembro, após longas negociações, a Itália se rendeu aos Aliados.

A rendição não encerrou os combates naquele país, que logo se tornou um grande palco de guerra — e que parecia ser uma das prováveis fronteiras finais do conflito. Após a rendição italiana, as forças alemãs imediatamente assumiram o controle de Roma e do norte da Itália, instalando um governo fantoche fascista. Em 9 de setembro de 1943, um dia depois da rendição, tropas americanas e britânicas desembarcaram nas praias de Salerno, perto de Nápoles, para começar uma investida rumo ao norte com o objetivo de libertar toda a Itália. Enquanto isso, no leste, a União Soviética lançava uma grande ofensiva que levaria à libertação de Kiev em 6 de novembro. Naquele momento, os Aliados levavam nítida vantagem, mas ainda tinham muito a fazer antes de a Alemanha ser forçada a se entregar.

No Rio de Janeiro, o presidente Vargas acompanhava os acontecimentos no exterior numa espécie de estupor. No Mês da Borracha, em junho de 1943, ele ainda se recuperava da morte

súbita do filho que ocorrera no início daquele ano e do próprio acidente de carro no ano anterior. Ambos o haviam afetado muito. Sua carga de trabalho ainda era implacável, mas Vargas não parecia estar no ritmo enérgico habitual. Ele mudou sua antiga rotina, não mantinha mais um diário e jogava golfe cada vez menos — muitas vezes, por causa da lesão no quadril. Ainda era visto trabalhando sozinho em seu gabinete, à noite, no Palácio Guanabara, mas fazia menos reuniões noturnas.

O “olho direito” e o “olho esquerdo” de Vargas mantiveram as engrenagens do governo azeitadas durante esse tempo. Oswaldo Aranha fazia a maioria das reuniões com diplomatas estrangeiros e oficiais americanos, enquanto Vargas passara a depender ainda mais de Alzira para organizar seu trabalho. Tanto Aranha quanto Alzira sabiam com quais assuntos o presidente Vargas se sentia capaz de lidar sozinho e quais deveriam esconder dele. Eles sabiam também como animá-lo. Os dias que mais agradavam ao presidente eram aqueles nos quais ele podia ver os resultados positivos dos programas de obras públicas que iniciara. Os passeios — tal como aquele pelo estado do Rio de Janeiro que o havia impedido de proferir o discurso de lançamento do Mês da Borracha — atraíam Vargas, talvez porque lhe dessem uma folga de suas responsabilidades na capital. Embora se esforçasse para recuperar o zelo pelo ato de governar, ele continuou em piloto automático no momento em que o país precisava de uma liderança forte e dinâmica.

O presidente sabia muito bem que aqueles eram momentos cruciais na história do país e gostava de lembrar os brasileiros desse fato, embora ele mesmo parecesse menos capaz do que nunca de lidar com os desafios. Vargas tentou manter a mente tranquila e continuou trabalhando por longas horas, mas uma sensação de melancolia alienada parecia pairar sobre ele como uma nuvem escura. A angústia pela perda do filho se misturava a um sentimento tóxico de culpa. De início, Vargas fora mantido na ignorância em relação à doença do filho, que acabou sendo diagnosticada como

poliomielite e lhe causou uma paralisia crescente pelo corpo.¹ A enfermidade surgiu após um período intenso de trabalho e festas, que os médicos acreditavam ter provocado a infecção.² Quando Getulino adoeceu, ele não foi levado ao hospital; Alzira foi informada por telefone que o caso dele não era grave e foi aconselhada a não alarmar os pais.³ No final, o presidente acreditava que o filho fora mal atendido por todos os envolvidos.

Mesmo questões prementes, como o envio de uma tropa brasileira ao exterior, levavam mais tempo para serem resolvidas do que o habitual. Vargas demorou mais de dois meses para responder ao memorando detalhado que Dutra elaborara no começo de janeiro de 1943, o qual o ministro das Relações Exteriores achou que receberia a atenção imediata do presidente. Vargas acabou aprovando o memorando em 5 de março de 1943, embora seu consentimento não tenha marcado o fim do debate sobre o envio de uma força brasileira ao exterior. Pelo contrário, aquele foi apenas o início de uma longa e controversa operação militar que se misturou a disputas e atrasos ao longo do treinamento. Como resultado, nenhuma força brasileira estava preparada para partir antes do final de 1943.

Oswaldo Aranha provou ser o mais forte defensor da ideia de enviar tropas brasileiras à Europa o quanto antes. Para ele, o envio de uma força expedicionária era a maneira mais natural de expandir a aliança histórica entre Brasil e Estados Unidos. Ele argumentava que seu país se comprometera com os americanos em todas as áreas, exceto na esfera militar, mas que apenas tal compromisso poderia garantir a continuidade da ajuda dos Estados Unidos ao Brasil, sobretudo na industrialização do país.⁴ Aranha também afirmou que, além disso, o Brasil precisaria desempenhar um papel no policiamento da ordem pós-guerra na Europa se quisesse ter qualquer esperança de alcançar seus ambiciosos objetivos de longo prazo, fosse em termos de uma infraestrutura própria ou de sua posição na hierarquia da América do Sul.⁵ Aranha via a extensão da missão brasileira na era pós-guerra como a melhor oportunidade

para o país maximizar seus ganhos com os Estados Unidos. No centro do pensamento do ministro, em 1943, estava a noção de troca: os Estados Unidos apoiariam o Brasil nas questões regionais se este os apoiasse nas internacionais.

A formação de uma força expedicionária também teria o efeito potencial de reforçar as defesas do Brasil, tanto no Nordeste do país quanto ao longo da fronteira meridional com a Argentina. Em ambas as regiões, o apoio americano prometido seria vital para o fornecimento de armas e treinamento do Exército Brasileiro.

Em 9 de agosto de 1943, por meio do decreto 4.744, o Brasil criou formalmente a Força Expedicionária.⁶ O decreto previa uma força menor do que a originalmente planejada, mas, ainda assim, representava uma decisão histórica do governo brasileiro.

Foi amplamente antecipado que o contingente brasileiro, conhecido como Força Expedicionária Brasileira (FEB), seria enviado ao palco de guerra no Mediterrâneo. Comandantes americanos graduados torciam para que a FEB fosse designada a uma área já pacificada e que as tropas brasileiras tivessem pouco ou nenhum papel nas grandes batalhas que estavam por vir na Itália e no resto da Europa. Em visitas ao Brasil, oficiais dos Estados Unidos não tiveram uma boa impressão dos recrutas do Exército Brasileiro, de seu treinamento nem dos equipamentos antiquados. Quando o presidente Vargas despachou Dutra para Washington em agosto para fazer acordos de treinamento e aparelhamento da Força, o ministro da Guerra levou uma carta de Vargas ao presidente Roosevelt na qual o presidente brasileiro manifestava o desejo de que seu exército tivesse uma participação ativa na guerra. Roosevelt ficou impressionado com a oferta, mas seus assessores mais graduados aconselharam-no a encontrar um local tranquilo para os brasileiros fazerem sua contribuição ao esforço de guerra dos Aliados.

Em setembro de 1943, a força brasileira começou aos poucos a tomar forma — graças, em grande parte, ao apoio americano. Em um discurso em 7 de setembro para marcar o Dia da Independência,

o presidente Vargas proclamou: “Se os nossos soldados tiverem de participar de operações fora do Continente, não lhes faltarão condições morais e materiais para combater com eficiência e heroísmo. (...) Podemos desassombadamente afirmar que os nossos problemas bélicos não são problemas de homens; estes sobram, prontos a combater. Precisamos apenas de equipamento indispensável à guerra moderna. Mas também a esse aspecto material vamos fazendo face com o auxílio eficiente dos nossos leais e valorosos aliados da grande Nação industrial americana.”⁷ O Brasil, como Vargas havia muito afirmava, supriria as tropas se os Estados Unidos fornecessem o resto.

As negociações de Dutra em Washington, enquanto isso, pareciam caminhar bem. Os Estados Unidos assumiram total responsabilidade pela tarefa de aparelhar a Força Expedicionária Brasileira. Eles concordaram em enviar alguns equipamentos militares ao Brasil para fins de treinamento, mas a maioria seria transferida para os brasileiros quando estes chegassem à zona de combate. De início, houve alguma oposição nesse ponto por parte de altos funcionários americanos, para quem o aparelhamento de soldados brasileiros significaria privar as tropas americanas de equipamentos muito necessários. Contudo, os planejadores americanos acabaram decidindo que Vargas receberia suas armas, a despeito das possíveis repercussões para outras forças aliadas.

No entanto, mesmo que o Brasil fosse receber o equipamento, todas as armas e suprimentos seriam inúteis sem tropas para usá-los. Em seu discurso no dia 7 de setembro, o presidente Vargas descartou essa questão:

Felizmente, o Povo Brasileiro, bravo, altivo, cioso de sua honra, tem correspondido de modo edificante ao apelo das armas. A juventude, idealista e corajosa, sabe qual é o seu dever e acorre pressurosa ao chamado da Pátria. (...) O ânimo combativo dos jovens do Brasil é de excelente têmpera. Vibra nas manifestações de exaltação patriótica e se retrata na massa excepcional do voluntariado. As únicas dificuldades encontradas na mobilização pessoal

consistem no selecionamento dos mais aptos e menos necessários à vida econômica do país.⁸

Os brasileiros, declarou Vargas, corriam para se juntar à luta. De fato, o problema do Brasil não era a falta de soldados potenciais, mas sim o excesso.

Contudo, os comentários do presidente Vargas não eram precisos. Para começar, a questão sobre a melhor maneira de fornecer pessoal à Força Expedicionária era objeto de uma disputa interna contínua no Brasil. No cerne da questão estava a estrutura do Exército Brasileiro em 1943. Os integrantes de cada divisão quase sempre vinham da região onde a unidade estava sediada; e a maioria dessas divisões era baseada nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro. Logo no início, Vargas decidiu que seria injusto compromissar divisões específicas para a Força Expedicionária, pois isso sacrificaria de forma inaceitável as regiões de onde se recrutavam os integrantes dessas unidades. Tratava-se de uma decisão mais política do que humanitária: Vargas sabia que poderia incitar oposição à guerra se dependesse demais de certos segmentos da população. Ele também desejava, por razões políticas, que as tropas fossem recrutadas em todas as regiões do Brasil para ilustrar as características nacionalistas e unificadoras do Estado Novo.⁹ Assim, a Força Expedicionária foi composta por unidades de todo o país, e seus soldados eram uma mistura de diferentes regiões.

O fato de os integrantes daquelas tropas nunca terem trabalhado juntos era visto como uma vantagem: ajudaria na mudança para o modelo americano de treinamento — o qual, como os soldados logo descobriram, era muito diferente do brasileiro. Em outras palavras, os membros da Força Expedicionária se adaptariam aos novos métodos com muito mais rapidez do que se permanecessem inseridos em suas estruturas de comando e organização antigas.¹⁰

No entanto, além desses desafios estruturais, também havia o fato de que nem todos os brasileiros estavam dispostos a participar no

esforço de guerra, como afirmava Vargas. Quase nenhum dos soldados rasos havia viajado para o exterior antes. Quando os pilotos brasileiros chegaram aos Estados Unidos para o treinamento, seus instrutores americanos observaram que também era a primeira vez que a maioria deles saía do Brasil. Isso apresentava um problema para o recrutamento: a Força Expedicionária seria enviada para o exterior, e muitos brasileiros não queriam ir para uma zona de combate tão distante de casa. A evasão era bastante comum no Brasil, mesmo antes de o país ingressar na Segunda Guerra Mundial, mas o problema piorou muito em 1943, quando o Exército tentou recrutar homens para a Força Expedicionária. Além disso, mais de 40% dos que se apresentaram mediante convocação foram declarados inaptos para servir após exames médicos. Esse era um problema tanto para os soldados incorporados de outras unidades do Exército Brasileiro quanto para os novos recrutas.¹¹

A questão de quem chefiaria a Força Expedicionária Brasileira foi tema de muitos debates e rumores. Dutra sugeriu que ele deveria liderar o contingente e chegou a expressar essa vontade em público durante os encontros em Washington, em agosto de 1943. Vargas, contudo, recusou essa oferta. De acordo com fontes britânicas, a fofoca que corria no Rio de Janeiro era que o presidente preferia manter o antigo ministro da Guerra sob seu olhar atento para o caso de o Exército Brasileiro tentar, como os britânicos diziam, “imitar o desempenho de seus vizinhos ao sul [Argentina]”.¹² O único consolo de Dutra foi que o candidato sugerido por Oswaldo Aranha, seu rival político de longa data, também foi rejeitado para o cargo.¹³ No entanto, quando o ministro da Guerra conversou com seus generais sobre quem mais poderia liderar a Força, ele descobriu que apenas um dos oficiais graduados estava disposto a assumir o desafio. Foi assim que o general João Batista Mascarenhas de Moraes se viu no comando da excursão militar brasileira à Europa.¹⁴

A organização e o treinamento das tropas mostraram-se problemáticos desde o início. A condição proposta por Vargas de que

as tropas brasileiras só seriam enviadas à Europa se os Estados Unidos lhes fornecessem armas acabou sendo descumprida pelos militares americanos, que bloquearam o fornecimento acordado. Os Estados Unidos culpavam a falta de transporte pelo fracasso no envio dos armamentos.

A falta de armamentos teve um efeito grave e imediato no treinamento das tropas brasileiras. O general Mascarenhas de Moraes acabou concordando que suas unidades teriam apenas um treinamento básico no Brasil¹⁵ e não receberiam qualquer equipamento até chegarem à zona de combate. O treinamento básico seria concluído em meados de março de 1944, quando as autoridades brasileiras notificariam o conselho dos chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos. A Força Expedicionária, então, seria deslocada para a Europa, onde receberia treinamento adicional e seria equipada pelos Estados Unidos.¹⁶ Tudo isso demandaria tempo: em dezembro de 1943, o Departamento de Guerra em Washington previu que a FEB não estaria pronta para posicionamento no exterior até maio ou julho de 1944, no mínimo.¹⁷

Enquanto Washington mostrava pouco otimismo em relação às perspectivas das tropas brasileiras, o Rio de Janeiro estava ansioso para vê-las em ação o quanto antes, e em tantos lugares quanto possível. No primeiro semestre de 1944, oficiais brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para treinamento. Eles estavam, é claro, ansiosos para entrar em combate. Tanto americanos quanto britânicos observavam que as autoridades militares brasileiras pareciam ávidas para se envolver no conflito o mais cedo possível.¹⁸ Da perspectiva dos brasileiros, o tempo estava acabando, e havia uma possibilidade muito concreta de que a guerra terminasse antes que eles conseguissem fazer uma contribuição significativa ao esforço de guerra dos Aliados. Ainda assim, foi bastante difícil para os americanos avaliar quando exatamente a FEB estaria pronta para deixar o Brasil.¹⁹ E, quando ela o deixasse, os planejadores militares

dos Estados Unidos pretendiam, de fato, marginalizar essas tropas mal treinadas e — aos olhos deles, pelo menos — indisciplinadas.

Um brasileiro considerou quase impossível conter as críticas sobre a organização e o planejamento da FEB: o chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro.²⁰ E o relacionamento dele com o ministro da Guerra, Dutra, deteriorou-se enquanto os dois discutiam essas questões. Góes Monteiro queria tropas mais eficazes e bem aparelhadas. À medida que suas críticas públicas à organização da FEB aumentavam, Dutra começava a fortalecer a imagem de outros generais como possíveis sucessores do chefe do Estado-Maior. O fato de Góes Monteiro manter uma boa relação com Aranha, apesar de suas diferenças políticas, não o ajudou aos olhos do ministro da Guerra, que continuou sendo o arquirrival do ministro das Relações Exteriores. Essa decomposição lenta do relacionamento profissional entre Góes Monteiro e Dutra era um mau agouro para o Estado Novo, uma vez que os dois foram, sem dúvida, os principais arquitetos do regime.

Em dezembro de 1943, cansado e cada vez mais marginalizado, Góes Monteiro renunciou ao cargo de chefe do Estado-Maior. Sua carreira, no entanto, estava longe de terminar. Ele logo voltaria aos holofotes como ministro da Guerra em agosto de 1945. Contudo, o impacto imediato de sua renúncia foi enorme. A aliança com Dutra foi desfeita, e essa mudança, de início, pareceu fortalecer a autoridade do presidente Vargas sobre as forças armadas. Mas Dutra permaneceu uma figura muito poderosa, e os Estados Unidos ainda o viam de forma negativa: as autoridades americanas ainda destacavam seu suposto viés pró-nazista e sua preferência por adquirir armas da Alemanha em vez dos Estados Unidos. A presença constante do ministro da Guerra em conversas e negociações aumentava as suspeitas do Exército americano e o deixava desconfiado em relação à ideia de equipar as forças brasileiras.

Enquanto as lideranças militares brasileiras estavam preocupadas com a formação e o treinamento da FEB, o presidente Vargas estava igualmente focado nas consequências políticas da Segunda Guerra

Mundial para seu regime. Os militares brasileiros ficavam cada vez mais fortes, e Vargas estava ciente da ameaça potencial. Em um discurso para comemorar o sexto aniversário do estabelecimento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1943, o presidente enfatizou os temas da unidade nacional e da estabilidade interna, que ele considerava vitais para o esforço de guerra brasileiro. Seu discurso na inauguração do novo arsenal militar no Rio de Janeiro foi uma espécie de lembrete aos adversários para não criarem problemas. Vargas alertou:

Em circunstâncias assim difíceis, necessitando antes de tudo de estabilidade interna para garantir-nos lugar condigno entre as nações vitoriosas, seria erro e crime agitar a nação. Por isso mesmo, o governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril. A hora é de união, e para mantê-la não hesitaremos em usar meios enérgicos.²¹

No final do discurso, Vargas deu esperanças aos brasileiros que ansiavam pela democracia e, ao mesmo tempo, desafiou aqueles que não viam muito futuro para o Estado Novo no período pós-guerra.

Mais tarde, no mesmo dia, Vargas fez um segundo discurso, na inauguração do novo Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro — um edifício comercial que, segundo a embaixada americana, era o melhor da América do Sul.²² Nele o presidente afirmou que, “quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”.²³ O que esses “reajustes” podiam implicar, Vargas não especificou — mas a simples menção à possibilidade de mudança política sugeria que o presidente tentaria alinhar seu governo às mudanças de opinião pública no país, em vez de tentar passar por cima dela. Porém, o presidente dedicou grande parte desse segundo discurso ao tema do aumento do custo de vida no Brasil. Ele anunciou reajustes salariais para todas as classes,

inclusive as forças armadas, e concluiu fazendo um apelo aos brasileiros de todas as esferas para que contribuíssem com o esforço de guerra. De maneira reveladora, ele prometeu, mais uma vez, uma reforma política após a vitória na guerra.²⁴

A reação dos brasileiros aos dois discursos de Vargas foi, de maneira geral, muito positiva, apesar de os críticos não parecerem resignados a deixá-lo liderar o esforço de guerra sem perturbações políticas maiores. Como observaram os americanos: "Isso reflete um sentimento generalizado de que perturbações políticas internas seriam desastrosas para o país neste momento e que, portanto, Vargas não deveria ser aborrecido até o final da guerra."²⁵ Ao sinalizar a possibilidade de mudanças políticas no Estado Novo, Vargas também tentava assegurar sua posição no rescaldo da guerra, quando seus inimigos políticos com certeza não lhe concederiam um indulto igual.

Vargas tentava ganhar tempo. Ele entendia que a participação do Brasil na guerra levaria a demandas por reformas políticas internas e por um retorno à democracia. Ele poderia argumentar que aquele não era o momento ideal para esse debate, mas sabia que não podia evitá-lo para sempre. À medida que o Brasil envolvia seus jovens no esforço de guerra, a pressão popular sobre Vargas crescia, e suas declamações sobre reforma política — as quais, em essência, equivaliam a promessas de um retorno à democracia na era do pós-guerra — eram um sinal de que Vargas estava disposto a atender, em parte, o povo brasileiro.

Entretanto, tempo era exatamente o que Vargas não tinha. Enquanto o presidente tentava escorar sua posição política no país com aumentos salariais e promessas de reforma e ainda se envolvia com o treinamento e a instalação da FEB, a utilidade do Brasil para os Estados Unidos diminuía a cada dia. No final de 1944, os americanos já tinham descartado o uso da ajuda brasileira na potencial ocupação das ilhas portuguesas dos Açores. Após negociações complexas e por vezes difíceis entre o embaixador britânico em Lisboa e o líder português, António de Oliveira Salazar,

os Aliados chegaram a um acordo com Portugal: Salazar concedeu acesso às bases aéreas dos Açores aos britânicos. O acordo, assinado em 18 de agosto de 1943, permitia que os britânicos usassem as ilhas, que ainda eram de grande importância estratégica, como um depósito de suprimentos, como base para aviões na batalha em curso contra os submarinos no Atlântico e como ponto de apoio para a prevista invasão Aliada do continente europeu.²⁶

No fim de 1943, o diplomata americano George Kennan relançou negociações para um acordo com Salazar sobre o uso das ilhas pelos Estados Unidos que só seria fechado em 1944. Quando Washington garantiu o acesso às ilhas, a base aérea se tornou o foco de uma grande mobilização militar americana na preparação para a invasão da Europa. Com os Aliados acampados nos Açores, não havia necessidade de o Brasil desempenhar qualquer papel na defesa das ilhas. A hesitação do governo Vargas de se envolver nessa questão e a relutância de Salazar em sancionar um papel para a antiga colônia de Portugal na defesa das ilhas tornaram o Brasil ainda menos valioso, do ponto de vista estratégico, para os Estados Unidos.

Washington, contudo, ainda via alguma utilidade para o Brasil nessa frente. No final de 1943, os Estados Unidos pediram ao governo Vargas que convencesse Salazar a parar de fornecer tungstênio para a Alemanha. O tungstênio era um componente vital na indústria armamentista alemã, e Portugal era uma das principais fontes desse metal para o Reich. Em uma carta para o ministro das Relações Exteriores datada de 20 de setembro de 1943, os americanos explicaram a importância de restringir as exportações de tungstênio para a Alemanha:

A importância do tungstênio, uma liga de ferro usada na fabricação do aço, encontra-se em seu valor, como um item de abastecimento para as Nações Unidas e como um material estratégico para o Eixo. De acordo com dados confiáveis, as necessidades alemãs de tungstênio para 1943 foram reduzidas a 5.800 toneladas por meio de métodos rigorosos de conservação. Isso inclui as necessidades alemãs de tungstênio na fabricação de núcleos de carboneto de tungstênio. Para atender até mesmo esse consumo muito reduzido, a

Alemanha depende, em suas compras, da península Ibérica. (...) Se as aquisições alemãs em Portugal puderem ser minimizadas, há pouca dúvida de que as reservas alemãs talvez estejam exauridas por completo no fim do ano e que a produção alemã de munição perfurante seja seriamente frustrada.²⁷

Como o metal era tão vital para o esforço de guerra nazista, era também vital que os Aliados impedissem a chegada de mais tungstênio na Alemanha. Salazar, no entanto, recusava-se a cumprir as exigências dos Aliados. Em suas negociações com Ronald Campbell, em Lisboa, Salazar adotou a linha de que, se ele se recusasse a vender o tungstênio para os alemães, estes poderiam entrar no país e tomá-lo de qualquer maneira.

Os Estados Unidos esperavam que, dada a longa história do Brasil com Portugal, o Rio de Janeiro pudesse ajudar na questão dos Açores. Os americanos perguntaram a Aranha se ele estaria disposto a fazer com que o embaixador do Brasil em Lisboa abordasse o assunto com Salazar.²⁸ Aranha logo concordou, e, durante grande parte do início de 1944, o Brasil pressionou Salazar a parar de vender tungstênio para a Alemanha.²⁹ Como um brasileiro sugeriu: "Nossos soldados poderiam ser mortos em ação por canhões e balas feitos e fabricados usando tungstênio português." Contudo, Salazar deu pouca atenção aos pedidos brasileiros e continuou a vender o metal para a Alemanha até a véspera do Dia D.³⁰ Ainda assim, a percepção de que o Brasil estava fazendo alguma coisa para ajudar a causa dos Aliados acabou sendo mais importante do que seu fracasso em influenciar a decisão de Salazar.³¹

Não obstante os esforços de Aranha para aproximar Salazar da causa dos Aliados, os americanos tinham cada vez mais dificuldades para lidar com o ministro das Relações Exteriores. Caffery observou que, desde que o Brasil entrara na guerra, Aranha se tornara "cada vez mais difícil de lidar quando se tratava de questões econômicas".³² O ministro passava longos dias de trabalho no Palácio Itamaraty, ignorando os jardins bem tratados e o espelho d'água enquanto tentava orientar o Brasil na guerra e, ao mesmo

tempo, extrair o máximo que podia dos Aliados. À noite, ele muitas vezes oferecia jantares formais a diplomatas e líderes estrangeiros. Sua energia era impressionante — mas, talvez devido ao ritmo frenético de trabalho, ele estava ignorando tendências estratégicas importantes tanto dentro quanto fora do Brasil.

No final de 1943, Aranha permanecia totalmente comprometido com a estimada política de plena parceria com os Estados Unidos. Suas antenas políticas diziam-lhe que ele ainda era o líder brasileiro com quem Washington preferia lidar, o que sem dúvida ajudou a fortalecer seu comprometimento com os americanos. E, pelo que Aranha sabia, havia apenas dois pontos contenciosos entre sua nação e os Estados Unidos. O primeiro era o fato de que Washington havia tentado fazer o Brasil parar de vender borracha para o Chile no ano anterior, o que ofendera algumas pessoas no Rio de Janeiro.³³ Aranha acusou os americanos de tratar o Brasil como se fosse sua colônia, em vez de um parceiro em pé de igualdade. O momento havia passado, mas, em certa medida, o ministro tinha mais uma vez exagerado na disputa com os americanos. Em retrospecto, a intervenção dos Estados Unidos naquela venda deveria ter servido como um alerta para o ministro das Relações Exteriores e uma indicação da verdadeira natureza do relacionamento entre Rio de Janeiro e Washington. Não foi isso o que aconteceu. Oswaldo Aranha continuou a desejar uma parceria plena com os Estados Unidos depois que o Brasil envolveu suas forças armadas no combate em curso na Europa.

O segundo ponto de discórdia entre Brasil e Estados Unidos dizia respeito a algo denominado “lista proclamada” — em essência, uma lista negra que pretendia evitar a negociação de países estrangeiros com as potências do Eixo, sob ameaça de corte de laços econômicos com os Estados Unidos caso o fizessem. A lista proclamada foi apresentada pela primeira vez em julho de 1941 como parte do programa de guerra econômica contra indivíduos e empresas baseados fora das nações combatentes, mas que eram considerados pró-Eixo.³⁴ Diplomatas e agências de inteligência americanos foram

incumbidos de compilar a lista proclamada, e as implicações de ter o nome incluído nela eram enormes: as pessoas e empresas que dela constavam eram proibidas de fazer negócios com empresas ou indivíduos nos Estados Unidos. O Brasil, com sua grande população de imigrantes alemães, italianos e japoneses, foi duramente atingido por essa lista. E, dada a escassez de informações confiáveis, muitos indivíduos e empresas brasileiros que operavam de maneira legítima descobriram, no entanto, que estavam na lista.

Aranha nunca gostou da ideia da lista proclamada e disse, em mais de uma ocasião, que concordava com Washington em todas as questões, exceto nessa. Na verdade, o ministro das Relações Exteriores via a lista como um meio de os Estados Unidos substituírem empresas brasileiras por britânicas ou americanas.³⁵ Ele apresentou esse argumento a Caffery várias vezes, ressaltando que a maior parte das 265 empresas brasileiras originalmente inseridas na lista negra era propriedade de brasileiros ou tinha operado no país por um longo período, de modo que não poderia ser consideradas pró-Eixo.³⁶ Contudo, Caffery, assim como o restante do governo americano, mostrou pouca receptividade ao argumento de Aranha. As equipes de guerra econômica dos Estados Unidos tinham meios de apresentar provas concretas que embasavam suas suspeitas. E, embora essas provas fossem frequentemente incompletas ou fornecidas por cidadãos que tivessem feito negócios com as empresas delatadas por eles aos Estados Unidos (e que eram, portanto, bastante tendenciosos), os Estados Unidos mantiveram a lista negra.

Curiosamente, embora Aranha desconfiasse de maneira considerável dos motivos dos Aliados para estabelecer a lista proclamada, esse sentimento não afetou seu pensamento sobre o comércio entre Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha em um nível mais geral. Talvez ele devesse ter pensado melhor, pois a lista proclamada era um forte indício de que nenhum dos dois países estava de fato interessado numa parceria equitativa com o Brasil. Washington via o comércio com o país sul-americano como um

elemento da Política de Boa Vizinhança, mas também o considerava um meio de aprofundar a dependência brasileira em relação aos Estados Unidos.

Ao passo que Aranha continuava tentando desenvolver uma aliança entre os dois países, e enquanto o programa de treinamento para a FEB evoluía, Vargas também melhorava o próprio desempenho. Nos meses anteriores à sua partida para o retiro de verão em Petrópolis, em janeiro de 1944, o presidente esteve ocupado assinando um grande número de decretos destinados a aprimorar a economia brasileira. Ele também tentava fazer os brasileiros verem o lado positivo das dificuldades acarretadas pela guerra. Embora a escassez de alimentos e combustíveis fosse uma consequência direta do conflito, Vargas falava sobre os efeitos positivos para o Brasil, ou seja, o fato de que a aliança com os Estados Unidos permitia que o país iniciasse numerosos programas de obras públicas, melhorando aos poucos a infraestrutura de transportes, que começava a ligar as diferentes regiões do território nacional.

Enquanto subia a serra para seu retiro de verão em janeiro, Vargas também planejava refletir com seriedade sobre o futuro político de seu país. A maioria dos brasileiros agora exigia reformas democráticas quando a guerra acabasse. A grande questão que Vargas confrontava era até onde ele deveria — ou de fato poderia — ir ao prometer esse tipo de mudança política. Mas, dado que a partida iminente de muitos jovens brasileiros para a zona de guerra encorajava a população a exigir mais do governo em troca de seu sacrifício, Vargas considerava imprudente esperar muito mais tempo para dar uma resposta ao povo. Ele precisaria fazer uma declaração de suas intenções antes da partida dos soldados, que ainda estava programada para acontecer em meados de 1944.

A PROMESSA

NA NOITE DE 28 de janeiro de 1944, em meio a um verão sufocante, uma enorme multidão se reuniu em frente ao Theatro Municipal, no Centro do Rio de Janeiro. Grandes cartazes dos líderes das embrionárias Nações Unidas pendiam dos balcões do teatro: imagens em preto e branco do presidente Vargas, do presidente Roosevelt, de Winston Churchill e de Josef Stalin. À medida que o sol se punha atrás dos edifícios vizinhos, as sombras se alongavam e a temperatura começava a arrefecer. Luzes fortes iluminavam o prédio, realçando de forma dramática sua impressionante fachada em estilo europeu. Na praça Marechal Floriano, logo à frente, uma multidão barulhenta — a imprensa estimou a presença de cem mil pessoas — se mantinha animada entoando canções patrióticas.¹ O evento de que participavam fora organizado pela Liga de Defesa Nacional, uma associação civil patrocinada pelo governo brasileiro, para comemorar o segundo aniversário do rompimento relações do Brasil com a Alemanha e a Itália. Esses homens, mulheres e crianças compareceram para mostrar seu apoio ao esforço de guerra e aos líderes que o orientavam.

O principal orador do evento era Oswaldo Aranha, o homem que fizera o anúncio dramático sobre a nova política externa do Brasil dois anos antes. Naquele momento, dirigindo-se aos seus conterrâneos, o ministro recordou uma das principais razões para a decisão do Brasil de romper relações com Alemanha e Itália, convidando os brasileiros a continuarem a “batalha contra a Quinta

Coluna". O ministro das Relações Exteriores lembrou, também, que "o Brasil deve fortalecer ainda mais seus laços com as Nações Unidas, e nossa amizade com os Estados Unidos é inabalável".² O pronunciamento não trouxe nenhuma novidade para os cariocas, mas, ainda assim, eles o receberam muito bem e cantaram o hino nacional no encerramento do evento.

A manifestação de apoio popular na noite de 28 de janeiro era um bom presságio para o passo seguinte do Brasil: o engajamento de tropas no conflito que se desenrolava na Europa. No cenário doméstico, contudo, o povo brasileiro se encontrava sob uma pressão crescente à medida que a guerra se arrastava. Embora o Carnaval, a festa mais importante do ano no Brasil, fosse acontecer, como de costume, no final de fevereiro daquele ano, ele foi um dos mais pacatos da história.³ As autoridades locais não liberaram qualquer financiamento para as festas populares, e o chefe de polícia do Rio de Janeiro alertou que "qualquer pessoa do Eixo encontrada nas ruas ou em locais públicos de entretenimento será presa".⁴ Advertências semelhantes foram divulgadas também na imprensa local.⁵ Quando os cariocas voltaram ao trabalho após o Carnaval, muitos deles se depararam com aumentos drásticos no custo de vida. A situação piorara bastante durante o primeiro semestre de 1944 e ameaçava desestabilizar o governo Vargas, como a embaixada americana observou em um relatório apresentado ao secretário de Estado:

As reclamações e o descontentamento em relação à escassez de alimentos e aos preços altos estão agora tão generalizados que, se uma ação imediata e eficaz não for tomada para aliviar a condição das classes trabalhadoras, a insatisfação com o governo poderá se transformar em uma grave crise política para o presidente Vargas. As filas intermináveis, vistas dia após dia diante de açougues [e] depósitos de distribuição de leite, são uma fonte de irritação constante. Donas de casa e empregadas domésticas passam horas do dia em pé na fila, e as críticas ao presidente Vargas e a seu governo são tão disseminadas que afetam sua popularidade junto às massas.⁶

O encarecimento do custo de vida devia-se a uma série de fatores. Os aumentos salariais que Vargas anunciara em novembro do ano anterior foram anulados pela inflação. A especulação e a corrupção entre funcionários do governo, assim como os problemas estruturais — como a falta de um sistema de transporte moderno e a escassez de combustível —, se somaram para elevar os preços, afetando o brasileiro médio e aumentando o risco de instabilidade política no país.⁷

No início, o presidente não percebeu a gravidade da situação. Somente em março de 1944 é que ele prometeu tomar providências para combater os aumentos. Promessas mais específicas foram feitas para erradicar a corrupção e punir quem fosse pego auferindo lucros excessivos com a especulação. Com o país em guerra e tantos brasileiros se sacrificando, advertiu Vargas, tal egoísmo e criminalidade não seriam tolerados.

Ao voltar para o Rio de Janeiro após o retiro de verão, Vargas procurou outras maneiras de amenizar o descontentamento popular. Ele tentou melhorar o abastecimento de alimentos, sobretudo a escassez de carne e leite. Também elaborou um plano para acalmar a população que ansiava por mudanças políticas.

Durante sua estadia em Petrópolis, após reuniões com Aranha e outros ministros, Vargas concluiu que o Estado Novo não tinha condições de sobreviver na era pós-guerra. Dado o clamor popular por mudanças provocado pelo conflito, estava claro que o sistema político brasileiro precisava de uma reforma significativa. Agora, depois de voltar da serra e encontrar a população carioca agitada pelo agravamento da situação nacional, Vargas estava preparado para fazer uma declaração de grande impacto ao povo brasileiro sobre o futuro político do país.

O governo alertou os jornalistas internacionais e as agências de notícias na capital de que o presidente faria um discurso importante sobre o futuro do Brasil em abril de 1944. O momento do pronunciamento foi relevante: os primeiros soldados brasileiros estavam quase prontos para embarcar para a Europa, e Vargas havia

declarado em público que faria o anúncio sobre o futuro do país antes que a Força Expedicionária Brasileira deixasse o litoral. O treinamento da FEB corria bem, e os chefes dos Estados-Maiores dos Estados Unidos decidiram que a Itália seria seu destino final, confirmando que a força receberia mais treinamento e equipamentos quando chegasse à Europa. Dado o progresso das tropas, maio parecia o mês mais provável para o embarque da FEB. Por isso, Vargas precisava se apressar.

O presidente proferiu o tão aguardado discurso em 15 de abril de 1944, na cerimônia de inauguração da nova sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Embora a declaração tenha sido longa, ele falou com paixão e autoridade, aumentando a intensidade de sua retórica à medida que chegava à conclusão. Somente então Vargas proferiu as palavras que, como ele bem sabia, os jornais destacariam no dia seguinte:

No referente à nossa situação externa (...), se muito ainda nos resta combater, não é para evitar a derrota, mas para conseguir a vitória completa e obter efetivamente a reestruturação do mundo em bases mais humanas e justas, com respeito à soberania de todas as nações, grandes ou pequenas, militarmente fracas ou fortes. Cada povo poderá organizar-se segundo a própria vontade expressa pelos meios adequados à sua tradição histórica e aos imperativos de sua existência autônoma. (...)

Vamos agora lutar mais a fundo, empenhando a vida dos nossos jovens e bravos soldados ao lado dos gloriosos combatentes Aliados. Isto [sic] significa um acréscimo de responsabilidades que nos impõe a aceitação de maiores restrições nas comodidades normais da existência e exige disposições corajosas para enfrentar novos sacrifícios. Temos mantido exemplar coesão e a hora é de nos unirmos ainda mais, sobrepondo-nos às contingências transitórias e às preocupações egoístas. Quando está em jogo o destino nacional, o futuro da Pátria, não podemos deter-nos em agitações estéreis e compromissos formais. Qualquer ato ou palavra que lance dúvidas sobre os nossos objetivos maiores é disfarce de quinta-colunismo. O que urge é a vitória na guerra, e esta é a tarefa máxima.

Quando gozarmos outra vez os inigualáveis benefícios da paz, completaremos os órgãos institucionais que ainda não se acham funcionando. O povo, pelos meios mais amplos e livres, poderá, então, sem temores de

qualquer espécie, manifestar-se e escolher seus dirigentes e representantes, democraticamente, dentro da ordem e da lei.⁸

Informados com antecedência sobre a importância do discurso, os Estados Unidos esperavam uma espécie de discurso do Estado da União, mas o que Vargas falou foi muito mais incomum.⁹ Ao aludir diretamente à possibilidade de eleições democráticas no pós-guerra, ele dera um motivo de esperança para um número crescente de brasileiros favoráveis a reformas e sinalizara uma mudança importante e iminente na estrutura política do país. Embora Vargas já houvesse dado indicações de um retorno à política democrática após a guerra, o pronunciamento representou o compromisso mais direto que ele assumia com tal transformação política.

O embaixador britânico disse: “O discurso foi ouvido com apatia, mas as frases finais receberam aclamações delirantes, que duraram pelo menos dois minutos.”¹⁰ A imprensa, assim como a plateia de Vargas, ficou bastante entusiasmada. As manchetes de primeira página incluíam: “Presidente Vargas promete eleições depois da guerra”, “Voto livre para o cidadão” e “Base da democracia nos pensamentos do presidente Vargas.”¹¹ O *New York Times* mencionou o discurso como parte de uma reportagem detalhada sobre o Brasil, em 13 de julho de 1944, intitulada “Ajuda dos Estados Unidos ao Brasil estimula progresso”. O correspondente do jornal americano, Foster Hailey, foi um pouco mais cauteloso do que a imprensa nacional ao avaliar a promessa de Vargas e escreveu: “Não existe nenhum partido de oposição, mas há críticas abertas ao governo em cada botequim. O presidente Vargas, cujo mandato levou os brasileiros a cunharem a palavra ‘continuismo’, ou seja, a intenção de continuar no cargo, fez a promessa qualificada de que, após a guerra, eleições livres serão realizadas.”¹²

“Uma promessa qualificada” acabou por ser uma avaliação bastante precisa dos comentários de encerramento de Vargas. Críticos brasileiros do presidente sugeriram que ele desprezava a

política democrática e que sua promessa de eleições livres no final da guerra era apenas uma manobra política para desviar a atenção do público dos aumentos no custo de vida — e aplacar a insatisfação causada por eles.¹³ Na verdade, segundo o *New York Times*, o efeito real do discurso de Vargas foi “tirar qualquer empolgação que seus adversários políticos ativos porventura haviam acumulado em um passado recente”.¹⁴ No entanto, conforme advertia a embaixada americana no Rio de Janeiro “a situação alimentar não está melhorando em qualquer nível perceptível, e aqui, como em qualquer outro lugar, quando barrigas estão vazias, a agitação é sempre latente”.¹⁵

Em Washington, contudo, a promessa de Vargas foi bastante elogiada. Em um artigo no *Washington Post*, Sumner Welles escreveu:

Assim, o povo brasileiro tem agora a garantia solene de que irá, mais uma vez, desfrutar de autogoverno popular. Se é possível se aventurar a fazer uma previsão neste mundo incerto, eu profetizaria que, nos anos após o fim da guerra atual, as duas nações que mais progredirão com maior rapidez devido à capacidade de seu povo, aos seus vastos recursos naturais e à sua entrada em um período de expansão industrial acelerada serão o Brasil e a União Soviética.¹⁶

Ao comparar de maneira tão elogiosa o potencial econômico e geopolítico do Brasil com o da União Soviética, Welles elevava a classificação de um ex-remanso tropical a uma das grandes superpotências do mundo. Foi, sob qualquer prisma, uma afirmação notável que, embora não inteiramente correta no futuro próximo, seria presciente no longo prazo.

Os britânicos estavam menos otimistas do que os americanos quanto às perspectivas para a democracia brasileira. Por algum tempo antes e depois do tributo de Sumner Welles no *Washington Post*, os britânicos acreditavam que a imprensa dos Estados Unidos tinha uma tendência a “elogiar tudo que é brasileiro, assim como a

menosprezar tudo que vem da Argentina".¹⁷ Para eles, Welles e os americanos eram ludibriados com muita facilidade pelo presidente Vargas, cujos comentários — segundo os britânicos, pelo menos — representavam pouco mais do que uma tentativa de distrair os brasileiros da escassez de alimentos e dos aumentos de preços que ainda assolavam o país.¹⁸ Como a embaixada britânica no Rio de Janeiro alertara o ministro das Relações Exteriores do Foreign Office, Anthony Eden: "Os brasileiros, apesar de todo o seu gosto por dar e receber elogios, não são tolos e, no longo prazo, estão mais propensos a sofrer influência das circunstâncias do dia do que das memórias de expressões de louvor, a despeito da posição de comando que seus autores ocupem."¹⁹

Qualquer que tenha sido a atitude em relação ao discurso de Vargas, no entanto, os britânicos tinham em mente a relação pós-guerra com o Brasil durante a maior parte de 1944, antecipando os acordos comerciais potencialmente lucrativos que os dois países poderiam assinar. Parte desse cenário, sabiam eles, dependia do afrouxamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos, mas isso começava a parecer bastante provável. Londres sentia que, apesar das palavras calorosas de Welles, membros do regime de Vargas estavam arrependidos da aliança entre Rio de Janeiro e Washington e viam a Grã-Bretanha como um contrapeso à influência americana no país.²⁰

Fossem quais fossem os receios que certas autoridades brasileiras pudessem ter cultivado em relação aos Estados Unidos, um americano pelo menos ainda desfrutava de uma ótima reputação na capital brasileira: Sumner Welles. Embora ele tivesse deixado o Rio de Janeiro no início de fevereiro de 1942 e sido forçado a renunciar ao cargo de subsecretário de Estado no outono de 1943, sua presença ainda era sentida na América Latina. Ele foi, afinal de contas, o principal arquiteto da Política de Boa Vizinhança original e continuava a promover a política de estreitamento de laços com a América do Sul. À medida que a Segunda Guerra Mundial avançava

rumo ao fim — e à medida que as tropas brasileiras se preparavam para entrar no combate —, a falta de seu apoio retumbante ao governo Vargas era muito sentida no Rio de Janeiro.

Em junho de 1944, o mesmo mês dos desembarques do Dia D na Normandia, o primeiro esquadrão da FEB estava pronto para partir rumo à Itália. Em 4 de junho, os Aliados libertaram Roma, mas as forças alemãs continuavam bem posicionadas no norte do país, e era muito difícil desalojá-las. A topografia da Itália, repleta de montanhas e vales, favorecia os defensores, disciplinados e bem organizados; muitos deles eram veteranos com experiência em batalhas na frente oriental. Antes da partida dos primeiros 5.075 brasileiros a bordo do navio de transporte americano *General Mann*, toda a divisão de 25 mil homens que serviria na Itália marchou pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Os soldados ficaram animados pelo enorme número de cariocas que compareceu à passeata. Foi um evento ao mesmo tempo alegre e sombrio. A multidão fez o melhor que podia para animar as tropas, cuja maioria viajaria ao exterior pela primeira vez. Algumas moças no meio da multidão jogavam arroz, enquanto as mães mais velhas acenavam com lenços. Ver as primeiras tropas prontas para combate foi um pouco perturbador para muitos cariocas, porque trouxe para dentro de casa a realidade da guerra de uma forma que os blecautes e a escassez de alimentos e de combustível não fizeram.

Na verdade, foi uma demonstração muito pouco convincente do poderio militar brasileiro: as tropas, afinal, não estavam prontas para a guerra. Os soldados pareciam mal equipados. Os uniformes não eram nada adequados para o hostil inverno italiano: bibicos leves, roupas finas de algodão e mochilas pequenas, com espaço suficiente apenas para levar um lanche. Os fuzis que eles carregavam com orgulho nos ombros esquerdos pertenciam à época da Primeira Guerra Mundial e, à medida que a divisão marchava, pedaços das armas caíam, sujando as ruas com pequenos fragmentos de coronhas e, até mesmo, barris inteiros. Poucos exércitos na Segunda Guerra foram enviados tão mal equipados e treinados para uma

zona de guerra. A promessa dos Estados Unidos de treinar e equipar a força quando chegasse a seu destino era vital.

A escolha da Itália como destino para a FEB tinha sido feita no último minuto. De início, os Estados Unidos planejaram enviar as tropas ao Norte da África, mas as vitórias rápidas dos Aliados naquela região significaram que uma nova frente teria que ser encontrada. Houve alguma discordância entre militares graduados americanos e britânicos a respeito de onde a FEB deveria ser posicionada. Os britânicos não queriam ter nada a ver com a Força Expedicionária Brasileira, afirmando que ela atrapalharia as operações de combate. Eles a viam como pouco mais do que um ardil americano, destinado a mostrar que os Estados Unidos desfrutavam de apoio generalizado na América do Sul. No entanto, Washington prometera ao presidente Vargas que a FEB estaria envolvida em operações de combate e que seus membros receberiam o melhor treinamento e equipamento que os Estados Unidos tinham a oferecer — e essa promessa, por fim, venceu as objeções britânicas à participação do Brasil.

O desfile de despedida no Rio de Janeiro culminou com um discurso emocionado proferido pelo presidente Vargas, que acenava com duas pequenas bandeiras brasileiras enquanto a passeata passava em frente ao palanque. O discurso foi puro teatro brasileiro, cheio de alma e paixão, mas evitou qualquer menção às realidades difíceis enfrentadas pela nação. Vargas concluiu a fala relativamente curta dizendo:

Chegou a grande hora de honrar a Pátria.

Agredidos insólita e brutalmente, vamos vingar o sangue dos nossos patrícios, soldados e civis, mulheres e crianças, barbaramente massacrados pelos navios piratas dos países nazistas. (...) O nosso exército, que se cobriu de louros em feitos memoráveis, atravessará os mares para defrontar um inimigo tenaz e perigoso. (...) Todas as providências foram tomadas para que nada vos falte. Os vossos entes queridos — esposas, mães, noivas, filhos — aguardarão, confiantes, o vosso retorno. (...)

A Pátria tudo espera de vós e orgulha-se da vossa coragem consciente, da vossa dedicação.

Que a bênção de Deus vos acompanhe, como vos acompanham os nossos espíritos e os nossos corações, até o regresso com a vitória.²¹

As tropas e suas famílias não poderiam ter pedido uma despedida mais dramática. Contudo, a promessa feita por Vargas de que os soldados tinham tudo de que precisavam para realizar a tarefa soava vazia aos recrutas, cujas armas caíam aos pedaços em suas mãos.

Na noite de 30 de junho de 1944, Vargas subiu a bordo do *General Mann* para discursar para as tropas pela última vez. Usando o rádio do capitão, o presidente desejou boa sorte aos 5.075 soldados brasileiros que estavam no navio, enquanto Dutra — que acompanhara Vargas a bordo — se contentou em apertar a mão de alguns soldados.

Dois dias depois, os homens enfim partiram para a Europa. Às 5h30 da manhã de domingo, 2 de julho de 1944, o *General Mann* levantou âncora e, encoberto pela escuridão, zarpou em silêncio do porto do Rio de Janeiro em direção ao mar aberto. A mudança de destino, de Argel para Nápoles, causara alguns problemas de organização e, do ponto de vista logístico, os brasileiros também já pareciam assoberbados. Observadores americanos presentes no navio notaram que a primeira refeição a bordo demorou de cinco a seis horas para ser servida.²² Mas problemas muito mais graves estavam por vir: embora não tão infestado quanto esteve durante o auge da Batalha do Atlântico, o mar alto ainda permanecia cheio de submarinos alemães, e qualquer um deles teria se deliciado em enviar o *General Mann* e todos a bordo para o fundo do oceano.

Felizmente, a viagem transcorreu sem dificuldades — isto é, até perto do fim. Em 6 de julho, o navio de transporte de tropas cruzou o Equador e, em 13 de julho de 1944, sua tripulação avistou o estreito de Gibraltar. Contudo, enquanto o *General Mann* passava pelo estreito, o rádio do navio captou uma transmissão da BBC que informava os ouvintes sobre a expedição e o progresso do navio.

Desnecessário dizer que ninguém a bordo ficou impressionado com a explícita falta de preocupação com a segurança dos brasileiros por parte da Grã-Bretanha.

Enfim, no domingo, 16 de julho, o *General Mann* chegou a Nápoles, onde as tropas logo desembarcaram ao som de uma banda militar americana. No Rio de Janeiro, houve um alívio generalizado porque os homens tinham conseguido passar com segurança pelo oceano, evitando a ameaça dos submarinos alemães.

A chegada da primeira divisão de tropas brasileiras na Itália representou um triunfo para o presidente Vargas. A questão não era apenas a FEB garantir um papel maior do Brasil na guerra (e, portanto, no mundo pós-guerra), mas também que seus soldados receberiam treinamento gratuito dos Estados Unidos — experiência que serviria bem ao Brasil no longo impasse com seu rival latino-americano, a Argentina. De fato, enquanto a divisão começava seu programa de treinamento intensivo, a Força Aérea Brasileira (FAB) passava por seu próprio treinamento no Brasil. Parte dela seguiria em breve a FEB para a Itália, e pelo menos um de seus pilotos tinha o sangue do Estado Novo correndo nas veias. Entre os homens que treinavam com oficiais americanos estava o filho mais velho do presidente Vargas, o tenente Lutero Vargas. No início de outubro de 1944, cerca de quatrocentos membros da FAB se programavam para ir à Itália. Na mesma época, estava previsto o desembarque lá do segundo esquadrão de soldados brasileiros.

No entanto, o treinamento das tropas brasileiras não ocorria conforme planejado. O equipamento prometido pelos Estados Unidos demorou a chegar; então a Força precisou treinar com equipamentos brasileiros inadequados. Além disso, os soldados acharam os métodos do Exército americano muito diferentes daqueles experimentados no Brasil. Os militares americanos eram exigentes e impiedosos, e as cartas interceptadas de soldados brasileiros para seus entes queridos no Brasil eram sempre cheias de reclamações. O exército dos Estados Unidos, por sua vez, encontrava dificuldades em preparar os brasileiros para o combate.

Os americanos elogiavam as atitudes dos oficiais brasileiros e dos soldados, mas relatavam que seu entusiasmo muitas vezes pecava pelo excesso. Outro problema parecia ser a incapacidade dos brasileiros para lançar ataques coordenados com apoio da artilharia. Após um exercício no qual os artilheiros brasileiros abriram fogo com suas armas tarde demais e de forma imprecisa, o general Mascarenhas de Moraes foi forçado a admitir aos americanos que “pontualidade e precisão não são características naturais dos brasileiros”.²³

Ainda assim, o moral dos soldados brasileiros se elevou quando eles se juntaram a uma parte do Quinto Exército americano e se prepararam para sua primeira experiência de combate contra os alemães. Eles até inventaram um bordão para si mesmos: “a cobra vai fumar”. Demorou tanto para os Aliados concordarem com a participação da FEB e, depois, para os homens serem recrutados e treinados que muitos brasileiros acreditavam que a experiência nunca se concretizaria. Quando os soldados brasileiros foram para a guerra, eles ostentavam com orgulho nos ombros do uniforme um bordado da divisão recém-criada, que mostrava uma cobra fumando um cachimbo. A ironia do emblema pode não ter sido compreendida pelos comandantes americanos, mas seus compatriotas, no Rio de Janeiro, a entenderam perfeitamente.

Àquela altura, os americanos estavam muito menos alegres do que os brasileiros. O plano original do Brasil de enviar cem mil homens para lutar na guerra provou-se otimista demais: o Rio de Janeiro, desde então, reduzira esse compromisso a 25 mil soldados. Os Estados Unidos estavam ficando cansados do que consideravam exibicionismo e hesitação do Brasil; em reservado, os comandantes militares americanos temiam que os brasileiros fossem mais um fardo do que um trunfo em qualquer frente ativa do conflito. Por isso, tentaram mais do que nunca encontrar um local tranquilo para a FEB esperar o fim da guerra enquanto as outras tropas aliadas faziam seu trabalho.

Na verdade, Vargas não estava deixando de cumprir seu compromisso tanto quanto os Estados Unidos pensavam. Ele demonstrava forte apoio à Força Expedicionária Brasileira e, desde o início, quis que ela fosse composta de soldados de todo o Brasil. Pode não ter ocorrido a ele que alistar os integrantes da FEB a partir de tantas regiões diferentes resultaria em tamanha variedade a ponto de os oficiais e soldados terem pouco em comum uns com os outros.

Uma campanha de recrutamento não conseguira atrair voluntários extras para a FEB e, assim, Vargas havia se voltado para o serviço militar obrigatório. Essa atitude expôs profundas divisões no país e desmentiu o mito de que todos os brasileiros se orgulhavam de participar do conflito. Entre os jovens a princípio convocados para o serviço, muitos conseguiram evitar o alistamento mediante a apresentação de atestados médicos que descreviam problemas nas costas, nos olhos etc. Enquanto muitos brasileiros aplaudiam as tropas que partiam, a verdade era que a ideia de enviar a FEB à Europa nunca fora muito popular entre o povo brasileiro, sobretudo entre aqueles que tinham uma boa vida e teriam que deixá-la para trás. No abastado Centro do Rio de Janeiro, por exemplo, poucos jovens tinham apetite para arriscar a vida em uma guerra do outro lado do oceano. Em certo sentido, o desejo de Vargas se cumpriu: a FEB era diversificada. Entre os brasileiros que enfim fizeram a viagem à Itália havia bombeiros, eletricitas e historiadores, assim como um grupo de enfermeiras.

Funcionários do imenso edifício do Ministério da Guerra, na avenida Presidente Vargas, monitoravam com cuidado o progresso da FEB na Itália, e os primeiros relatórios não foram satisfatórios. Logo ficou claro que as tentativas americanas de enviar os brasileiros a uma frente relativamente calma e pacificada haviam falhado de maneira retumbante. Os combates na Itália, no final de 1944 e início de 1945, foram alguns dos mais intensos de toda a guerra. A tentativa aliada de expulsar os alemães durante o final do outono de 1944 não foi totalmente bem-sucedida; como resultado, a

FEB acabou participando de várias batalhas importantes, inclusive a de Monte Castelo, cujo resultado foi crucial para conseguir a rendição alemã na Itália.

Foram muitas as dificuldades vividas pelas tropas brasileiras. A correspondência dos soldados na frente de batalha para suas famílias no Brasil era frequentemente aberta e revelava tensões entre os soldados brasileiros e americanos. Até certo ponto, isso era o resultado da dissonância entre os métodos de treinamento intensivos e rigorosos que faziam parte do manual do Exército americano e dos hábitos militares dos Estados Unidos e os métodos de treinamento e protocolos do Brasil. Os brasileiros estavam acostumados a usar métodos mais descontraídos que caracterizavam grande parte do serviço militar em seu país. Mas a experiência de estar no campo de batalha logo os estressou. Embora houvesse poucos combates durante o rigoroso clima italiano, membros da FEB informaram que alguns soldados sofreram queimaduras de frio durante patrulhas. Eles não estavam familiarizados com a neve e o frio, que penetrava até mesmo seus novos uniformes de inverno fornecidos pelo governo Roosevelt.

Os americanos, ao menos, encontraram alguns motivos para parar de reclamar. Relatos ianques dos combates que envolveram forças brasileiras em setembro e outubro de 1944 registram que os brasileiros lutaram com coragem e cooperaram bem com o Exército dos Estados Unidos. Houve casos de pequenos avanços feitos pela FEB, e as forças brasileiras até mesmo fizeram alguns prisioneiros de guerra alemães. Em um relato típico das operações da FEB em setembro de 1944, o Exército americano informou: "Durante a primeira semana do combate, a FEB mostrou avanços admiráveis na frente. Os relatórios favoráveis da equipe de combate se deveram, em grande parte, à formidável atividade do pessoal da artilharia brasileira."²⁴

Nessas primeiras semanas de ação, a FEB ajudou a empurrar para adiante as linhas de frente dos Aliados, mas seus avanços foram limitados pela forte resistência alemã e pela chegada das chuvas

outonais, seguidas pelo início do inverno, que logo levou neve à região. Os problemas já conhecidos persistiam, ao lado das novas questões. Uma vez que a maior parte do treinamento dos brasileiros não ocorrera até sua chegada à Itália, os homens que chegaram ao campo de batalha durante o mês de setembro de 1944 não estavam inteiramente prontos para entrar em combate.

No fim de setembro, o ministro da Guerra brasileiro, general Dutra, chegou à Itália para inspecionar as tropas e discutir seu progresso com os oficiais de alta patente americanos. Se Dutra ainda ressentia a recusa do presidente Vargas em permitir que ele comandasse pessoalmente os soldados brasileiros, ele fez o melhor que pôde para não demonstrar — muito embora tal estoicismo nem sempre fosse fácil. Em 26 de setembro, Dutra e os oficiais superiores da FEB foram os convidados do tenente-general Mark W. Clark, comandante do Quinto Exército.²⁵ Durante as cerimônias, Dutra observou enquanto o general Clark apresentava medalhas da Legião do Mérito em nome do presidente Roosevelt aos altos comandantes brasileiros. Mais tarde, Dutra e sua comitiva foram até a linha de frente para fazer uma visita às posições brasileiras. Ao fim, o ministro da Guerra percorreu os hospitais aos quais os brasileiros feridos eram enviados. Os oficiais dos Estados Unidos observaram que a visita de Dutra e de outros oficiais brasileiros graduados teve um impacto positivo no moral da FEB, e o resultado foi, nas palavras de um americano, que “as atividades de patrulha ao longo de toda a frente da FEB aumentaram à medida que os brasileiros empolgados provocavam os alemães com tudo que tinham”.²⁶

A viagem de Dutra foi aclamada como um grande sucesso. Quando imagens de noticiários e fotos de sua visita às tropas na Itália chegaram ao Rio de Janeiro, o ministro da Guerra parecia, para muitos de seus compatriotas, um comandante em chefe. Ele começava a receber mais publicidade e aos poucos criava uma imagem própria, emergindo das sombras de Vargas. Ao menos por ora, o general continuou a jurar lealdade ao presidente, mas ele tinha suas razões para estar descontente. A FEB, embora cumprisse

seu papel, não era o sucesso que os integrantes do Estado Novo esperavam. Durante reuniões com altos oficiais do Exército americano na Itália, Dutra fora informado de problemas recorrentes entre os Exércitos dos Estados Unidos e do Brasil. Muitas dessas questões eram atribuídas a problemas de comunicação que assolavam a cooperação entre as duas forças, a despeito dos melhores esforços dos tradutores. Os americanos também avisaram Dutra de que o número de baixas brasileiras subiria de maneira drástica quando a ofensiva de primavera fosse iniciada em 1945.

A despeito dos problemas com a ida da FEB para a Itália, e embora o posicionamento estratégico das tropas transcorresse em uma escala muito menor do que a prevista no início, o presidente Vargas continuava a acreditar que a força representava a melhor oportunidade para o Brasil marcar sua posição na ordem mundial do pós-guerra. Na realidade, contudo, o Exército fora enviado ao campo de batalha tarde demais para alcançar os objetivos políticos ambiciosos estabelecidos pelo presidente. E, mesmo se a FEB tivesse chegado um ano antes, talvez não tivesse feito muita diferença na frente italiana. Embora os Aliados estivessem progredindo no Norte da Europa, os alemães estavam firmemente posicionados no norte da Itália, onde a topografia favorecia os defensores mais do que os opressores. Eles ocupavam posições elevadas, e os brasileiros e seus aliados americanos estavam na posição pouco favorável de precisar desalojar os inimigos com ataques frontais, a pé e morro acima.

A FEB se envolvera em combates muito mais ferozes do que os Estados Unidos planejaram. E, durante os estágios iniciais de seu posicionamento na Itália, os soldados brasileiros sofreram um número muito maior de baixas do que seus colegas americanos, que atribuíram esse fato à coragem dos brasileiros, mas também à ingenuidade deles. Ainda assim, os Aliados progrediam bem em outros palcos de guerra europeus, e era apenas uma questão de tempo até o Exército alemão ser esmagado — fosse nas colinas da Itália ou no coração do continente.

No Rio de Janeiro, crescia a preocupação com o período pós-guerra — e os problemas políticos do presidente Vargas se multiplicavam. Nos últimos meses de 1944, ele enfrentou uma crescente oposição ao seu governo por parte dos cidadãos cansados da situação econômica no país, e, à medida que as notícias de baixas brasileiras na Itália repercutiam no Brasil, a pressão por mudanças políticas aumentava. Curiosamente, nesse momento-chave, o faro político de Vargas — em geral muito aguçado, mas fraco após o seu acidente e a morte do filho — abandonou-o por completo. As decisões que ele tomaria nos meses seguintes abririam de fato a porta para os inimigos dentro e fora do regime. E talvez a decisão mais fatal de Vargas tenha sido sua escolha de retirar o apoio a um velho amigo: Oswaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores.

ADEUS A ARANHA

EM 22 DE AGOSTO de 1944, Oswaldo Aranha curvou-se sobre sua escrivaninha entalhada a mão no Palácio Itamaraty enquanto assinava uma carta personalizada após a outra. Todas eram dirigidas a diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro e abordavam a enorme agitação política que havia pouco sacudira a capital brasileira.

A última semana fora repleta de drama, tanto no Brasil quanto no exterior, mas o dia anterior tinha sido especialmente importante. Em 21 de agosto, as forças Aliadas chegaram aos arredores de Paris, ocupada pelos nazistas, iniciando a libertação da capital francesa. E, naquele mesmo dia, a milhares de quilômetros de distância, no Rio de Janeiro, Aranha renunciava ao cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Aranha estava cansado, irritado e magoado com os acontecimentos que o levaram a renunciar e queria apenas partir em silêncio para sua fazenda o quanto antes.¹ Sua última obrigação autoimposta era escrever aos embaixadores Aliados mais importantes baseados na capital, a fim de tentar tranquilizá-los e a seus governos de que a renúncia fora causada apenas por intrigas políticas internas e não representava qualquer redirecionamento da política externa do Brasil.²

Aranha considerava muitos desses embaixadores amigos pessoais e, embora ele tentasse ao máximo não mostrar sua decepção, o tom das cartas era quase fúnebre.³ Vários assessores estavam na sala enquanto o ex-ministro trabalhava; contudo, ele mal percebia a

presença deles, e ninguém falava por medo de quebrar o silêncio sepulcral.

A reviravolta no destino de Aranha tinha sido rápida e, para a maioria das pessoas, inesperada. Apenas alguns meses antes, ele parecia estar no auge do poder. O ano começara com um discurso para uma multidão admiradora de compatriotas em frente ao Theatro Municipal. Meses depois, ele se via afastado do Ministério das Relações Exteriores, sem glória, observando de fora enquanto as tropas brasileiras se preparavam para se juntar à guerra na Europa e levar ao ápice a política dele para o alinhamento com os Estados Unidos.⁴

De acordo com fontes britânicas no Rio de Janeiro, um dos catalisadores da queda de Aranha fora seu apoio ao estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética. O ministro da Guerra, Dutra, por sua vez, opôs-se terminantemente a essa decisão. Dutra, afinal, iniciara a campanha anticomunista no Brasil e já tinha grandes dificuldades em digerir a aliança com os Estados Unidos. Assim, o fortalecimento da relação com a União Soviética, o bastião do socialismo internacional, era demais para ele.⁵

Ao aproximar o Brasil da União Soviética, Aranha cometeu um equívoco em seu célebre juízo afiado. Durante grande parte do ano, o ministro das Relações Exteriores pressionara o governo por um estreitamento dos laços com o país comunista, alegando que se tratava de um parceiro na guerra contra o Eixo que provavelmente teria um papel importante na ordem internacional pós-guerra. Aranha não previa uma possível guerra fria entre o Ocidente e o Oriente. Em vez disso, ele via a União Soviética como um potencial parceiro comercial para o Brasil — uma nação a ser cortejada, não mantida a distância.

No entanto, esse passo em falso foi apenas a ponta do iceberg. As razões para a saída de Aranha foram, na verdade, muito mais complexas. Dutra não era a única autoridade brasileira com quem Aranha tinha atritos e, embora ao longo do tempo o ministro das Relações Exteriores tivesse sido capaz de confiar no presidente

Vargas para apoiá-lo, dessa vez ele descobriu que não havia ninguém para protegê-lo.

A queda de Aranha foi desencadeada pelo que se tornou uma briga por poder com o chefe de polícia. Foi um embate no qual o presidente Vargas, em última análise, optou por não intervir, abandonando Aranha a seu destino.⁶ Além disso, era possível reconhecer a mão dissimulada de Dutra no conflito. Parecia, enfim, que o ministro da Guerra tinha conseguido enfiar um punhal nas costas de seu arqui-inimigo.

Conversando com seu colega britânico durante uma recepção na embaixada dos Estados Unidos, em 23 de agosto, dois dias após a renúncia de Aranha, Jefferson Caffery descreveu como entendia as correntes políticas ocultas que levaram à renúncia do ministro das Relações Exteriores brasileiro. O embaixador americano falou em voz baixa, como se estivesse fornecendo informações secretas (não era o caso). Ele fazia pausas e pigarreava para produzir um efeito dramático. Caffery, obviamente, ainda sentia imenso prazer em ter acesso a informações que o embaixador britânico não tinha.

“Nos últimos meses”, contou Caffery ao embaixador britânico em tom conspiratório, “quando encontrei o ministro, ele se queixou de que estava sendo cada vez mais alijado de tudo, sobretudo dos assuntos internos, por um grupo determinado a se livrar dele.”⁷ Quando o embaixador britânico o questionou sobre os nomes dos ministros, Caffery respondeu: “O ministro da Guerra, o irmão do presidente, o ministro do Trabalho e o novo chefe de polícia.” Era uma lista poderosa que envolvia Dutra e seus aliados no governo, com destaque para o chefe de polícia, que gozava de imenso poder no país.⁸ O embaixador britânico pode muito bem ter revirado os olhos ao ouvir a menção ao nome de Benjamim Vargas: a embaixada, havia algum tempo, caracterizara o irmão do presidente como “pouco mais do que um gângster de alta classe”. Embora os britânicos não soubessem, Caffery tinha uma avaliação semelhante a respeito de Benjamim.

Caffery continuou: “A questão atingiu um ponto decisivo na semana passada, quando [Aranha] foi convidado para reassumir o cargo de vice-presidente da Sociedade Amigos da América.”⁹ Esta, segundo Caffery, pairava sob uma nuvem de suspeita no Rio de Janeiro e estava sendo investigada, por isso foi bastante surpreendente quando Aranha aceitou o convite. Ao saber disso, o chefe de polícia ordenou uma busca nas dependências da organização e, em seguida, trancou o local para evitar que Aranha fosse reempossado como vice-presidente. “O ministro das Relações Exteriores, é claro, considerou isso um insulto deliberado à sua pessoa e apelou ao presidente”, contou Caffery. Vargas, contudo, não levou o assunto a sério e disse ao ministro das Relações Exteriores para deixá-lo para lá.¹⁰

Aranha preferiu não esquecer a ofensa do chefe de polícia. Ele exigiu que o encontro da Sociedade Amigos da América fosse autorizado a ocorrer conforme planejado, uma demanda com a qual Vargas parecia propenso a concordar. Mas Aranha também exigiu que Vargas insistisse na renúncia do chefe de polícia — o que o presidente se recusou a fazer.¹¹

Esse foi o ponto de ruptura. Aranha notificou o presidente de que não poderia mais continuar em seu cargo de ministro das Relações Exteriores. Ele apresentou sua renúncia em 21 de agosto, mas não parou por aí. De acordo com Caffery, Aranha também começou a contar a seus amigos que “o presidente fora dominado por elementos fascistas no governo”.¹² Aranha sem dúvida compreendia que disseminar tais afirmações — sobretudo em tempos de guerra — seria considerado alta traição e que seria difícil para qualquer um, até mesmo para um aliado próximo de Vargas, cometer tal ato impunemente. Ainda assim, o ódio pelo chefe de polícia parece ter escapado de seu controle, uma vez que esses comentários foram apenas o começo de uma longa e amarga campanha difamatória contra seu antigo amigo.

Nos dias e semanas após ter apresentado o pedido de demissão, Aranha cometeu ainda mais ataques pessoais — e dolorosos — contra seu conterrâneo. Segundo relatos de Caffery para Washington, durante a crescente crise política Aranha parecia incitar o presidente Vargas, que, desnecessário dizer, ficou descontente quando a notícia das calúnias de seu ministro das Relações Exteriores chegou a seus ouvidos. Os comentários logo se transformaram em um ataque *ad hominem*: “Desde que Getúlio começou a pintar o cabelo, ficou gagá”, foi um comentário que Caffery relatou a seus superiores em Washington. “Getúlio tornou-se tão vaidoso que agora se acha alto e bonito” foi outro.¹³ A verdade, como Aranha bem sabia, era que o presidente retocava a cor do cabelo, era baixo e estava bastante corpulento, sobretudo após o acidente de carro em maio de 1942. Comentários desse tipo tinham o objetivo de ferir Vargas e, de maneira inevitável, ampliaram o abismo entre os dois homens.

Os comentários de Aranha eram sinal de uma profunda frustração com o rompimento da relação com o presidente e a saída do ministro do Palácio Itamaraty, mas também refletiam uma raiva crescente da reação de Vargas à sua renúncia. Como a maioria dos eventos políticos no Brasil naquela época, esse se desenrolou dolorosamente devagar, e o tempo entre o pedido de demissão de Aranha e a aceitação do presidente foi tudo menos curto. O que talvez mais tenha magoado Aranha — além, é claro, da recusa de Vargas de apoiá-lo frente ao chefe de polícia — foi o silêncio do Palácio Guanabara nas semanas seguintes à carta de demissão. Dessa vez, não houve repetição da crise política de 1938: Darci Vargas não fez as pazes com a família Aranha. Não houve advertências discretas de que “os dois gaúchos devem permanecer unidos”. Pelo contrário, o silêncio do Palácio Guanabara foi ensurdecedor.

Enquanto Aranha aguardava, irritado, os Aliados se perguntavam o que essa novidade poderia significar para o esforço de guerra. Ao explicar a renúncia do ministro das Relações Exteriores a seus

superiores em Washington, Caffery argumentou que se tratava de uma questão apenas política, sem qualquer ligação com a orientação da política externa brasileira.¹⁴ Essa avaliação foi baseada em informações privilegiadas que o embaixador recolhera de várias fontes: da carta que recebera de Aranha, é claro, mas também de conversas que tivera com o próprio ex-ministro.

Durante a crise, Aranha discutia os acontecimentos com Caffery, que anotava com cuidado tudo que o brasileiro lhe dizia e, ao mesmo tempo, tentava ajudá-lo a voltar aos trilhos — isto é, antes de ficar claro que o ministro das Relações Exteriores havia descarrilado por completo. Aranha, afinal, tinha sido um dos maiores defensores dos Estados Unidos dentro do Estado Novo, e não era possível saber como sua saída do governo poderia afetar o alinhamento internacional do Brasil. Com a ajuda do Departamento de Estado, Caffery correu para planejar a visita de Aranha a Washington para uma reunião com funcionários importantes do governo Roosevelt, incluindo o presidente. Caffery apostava que, quando Aranha voltasse ao Brasil, a crise teria dissipado e ele conseguiria permanecer em seu cargo de ministro das Relações Exteriores.¹⁵ Contudo, Aranha rejeitou a oferta de uma visita oficial, sob o argumento de que estaria representando um governo no qual ele já não acreditava mais.¹⁶

Caffery foi forçado a admitir que seus esforços para impedir a demissão do amigo seriam em vão. Por trás das portas fechadas da embaixada americana, havia a sensação de que, daquela vez, Aranha talvez tivesse exagerado o tom com o presidente Vargas. No entanto, por mais que temessem as consequências daquela ruptura para as relações entre Estados Unidos e Brasil, os americanos também permaneceram cautelosamente otimistas em relação ao comprometimento do Brasil com a causa dos Aliados. Caffery assegurou ao embaixador britânico: “Não prevejo qualquer mudança na política externa [brasileira] enquanto a guerra durar, uma vez que

essa política é, com efeito, a continuidade da guerra em cooperação com os Estados Unidos.”¹⁷

Tanto Washington quanto Londres logo receberam a garantia pela qual ansiavam. Em 7 de setembro, para marcar o Dia da Independência, o presidente Vargas fez um discurso no Rio de Janeiro sobre a política externa brasileira. Ficou claro que o pronunciamento pretendia, em grande parte, tranquilizar os Aliados. Durante a fala, Vargas disse:

O momento é oportuno para reafirmar nossos atos e princípios diante da Segunda Guerra Mundial. Nós nos empenhamos e continuamos empenhados em esforços de todos os tipos — econômico, militar e político — para ajudar nossos Aliados com a máxima potência e eficiência. E não é demais dizer que nossa intervenção direta no setor militar não data dos dias vitoriosos de 1944. Começou com o fornecimento exclusivo de materiais estratégicos, prosseguiu com a aparelhagem e o uso de bases marítimas e aéreas, passou para o serviço árduo de escoltar e defender comboios e culminou com a incorporação da Força Expedicionária Brasileira aos exércitos gloriosos que lutam pela libertação da Europa.¹⁸

Relembrando, assim, as contribuições do Brasil para o conflito, Vargas então prometeu apoio aos Estados Unidos na transição para a era pós-guerra e afirmou:

Estamos cumprindo, com rigor e entusiasmo, nossos compromissos e, conscientes de nossas responsabilidades, vamos continuar com nossa ajuda na guerra e com nossa colaboração diplomática necessária aos ajustes da paz.¹⁹

O discurso de Vargas funcionou. Os americanos não ficaram mais preocupados com qualquer mudança imediata na política brasileira que a renúncia de Aranha pudesse ter sinalizado, embora continuassem a sentir que isso poderia abalar suas relações com o Brasil no longo prazo. Caffery percebeu que o Brasil olhava cada vez mais para o futuro e que a saída de Aranha representava o primeiro passo na luta pela alma do país após a guerra.

Por sua vez, Dutra saiu da crise com sua autoridade intacta e até mesmo reforçada. Ele era inteligente demais para permitir ser considerado um assassino político; os principais vilões eram o chefe de polícia e Benjamim Vargas. Com a FEB entrando em ação na Itália, a visita do ministro da Guerra à frente italiana fez com que ele aparecesse nos noticiários com frequência. Sempre sisudo e de fisionomia inexpressiva, o ministro da Guerra começava a se permitir um sorriso ocasional. Aos poucos e de maneira calculada, ele se dirigiu ao centro do palco.

Da perspectiva de Dutra, a saída de Aranha causava apenas uma complicação: ela trazia o general Góes Monteiro de volta ao Rio de Janeiro. Após o desentendimento entre o chefe do Estado-Maior e o ministro da Guerra, e a conseqüente demissão do primeiro, Aranha convidara Góes Monteiro para se tornar o embaixador especial no Comitê Consultivo de Emergência e Defesa Política das Américas. Desde então, Góes Monteiro estava abrigado em Montevideu, Uruguai — onde ficava a sede do comitê. Assim, dado o favor que Aranha fizera a ele, era bastante possível que Góes Monteiro manifestasse apoio ao ministro das Relações Exteriores demitido.

Uma das cartas que Aranha assinara em 22 de agosto era endereçada a ele. Ao receber a mensagem, Góes Monteiro também anunciou a intenção de renunciar. O presidente Vargas logo mandou um telegrama para o Uruguai exigindo que o ex-chefe do Estado-Maior retornasse imediatamente ao Rio de Janeiro para conversar. A possibilidade de Góes Monteiro se juntar à oposição ao lado de Aranha era algo que o presidente queria evitar a todo custo.

A lealdade de Góes Monteiro aos militares, ao que parece, superou sua fidelidade a Aranha. De volta à capital, o ex-chefe do Estado-Maior procurou Dutra a fim de atualizá-lo sobre os sentimentos dos oficiais brasileiros. Ao longo da viagem de trem de Montevideu ao Rio de Janeiro, Góes Monteiro se reuniu com oficiais graduados das forças armadas baseados no Sul do país para sondar suas opiniões políticas. Agora, de volta à capital, ele explicava a Dutra que os generais eram a favor de reformas democráticas e queriam acabar

com o Estado Novo para substituí-lo por algum tipo de regime constitucional. Dutra sugeriu que, se esse fosse realmente o caso, seria prudente descobrir o que o presidente pensava sobre o futuro político do Brasil. As garantias públicas de Vargas sobre a reforma do pós-guerra não haviam convencido Dutra nem Góes Monteiro. Dutra ressaltou que ele não conseguia se lembrar se o presidente tinha discutido o assunto em particular e, muito menos, de ter assumido um compromisso formal com a democracia política.

Enquanto Góes Monteiro saía de sua reunião com Dutra, o ministro da Guerra encarregou-o de “descobrir quais são as intenções do presidente”.²⁰ Então, em 1º de novembro de 1944, quando Góes Monteiro encontrou Vargas, ele se viu representando não apenas os próprios interesses, mas também os de todos os militares brasileiros.

Trabalhando em seu gabinete no Palácio Guanabara enquanto aguardava o ex-chefe do Estado-Maior, o presidente percebeu que Góes Monteiro provavelmente não lhe traria boas notícias. Os dois entendiam que, embora a guerra estivesse apenas começando para o Brasil, seria provável que o conflito terminasse em algum momento no ano seguinte. Os meses à frente seriam decisivos para os Aliados, o Brasil, o Estado Novo e o próprio Vargas.

Quando Góes Monteiro chegou ao Palácio Guanabara, ficou claro para Vargas o que o futuro provavelmente reservava ao Estado Novo. O general começou apresentando ao presidente um relato de sua viagem pelo Sul e de suas reuniões com oficiais militares graduados de lá e do Rio de Janeiro. Em seguida, de forma dramática, Góes Monteiro proclamou: “Vim para acabar com o Estado Novo.” Vargas perguntou se Dutra apoiava essa posição, ao que Góes Monteiro respondeu que sim. Os dois principais pilares militares do Estado Novo estavam firmemente no campo dos democratas.

A declaração de Góes Monteiro foi suficiente para convencer o presidente do que ele já intuía: o Estado Novo não sobreviveria à guerra mundial. No entanto, o próprio futuro político de Vargas estava longe de uma definição. Será que ele aceitaria uma transição

ordenada para alguma forma de democracia? Em caso positivo, qual formato específico seria aceitável para ele? O próprio Vargas tentaria de alguma forma permanecer no poder? Se não, quem seriam os prováveis sucessores? Getúlio Vargas liderava o Brasil havia mais de uma década, e, sob seu governo, o país se transformara de um fim de mundo tropical e turbulento em um participante ativo e relativamente unificado da geopolítica global. Sem ele no comando, o que seria do Brasil?

O arquiteto legal do Estado Novo e ex-ministro da Justiça, Francisco Campos, foi um visitante frequente do Palácio Guanabara durante os meses que se seguiram. Ao se reunir com o presidente para assessorá-lo na elaboração de uma nova Constituição, Campos não poupou esforços. "Você precisa se adaptar", disse ele a Vargas, "e, a menos que abrace imediatamente a democracia e a liberdade de imprensa, ficará perdido."²¹

O presidente hesitou, parecendo paralisado pela enormidade da escolha que precisava enfrentar. Vargas se recusou a comprometer-se de maneira formal, mas sugeriu que Campos escrevesse um memorando delineando seus planos para a mudança constitucional. Quando Campos apresentou o texto completo ao presidente, suas recomendações eram radicais. Ele sugeria que Vargas concordasse com mudanças na Constituição de 1937, que havia introduzido o Estado Novo, ou permitisse a elaboração de uma nova Constituição. Caso Vargas escolhesse a primeira opção, Campos sugeria que uma Assembleia Constituinte aprovasse as alterações.

Vargas prometeu mostrar o memorando a Dutra. No entanto, ele não precisava ter se preocupado com isso: o militar já conhecia seu conteúdo. Quando o ministro da Guerra voltou a falar com o presidente, confirmou que apoiava todas as propostas de Campos.

A renúncia de Aranha e a nova abordagem do governo Vargas (que passou de um planejamento focado no presente para a elaboração de estratégias futuras da ordem pós-guerra) dominavam as conversas da alta sociedade carioca. Embora a imprensa ainda sofresse restrições naquilo que podia publicar, os cariocas sabiam

muito bem tirar as devidas conclusões. Poucos achavam que Vargas cederia o poder sem lutar, e menos brasileiros ainda acreditavam na amena troca pública de cartas entre Vargas e Aranha sobre a saída do ministro das Relações Exteriores, nas quais o presidente agradecia ao velho amigo pela ajuda ao longo de quase três décadas. A partida de Aranha para uma estadia prolongada em sua fazenda deu mais fôlego à intriga. Poucos achavam que Aranha desapareceria de vez, mas a volta de Góes Monteiro à vida política local aumentava o sentimento de incerteza e reforçava a sensação de que grandes mudanças estavam prestes a acontecer no Palácio Guanabara.

Aproximando-se das festas de final de ano, os brasileiros também tiveram motivos para especular sobre a realização do Carnaval em fevereiro de 1945. O aumento do custo de vida estava fugindo do controle. Apesar das promessas do governo de que os trabalhadores brasileiros enriqueceriam com a ajuda dos Estados Unidos e com a economia de guerra, ficou claro que a maioria se encontrava em uma situação pior do que a que vivia no início da guerra. E, embora os jornais estivessem cheios de matérias sobre as façanhas da FEB na Itália, o conflito parecia distante para a maior parte da população.

A popularidade do governo Vargas caíra ao longo de 1944 e não mostrava qualquer sinal de recuperação. Os adversários do presidente faziam circular rumores de que alguns componentes de sua comitiva, incluindo seu irmão mais novo, Benjamim, estavam usando a economia de guerra para explorar as massas e enriquecer. Alzira fez o que pôde para manter certas pessoas desagradáveis longe do pai, mas essa tarefa acabou sendo muito mais difícil na ausência de Aranha. Os britânicos observaram que "forças ocultas" começavam a dominar o círculo de amigos e assessores do presidente. O embaixador britânico se expressou da seguinte forma:

A facção inescrupulosa e maléfica de capangas cada vez mais ricos que se reúne de maneira inevitável ao redor de um ditador foi assegurando a seu

mestre que tudo estava bem e que ele nunca estivera tão firmemente instalado. Talvez iludido por essas garantias, talvez com um olho na vitória agora inevitável dos Aliados, o presidente Vargas enfim decidiu (com a reserva óbvia e necessária de que ele deveria permanecer no poder) que chegara a hora para ser concedida, no mínimo, uma sombra de representação democrática à população.²²

O papel desses inimigos internos era complexo, mas, se os britânicos estivessem certos, eles estavam tapando os ouvidos de Vargas para que ele não ouvisse as vozes do povo brasileiro e o assegurando de que o presidente conseguiria se manter no poder, desde que concordasse com algumas das demandas por reformas democráticas.

Vargas estava, de fato, entrando na órbita de certos agentes políticos poderosos. Ele não mostrava nenhuma indicação de que ouvia a oposição (categorizada por ele de comunistas ou fascistas), muito menos a poderosa Igreja Católica (na qual ele não confiava) ou os membros mais liberais de seu próprio regime (que, segundo o presidente, continuavam sendo aliados de Aranha). O único grupo em que Vargas confiou sem reservas ao longo de 1945 foram as forças armadas. Vargas sentia que Dutra, apesar de toda a sua discreta conspiração, mantinha-se fiel ao governo, e ele não via o ministro da Guerra como um rival em potencial para a Presidência.

O governo britânico compartilhava a opinião do presidente Vargas de que as habilidades políticas de Dutra eram bastante limitadas. Na tentativa de conhecer melhor o ministro da Guerra, Winston Churchill o convidara para ir a Londres após a visita às linhas de frente da FEB, na Itália, em setembro de 1944. Na capital inglesa, Dutra parecia ter se saído muito bem nas reuniões com as autoridades britânicas, que concluíram que ele estava firmemente instalado no campo dos Aliados. Ainda assim, os britânicos o descreveram de forma pouco lisonjeira:

Baixo em estatura e sem carisma. Ele é um soldado nato e um bom administrador com visão e inteligência limitadas, conservador, em vez de

reacionário, em suas tendências políticas gerais. Tem pouca familiaridade com o jogo duro da política e poucos amigos pessoais entre os políticos. Mas é um homem de determinação considerável e até mesmo obstinado.²³

Embora admirassem a capacidade militar do ministro da Guerra, ficou claro que ao menos os britânicos não o consideravam uma ameaça para Vargas.

O presidente, na realidade, pensava em Dutra como o verdadeiro oponente de um rival na luta pelo poder. No fundo, Vargas já considerava usar o ministro da Guerra como um cordeiro a ser sacrificado em qualquer eleição democrática que pudesse ocorrer no Brasil. Ele permitiria que Dutra concorresse à Presidência, na expectativa de que o povo brasileiro rejeitasse sua candidatura e exigisse que Vargas colocasse o próprio nome na cédula de voto. Dessa forma, o presidente poderia prometer que não concorreria à Presidência, privando a oposição de um objetivo comum antes da eleição. Era pura política maquiavélica, mas de um tipo que Vargas era hábil em empregar contra seus amigos e inimigos políticos.

O presidente entendia que Dutra estava ansioso para apresentar sua candidatura, sobretudo se Vargas parecesse apoiá-la. Além disso, todos nos círculos políticos do Rio de Janeiro sabiam que a esposa de Dutra, Santinha, era a mulher mais ambiciosa da cidade. A opinião dos britânicos sobre ela talvez a definisse melhor: “uma senhora enorme com um ódio passional pelo comunismo” e “uma mulher determinada e ambiciosa”.²⁴

Mas Vargas talvez tenha subestimado seu ministro da Guerra. Juntos, o senhor e a senhora Dutra formavam um dos casais mais importantes e poderosos da capital. Santinha era uma astuta manipuladora das redes de influência, certificando-se de que seu marido severo e entediante encontrasse todas as pessoas certas em eventos oficiais e privados. A falta de habilidade política do ministro da Guerra era compensada pela conhecida agressividade da esposa. Os planos de Vargas para manipular o general não levavam em

conta a influência dela — e eram, portanto, muito mais arriscados do que o presidente parecia acreditar.

O DESAFIO

A HORA FINAL se aproximava. No início de 1945, os avanços militares dos Aliados na Europa Ocidental e Oriental aceleravam-se. Em janeiro, a União Soviética lançou uma grande ofensiva que libertou Varsóvia, a capital da Polônia; em 7 de março, as tropas americanas cruzaram o rio Reno, em Remagen, e entraram na Alemanha. A derrota de Hitler parecia iminente. A última ofensiva alemã no Ocidente fora lançada em 16 de dezembro do ano anterior, culminando na agonizante Batalha das Ardenas. No entanto, essa tentativa desesperada de mudar a sorte da Alemanha fracassara, e era bastante provável que a guerra na Europa terminasse em meados do ano.

Foi uma época muito difícil para o presidente Vargas. Sua segurança parecia abalada, e tudo indicava que sua energia e capacidade de trabalhar longas horas estavam mais uma vez em declínio. Vargas refugiou-se no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, durante os meses de verão no início de 1945. Contudo, embora o clima mais ameno da serra fosse propício para clarear a mente, o presidente não conseguia escapar dos problemas. No topo de suas preocupações estava a ideia de acabar com o Estado Novo e restaurar alguma forma de democracia quando a Segunda Guerra Mundial chegasse ao fim.

Em busca de inspiração, Vargas fazia longas caminhadas solitárias pela cidade, que estava cheia de cariocas ricos donos de casas de veraneio e de diplomatas locais, entre eles o embaixador britânico. O presidente estava muito mais disposto a lidar com essas pessoas do

que com seus inimigos internos. Ele também fez questão de assinar o maior número possível de acordos com os Estados Unidos — para o comércio da borracha, do café e de qualquer outro produto que o Brasil tivesse para vender. Entretanto, seu processo de tomada de decisão parecia engessado quando se tratava de questões internas, sobretudo aquelas relacionadas a seu próprio futuro. Vargas, em uma atitude um tanto vaidosa, se convencera de que precisava governar o Brasil por, pelo menos, mais um ano após o final da guerra. Isso, segundo ele, lhe permitiria garantir que a nação conseguisse maximizar seus lucros com o conflito e também lhe daria uma chance de consolidar — com o apoio dos Estados Unidos — o recém-adquirido papel de destaque nos assuntos regionais e internacionais. Em público, Vargas não quis se comprometer com qualquer linha de ação relacionada à liderança do país, mas a maioria de seus adversários esperava que ele tentasse permanecer no poder o máximo possível.

Sem a possibilidade de se voltar para o velho amigo Oswaldo Aranha e com um círculo íntimo que parecia fraco e dividido, Vargas dependia cada vez mais de Alzira — e do marido dela, Ernani do Amaral Peixoto — para receber conselhos. A incógnita ainda era o irmão mais novo do presidente, Benjamim, mas Vargas parecia completamente cego às deficiências e à inabilidade do irmão. Durante crises anteriores, como em 1937 e 1938, Vargas conseguira recorrer a mentes muito mais brilhantes do que as que tinha à disposição em 1945. Francisco Campos e o general Góes Monteiro haviam abandonado, em diferentes graus, o séquito do presidente, e seus substitutos estavam mais preocupados em agradar o líder do que em desafiar suas decisões. Para piorar, esses bajuladores pareciam incitar Vargas a entrar em choque com seus compatriotas que exigiam um retorno à democracia. No início de 1945, era evidente que o presidente ainda tinha reservas quanto à instauração de uma democracia plena no Brasil, preferindo uma versão local que levasse em conta a cultura política do país.

Quase todos os dias, Vargas recebia informes da capital sobre pessoas que desafiavam sua autoridade — e os casos se multiplicavam. O presidente, no entanto, relutava em romper com a rotina de verão e voltar ao Rio de Janeiro, temendo que tal mudança pudesse ser interpretada como um sinal de fraqueza. Ele logo teria motivos para se arrepender dessa decisão.

A oposição reunida encontrou seu porta-voz durante a primeira conferência brasileira de escritores, cuja abertura ocorreu em 22 de janeiro de 1945. Dominado por comunistas, o encontro deu origem a uma lista de exigências, e a primeira delas era a realização de eleições livres e justas.¹ O que surpreendeu muitas pessoas não foram as demandas em si, mas sim o fato de que os participantes da conferência estavam confiantes o suficiente para desafiar de maneira aberta o presidente ao publicá-las.

A conferência dos escritores foi apenas o início de uma campanha para derrubar o cada vez mais isolado presidente Vargas. Algo muito pior aconteceu em 22 de fevereiro, quando José Américo, que se lançara candidato à Presidência pela oposição em 1937, publicou um artigo no *Correio da Manhã*. Esse texto equivalia, nas palavras do embaixador britânico, “ao ataque mais selvagem ao presidente Vargas e a seu regime já feito em muitos anos”.² O artigo articulava as políticas e as demandas da conferência dos escritores feitas no mês anterior e, ao contrário da lista original de exigências, não fora submetido à censura. O desafio estava lançado.

Os brasileiros esperaram ansiosos para ver como Vargas reagiria — e ficaram chocados com o resultado. O presidente havia instruído o DIP a não intervir e, assim, com uma espécie de estrondo político, anos de censura no Brasil chegaram a um fim dramático. O que se seguiu foi um caos previsível: artigos anti-Vargas surgindo em diversos jornais, exigindo sem medo que o presidente deixasse o cargo e permitisse a realização de eleições livres para a escolha de seu sucessor. A maioria dos autores desses textos eram inimigos políticos antigos do presidente, anteriores ao Estado Novo, que

esperavam a oportunidade para atacar. Contudo, um desses artigos foi diferente de todo o resto.

Um jornal brasileiro publicou uma entrevista com Oswaldo Aranha, na qual o ex-ministro das Relações Exteriores explicava as razões para sua renúncia. Desnecessário dizer que não foi uma leitura agradável para Vargas. Aranha afirmava que a política interna brasileira se imiscuíra na política externa e que, quando essa interferência se tornara grande demais, ele não teve muita escolha a não ser renunciar. Aranha se recusou a comentar sobre sua relação com o presidente, a não ser para dizer que, embora Vargas não fosse seu inimigo, o ex-ministro já não gostava de seu regime.³ A mensagem de Aranha ao velho amigo era clara: Vargas precisava implantar reformas ou corria o risco de se tornar irrelevante na esfera política, talvez até mesmo antes do fim da guerra.

Em seu gabinete no Palácio Rio Negro, Vargas leu o artigo escrito por José Américo e todos os outros que seus assessores nervosos lhe permitiram ver e refletiu sobre a melhor forma de agir. Ele não achava que poderia se submeter às demandas da oposição por eleições livres e abertas, mas sabia que não podia esperar mais para tomar uma decisão sobre isso. Vargas optou pelo que era, com efeito, um meio-termo: permitiu um voto, mas não o do povo brasileiro.

O presidente convocou uma reunião de gabinete completo no Palácio Rio Negro, exigindo que todos os ministros viajassem até Petrópolis para decidir o destino do Estado Novo. Tudo isso ia contra a intuição de Vargas: ele não gostava das reuniões de gabinete e das surpresas que, muitas vezes, surgiam nelas. De fato, quando iniciou a reunião, Vargas ficou surpreso com as recomendações de seus ministros. Uma a uma, as autoridades alertaram o presidente de que "o desejo manifesto por eleições públicas deve ser atendido".⁴

Ele prometeu pensar sobre esses conselhos, mas continuou a tentar ganhar tempo. Após a reunião de gabinete, emitiu um comunicado oficial assegurando aos brasileiros que as medidas

necessárias para alterar a Constituição seriam estudadas de imediato.⁵ Logo depois, em 28 de fevereiro de 1945, o governo anunciou que Vargas assinara a Lei Constitucional nº 9, convocando eleições livres que seriam agendadas no prazo de noventa dias. A emenda previa várias condições, incluindo, em uma atitude bastante corajosa, a privação do voto de todos os alistados nas forças armadas, com exceção dos oficiais.⁶ A emenda constitucional nº 9 também convocava eleições federais para presidente (o qual cumpriria um mandato fixo de seis anos) e parlamentares, bem como eleições estaduais para governadores e assembleias legislativas.

Nessa altura, o candidato indicado pela oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes, era o único que disputava oficialmente a Presidência. Gomes comandava as rotas e as bases aéreas no Nordeste brasileiro. Os Estados Unidos gostavam muito dele e o haviam convidado a visitar a frente de batalha no Norte da África em 1943. Gomes não era, contudo, uma escolha óbvia para a oposição. Os britânicos destacaram:

Ele é um grande patriota e um homem de integridade e decência inabaláveis, mas não é nenhum estadista, e só aceitou a nomeação após grande hesitação e porque nenhum outro candidato com qualificações morais parecidas estava disponível. Mas ele não tem programa, não é economista e, provavelmente, tem uma alma simples demais que o deixa fragilizado diante das intrigas do presidente e de seus amigos.⁷

Gomes também tinha outras desvantagens. Seus partidários eram um grupo diversificado de liberais, incluindo alguns políticos mais velhos, em sua maioria desacreditados, cujas carreiras haviam chegado ao auge na era pré-Vargas.⁸

Alguém que ofereceu apoio a Gomes quase de imediato foi Oswaldo Aranha. Sua adesão, no entanto, tinha valor limitado — para não mencionar que não era sincera. No fundo, o ex-ministro das Relações Exteriores esperava que Vargas se desse conta do que

estava acontecendo e se livrasse das “forças ocultas” que Aranha, como os britânicos, acreditava cercarem o presidente; então se livraria de Dutra e concorreria à Presidência em uma eleição democrática. Apesar de todos os defeitos de Vargas, Aranha achava que ele seria capaz de conseguir um grande apoio popular que nenhum outro político brasileiro — muito menos Gomes — poderia igualar. Por essa razão, e sem dúvida também devido à amizade de longa data, Aranha nunca cortou por completo os laços com Vargas. O divórcio político entre eles fora doloroso para ambos, mas Aranha nunca desistiu do presidente e, com certeza, não estava disposto a enfiar-lhe uma faca nas costas, como muitos outros no Rio de Janeiro estavam naquele momento.

Dutra, um assassino político mais motivado do que Aranha, concordou (um pouco depressa demais para o gosto de Vargas) com o pedido do presidente para que fosse o candidato do governo na eleição presidencial. A candidatura do ministro da Guerra foi anunciada de maneira extraoficial em São Paulo, em 15 de março de 1945, embora ele não pudesse aceitar a nomeação formalmente até 9 de agosto. Vargas ainda esperava que Dutra fosse descartado como inelegível e que, na crise que se seguiria, os brasileiros exigissem que ele próprio se candidatasse à eleição. O presidente também queria que Dutra dividisse o voto militar, já que a situação de Vargas se complicaria bastante se as forças armadas se unissem em torno de Gomes, que, como Dutra, era militar. Dividir os militares, concluiu o então presidente, também ajudaria a enfraquecer a influência dessa classe após as eleições.

A pronta aceitação da oferta de Vargas por Dutra foi um sinal claro de que este levaria a campanha a sério e não se considerava um suplente do presidente. No entanto, como Vargas esperava, Dutra fez pouco progresso nas primeiras semanas da campanha extraoficial, embora todos os ministros lhe declarassem apoio público. Sua oratória fraca e completa falta de carisma eram inadequadas a uma campanha eleitoral, e Dutra estava politicamente fora de sincronia com seu tempo: figuras da oposição sugeriam que

talvez ele fosse mais responsável do que qualquer outro pelo cancelamento das eleições anteriores e pelo estabelecimento do Estado Novo. Tudo parecia evoluir conforme planejado; Dutra estava dividindo o voto militar, como Vargas pretendia.

Enquanto tentava jogar seus inimigos internos uns contra os outros, Vargas continuava a liderar o Brasil em um momento complexo e de mudanças rápidas na história mundial. A saída de Aranha do Ministério das Relações Exteriores não alterara os objetivos de política externa delineados em seu memorando para a reunião de Vargas com o presidente Roosevelt em janeiro de 1943. Vargas, porém, tinha um novo objetivo: conseguir um lugar permanente para o Brasil no conselho mundial, uma missão que ajudaria a fortalecer a posição internacional do país. Mudanças no governo dos Estados Unidos também forçavam Vargas a repensar suas prioridades.

Durante a primeira parte de 1945, à medida que a guerra na Europa avançava a passos largos para o fim, uma série de mudanças ocorreu nos cargos mais altos do governo americano. Jefferson Caffery, embaixador no Brasil e confidente de Aranha (e, até certo ponto, também de Vargas), saiu do Rio de Janeiro em janeiro de 1945 rumo a Paris, onde se tornaria o representante de Washington na França recém-libertada do nazismo. Alguns segmentos da imprensa brasileira celebraram a partida de Caffery, porque o consideravam um representante do imperialismo americano.

Estava claro que a população brasileira começava a submeter os interesses dos Estados Unidos a um maior escrutínio à medida que a guerra chegava ao fim. Por algum tempo antes da partida de Caffery, o destino das bases americanas no Brasil após a guerra foi tema de debate intenso no Rio de Janeiro e em Washington. Na opinião de autoridades e militares americanos, uma vez que os Estados Unidos investiram muito na criação das bases aéreas e instalações marítimas, eles deveriam continuar a ter acesso irrestrito a elas em tempos de paz. Vargas achava que o Brasil deveria conservar o controle das bases — ele sabia que isso seria vital para

manter a superioridade militar brasileira na região durante o pós-guerra. O presidente, no entanto, parecia disposto a atender aos pedidos dos Estados Unidos para fazer uso de algumas das bases depois da guerra.

O momento da partida de Caffery — que coincidiu com a multiplicação dos desafios internos à liderança de Vargas — complicou ainda mais a situação do presidente brasileiro. Para começar, a saída do embaixador aniquilou a linha direta do presidente Vargas com Washington, além de aumentar as suspeitas mútuas nos dois países a respeito do estado das relações entre Brasil e Estados Unidos. Contudo, o substituto de Caffery na embaixada americana também acabou por constituir um problema por si mesmo.

Adolf Berle, o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, apresentou suas credenciais a Vargas em 30 de janeiro de 1945. Seus chefes em Washington o consideravam uma nomeação de alto nível, feita para bajular os brasileiros. Um colega diplomata o descreveu em termos hiperbólicos:

Ele tem uma mente inquieta, brilhante e independente, um complexo messiânico e uma convicção absoluta de que nasceu para consertar o mundo. Pronto para desafiar o Departamento de Estado em qualquer momento e em qualquer conexão, mas sem deixar de confiar, ingenuamente, que pode controlá-lo, ele precisa estar sempre no centro do palco.⁹

Em outras palavras, Berle era um intrometido, e sua presença no Brasil acabaria sendo tudo menos agradável para o presidente brasileiro em apuros.

A princípio, os brasileiros ficaram de fato lisonjeados com a nomeação de Berle, mas o embaixador logo atraiu uma onda crescente de críticas de várias esferas. Ele tinha muitas ideias inovadoras sobre as relações Brasil-Estados Unidos e sobre o regime de Vargas — uma das principais era a convicção de que o presidente deveria permitir a realização de eleições livres. Desde o primeiro dia

no país, o embaixador se empenhou para fazer isso acontecer por todos os meios possíveis. Para ele, não realizar eleições livres significaria um “desastre para o Brasil” e, em seu zelo, ele interveio de maneira tão pesada na política interna do país que conseguiu antagonizar tanto o governo quanto as forças de oposição.¹⁰ O Departamento de Estado percebeu isso e, antes do fim do ano, Berle seria chamado de volta a Washington para receber orientações. A imprensa brasileira especulou que essa decisão teria sido resultado direto da “intervenção indevida [de Berle] na política interna brasileira”.¹¹

A convocação de Berle de volta aos Estados Unidos estava relativamente distante no futuro quando Caffery saiu do Rio de Janeiro em janeiro de 1945, mas seu novo cargo não foi a única mudança no quadro de funcionários americano naquele momento-chave da guerra. No final de novembro de 1944, o secretário de Estado dos Estados Unidos com mais tempo no cargo, Cordell Hull, renunciou devido a problemas de saúde. A renúncia dele, somada à saída de Sumner Welles do Departamento de Estado, retirou do governo Roosevelt os principais arquitetos da Política de Boa Vizinhança. Hull e Welles foram os dois indivíduos que mais se esforçaram para prometer que — em troca do apoio do Brasil na Segunda Guerra Mundial — os Estados Unidos facilitariam as aspirações brasileiras nas esferas do desenvolvimento econômico e da criação de forças armadas modernas e bem equipadas. Agora, era uma questão em aberto se o Brasil ainda podia esperar tais garantias do governo americano.

As saídas de Hull, Welles e Caffery foram compensadas, em certo grau, por outra mudança em Washington: a promoção de Nelson Rockefeller para o posto de subsecretário de Estado para Assuntos das Repúblicas Americanas. Rockefeller continuava a ser um defensor inestimável do Brasil, em particular no que tangia a suas relações econômicas com os Estados Unidos. O problema era que, como resultado de sua promoção, as responsabilidades de

Rockefeller haviam aumentado muito, e o tempo que ele poderia dedicar ao Brasil ficou extremamente reduzido.

O sucessor de Hull como secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., acabou se mostrando uma complicação adicional para o Brasil. A princípio, ele parecia favorecer a manutenção de laços estreitos entre os dois países. Em uma visita ao Rio de Janeiro, chegou à cidade em um dia escaldante, na terceira semana de fevereiro de 1945, para uma reunião com Vargas. Trazia um presente pessoal para o presidente: um receptor de rádio de alta potência — o qual, como alegou de maneira sarcástica a imprensa, enfim permitiria a Vargas descobrir o que de fato acontecia no mundo exterior.¹² O presidente solicitou que a reunião ocorresse no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, e não na capital. Ele explicou a Stettinius que o Rio de Janeiro era intolerável para qualquer tipo de trabalho naquela época do ano. Só não mencionou que ele também mantinha uma distância saudável da oposição cada vez maior que se manifestava na imprensa carioca.

A comitiva do secretário de Estado subiu a estrada sinuosa da serra até chegar ao retiro de verão de Vargas. O presidente ficou satisfeito em receber um membro tão importante do governo americano, mas os dois tinham agendas diferentes para a reunião. Stettinius queria garantias de que, no pós-guerra, os Estados Unidos teriam acesso às bases que tinham ajudado a construir no Brasil. Vargas, por sua vez, exigia um assento permanente no conselho mundial. Nenhum dos dois fez qualquer promessa sobre esses temas.

Os dois discutiram com alguma profundidade a situação na Argentina e, em particular, a política americana em relação ao governo em Buenos Aires.¹³ Como Stettinius explicou a Vargas, os Estados Unidos esperavam concluir um acordo com a Argentina que faria o país entrar na guerra ao lado dos Aliados em troca da reconstituição das relações diplomáticas entre Buenos Aires e as capitais das nações Aliadas. Além da declaração de guerra à Alemanha e ao Japão, os Aliados também exigiam que a Argentina

realizasse eleições livres e tomasse medidas contra os elementos pró-nazistas no país — que, em 1945, eram mais numerosos do que nunca. À medida que a Alemanha desmoronava, nazistas começavam a chegar à Argentina, marcando o início de um êxodo que acabaria por conferir ao país a fama de porto seguro para os seguidores de Hitler.

O ministro da Guerra argentino, Juan Perón, sentindo que os Aliados estavam prestes a alcançar uma vitória total na guerra, temia que a Argentina ficasse isolada na ordem pós-guerra, a menos que atendesse às demandas dos Estados Unidos. Ela acabaria por declarar guerra à Alemanha e ao Japão em 27 de março de 1945; e Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, assim como os países latino-americanos, restaurariam relações diplomáticas plenas com a Argentina em 10 de abril.

Durante a reunião no final de fevereiro, o secretário de Estado americano enfatizou para Vargas o forte desejo de Washington de ver a Argentina realizar eleições livres no fim da guerra, e as implicações para o Estado Novo não passaram despercebidas pelo presidente brasileiro. Stettinius não chegou a fazer uma demanda semelhante ao Brasil, mas estava claro: o regime precisava passar por uma reforma para não perecer.

A cobertura da visita de Stettinius pela imprensa brasileira foi muito pouco lisonjeira. Uma série de artigos apontava para o fato de que, como os britânicos observaram: “A visita foi feita para pressionar o presidente e aumentar o controle dos Estados Unidos sobre o país, tanto do ponto de vista militar quanto do político.”¹⁴ No entanto, enquanto Washington parecia estar mostrando sua força no final de fevereiro, cheia de certeza quanto à direção que a guerra tomava e sua influência na era pós-guerra, essa autoconfiança logo seria abalada.

Em 12 de abril de 1945, Franklin Roosevelt morreu após sofrer um derrame. Sua morte recebeu enorme cobertura na imprensa brasileira: o *Correio da Manhã*, por exemplo, dedicou a primeira página inteira da edição de 13 de abril a essa notícia. Curiosamente,

a imprensa brasileira deu maior destaque à homenagem ao presidente Roosevelt feita pelo candidato de oposição, Eduardo Gomes, do que à feita por Vargas.¹⁵ Este último descreveu Roosevelt como o líder da democracia contra o fascismo nazista.¹⁶

O momento da morte de Roosevelt não poderia ter sido menos apropriado para o Brasil. Duas semanas antes, em 31 de março, militares brasileiros e americanos haviam assinado um documento secreto que definia os acordos militares do pós-guerra entre as duas partes.¹⁷ Era um documento detalhado, cujo objetivo era determinar a mecânica de cooperação militar do pós-guerra. Contudo, com a morte do presidente americano, havia um risco real de que esses avanços fossem subvertidos.¹⁸

Apesar das garantias vagas do novo governo em Washington de que as políticas para o continente americano estariam em consonância com as de Roosevelt, havia no Rio de Janeiro um sentimento de que os brasileiros tinham perdido seu aliado na Casa Branca. Os jornais recordaram com nostalgia os momentos mais importantes do relacionamento de Roosevelt com o Brasil, focando, como seria de se esperar, nas reuniões com Vargas.¹⁹ Para este, a morte de Roosevelt seria um golpe não só nas relações do Brasil com os Estados Unidos, mas também no tênue controle que o presidente brasileiro ainda tinha do poder. Roosevelt estivera mais preocupado com a política externa do Brasil do que com o sistema político interno do país, mas agora — como a recente visita de Stettinius deixara claro — a postura de Washington parecia estar mudando. Vargas poderia esperar que os desafios internos a seu governo também se multiplicassem.

Pelo menos ele ainda tinha a FEB. As contribuições das tropas na frente de batalha italiana eram, talvez, a última e melhor oportunidade para o presidente recuperar algum apoio interno e maximizar os lucros militares e econômicos proporcionados pelos Estados Unidos. Os combates na Itália recomeçaram em fevereiro de 1945, com uma ofensiva aliada que testemunhou a participação da

FEB na Batalha de Monte Castelo — na qual as forças alemãs se entrincheiraram em terreno elevado e resistiram ferozmente. No entanto, ao contrário dos confrontos anteriores com os veteranos empedernidos pelas batalhas na frente oriental, os brasileiros que lutaram em monte Castelo em 1945 não enfrentaram a elite da máquina de guerra nazista. Muitos dos soldados alemães baseados naquela região eram jovens em seu primeiro combate ou homens mais velhos e inexperientes.²⁰ O oficialato alemão, por sua vez, era constituído, naquela altura da guerra, sobretudo por sobreviventes da frente de batalha russa, muitos dos quais estavam exaustos e sofriam com as cicatrizes mentais daquela campanha brutal.

Os brasileiros, talvez pela primeira vez na guerra, encontravam-se em relativo pé de igualdade com o inimigo. Os soldados da FEB viajaram para a Europa bastante despreparados e receberam treinamento de combate adequado do Exército americano só depois de chegarem à Itália. Embora ainda muito inexperientes, as tropas brasileiras também foram prejudicadas pela liderança inadequada. O corpo de oficiais brasileiro parecia, às vezes, muito ansioso para agradar e não conseguia entender que a guerra quase nunca transcorria como o planejado. Os oficiais, assim como o presidente Vargas, queriam resultados rápidos para mostrar o tamanho de sua contribuição ao esforço de guerra dos Aliados. Essa vontade, por vezes, manifestava-se em estratégias de batalha agressivas demais — e com muitas baixas nas forças brasileiras.

Foi somente em 21 de fevereiro, após vários ataques fracassados, que a FEB ocupou o monte Castelo. A tomada do monte era um dos principais objetivos dos Aliados na ofensiva italiana da primavera de 1945, mas, para alcançá-lo, a FEB perdera várias centenas de homens, e muitos outros ficaram feridos. Apesar dessas fatalidades (ou talvez por causa delas), a Batalha de Monte Castelo representou a contribuição da FEB na Itália mais do que qualquer outro confronto. Os cumprimentos enviados às forças brasileiras pelo general Clark foram muito comentados. No Rio de Janeiro, a cobertura foi igualmente efusiva. A edição especial do jornal *Cruzeiro*

do Sul dedicou toda a primeira página à “conquista do monte Castelo”.²¹ O *Correio da Manhã* publicou a manchete “A grande vitória brasileira na Itália” e relatou as dificuldades que a FEB enfrentara para assumir o controle do monte.²² Homenagens à Força Expedicionária Brasileira por oficiais americanos no campo também receberam ampla cobertura.

A batalha representou, em certo sentido, a maturidade da FEB, mas as tropas pagaram um preço alto por esse sucesso. As baixas brasileiras excederam as dos alemães em uma proporção de mais de dez para uma. Durante uma tentativa fracassada de tomar a colina, a FEB perdeu quase 150 soldados para um pouco menos de vinte mortos ou feridos alemães.²³

Ainda assim, foi um momento inebriante para os militares brasileiros. Em abril de 1945, o general Mascarenhas de Moraes recebeu a primeira rendição incondicional de uma divisão alemã na Itália. Esse foi um prelúdio para a rendição de todas as forças alemãs em território italiano em 2 de maio de 1945, apenas dois dias depois do suicídio de Adolf Hitler em Berlim e cinco dias antes de toda a Alemanha se render aos Aliados em 7 de maio de 1945. Os alemães arrastariam o combate contra os soviéticos por mais dois dias até enfim sucumbirem em 9 de maio de 1945.

O Exército, a Força Aérea e a Marinha do Brasil tinham ganhado o respeito de seus comandantes americanos. Da mesma forma, a tensão inicial entre soldados dos Estados Unidos e brasileiros dera lugar à amizade e ao respeito mútuos. No Rio de Janeiro, os comandantes militares foram rápidos em aproveitar o sucesso da FEB para aumentar o próprio poder político e a influência sobre os políticos.

A FEB se saíra muito melhor do que o esperado, mas a importância de seu papel na campanha italiana foi — e ainda é — muito controversa. Embora os combates dos quais as tropas brasileiras participaram tenham sido, de fato, importantes, eles nunca foram decisivos: a campanha na Itália teria sido bem-

sucedida com ou sem a contribuição da FEB. No entanto, foi uma marca de excelência para os militares do Brasil que, embora o plano inicial dos Estados Unidos tivesse sido a marginalização das tropas brasileiras durante o conflito, eles haviam cumprido seu dever no campo de batalha e até marcado alguns pontos na luta contra os alemães. A principal razão para esses sucessos, além da coragem dos integrantes da FEB, foi o extenso treinamento que as tropas receberam ao chegar à Itália. O ressentimento inicial dos brasileiros em relação aos métodos rigorosos do Exército americano foi ofuscado pelo orgulho que sentiram por se tornarem uma força de combate disciplinada que se sacrificara pela causa dos Aliados como qualquer outra. Dos 25.300 soldados brasileiros enviados à Itália, a maioria participou de combates. No fim da guerra, 451 brasileiros tinham morrido e quase dois mil ficaram feridos em combate ou em acidentes de treinamento.²⁴

O primeiro esquadrão da FEB voltou para casa em 18 de julho de 1945. Milhares de cariocas se reuniram no Centro do Rio de Janeiro e, em um frenesi, agitaram bandeiras brasileiras para saudar os heróis que retornavam. O presidente Vargas liderou esse imenso comitê de boas-vindas, bastante consciente de que o retorno triunfal da FEB ajudava a melhorar seus próprios prognósticos políticos. O desfile da vitória que se seguiu ao desembarque das tropas contrastou de maneira acentuada com o desfile de despedida no ano anterior. Os homens da FEB exibiam equipamentos e uniformes americanos, o que os fez parecer um exército estrangeiro em seu próprio país. Modernizada, bem treinada e disciplinada, a força mal se assemelhava ao grupo maltrapilho que partira da capital em 1944.

No entanto, os soldados receberam uma notícia frustrante após a recepção inicial no Rio de Janeiro: a FEB foi imediatamente dissolvida e seus membros foram enviados de volta aos regimentos originais espalhados pelo Brasil. Os americanos também ficaram decepcionados, pois tinham a esperança de que a força permaneceria na Europa e ajudaria na ocupação dos territórios

libertados. Na verdade, a decisão de Vargas de retirar as tropas brasileiras da Itália o mais depressa possível acabaria se revelando um grande erro: ao sair da Europa antes que os Estados Unidos tivessem sentido que o trabalho acabara, o presidente alijara o Brasil de boa parte dos espólios econômicos da guerra — e das recompensas políticas que os americanos começavam a distribuir a seus aliados.

Nesse meio-tempo, os lobos rondavam a porta de Getúlio Vargas. Enquanto ele ainda procurava uma maneira de permanecer no cargo para controlar os primeiros passos do Brasil em tempos de paz, uma transição ordenada parecia ser uma perspectiva distante.

PARTE SEIS:
A MELANCOLIA DO PÓS-GUERRA

A SAÍDA

NA NOITE DE 29 de outubro de 1945, Vargas estava sozinho em seu gabinete no Palácio Guanabara. A situação parecia desesperadora.¹ Tanques e pequenos veículos blindados estavam estacionados diante dos portões da residência presidencial, bem como em cruzamentos estratégicos do Rio de Janeiro. Havia soldados perto o bastante do gabinete para que Vargas conseguisse ouvir os estalos de seus rádios e os insultos que volta e meia eles trocavam com os guardas recrutados pelo irmão mais novo do presidente, Benjamim Vargas. Não havia como escapar, e o Exército estava bastante unido e firme, o que era incomum. Os oficiais pretendiam tirá-lo do poder e, após chegarem até aquele ponto, era improvável que recuassem.

Dutra chegara mais cedo para tentar fazer algum acordo, mas o ministro da Guerra encontrara o presidente sem nenhuma disposição para recuar.² Enfim, o chefe do Estado-Maior do Exército foi enviado para se encontrar com Vargas e lhe entregar formalmente uma mensagem das forças armadas exigindo sua renúncia imediata. Em troca, os militares ofereciam a ele e à sua família uma passagem segura para fora do palácio e de volta à fazenda no Rio Grande do Sul. Mais tarde, Dutra lamentaria essa oferta, perguntando-se por que o presidente não fora enviado para o exílio político no exterior. Contudo, para Vargas, naquele momento, a ideia de ser escoltado para fora do Palácio Guanabara como um criminoso comum era sem dúvida muito dolorosa.

Quando começou a escrever uma breve carta de demissão, que fazia parte do acordo para garantir a saída escoltada do palácio, o presidente não conseguiu deixar de refletir sobre os meses anteriores e se perguntar o que dera errado. O fim da guerra na Europa, e mais tarde no Japão, fora celebrado com alegria no Rio de Janeiro e no resto do Brasil; a população esperava que isso aliviasse a escassez de combustível e de alimentos. No entanto, quando as celebrações terminaram e as bandeiras foram guardadas, ficou claro que o país ainda vivia uma crise política, que precisaria ser resolvida para que o cotidiano brasileiro pudesse voltar de fato ao normal.

A questão das eleições presidenciais era a que mais causava discórdia entre as diversas forças que disputavam o controle do Brasil: aqueles leais a Vargas, a oposição e os militares. Os pontos mais importantes que permaneciam em aberto eram se o presidente permitiria que as eleições fossem realizadas até o final do ano, como prometera, e se ele seria candidato. Em julho de 1945, em um discurso em Santos, São Paulo, Vargas tinha prometido que as eleições seriam conduzidas de forma justa na data prevista e também havia declarado mais uma vez que não tinha interesse em se candidatar.³

De acordo com pessoas próximas ao presidente, Vargas realmente pretendia cumprir o que dissera em julho. Ele estava cansado e, por isso, queria realizar as eleições e entregar a Presidência de forma ordenada a seu sucessor eleito.⁴ A oposição, no entanto, não levava a sério sua promessa e afirmava que o regime manipulava a instabilidade interna do país para impedir que o pleito ocorresse. Além disso, muitas figuras da oposição queriam se vingar de Vargas e tirá-lo do poder antes de qualquer votação.⁵

Na origem dos temores de muitos opositores estava o surgimento do movimento queremista no quadro político brasileiro. O movimento era assim chamado por causa de seu bordão, "Queremos Getúlio". Muitos membros eram associados ao Partido Comunista ou ao Partido Trabalhista e se opunham aos candidatos

militares que disputavam a eleição presidencial, preferindo manter o atual líder e permitir que ele supervisionasse reformas mais graduais e limitadas. O movimento queremista também defendia o adiamento da eleição presidencial e afirmava que o Brasil deveria, em vez disso, organizar uma Assembleia Constituinte, que trabalharia com Vargas para promulgar as alterações necessárias na estrutura política do país.⁶ A oposição, por sua vez, alegava que partidários do regime Vargas haviam se juntado aos queremistas para tentar evitar que a eleição presidencial fosse realizada. A embaixada britânica, monitorando de perto os desenvolvimentos políticos internos no Brasil, parecia compartilhar dessa avaliação a respeito dos queremistas:

Essas pessoas eram, em sua maior parte, arruaceiros ou, na melhor das hipóteses, trabalhadores inteiramente ignorantes e analfabetos, recrutados por Benjamim Vargas e sua quadrilha, que começaram a encenar ruidosas manifestações, primeiro no Rio de Janeiro e, em seguida, em outras partes do país. Não há dúvida de que o próprio presidente encorajou ativamente esses elementos, tanto por razões de vaidade pessoal quanto para mostrar que, embora houvesse pressão para que ele ficasse, como um verdadeiro democrata, o presidente ainda propunha se aposentar e cultivar repolhos no Rio Grande do Sul.⁷

Diante de uma manobra tão óbvia para fortalecer o regime, era compreensível que a oposição desconfiasse da recusa do presidente em concorrer em qualquer eleição presidencial.

Além disso, se Vargas se declarasse candidato, era cada vez mais provável que ele saísse vitorioso. Como ele esperava, a campanha de Dutra parecia enfrentar sérios problemas no inverno de 1945. Para piorar as coisas para ele, o presidente, de maneira lenta porém definitiva, retirava o apoio ao ministro da Guerra. Vargas não fez mais discursos louvando a personalidade e o histórico político de Dutra. Quando este, seguindo a legislação eleitoral, renunciou ao cargo de ministro da Guerra em 3 de agosto a fim de tornar-se candidato oficial do regime à Presidência, parecia não saber que

Vargas tinha tentado, havia pouco tempo, encontrar um candidato alternativo. Em certo momento, o presidente tentou seduzir o general Góes Monteiro, novo ministro da Guerra, a aceitar a nomeação, sugerindo que ele era mais carismático do que Dutra e, portanto, tinha mais chances de ganhar. Góes Monteiro respondeu ao presidente em termos inequívocos: "Se você tentar impedir a candidatura de Dutra, terá que encontrar outro ministro da Guerra." A ameaça implícita não era apenas a renúncia de Góes Monteiro do ministério, mas também que os militares não tolerariam tal retrocesso.

Os comentários de Góes Monteiro com certeza frustraram Vargas. No cerne de todas as recentes manobras políticas do presidente estava a intenção de dividir os militares tanto quanto fosse possível. Se conseguisse rachar as forças armadas, Vargas esperava que a liderança militar caísse em si e o transformaria em candidato de última hora, por saber que a alternativa seria uma derrota retumbante nas mãos da oposição. Um Exército unificado, contudo, seria capaz de compor um forte desafio a Vargas e à oposição, algo que ele queria evitar a todo custo.

À medida que as tensões cresciam, uma ruptura começava a parecer inevitável. No começo da noite de 3 de outubro, mais de cem mil queremistas realizaram um comício no Centro da capital antes de caminhar até o Palácio Guanabara. Isso provocou um frenesi no palácio, onde Vargas tramava usar aquela inédita demonstração de apoio para dar ainda mais ímpeto à sua farsa. Após consultar Alzira, ele decidiu anunciar sua renúncia e começou a elaborar um breve discurso. Góes Monteiro e outros, porém, convenceram Vargas de que a renúncia naquele momento levaria a uma crise constitucional e política. Então, em vez disso, Vargas dirigiu-se à multidão que o aclamava e cujos urros de aprovação indiscriminada abafaram grande parte de sua fala improvisada. Um observador isento comentou: "Vargas está em tal estado de excitação que poderia precipitar-se qualquer acontecimento."⁸

No discurso para a multidão de queremistas, Vargas pareceu endossar a ideia de uma Assembleia Constituinte, com a qual ele trabalharia para liderar o Brasil no pós-guerra. A oposição e os militares ficaram chocados, se não surpresos, com os comentários do presidente, que equivaliam a um desafio. Mais comícios queremistas se seguiram, além de uma declaração dos militares de que as eleições presidenciais de fato ocorreriam como prometido. O palco estava montado para uma conflagração.

A explosão aconteceu em 29 de outubro de 1945. Naquela manhã, o presidente Vargas deu aquilo que o embaixador britânico, David Gainer, descreveu como o "passo fatal": ele nomeou o irmão, Benjamim, para chefiar a polícia. Os motivos do presidente para ter feito isso são um mistério até hoje. Era possível que Vargas estivesse, na verdade, tentando ajudar o antecessor de Benjamim no posto a realizar suas ambições políticas, pois o sujeito foi promovido a prefeito do Distrito Federal.⁹ No entanto, qualquer que fosse a razão por trás da nomeação de Benjamim, ela causou alvoroço nos círculos militares e dentro da oposição.

A ira com aquela indicação foi pequena se comparada ao furor causado pelo primeiro ato do novo chefe de polícia. Logo após a confirmação de sua nomeação, Benjamim se reuniu com Góes Monteiro e disse, de maneira ensaiada: "O presidente concordou em alterar o processo eleitoral e convocar uma Assembleia Constituinte."¹⁰

Nas semanas que antecederam esse momento, a frustração de Góes Monteiro só crescera. Ele estava entre a cruz e a espada. Um dos seguidores mais leais de Vargas ao longo dos anos, ele relutava em ser responsável pela queda do presidente. O general se sentiu um pouco mais tranquilo quando, à medida que a temperatura política na capital subia no segundo semestre de 1945, Vargas lhe prometeu em várias ocasiões que as eleições presidenciais iriam adiante e que ele mesmo não seria candidato.

Os comentários de Benjamim na manhã de 29 de outubro equivaleram a um tapa na cara para o ministro da Guerra. Irritado,

magoado e, naquele momento, totalmente inseguro em relação ao que o presidente reservava para o país, Góes Monteiro convocou uma reunião dos generais. Na ordem do dia havia apenas um item: as forças armadas deveriam destituir o presidente?

O debate, se é que houve algum, parece ter sido breve. Góes Monteiro, sentindo-se traído e maltratado, defendeu a saída de Vargas e foi apoiado por outros generais. Ao final da reunião, militares tomaram o controle de cruzamentos importantes no Rio de Janeiro e ocuparam posições perto do Palácio Guanabara. O golpe estava começando.

Dutra tinha um encontro agendado com o presidente no início da noite de 29 de outubro e decidiu mantê-lo. Ele foi direto ao ponto e disse:

— As forças armadas não aceitam a nomeação de Benjamim, e ela deve ser retirada.¹¹

Em uma rara demonstração de emoção, o presidente Vargas levantou a voz e respondeu:

— Se não tenho mais autoridade para nomear um chefe de polícia de minha confiança, não sou mais presidente da República.¹²

Mas ele diminuiu o tom quando Dutra o informou de que as tropas já estavam nas ruas e prontas para depô-lo. Recuando, Vargas sugeriu cancelar a nomeação de Benjamim e escolher um chefe de polícia que satisfizesse às forças armadas.¹³ Dutra prometeu levar a sugestão a Góes Monteiro.

Mas o ministro da Guerra não estava disposto a ceder. Dutra — que ainda parecia achar que Vargas apoiaria sua candidatura à Presidência — tentou marcar uma reunião entre Góes Monteiro e o presidente, acreditando que, se os dois pudessem conversar cara a cara como nos velhos tempos, poderiam chegar a um acordo. Porém, Góes Monteiro recusou o convite. Ele percebera claramente que chegara a hora de destituir Vargas do cargo e que não havia nada a ser discutido.

Góes Monteiro instruiu seu chefe de Estado-Maior recém-nomeado, Osvaldo Cordeiro de Farias, a entregar um ultimato ao presidente no Palácio Guanabara. A princípio, Cordeiro de Farias relutou, alegando que ainda gozava de boas relações com o presidente. Mas, por fim, e sob considerável pressão de Góes Monteiro, concordou.

Antes de Cordeiro de Farias partir para o Palácio Guanabara, os dois candidatos à Presidência se reuniram para discutir a crise. Eduardo Gomes deixara sua campanha eleitoral no Sul para voltar ao Rio de Janeiro e, depois de uma breve conversa, ele e Dutra concordaram em apoiar o golpe. Ambos também chegaram a um acordo para o substituto temporário de Vargas: o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiria a Presidência até a realização das eleições.¹⁴ Essa decisão era muito importante porque os conspiradores não queriam dar a impressão de que Vargas fora derrubado por um golpe militar. Embora esse fosse, é claro, o significado da destituição do presidente, era certo que a aparência de um golpe militar alienaria os Estados Unidos do novo regime — um resultado inaceitável, na opinião dos conspiradores.

Quando Cordeiro de Farias chegou para entregar o ultimato a Vargas, este parecia calmo. Informado de que deveria renunciar imediatamente, o presidente “não perdeu a pose”, como observou Cordeiro de Farias mais tarde.¹⁵ Com a postura de um soldado, o chefe do Estado-Maior apresentou um resumo da situação ao presidente. Lembrou a Vargas que os generais tinham todas as cartas na mão e que o palácio estava cercado.

— Você deve renunciar e ir embora — aconselhou ele. — Esse é o preço que os generais estão exigindo para a saída segura de Vossa Excelência e de sua família.

De início, Vargas ficou dividido entre aceitar a oferta e resistir. Ele disse a Cordeiro de Farias:

— Eu vou morrer lutando contra um golpe militar inconstitucional e vou deixar Góes Monteiro como responsável pelo massacre do

presidente e de sua família.¹⁶

No entanto, Cordeiro de Farias ignorou o histrionismo do presidente e, calmo, afirmou que os generais não tinham nada disso em mente.

— É apenas o caso de Vossa Excelência sair de forma ordenada e digna ou ser confrontado com o corte de água e eletricidade no palácio — explicou.

Vargas retirou-se para seu gabinete a fim de avaliar as opções que tinha à disposição. Ficou pouco mais de quinze minutos sozinho. Quando voltou, acompanhado de Alzira, que fora perguntar se ele precisava de algo, o presidente falou com uma voz calma:

— Preferiria que os senhores me atacassem e que minha morte permanecesse como um protesto contra a violência. Mas, já que se trata de um golpe branco, não serei o elemento perturbador. — Com essa declaração e com a elaboração da carta de renúncia de Vargas, a crise imediata havia acabado.

Enquanto o presidente se preparava para deixar o Palácio Guanabara, representantes das forças armadas saíram pela capital para encontrar seu substituto. O presidente do Supremo Tribunal, José Linhares, participava de um jantar formal e, quando os oficiais o localizaram e informaram que ele seria o presidente do Brasil na manhã seguinte, ficou surpreso. Ele consentiu somente após ter ouvido que os militares e os dois candidatos à Presidência o apoiavam como presidente interino até que Dutra ou Gomes fosse eleito para o cargo.

Às dez da noite de 29 de outubro de 1945, a notícia da deposição de Vargas foi transmitida ao público brasileiro. Às duas da manhã seguinte, Linhares foi empossado como presidente. O ronronar dos motores dos tanques que retornavam devagar aos quartéis foi ouvido em toda a cidade. O derramamento de sangue fora evitado, mas, quando os cariocas discutiram os acontecimentos durante o café da manhã nos bares à beira-mar, havia um consenso geral de que, embora Vargas tivesse perdido aquele *round*, sua influência ainda seria sentida nas eleições e que, um dia, ele voltaria.

De volta ao Palácio Guanabara, Vargas estava quase pronto para ir embora. “Tome conta de sua mãe, pois sairei sozinho”, informou ele a Alzira, que ainda estava em estado de choque. Vargas então entregou à filha uma carta e disse a ela para abri-la apenas se algo acontecesse com ele no caminho de volta ao Rio Grande do Sul. Se o pai chegasse a casa com segurança, Alzira deveria queimar a carta.

Um dos últimos atos oficiais de Vargas no palácio foi escrever uma breve declaração ao chefe de polícia, que fora reintegrado após a demissão de Benjamim. Vargas afirmou que não queria discutir as razões para sua saída repentina da Presidência e acrescentou uma pequena mentira: “Não guardo rancores.”

No dia 1º de novembro, Alzira levou o pai ao aeroporto, onde ele embarcou em um avião para o Rio Grande do Sul. Em sua declaração pública final, antes da decolagem, Vargas repetiu seu desejo de que os brasileiros mantivessem a calma e que a ordem pública fosse conservada na capital e em todo o país. As pessoas que testemunharam sua partida notaram que ele parecia calmo e, de modo algum, um homem arruinado. Vargas devia sentir que aquele não era o fim da história e que ele ainda teria um papel a desempenhar no futuro do Brasil.

Enquanto o ex-presidente se preparava para deixar o Rio de Janeiro, o gabinete temporário de Linhares se reunia. Vários ministros afirmaram que Vargas deveria ser enviado para o exílio no exterior ou para o interior do país, em vez de ser autorizado a se retirar para seu estado natal. Contudo, o Exército, liderado por Góes Monteiro, recusou-se a contemplar tais planos. Vargas havia mantido sua palavra no acordo, e por isso os militares tinham a intenção de cumprir a parte deles também: o presidente, sua família e vários assessores próximos partiram da capital sem incidentes.

A imprensa carioca recebeu bem as novidades — afinal, desde o fim da censura no início daquele ano, os jornais estavam cheios de artigos anti-Vargas. O *Correio da Manhã* declarou apenas “Deposto o sr. Getúlio Vargas” na primeira página, que exibia também vários

relatos detalhados dos acontecimentos, inclusive uma entrevista com Cordeiro de Farias sugerindo que os militares não tiveram alternativa a não ser agir com celeridade para derrubar o ditador.¹⁷ O *Jornal do Brasil* circulou com a seguinte manchete: “Renunciou o presidente Getúlio Vargas”, e sua cobertura discutia as implicações políticas da queda do governante.¹⁸

Os britânicos descreveram a queda de Vargas como uma “revolução sem derramamento de sangue”. Em carta a Londres, o embaixador escreveu: “O presidente Vargas foi deposto (pois foi de fato uma deposição) por consentimento geral, uma vez que se temia, com alguma razão, que ele impedisse as eleições: em outras palavras, uma ação foi tomada não contra sua pessoa, mas contra sua política, ou aquilo que se acreditava ser sua política.”¹⁹

Para muitos partidários de Vargas, a questão das intenções do ex-presidente era um ponto de impasse. Ninguém tinha qualquer prova conclusiva de que Vargas pretendia cancelar as eleições presidenciais. Os inimigos do estadista consideraram os comentários de Benjamim Vargas a Góes Monteiro na manhã de 29 de outubro uma prova da intenção do presidente de fazê-lo, mas era provável que essa confirmação fosse tendenciosa. Afinal, o caso contra Vargas se fundamentava, em grande parte, nas expectativas de seus inimigos (com base, é justo dizer, em amplos indícios de intrigas políticas do presidente no passado) de que ele iria cancelar o pleito, mas, nos meses que antecederam o golpe, ele não dissera nada que confirmasse isso. Em suas declarações para o comício queremista em 3 de outubro, o então presidente parecia apoiar a ideia de uma Assembleia Constituinte — mas isso foi o mais perto que ele havia chegado de sugerir o cancelamento das eleições.

Quaisquer que fossem as dúvidas dos brasileiros sobre o golpe, uma coisa era certa: os inimigos de Vargas tinham conseguido atingir seu alvo. Restava ver se eles haviam conseguido fazê-lo de uma forma que agradasse os Estados Unidos. Contudo, nesse ponto, os conspiradores tinham motivos para estar confiantes. Berle, o

embaixador americano, dera sinal verde aos militares em discurso feito a um grupo de jornalistas em 29 de setembro. A fala consistia em uma advertência velada a Vargas de que os Estados Unidos esperavam que “eleições imparciais” ocorressem no Brasil, conforme prometido, e que qualquer tentativa de cancelá-las em favor de uma Assembleia Constituinte seria um desastre para o país.²⁰ Na verdade, até certo ponto, Berle encarou a queda de Vargas como uma confirmação de seus comentários no mês anterior.

A reação de Washington ao golpe foi mais complexa do que a de seu embaixador no Rio de Janeiro. Vargas havia se mostrado um forte aliado dos Estados Unidos na guerra. Por um tempo, parecera haver uma chance de a América Latina passar para a esfera de influência do Eixo, e Vargas entrara em cena para frear essa tendência. Ele também tomara providências contra a influência alemã e italiana no Sul do país e fornecera aos Estados Unidos territórios para bases aéreas e navais — que ainda eram atraentes para os planejadores militares americanos.

O problema era que os melhores amigos de Vargas em Washington — Roosevelt, Hull e Welles — não estavam mais por perto para defender o argumento de que a política interna brasileira não era tão importante quanto a orientação de sua política externa. Harry Truman, sucessor de Roosevelt na Casa Branca, ainda mantinha uma atitude positiva em relação ao Brasil, mas seu governo estava preocupado com os desafios do pós-guerra: a Guerra Fria com a União Soviética que se aproximava a passos largos. Em outras palavras, todas as opiniões pessoais que podiam ter afetado a política americana em sua relação com o Brasil tinham se esgotado.

As autoridades dos Estados Unidos pareciam mais preocupadas com o papel dos militares brasileiros na realização de eleições livres do que com o fato de ter ocorrido um golpe. Por ter sido um golpe de Estado sem derramamento de sangue, tudo ficava muito mais fácil. Berle observou que, se Vargas tivesse renunciado à Presidência e concorrido como um dos candidatos na eleição presidencial, ele teria ganhado.²¹ Não houve pesquisas de opinião para confirmar ou

não essa afirmação, mas estava claro que o estadista continuava a desfrutar de amplo apoio popular. Seus inimigos, quase todos liberais de classe média, dominavam a imprensa e estavam em ascensão, mas não havia qualquer certeza de que Vargas teria sido deposto se ele não tivesse nomeado seu irmão mais novo, Benjamim, como chefe de polícia e se este não tivesse confrontado Góes Monteiro no dia de sua nomeação. Foi um golpe muito particular no Brasil.

Quem mais se beneficiou com o fato parece ter sido o candidato da oposição à Presidência, Eduardo Gomes. Elogiado por sua intervenção calma na crise (e sem a mácula de ter participado do governo Vargas), ele era visto como o vencedor certo da eleição. Dutra, por sua vez, continuava em queda. O estilo de sua campanha não mudara, e sua oratória era ruim: ele falava como um burocrata, e não como um líder nacional.

A eleição presidencial ocorreu em 2 de dezembro de 1945, conforme planejado. Ela foi marcada por uma calma, sem relatos de violência política em qualquer parte do país. Gomes tinha motivos para estar confiante quando os brasileiros fizeram filas diante das urnas. No entanto, qualquer convicção que ele pudesse ter sentido se dissipou quando os resultados começaram a ser divulgados.

Dutra estava na dianteira. Na verdade, à medida que as autoridades contabilizavam os votos, ficou claro que a Presidência era dele e que Gomes não havia chegado nem perto de vencer. Uma das chaves para o sucesso do militar parece ter sido o apoio da Igreja Católica, a qual temia que Gomes e seus partidários se mostrassem liberais demais se fossem eleitos.²² A intervenção da Igreja em prol de Dutra foi bastante criticada pelos jornais, mas fez a diferença em um país onde o catolicismo ainda era uma força poderosa com grande influência, tanto política quanto social. A atuação da Igreja tinha sido relativamente fraca durante o governo Vargas, que não era religioso, e, por isso, a eleição de 1945 marcou a retomada de seu papel de destaque na política nacional.²³

A verdadeira história da eleição, entretanto, foi o retorno de Getúlio Vargas. De fato, embora estivesse exilado em sua fazenda no Sul do Brasil, Vargas nunca ficou longe da ação política. Apesar da promessa feita pelos militares de manter a influência do ex-presidente sob controle e de impedi-lo de se candidatar ao Senado (o que Góes Monteiro e outros oficiais temiam que ele fizesse para recuperar parte do poder perdido), políticos continuaram a voar para o Rio Grande do Sul para visitá-lo. Por fim, Vargas foi convencido por seus aliados políticos e familiares a se tornar candidato a senador, cargo para o qual foi eleito graças ao complexo sistema de voto proporcional do Brasil. Os militares pareceram relutantes em confrontar Vargas e não contestaram sua eleição. Assim, seu exílio acabou sendo bastante curto.

Contudo, foi durante a eleição presidencial que mais se sentiu a influência de Vargas. Quando Alzira e outros interlocutores forçaram-no a se manifestar sobre qual candidato ele preferia, Vargas foi compelido a admitir que preferia Dutra a Gomes. Nas últimas semanas da campanha, ele divulgou um comunicado assinado recomendando que o eleitorado escolhesse Dutra. Sua intervenção revelou-se vital na mobilização das forças políticas regionais e nacionais no apoio a Dutra, e também na reunião de eleitores — em particular os trabalhadores brasileiros — para apoiá-lo. Dutra, mais tarde, admitiu que sua vitória sobre Gomes deveu-se quase inteiramente ao endosso de Vargas.²⁴ Grande parte da imprensa brasileira compartilhou esse ponto de vista e encarou a eleição de Dutra como, na realidade, uma vitória de Vargas. O *Diário de Notícias* opinou que “a realidade brasileira ainda é um prolongamento crepuscular das trevas ditatoriais”.²⁵

O dia 31 de janeiro de 1946, data da posse de Dutra, foi um dia quente de verão carioca. Na cerimônia, enquanto o ex-ministro da Guerra se tornava o primeiro presidente democraticamente eleito no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, Vargas, o ex-presidente que levou Dutra ao poder, orquestrava seu próprio retorno à política.²⁶

Ao concordar em deixar o Palácio Guanabara sem alarde no fim de outubro de 1945, o estadista postergara a luta — e, em certo sentido, também assegurara que seu exílio político não seria permanente. O homem que no ano anterior parecia desprovido de energia e ideias havia, de certa forma, rejuvenescido após a temporada longe do Rio de Janeiro, durante a qual se manteve distante das pressões da liderança depois de um período tão longo no governo. Seu caminho de volta ao palácio não seria fácil, curto ou direto, mas o sentimento de injustiça causado pelo tratamento recebido nas mãos dos militares constituía uma forte motivação para que continuasse de cabeça erguida.²⁷

Vargas também reconhecia uma oportunidade quando via uma. Ele entendeu que, apesar da vitória confortável de Dutra nas eleições, o novo presidente fracassaria. Vargas conhecia Dutra havia décadas e estava confiante de que o ex-ministro da Guerra não servia para o cargo. Essa crença foi a razão pela qual ele o recomendara para a Presidência no começo, e isso se tornaria uma motivação adicional para Vargas ao tentar trilhar o caminho de volta ao topo da política brasileira.

Apesar de todos os avanços econômicos e militares que o Brasil conquistara graças à Segunda Guerra Mundial, o país ainda estava em um estado precário em 1946. A embaixada britânica no Rio de Janeiro talvez tenha sido a que melhor resumiu a situação do país:

O Brasil está, no momento, em uma situação econômica e financeira muito difícil. A inflação, a especulação e a corrupção reinam, a situação alimentar e (intimamente ligada) a dos transportes são muito graves, assim como o problema habitacional. (...) O presente regime não dispõe, no momento, do comando de uma maioria suficiente, ou talvez de talento construtivo suficiente, para implantar as medidas drásticas que se fazem necessárias para salvar a situação.²⁸

Os problemas enfrentados pelo Brasil eram os mesmos com os quais Vargas lidara durante a guerra. No entanto, embora ele tenha

delineado planos para a solução das questões econômicas e de infraestrutura, Dutra não tinha a capacidade visionária do ex-ditador.

Os frutos econômicos que Vargas ajudara o Brasil a colher durante a guerra acabaram sendo insuficientes para transformar o país de maneira plena e imediata. Contudo, as sementes para o crescimento foram plantadas. Depois da guerra, as condições no fornecimento de combustível e na navegação começaram a melhorar aos poucos. Muitos navios mercantes que haviam sido convertidos para uso militar durante o conflito foram desligados do serviço, devolvidos à economia civil e puderam ajudar a entregar mais combustível e outros suprimentos urgentes vitais à economia. Esse crescimento foi encarado pelos brasileiros como resultado da administração eficiente de Vargas, em vez de ser atribuído ao regime democrático que se seguiu.

O ATO FINAL

LEVOU MAIS QUATRO anos, mas Getúlio Vargas retornou à Presidência. Em 3 de outubro de 1950, ele derrotou Eduardo Gomes e Cristiano Machado na segunda eleição presidencial do Brasil na era pós-guerra, conquistando mais votos do que a soma dos outros dois candidatos. A vitória comprovou sua constante popularidade entre os eleitores, mas também foi produto de uma campanha enérgica e brilhante. Vargas sentia que era o único homem capaz de tirar o Brasil da desordem na qual se encontrava no início da década de 1950 e disputou a Presidência como se estivesse possuído.

Em 31 de janeiro de 1951, Vargas fez o juramento de posse no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Foi o mesmo lugar onde, quase uma década antes, o velho amigo e parceiro do presidente, Oswaldo Aranha, anunciara o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália. Entre os dignitários estrangeiros presentes na posse oficial estava Nelson Rockefeller, com quem Vargas se encontrou antes de fazer o juramento de posse. Seria difícil imaginar uma cerimônia mais auspiciosa.

No discurso de posse, Vargas desdenhou daqueles que o haviam forçado a deixar o cargo cinco anos antes. O presidente recém-eleito ainda estava irritado com o tratamento que os militares lhe dispensaram em outubro de 1945 e com as mentiras publicadas sobre ele desde aquela noite fatídica, quando foi expulso do poder. “O povo me trouxe de volta à Presidência”, proclamou Vargas à enorme multidão reunida em frente ao Palácio Tiradentes.

Após o discurso, o presidente deu uma volta pela capital num grande carro conversível, de pé no banco de trás, enquanto espectadores jogavam confete dos arranha-céus e soldados saudavam seu novo comandante em chefe. Centenas de milhares de cariocas compareceram às ruas para saudar o novo líder, paralisando a cidade.

Quando Vargas enfim chegou ao Palácio do Catete, a nova sede da Presidência, fez uma homenagem pouco enfática a seu antecessor, general Dutra, por ter organizado uma eleição tão justa e livre. Quando questionado pelos jornalistas, Vargas também não conseguiu resistir e criticou Adolf Berle. Para o novo presidente, o ex-embaixador americano havia alimentado o descontentamento dos militares em relação a seu governo em setembro e outubro de 1945. Embora não tenha mencionado Berle pelo nome, Vargas deixou poucas dúvidas quando comentou que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos haviam sido sequestradas por certos funcionários que não entendiam sua verdadeira natureza.¹

Vargas esperara muito tempo por esse dia e lutava para controlar a frustração reprimida que cultivava desde seu afastamento do poder. No entanto, apesar de sua raiva palpável, uma sensação de otimismo descontrolado arrebatava a cidade e o país. Era época de férias no Rio de Janeiro, e o Carnaval estava próximo. O último dia de janeiro foi um típico dia quente de verão: o sol brilhava, os hotéis estavam lotados de ricos hóspedes estrangeiros e novos sambas estavam sendo escritos em homenagem ao novo presidente. Vargas estava mais uma vez no comando, e os brasileiros estavam felizes por tê-lo lá.

Enquanto a luz do sol esmaecia sobre o Atlântico e as sombras se alongavam pelo Palácio do Catete, o presidente e sua comitiva, incluindo Alzira, deixaram o Rio — como mandava a tradição — e seguiram a estrada sinuosa até Petrópolis para fugir do calor opressivo da capital. Sob qualquer ótica, aquele havia sido um dia triunfal para o presidente, que parecia ter confirmado seu lugar na história política democrática brasileira. E, naquela noite, soprando a

fumaça de seu grande charuto corona em Petrópolis, cercado pela família e pelos amigos, Vargas trabalhou para finalizar a composição de seu novo governo.

Durante a campanha em 1950, Vargas falara bastante sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre o que via como os frutos da participação do Brasil no conflito. Ele lembrou os brasileiros da estreita relação que tinha com o presidente Roosevelt, do treinamento e dos equipamentos americanos que transformaram o Exército, a Força Aérea e a Marinha nacionais nas forças armadas mais fortes do continente sul-americano. Com a ajuda dos Estados Unidos, o Brasil também construíra aeródromos e instalações navais mais modernos, que haviam sido convertidos em aeroportos e portos para o pós-guerra. A melhoria do sistema de transporte aéreo e rodoviário no interior do país também tinha relação direta com as políticas de Vargas durante o conflito. Contudo, o projeto mais importante de todos provavelmente era a usina siderúrgica de Volta Redonda, construída com ajuda financeira americana. A usina desempenhara um papel vital no progresso econômico do Brasil durante e depois da guerra e ajudara a transformar o país de uma região subdesenvolvida em uma potência industrial.

Vargas também podia falar do fortalecimento do nacionalismo brasileiro como outra de suas realizações durante a guerra. Crucial para isso fora a supressão das influências alemã e italiana no país.² Os esforços empreendidos pelo estadista de 1938 em diante para alinhar a população imigrante alemã com a cultura nacional brasileira por meio da educação e da língua ajudaram a fazer do Brasil um país mais unificado durante a guerra.³

O que Vargas não destacou em sua campanha de 1950 foram as oportunidades perdidas e as decisões inoportunas tomadas por ele ao longo do conflito. Por um conjunto complexo de razões — sobretudo pela relutância dos militares em abandonar a esperança de receber um fluxo ininterrupto de armamentos da Alemanha —, Vargas não envolveu o Brasil com a causa Aliada até adiante na guerra. Isso teve o efeito indesejado de limitar os lucros do país.

Quando o governo se comprometeu formalmente com os Aliados, os ventos do conflito já haviam virado a favor deles. Se Vargas tivesse se envolvido antes, o Brasil poderia ter desempenhado um papel muito mais importante do ponto de vista estratégico. Sua hesitação fora parte do problema, como também foram as extensas negociações sobre equipamentos, treinamento e envio da FEB para a Europa. Tudo isso se arrastou por tanto tempo que, quando a Força Expedicionária chegou à Europa, o Dia D já havia acontecido e os Aliados avançavam rumo a uma vitória total sobre o Eixo. A decisão do presidente de repatriar a FEB logo após o fim dos combates na Europa também custou muito caro ao Brasil no pós-guerra. Se Vargas tivesse concordado com os pedidos dos Estados Unidos para deixar as tropas na Europa e ajudar a gerenciar o continente na esteira da guerra, sua presença teria fortalecido a reivindicação brasileira por um assento permanente nas Nações Unidas. A famosa cautela de Vargas, assim como as restrições impostas pelos militares à sua tomada de decisões, fez com que o Brasil chegasse à festa muito tarde e saísse muito cedo.

Em 1950, no entanto, os brasileiros não conseguiam enxergar os erros no governo Vargas — ou não se importavam. Queriam eleger o arquiteto da política de guerra do Brasil, na esperança de que ele pudesse reaquecer a economia e devolver ao país o protagonismo no cenário mundial que desempenhara durante a guerra. Apesar das melhorias acarretadas pelo conflito, a economia brasileira continuava a desviar de crise após crise. A população esperava que, ao recuperar um pouco do destaque internacional do qual o país gozara na década anterior, Vargas conseguisse reanimar a economia.

O Brasil sem dúvida se transformara durante a guerra, tanto na esfera política quanto na econômica. O eleitorado esperava mais de seus líderes, e a imprensa estava mais agressiva, praticando um estilo de jornalismo tabloide que quase não existia no governo anterior de Vargas. Em certa medida, o presidente conseguira adaptar-se à nova política brasileira, embora seu estilo de liderança tenha mudado nesse processo. Ele não era mais o político tranquilo

que ponderava com cuidado todas as opiniões e opções disponíveis antes de escolher um lado ou outro.⁴ Em vez disso, começou a enfrentar seus rivais com agressividade e articulava sua agenda de uma maneira que se assemelhava à de seu velho amigo, o presidente Roosevelt.

O novo estilo de Vargas refletia seu entendimento de que ele não podia mais governar por decreto. O Brasil se transformara numa democracia quase da noite para o dia, e ele teria que jogar de acordo com novas regras — e zelar por um novo grupo de brasileiros. O eleitorado de Vargas era uma mistura curiosa das elites e das massas. O presidente falava diretamente para estas em discursos frequentes no rádio em rede nacional e em comícios em estádios de futebol. Os discursos e as transmissões radiofônicas eram exaltados e repletos de promessas de reformas, mas Vargas tinha cada vez mais dificuldade para cumpri-las. Sua relação com o Congresso muitas vezes o frustrava. A população parecia estar a seu lado mesmo assim, mas as elites aos poucos começavam a se distanciar do governante.

A Segunda Guerra Mundial tornara os militares bastante poderosos, como Vargas descobrira da maneira mais difícil em outubro de 1945. No início de 1950, seus aliados foram forçados a admitir que, se as forças armadas quisessem encenar outro golpe contra o presidente, havia pouco que ele poderia fazer para resistir. Durante o mandato de Vargas, o perigo de um golpe de Estado sempre esteve presente.

Uma ameaça ainda mais grave era a crise financeira que assolava o país. Alimentada por pressões inflacionárias, ela provocou uma ampla inquietação entre a classe operária do país, o que foi agravado pelas forças comunistas anti-Vargas. Os antigos problemas pessoais do presidente também começaram a ressurgir em 1953, dois anos após seu retorno ao governo. Ele escorregou no piso de mármore do palácio e fraturou o braço e a perna. Alzira, que supervisionava a reabilitação física do pai, observou que ele parecia solitário e sofria de insônia grave — sinais clássicos de depressão.

Cada vez mais, Vargas se recusava a receber visitantes no Palácio do Catete e, com a exceção de familiares e alguns amigos de confiança, ele tinha cada vez menos contato com outras pessoas. Muitos de seu círculo político começaram a abandoná-lo, fosse por causa do fracasso das reformas que ele empreendia, fosse por seu estilo confrontador, ou talvez porque estivessem se posicionando para eleições futuras. À medida que o mandato avançava, Vargas dependia cada vez mais da família, com Alzira assumindo uma influência maior e Benjamim, cujos defeitos o presidente ainda se recusava a admitir, mantendo-se como uma força nos bastidores, como sempre.

Vargas continuava a ter pelo menos um amigo: seu “olho esquerdo”, Oswaldo Aranha. O ex-ministro voltou para o lado do presidente quando Vargas, cada vez mais desesperado, nomeou-o ministro da Fazenda em meados de 1953. Aranha recebeu a tarefa hercúlea de tentar gerenciar a economia brasileira, mas sua influência sobre Vargas ia muito além das responsabilidades como ministro. Reabilitado, Aranha deu ao colega gaúcho conselhos muito necessários e gastou seu tempo tentando empurrar um presidente cansado e desgastado na direção da reforma.

No entanto, em certa medida, as mãos de Vargas estavam atadas: muitos dos problemas que o país enfrentava nos anos 1950 eram resultado de políticas dos Estados Unidos sobre as quais o presidente tinha pouco controle. Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, Washington voltou suas atenções para a luta internacional contra o comunismo e para a extensão do Plano Marshall, um programa destinado a reconstruir a Europa física e economicamente. Os americanos agora davam muita atenção ao rival regional do Brasil, a Argentina, e aos fortes movimentos nacionalistas que surgiam em outras partes da América do Sul. Eles estavam preocupados — como uma vez estiveram em relação ao Brasil — com a possibilidade de que, a menos que atendessem aos anseios desses atores não alinhados, estes gravitassem para o lado dos inimigos.

Os Estados Unidos tinham seguido em frente. O governo do presidente Dwight D. Eisenhower estava muito menos interessado no Brasil do que o de Roosevelt, e Vargas já não recebia mais a atenção que Washington lhe dispensara durante a guerra⁵ — e provavelmente não voltaria a receber tão cedo. Os Estados Unidos pareciam ter cansado de ajudar o Brasil. Algumas autoridades americanas clamavam para que o país cuidasse melhor de sua economia. Embora Aranha tivesse imaginado, certa vez, uma parceria plena entre Brasil e Estados Unidos, a relação entre as duas nações podia agora ser vista pelo que era de fato: um casamento de fachada. Era um fato sobre o qual Vargas, acordado na cama de madrugada, sem dúvida refletia com bastante amargura.

No fim das contas, não foi a economia ou qualquer questão de política externa que derrubou Vargas pela segunda vez, mas sim, em grande parte, uma série de intrigas e acontecimentos imprevistos, cujas origens podiam ser rastreadas até os efeitos do ataque de 1938 ao Palácio Guanabara. Mais uma vez, a atitude das forças armadas — e sua disposição em intervir contra Vargas — foi de fundamental importância nessa nova crise, em meio ao clima político aquecido que caracterizou grande parte do mandato final de Vargas.

Carlos Lacerda, o editor do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, era um dos críticos mais contundentes do presidente Vargas e de seu regime. O jornalista já havia tentado expor a corrupção dentro do governo antes, bem como os acordos secretos que, segundo ele, o presidente firmara com a Argentina. O jornal de Lacerda era cheio de ataques mordazes contra Vargas e seu governo, e esses artigos impulsionaram a incipiente carreira política do editor: no início de agosto de 1954, Lacerda estava bem à frente de Lutero, um dos filhos de Vargas, nas eleições para o Congresso.⁶ Àquela altura, Vargas possuía poucos amigos na elite civil do país e nas forças armadas, mas tinha poder suficiente para preocupar os partidários de Lacerda (que incluíam muitos membros do Exército). Após relatos não confirmados de que a vida do editor corria perigo, a Força Aérea Brasileira decidiu protegê-lo durante a campanha eleitoral.

A preocupação com a segurança de Lacerda acabou se revelando bem fundamentada. Por volta de uma hora da manhã de 5 de agosto de 1954, quando ele voltava para seu pequeno apartamento na rua Toneleiro em Copacabana, um homem armado disparou contra ele. Lacerda foi ferido apenas no pé, mas seu guarda-costas da FAB, o major Rubens Vaz, foi morto. O atirador fugiu, disparando contra um carro da polícia, enquanto o táxi desaparecia por uma das ruas estreitas e arborizadas de Copacabana, que ligam o interior do bairro à praia.

Num artigo publicado na *Tribuna da Imprensa* no dia seguinte, Lacerda lançou o desafio, acusando Vargas de proteger as pessoas que o haviam atacado. O resultado complicou a situação já volátil no Rio de Janeiro. Manifestantes desfilaram diante do Palácio do Catete clamando por justiça contra os assassinos e gritando palavras de ordem anti-Vargas.⁷ O presidente e Aranha observaram de uma janela do segundo andar do palácio, abrindo frestas nas cortinas, como dois idosos abelhudos espionando os vizinhos.

A agitação não terminou aí. O funeral do major Vaz tornou-se um grande evento político. Centenas de oficiais de todas as forças armadas participaram, entre os quais Eduardo Gomes e Eurico Dutra, os dois candidatos militares à eleição presidencial de 1945. Após o funeral, mais de quinhentos policiais se encontraram no Clube Militar para externar sua raiva e trocar hipóteses sobre os elos entre o evento e o palácio presidencial. Mais tarde, a Força Aérea Brasileira iniciou uma investigação sobre o tiroteio, alegando que não confiava na polícia para fazer o trabalho.

A situação logo se agravou. Pouco tempo depois da prisão de um motorista do táxi envolvido no tiroteio, o chefe da guarda presidencial e único negro no círculo íntimo do presidente, Gregório Fortunato, foi associado ao atentado e acusado de contratar o atirador que feriu Lacerda e matou o major Vaz. Fortunato se tornara membro da guarda presidencial quando ela foi formada por Benjamim, em 1938, e sucedera o irmão de Vargas como chefe do grupo em 1950. Era um homem simples, com pouca instrução, que

também se mostrara um tanto oportunista ao violar a confiança do presidente aceitando subornos e comissões de banqueiros brasileiros.⁸ Logo se descobriu que o outro filho de Vargas, Manuel, transferira para Fortunato a escritura de um imóvel do presidente no Rio Grande do Sul. Vargas negou ter conhecimento da transferência, mas essa era mais uma prova de que, de alguma forma, ele estava envolvido na trama.

O presidente, que mesmo antes da crise estivera bastante deprimido e atormentado pela insônia, começava a afundar. A situação exigia liderança e pensamento rápido, mas ele hesitava. No palácio, um sentimento de perseguição ficava mais forte a cada dia. Vargas parecia um sonâmbulo caminhando em direção a um precipício.

Enquanto isso, os militares, liderados pela Força Aérea, logo se mobilizaram contra o presidente. Com helicópteros e aeronaves de reconhecimento, as forças armadas capturaram o assassino numa busca dramática pelo Rio de Janeiro, e a prisão pareceu levar o escândalo para mais perto do palácio. Quando os investigadores vasculharam os arquivos de Fortunato, descobriram uma rede de corrupção e fraudes que o ligava tanto ao assassinato quanto a outros negócios escusos.

Os clamores pela renúncia imediata de Vargas cresciam a cada dia. Quando foi concluída a investigação nos arquivos de Fortunato e os resultados foram divulgados pela imprensa opositora, a elite do país — de advogados a acadêmicos e empresários — apoiou essas demandas. Dutra entrou na briga com o argumento de que, para o bem do país e para a manutenção da lei e da ordem, o presidente deveria renunciar com efeito imediato.

Vargas, no entanto, prometeu lutar contra a pressão, afirmando que não havia qualquer prova que ligasse seu filho à trama e que ele tinha tomado providências rápidas para dissolver a guarda presidencial e garantir que o atentado não se repetisse. O presidente ordenara a cooperação plena de todos os funcionários do palácio com os investigadores. Tentara, inclusive, sair da capital e ir para

Belo Horizonte, a fim de voltar sua atenção para o que ele acreditava ser um bom trabalho daquele governo estadual no tratamento da crise econômica.

Todos os seus esforços falharam. A mídia estava interessada apenas no desenrolar do escândalo e nas implicações para o presidente e o futuro do país. As forças de oposição fizeram bom uso do rádio para exigir a renúncia de Vargas, enquanto o presidente — que outrora fora figura dominante nesse meio, mas nos últimos tempos havia desistido de fazer transmissões regulares — parecia cada vez mais um político ultrapassado.

Oficiais graduados da FAB se reuniram em 22 de agosto e, liderados por Eduardo Gomes, exigiram a renúncia de Vargas, selando de fato o destino político do estadista.⁹ Um documento com a mesma demanda, assinado por todos os oficiais presentes na reunião, foi entregue ao presidente naquela noite pelo chefe do Estado-Maior das forças armadas, o general Mascarenhas de Moraes.

Todo mundo esperava pela reação de Vargas. Era improvável que ele estivesse disposto a aceitar um acordo para sair do Rio de Janeiro e entrar em exílio político pela segunda vez na carreira. Membros do Exército exigiam que ele fosse exilado no exterior e alertavam para que os erros de 1945 não fossem repetidos: o presidente não deveria ser autorizado a regressar ao Rio Grande do Sul e recomeçar a construir uma base de poder político. Na verdade, uma repetição desse quadro parecia bastante improvável em 1954. Vargas estava com setenta e poucos anos, tinha a saúde debilitada e a aparência de um homem derrotado. Dessa vez, poucos brasileiros esperavam que ele desse a volta por cima.

Quando o chefe do Estado-Maior entregou o documento dos militares a Vargas na noite de 22 de agosto, o presidente respondeu:

Não posso concordar com isso. Eles querem me tirar daqui como se eu fosse um criminoso. Não cometi crime algum. Vou ficar no poder. Se necessário, partirei banhado em sangue, mas não posso ser forçado a fugir assim. (...) Cumprirei meu mandato até o fim, com a colaboração das forças armadas.

Mas, ainda que eu seja abandonado pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e por meus próprios amigos, resistirei sozinho. (...) Já vivi tanto. (...) Agora, posso morrer. (...) Estou velho demais para ser desmoralizado, e agora não tenho nenhuma razão para temer a morte.¹⁰

Vargas parecia calmo, e a atmosfera no interior da residência presidencial espelhava essa aparência: na medida do possível, um clima de normalidade reinava no Palácio do Catete. Alzira observou que o pai parecia distante e que estava se preparando para se posicionar contra o que, para ele, eram táticas de intimidação dos militares. O presidente continuava a planejar mais viagens para fora da capital, dizendo que fariam bem para seu espírito e que elas o levariam para longe do olho do furacão político.

No entanto, a tempestade atingiu Vargas com toda força — e muito mais depressa do que ele previra. Pouco antes da meia-noite de 23 de agosto, no mesmo dia em que ele recebera a visita do chefe do Estado-Maior, o presidente foi informado de que os dois oficiais mais graduados das forças armadas o aguardavam no andar de baixo, pedindo uma reunião com urgência. Pouco depois da meia-noite, eles foram levados para o pequeno gabinete de Vargas, onde o presidente e seu irmão, Benjamim, aguardavam.

A reunião foi curta e tensa. Os oficiais exigiram, em nome das forças armadas, que Vargas renunciasse naquela mesma hora. Deram-lhe a opção de renunciar formalmente ou de tirar uma licença, porém, qualquer que fosse o método que ele escolhesse o resultado seria o mesmo: os militares retirariam Vargas do poder pela segunda vez.

Vargas se recusou a escolher entre as duas opções, mas concordou em discutir o pedido dos oficiais numa reunião de emergência do gabinete, que seria realizada durante a madrugada. Aranha chegou para a reunião logo após o encontro com os militares. Quando o ministro da Fazenda se juntou a Vargas, observou que o presidente estava assinando alguns papéis que tinha tirado de uma gaveta. Vargas parecia calmo e um pouco distante.

Ficou claro que ele estava tentando ganhar tempo mais uma vez e não pretendia escolher nenhuma das opções apresentadas pelos oficiais.

O presidente parecia estar se preparando para uma última batalha. Sacos de areia foram empilhados do lado de fora do palácio, e Alzira e seu marido chegaram para ficar ao lado. Este, vestindo um terno azul acinzentado, falou com Aranha e, em seguida, com o genro, diante dos quais assinou mais alguns documentos.¹¹ Quando desceu para a reunião de gabinete pouco antes das três da manhã, parecia tranquilo, fumava um charuto corona brasileiro e conversava com Benjamim.

O clima do gabinete estava sombrio quando Vargas entrou. Os ministros pareciam saber que a reunião não acabaria bem. Aranha sentou-se à direita de Vargas. Rompendo a tradição, Alzira também estava na sala, ao lado de outros membros do clã do presidente e de alguns assessores mais próximos.

Vargas sempre levava as reuniões de gabinete da mesma forma metódica, e daquela vez não foi diferente. Ele anunciou em voz baixa que havia apenas um item na pauta: o futuro da Presidência e de seu governo. Então deu uma volta ao redor da mesa, pedindo a cada ministro para expressar seu ponto de vista sobre o que fazer. Euclides Zenóbio da Costa, o ministro da Guerra, disse que, embora permanecesse leal ao presidente, sentia que, caso Vargas não renunciasse, grande parte do Exército seguiria o exemplo da Aeronáutica e da Marinha e assumiria uma posição contra ele.

— Se o senhor resistir — disse o ministro —, muito sangue será derramado, e o resultado será incerto.¹²

A maioria dos outros ministros se esquivou da pergunta de Vargas, afirmando apenas que a escolha final cabia somente a ele, mas que o apoiariam qualquer que fosse a sua decisão.

Coube a Aranha resumir os argumentos e depois listar as opções, como fizera para Vargas durante décadas. Ele apontou três alternativas. Na primeira, Vargas e os que estavam com ele no palácio resistiriam aos militares o quanto conseguissem. Na

segunda, poderiam reunir as forças leais ao presidente para virem em sua defesa. Na terceira, o presidente renunciaria. Aranha não demonstrou qualquer preferência pessoal por uma das três opções.

Nesse momento, Alzira fez algo que nunca fizera antes numa reunião de gabinete: ela opinou.

— Não é só a vida da República e a de meu pai que estão em jogo. A minha também está — disse ela. — E me julgo no direito de informar aos senhores, se é que não sabem, que nós temos capacidade de resistir.¹³ — Ela falou devagar, sem emoção, atraindo a atenção imediata de todos no gabinete. Era como se estivesse resumindo as possíveis refutações aos argumentos do ministro da Guerra. — Se o senhor julgar que a simples renúncia de meu pai vai trazer tranquilidade, progresso e ordem a este país, não se fala mais nisto. Mas o senhor tem certeza?

O contra-ataque de Alzira foi demais para o ministro da Guerra, que argumentou:

— Eu estou apenas tentando apontar os efeitos de uma resistência.

Alzira então dirigiu a Zenóbio da Costa um olhar que expressava tudo que sentia com relação a ele e à lealdade do ministro a seu pai.

Naquele momento, Vargas recebeu um bilhete informando que os generais preferiam que Vargas tirasse uma licença. O presidente leu o conteúdo da nota para o gabinete, enquanto Alzira continuava encarando o ministro da Guerra. Então deu-se início a uma discussão sobre a nota até Vargas intervir. Devagar, ele falou:

— Já que os senhores não decidem, eu vou decidir. Minha determinação aos ministros militares é no sentido de que mantenham a ordem e o respeito à Constituição. Nessas condições, estarei disposto a solicitar uma licença, até que se apurem as responsabilidades. Caso contrário, se quiserem impor a violência e chegar até o caos, daqui levarão apenas o meu cadáver.¹⁴

Sem mais comentários, Vargas encerrou a reunião. Instruiu Aranha a fazer um anúncio aos militares com essa mensagem e pediu a Zenóbio da Costa para se encontrar com os generais e tomar as

providências necessárias. Ele então desejou a seus ministros uma boa noite e, um tanto cansado, subiu para seu gabinete pessoal. Lá, juntaram-se a ele Benjamim e, em seguida, Alzira, que parecia cansada, mas ainda esperava por alguma solução milagrosa que mantivesse o pai na Presidência.

Em seguida, Vargas fez algo que deixou a filha preocupada. Tirou uma chave do bolso do paletó e informou que ela abria o cofre particular do palácio.

— Se alguma coisa acontecer comigo — disse ele —, lá estão alguns títulos e documentos importantes... Os títulos são para Darci, e os documentos, para você, Alzira. Agora vou dormir.¹⁵

Alzira retrucou:

— Pare com isso, quem é que vai usar a chave se vamos estar todos juntos até o fim?

— Só estou lhe informando — disse Vargas, calmo.

Com isso, ele deixou a sala e foi para a cama. Pela primeira vez em muitas noites, o presidente conseguiria dormir imediatamente.

No andar de baixo, alguns membros do gabinete ainda estavam no palácio e observavam o aumento das defesas do lado de fora dos portões. Quando receberam a notícia de que o presidente estava dormindo, eles saíram devagar para o clima ameno do Rio de Janeiro. A maioria esperava voltar ao Palácio do Catete no dia seguinte.¹⁶

Aranha subiu levando o texto com a decisão do gabinete. Alzira levou o documento ao pai e o acordou para que ele o revisasse, mas o presidente não mostrou interesse, querendo simplesmente tentar dormir.¹⁷ Quando ela contou a Aranha a reação do pai, o velho amigo de Vargas a interpretou como um sinal para voltar para casa e também tentar dormir.

Enquanto Alzira acompanhava Aranha até a porta, ele observou que revólveres estavam sendo distribuídos àqueles no palácio que ainda não portavam armas. Alzira e a família, é claro, se preparavam para a primeira opção apresentada pelo então ministro da Fazenda

na reunião de gabinete: resistir às forças armadas. Aquilo, pensou Aranha, não acabaria bem, e ele recordou os acontecimentos de maio de 1938, a última vez que vira Alzira armada com um revólver.

Aranha foi o último ministro a deixar o palácio. Por um tempo, tudo ficou tranquilo no prédio, mas a calma durou pouco. Às seis da manhã em ponto, dois oficiais chegaram à porta da frente e exigiram que Benjamim os acompanhasse imediatamente até uma base aérea, onde investigadores da FAB que conduziam a investigação sobre a tentativa de assassinato de Lacerda o interrogariam e ele prestaria depoimento. "Não posso deixar meu irmão neste momento", informou Benjamim aos oficiais. No fundo, ele achava que aquilo era um arдил e que a Força Aérea Brasileira despachara os homens para prendê-lo. Os oficiais, no entanto, insistiam que ele os acompanhasse. O irmão de Vargas tentou ganhar tempo, dizendo que, se os investigadores quisessem falar com ele, deveriam subir até o palácio. Os oficiais responderam apenas que suas ordens eram para levá-lo à base.

Benjamim decidiu que era melhor acordar o irmão mais velho e subiu para conversar com Vargas. Os dois concordaram que a chegada dos oficiais àquela hora da manhã era um sinal de que os militares pretendiam deter Benjamim e removê-lo do palácio para que ficasse fora do caminho. Mais uma vez, ele disse aos oficiais à porta que não sairia do lado do presidente naquele momento crucial.

Ao saber que o pai estava acordado, Alzira tentou mais uma vez convencê-lo de que ele deveria agir contra os generais responsáveis por aquele ultraje. Ela sugeriu prender o líder do complô, Eduardo Gomes, e afirmou que ainda havia tropas leais ao presidente que estariam dispostas a realizar a prisão. Mas Vargas estava cansado e rechaçou a sugestão da filha. "Deixe-me dormir", pediu ele. Alzira saiu do quarto para conferir o resultado da reunião do ministro da Guerra com os generais. Ela não precisou esperar muito.

Às sete da manhã, Benjamim recebeu a notícia de que tudo estava resolvido. O ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, e os generais haviam chegado a um acordo: Vargas tiraria uma licença com efeito

imediatamente. Benjamim deu a notícia ao irmão, que questionou a afirmação. “Isso significa que estou deposto?”, perguntou o presidente. Benjamim respondeu que sim e tentou tranquilizar Vargas de que ele tinha recebido a informação de uma fonte confiável. “Vá e confira de novo”, pediu o presidente em voz baixa.

Às 7h45, Vargas solicitou a seu laçao, que faria sua barba, para deixá-lo descansar um pouco mais. Um pouco depois das oito, enquanto ainda esperava pela volta do irmão com a confirmação formal da notícia da deposição, Vargas saiu do quarto, atravessou o corredor e entrou em seu gabinete. Ainda de pijama, assustou Alzira, que achava que o pai estivesse dormindo.¹⁸ Ela decidiu não dizer nada, e Vargas voltou para o quarto.

Às 8h41, com a pistola Colt .32 na mão direita, o presidente Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração.¹⁹ O tiro ecoou pelo palácio. Ao ouvir o barulho, Alzira correu para o quarto do pai. Lá, ela encontrou o corpo dele, com a pistola caída ao lado. Ela gritou: “Não pode ser, não pode ser, você prometeu.” Seu irmão Lutero entrou no quarto e declarou que o pai estava morto.

Benjamim foi incumbido da tarefa de transmitir a notícia da morte de Vargas ao ministro da Guerra e, depois, aos militares e a Oswaldo Aranha. Em estado de choque, Aranha foi até o Palácio do Catete na mesma hora em seu carro oficial. No caminho, soube que o presidente havia cometido suicídio.²⁰

A polícia chegou ao quarto de Vargas, onde membros da família se abraçavam. Todos os presentes notaram um envelope branco na mesa de cabeceira. O marido de Alzira abriu-o e descobriu que se tratava de uma carta de duas páginas ao povo brasileiro — um dos documentos que o presidente assinara na última reunião de gabinete.

Assim que Aranha chegou ao palácio, entrou no quarto de Vargas e proclamou: “Ele morreu para não nos sacrificar.” Quando viu a carta-testamento, o então ministro da Fazenda pediu que a levassem ao diretor da emissora nacional de rádio, que já começara a

anunciar a morte de Vargas, para que as últimas palavras do presidente pudessem ser transmitidas a todo o Brasil. Antes de sair, no entanto, Aranha leu a nota em voz alta no corredor do palácio para a família do presidente e para os membros de sua equipe.²¹ Com a voz embargada pela emoção, o velho gaúcho recitou a última mensagem de seu falecido amigo:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao

vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.²²

Foi uma despedida grandiosa do estadista de baixa estatura que levava o Brasil à era moderna. A carta se tornou um dos documentos mais importantes e controversos da história do Brasil.

A notícia da morte de Vargas se espalhou depressa, e logo multidões iradas tomaram as ruas do Rio de Janeiro.²³ As primeiras páginas de alguns jornais matutinos impressos horas antes da morte do presidente veiculavam a informação errônea de que ele renunciara e que, às 5h20 da manhã, o vice-presidente assumira o poder.²⁴ Cidadãos furiosos atacaram caminhonetes que transportavam jornais hostis a Vargas, ateando fogo aos veículos enquanto tentavam distribuir a edição vespertina, que continha a confirmação de sua morte.²⁵ Quando chegou a hora de o Brasil enterrar o presidente falecido, centenas de milhares de pessoas caminharam em fila pela rota da procissão do cortejo fúnebre.²⁶

Ironicamente, foram as massas que mais choraram a morte de Vargas. Muitos brasileiros o consideravam o “pai dos pobres”, mas, na verdade, o presidente lhes prometera muito e cumprira bem pouco. O paradoxo de sua vida podia ser visto em suas políticas durante a Segunda Guerra Mundial. Um nacionalista ferrenho que

suspeitava dos objetivos culturais e políticos dos Estados Unidos, embora tenha aberto o Brasil para níveis de influência americana até então inéditos na América Latina. Sob a liderança de Vargas, o Brasil tornou-se poderoso — nas esferas industrial, militar e, até certo ponto, geopolítica — de maneiras nunca antes vistas. As elites brasileiras (os líderes militares, políticos, grandes empresários e magnatas industriais) se beneficiaram enormemente desses avanços. Contudo, para os brasileiros comuns, que ainda sofriam com os preços elevados e a estagnação dos salários, o pai dos pobres revelou-se um patriarca frio e distante.

Um legado mais condizente com Vargas, e mais compatível com seus objetivos, pôde ser visto na cidade onde ele morreu. A Segunda Guerra Mundial e Vargas transformaram o Rio de Janeiro de uma maneira irreconhecível. A nova infraestrutura da cidade ampliou o apelo internacional do Brasil e atraiu visitantes do mundo inteiro. A baía de Guanabara tornou-se porta de entrada para todo o país — se não para os viajantes em si, então pelo menos para seu dinheiro, o que aos poucos ajudou a reequilibrar a economia brasileira. A lista de hóspedes do Copacabana Palace, durante os anos 1950 e 1960, revela uma série de celebridades americanas, incluindo John Wayne e Kirk Douglas. Havia novos aeroportos internacionais e instalações portuárias expandidas. As conexões rodoviárias com o resto do país melhoraram de maneira extraordinária, e o aumento da produção nacional de aço permitiu a construção de arranha-céus que se espalharam por toda a cidade.

Essas mudanças foram acarretadas tanto pela Segunda Guerra Mundial quanto pelo homem que liderou o Brasil durante todo o conflito. Graças, em grande parte, às oportunidades proporcionadas pela guerra, o Brasil e sua capital não podiam mais ser descartados como postos avançados pós-coloniais à margem da civilização. O país pode ainda estar esperando o futuro chegar, mas, quando Vargas foi sepultado, sua capital pelo menos vivia no presente.

EPÍLOGO

O LEGADO

EXAUSTO, OSWALDO ARANHA entrou no carro oficial depois de abraçar Alzira e os outros membros da família Vargas.¹ Enquanto o sol começava a dissipar a névoa da manhã que pairava sobre o litoral do Rio de Janeiro, o carro do ministro da Fazenda abria caminho pelas multidões pró-Vargas enfurecidas que haviam se reunido em frente ao Palácio do Catete e retornava ao centro.

Ao passar pelas longas avenidas da cidade, Aranha pensava nas realizações de seu velho amigo e nas mudanças que o Brasil sofrera desde a primeira vez que Vargas subira ao poder.² Aranha talvez tenha se lembrado do documento de política externa que ele elaborara para a reunião de Vargas com o presidente Roosevelt. Aquele texto se tornara uma espécie de parâmetro para medir as metas da política externa do Brasil durante a guerra e agora revelava a distância que o país percorrera desde então.

O documento original concluía com uma lista de onze objetivos que o Brasil deveria tentar alcançar na guerra e, em meados da década de 1950, estava claro que as políticas de Vargas durante o conflito haviam em muito ajudado o país a alcançar essas metas. Talvez mais importante, Vargas conquistara para o Brasil um posicionamento muito melhor na política mundial do que o país desfrutava antes da guerra. É verdade que não alcançara seu objetivo de assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Num nível regional, contudo, o Brasil saíra do conflito e de suas consequências imediatas como a potência dominante na América do Sul. É verdade também que a rivalidade entre Brasil e Argentina persistia, mas a profissionalização das forças

armadas brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial tornava possível certa tranquilidade em relação à segurança nacional. A Argentina havia se desenvolvido e fortalecido com o apoio dos Estados Unidos durante o pós-guerra; de fato, a segurança militar do Brasil pode ter ajudado a evitar um confronto armado com seu rival. Graças à Segunda Guerra Mundial, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha brasileiros tornaram-se, juntos, as forças armadas mais poderosas da América do Sul.

Talvez o aspecto mais decepcionante da política externa brasileira do pós-guerra tenha sido o fracasso em desenvolver uma cooperação mais estreita com os Estados Unidos. O sonho de Aranha de firmar uma aliança formal entre as duas nações nunca foi concretizado de fato. A militarização do Brasil também teve seu lado negro. Treinados e armados pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros continuaram a intervir na política civil após a guerra. Grande parte da instabilidade que caracterizou a política do país após o conflito pode ser atribuída à influência das forças armadas.

Talvez a maior conquista de Vargas durante a guerra tenha sido o desenvolvimento da indústria brasileira — sobretudo a criação da enorme siderúrgica de Volta Redonda, com ajuda financeira dos Estados Unidos. O presidente se mostrou um negociador hábil com Washington na elaboração desse projeto. Sua vitória foi uma enorme dádiva para o Brasil e para sua capacidade de desenvolver uma economia moderna.

No geral, contudo, permanece a sensação de que o país poderia ter extraído mais dos Estados Unidos se tivesse tomado a decisão de romper relações com as potências do Eixo mais cedo e se tivesse entrado de fato na guerra antes de o resultado do conflito estar decidido. Se a FEB tivesse sido enviada para a Europa antes de meados de 1944 e permanecido lá depois do fim da guerra, o Brasil poderia ter ganhado ainda mais com o conflito do que conquistou.

A “revolução” Vargas no Brasil continuou após sua morte. Seu estilo político foi caracterizado por um poderoso instinto de

sobrevivência, e ele nunca conseguiu confrontar de maneira aberta os grupos de interesse cuja influência, muitas vezes, rivalizava com a dele. De maneira irônica, a guerra fortaleceu alguns dos adversários mais contundentes de Vargas, sobretudo os militares, que se mostraram dispostos a desafiá-lo e, em última análise, a tirá-lo do poder em duas ocasiões, em 1945 e 1954.

Os aliados políticos mais próximos de Vargas nunca voltaram a galgar as mesmas alturas de que desfrutaram enquanto ele estava vivo. Pouco depois da morte do estadista, seu olho esquerdo, Oswaldo Aranha, se aposentou da política. Morreu em 27 de janeiro de 1960, após sofrer um infarto.³ Seu papel no desenvolvimento da política externa brasileira tinha sido bastante importante, e sua relação estreita com o governo Roosevelt fora fundamental para conseguir o apoio americano na modernização da infraestrutura econômica e das forças armadas brasileiras. Hoje, ele é lembrado como o homem que ajudou a desenvolver laços estreitos entre o Brasil e os Estados Unidos num momento crucial na história da nação.

Quanto ao olho direito de Vargas, Alzira tornou-se a impetuosa guardiã do legado político do pai após sua morte. Ela trabalhou com imenso vigor para registrar os eventos importantes da carreira do ex-presidente e para defender sua memória contra os ataques de seus inimigos políticos.

E quanto ao legado que Vargas tanto trabalhou para consolidar em suas horas finais e que Alzira passou o resto de sua vida protegendo? A era Vargas ainda é um tema controverso no Brasil. Apesar de todas as pretensões internacionais e visões grandiosas, as implicações domésticas da política de Vargas continuam a ser objeto de polêmicas acaloradas. Hoje, meio século depois de ele ter tirado a própria vida (e de ter dado "o primeiro passo no caminho da eternidade"), ainda não há uma resposta definitiva à acusação, feita por seus críticos, de que Vargas foi o pai dos pobres e a mãe dos ricos.

ENCARTE DE FOTOS



FOTO 1. Caminho ladeado por palmeiras que leva à residência oficial da Presidência, o Palácio Guanabara. A decisão crucial de ingressar na Segunda Guerra Mundial foi tomada em seu grande e majestoso salão de baile.



FOTO 2. Fachada do Copacabana Palace no ano de sua inauguração. No hotel, o mais famoso do Rio de Janeiro, os ricos e famosos se hospedavam para desfrutar a vista da praia, os jantares sofisticados e a célebre coleção de vinhos.



FOTO 3. Getúlio Vargas sorri ao lado da filha Alzira durante a recuperação do acidente de carro sofrido em maio de 1942. O presidente não corria risco de vida, mas teve que se afastar da vida política por vários meses em virtude dos ferimentos.



FOTO 4. O embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery (à esquerda), trabalha com Oswaldo Aranha (à direita). Caffery considerava seu posto o mais importante da América do Sul e não aceitava que tentassem minar sua autoridade.



FOTO 5. Cartão-postal pessoal de Oswaldo Aranha ilustrado com a vista da praia de Botafogo.



FOTO 6. O Brasil era o foco principal dos esforços da Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. A fotografia mostra o encontro, no Rio de Janeiro, do jovem e ativo Nelson Rockefeller (à esquerda) com o subsecretário de Estado Sumner Welles (no centro) e o general Góes Monteiro (à direita).

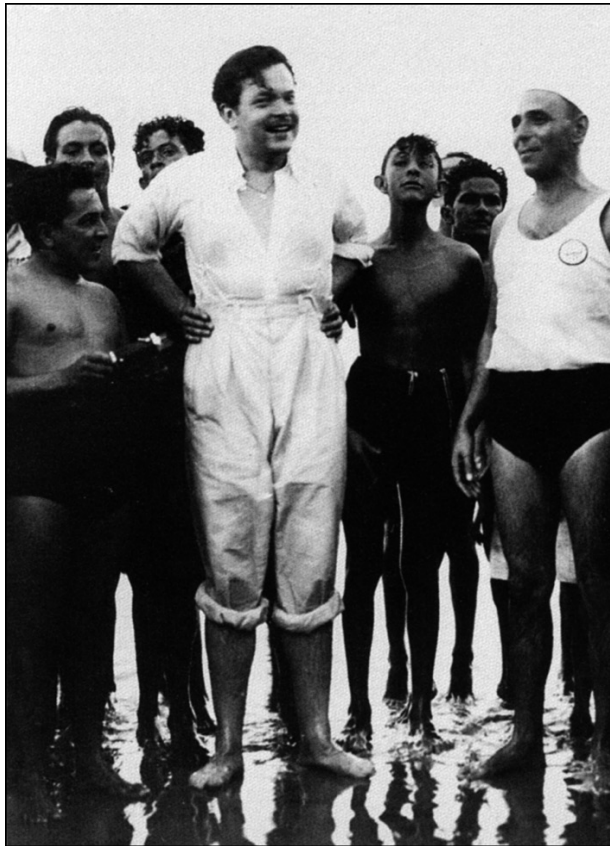


FOTO 7. Na onda do sucesso de *Cidadão Kane*, Orson Welles chegou ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1942 para começar a trabalhar em um filme grandioso de Hollywood: *É tudo verdade*. Welles fazia caminhadas longas e aceleradas de manhã pela praia de Copacabana.

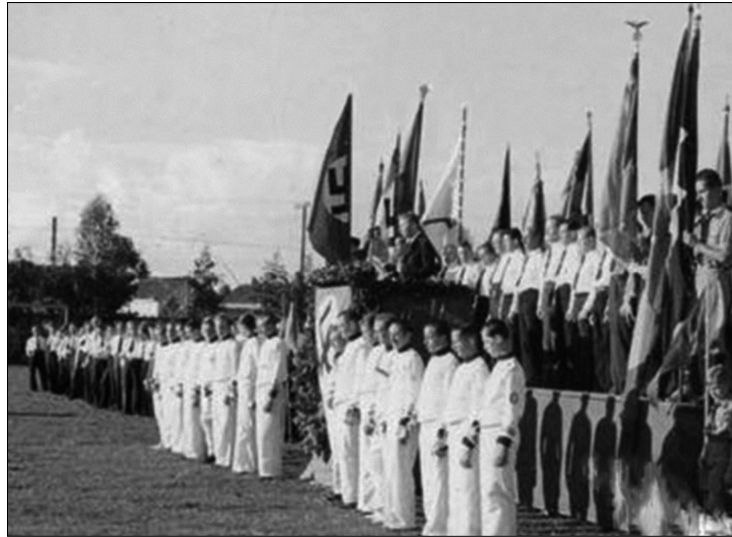


FOTO 8. Colônia alemã no Rio Grande do Sul em um desfile nazista completo, com uniformes, bandeiras e manobras militares. Tais eventos aconteciam abertamente e, muitas vezes, foram assistidos por grandes multidões que expressavam seu apoio.

v.v. REN. 1-5
 Nome Stefan Zweig
 Nacionalidade Austrian
 Idade 54 Estado Civil Married
 Profissão author
 Procedencia London SOUTHAMPTON
 Pacote "ALCANTARA" Desembarque em Rio de Janeiro
 Residência ou destino care of Brazilian Government
 Observações No. do Passaporte 1567 Data 10.10.35 Expedição 10.10.35 Lugar London
 Assinatura Stefan Zweig
 Copacabana Palace

FOTO 9. Cartão do registro de hotel do escritor judeu refugiado Stefan Zweig, que esteve no Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial.



FOTO 10. A estada de Walt Disney no Rio de Janeiro em agosto e setembro de 1941 fez parte da Política de Boa Vizinhança. O cineasta gostava de fazer esboços no Jardim Botânico e na varanda de frente para o mar de sua suíte no hotel. Disney (à esquerda) é mostrado aqui em um encontro com Oswaldo Aranha (à direita) no Palácio do Catete.

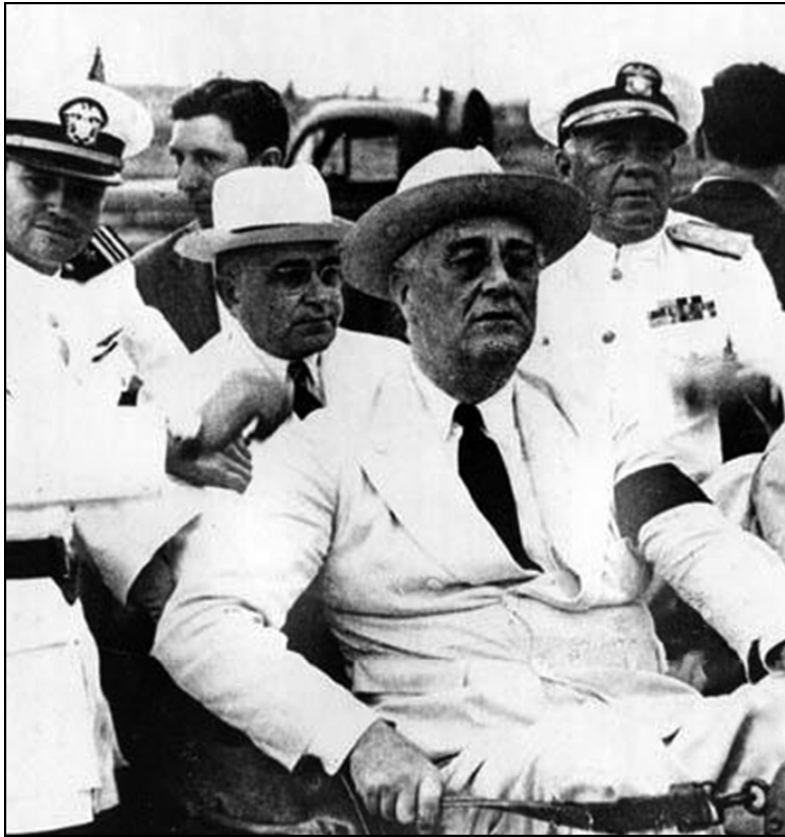


FOTO 11. O presidente americano Roosevelt (sentado no centro) e Getúlio Vargas (sentado atrás à esquerda dele) são mostrados aqui em visita a uma base naval brasileira em 1943, após um almoço oferecido a bordo do USS *Humboldt* por Roosevelt em homenagem a sua contraparte brasileira. A política envelhecera os dois líderes.



FOTO 12. Em junho de 1944, mesmo mês em que ocorriam os desembarques do Dia D na Normandia, o primeiro esquadrão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) estava pronto para embarcar rumo à Itália. O presidente Vargas (ao centro), a bordo do USS *General Mann*, estava acompanhado por Oswaldo Aranha (à direita) e pelo almirante Ingram (à esquerda).



FOTO 13. Orson Welles (à direita) se tornou amigo de Oswaldo Aranha (à esquerda) durante as filmagens de seu documentário no Brasil. Aqui eles são vistos juntos em 22 de agosto de 1942, o dia em que o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália.



FOTO 14. A FEB passou por treinamento básico com instrutores militares americanos em 1943. Ela embarcaria para a Europa no segundo semestre de 1944 e atuaria na Itália em algumas das batalhas mais intensas e ferozes de toda a guerra.



FOTO 15. A FEB participaria de várias batalhas importantes, incluindo a de Monte Castelo, cujo resultado foi crucial para assegurar que a Alemanha se rendesse na Itália. Em abril de 1945, o general Mascarenhas de Moraes recebeu a primeira rendição incondicional de uma divisão alemã na Itália.



FOTO 16. Centenas de milhares de pessoas acompanharam o cortejo fúnebre do presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos e meio que levei para pesquisar e escrever este livro, fui muito feliz por receber a ajuda e o apoio de inúmeras pessoas a quem sou muito grato. David Lewis tem me ajudado com meu cargo na University College London por vários anos e prestado um grande apoio a todas as minhas pesquisas e meus livros. Para este livro, tive a felicidade de passar um tempo em arquivos no Rio de Janeiro, Lisboa, Londres, Nova York e Washington, D.C. Gostaria de agradecer à British Academy e à University College London pela ajuda no financiamento dessas viagens de pesquisa. Mesmo na era dos arquivos digitais, é de vital importância vasculhar arquivos estrangeiros, muitos dos quais guardam tesouros inesperados.

No Rio de Janeiro, uma menção especial deve ser feita a Duncan e Elizabeth Barker, que foram anfitriões fantásticos e fizeram de tudo para tornar minha primeira viagem ao Brasil muito bem-sucedida para este livro e projetos futuros. No Brasil, várias pessoas muito gentis me ajudaram a navegar pelos arquivos. Em especial, sou grato a Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional, sediado no Rio de Janeiro, por me conceder tanto de seu tempo e explicar em detalhes em quais arquivos eu precisava procurar determinado material. A Sátiro Nunes, sou grato por me ajudar, especificamente, com as fotografias da Segunda Guerra Mundial e com a documentação mais ampla do Arquivo Nacional. Toda a equipe do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro foi maravilhosa e prestativa.

O tenente-coronel José Luiz Cruz Andrade, diretor dos Arquivos Militares, ajudou-me muitíssimo com documentos sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. E também Léo Christiano, que tão gentilmente me enviou documentos jornalísticos sobre a

estadia da FEB na Itália em 1944 e 1945. Ruth Aquino e George Iso me ajudaram a começar minhas atividades no Rio de Janeiro, assim como Elmer C. Corrêa Barbosa. Gostaria também de agradecer à equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas pela ajuda no Brasil e com as investigações subsequentes. Os funcionários do Copacabana Palace foram muitíssimo prestativos no fornecimento de material do arquivo do hotel.

Em Lisboa, gostaria de agradecer a todos os funcionários da Torre do Tombo (Arquivo Nacional Português) por atender a meus frequentes pedidos de documentos. Nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores de Portugal, sou grato à equipe pela orientação sobre os arquivos onde deveria pesquisar e nos arquivos de primeira classe. Gostaria também de agradecer às equipes dos arquivos municipais de Lisboa e da Câmara Municipal de Cascais — que contêm informações e registros importantes do período.

Em Londres, a equipe do Public Records Office (Arquivo Nacional) em Kew foi, como sempre, extremamente útil e entusiasmada ao me orientar pelo enorme volume de material documental sobre o Brasil e seu papel na Segunda Guerra Mundial. Também agradeço ao professor Michael Berkowitz, da University College London, por seu incrível entusiasmo, e ao professor Joachim Shloer, da Universidade de Southampton, por me enviar materiais tão necessários.

Nos Estados Unidos, a equipe do US Holocaust Memorial Museum (USHMM) foi excepcional ao me ajudar a localizar o material sobre judeus refugiados tanto em Portugal quanto no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Judith Cohen, diretora do acervo fotográfico do USHMM, auxiliou na identificação de algumas imagens maravilhosas. Nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos em Maryland, sou extremamente grato ao pessoal que me ajudou a localizar os arquivos (civis e militares) de que eu precisava para escrever este livro. A ausência de um bom sistema informatizado e centralizado tornou o auxílio dessa equipe absolutamente inestimável. Em Nova York, no Solomon R. Guggenheim Archive,

agradeço em especial ao diretor da fundação, Richard Armstrong, e à gerente do arquivo, Francine Snyder, pela assistência na preparação de todos os documentos antes da minha chegada.

Tem sido um grande prazer trabalhar na Basic Books com meu editor, Alex Littlefield, que tanto me ajudou para que este livro adquirisse sua forma final. Também sou muito grato a Lara Heimert, *publisher* da Basic Books. Meus agradecimentos também a Isabelle Bleecker e à equipe de direitos internacionais da Perseus Books Group. Tem sido um prazer lidar com uma editora tão profissional. Sou grato ainda a Francisco Espadinha, da Editorial Presença, por seu apoio contínuo a este projeto e a outros futuros.

Há várias pessoas a quem sou grato pela ajuda e pelo apoio durante a minha pesquisa: Rob e Jane Wilson, bem como Simon Frederick. Matt Freeman e Helena Shaw fizeram um trabalho maravilhoso no desenvolvimento e manutenção do meu site ao longo dos anos. Obrigado a José Mateus por seu entusiasmo ilimitado por todas as coisas que têm a ver com história e sistema bancário. A Antonio Costa (prefeito de Lisboa) e a Catarina Vaz-Pinto, agradeço pelo forte apoio ao longo dos anos. Pureza Fino é uma publicitária maravilhosa e tem sido um grande prazer trabalhar com ela neste projeto, assim como no livro sobre Lisboa.

Enfim, e mais importante de tudo, sou muitíssimo grato a minha família por seu amor e apoio constantes: minha mãe, minha esposa, Emma, e, acima de tudo, meus filhos, Benjamin e Hélène. Este livro é dedicado à minha esposa e a meus filhos, com um pedido de desculpas pelas longas horas que passei em minha escrivaninha.

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

- FOTO 1 Fundação Joaquim Nabuco — Biblioteca Digital do MEC.
- FOTO 2 Hotel Copacabana Palace — Arquivo Histórico.
- FOTO 3 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 4 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 5 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 6 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 7 Hotel Copacabana Palace — Arquivo Histórico.
- FOTO 8 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 9 Hotel Copacabana Palace — Arquivo Histórico.
- FOTO 10 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 11 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 12 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 13 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.
- FOTO 14 Fundação Biblioteca Nacional.
- FOTO 15 Domínio público.
- FOTO 16 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.

BIBLIOGRAFIA

Documentos não publicados e fotografias

Arquivos nacionais (Public Records Office), Kew, Londres, Reino Unido

ADM Arquivos do Almirantado Real, Forças Navais Reais, Fuzileiros Navais Reais, Guarda Costeira Real e organismos afins.

AIR Arquivos criados ou herdados pelo Ministério da Aeronáutica, Força Aérea Real e entidades afins.

BT Arquivos do Board of Trade e de suas entidades sucessoras e afins.

CAB Arquivos do Cabinet Office.

CO Arquivos do Colonial Office, Commonwealth Office, Foreign and Commonwealth Offices, Empire Marketing Board e entidades afins.

FO Arquivos criados e herdados pelo Foreign Office.

GFM Cópias de arquivos capturados dos governos da Alemanha, Itália e Japão.

HO Arquivos criados ou herdados do Home Office, Ministry of Home Security e entidades afins.

HW Arquivos criados ou herdados do Government Communications Headquarters (GCHQ).

KV Arquivos do Security Service.

T Arquivos criados ou herdados do Her Majesty's Treasury.

WO Arquivos criados ou herdados do War Office, forças armadas, Judge Advocate General e entidades afins.

Rio de Janeiro, Brasil

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Exército.

Arquivo Histórico do Itamaraty.

Arquivo Nacional.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Arquivo Nacional, Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

AOS Arquivo Salazar.

Comissão de Livro Branco do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Correspondência Diplomática. 1935-1946.

Correspondência Oficial. 1928-1946.

Correspondência Oficial Especial. 1934-1946.

Diários. 1936-1946.

Papéis Pessoais. 1936-1946.

The Wiener Library, Londres, Reino Unido

Mf Doc 2 Comitê Internacional da Cruz Vermelha: G59 Israelitas. 1939-1961.

Mf Doc 56 Congresso Judaico Mundial: Arquivo Central. 1919-1976.

548 Documentos de Wilfrid Israel. Década de 1940.

585 Documentos relativos aos nazistas na Espanha. 1933-1936.

660 Thomas Cook and Son: Livro de Arquivos de Armazenagem. 1914-1969.

683 Refugiados judeus em Portugal: documentos diversos. Década de 1930.

1072 Arquivos e correspondência relativos a Gurs e outros campos de concentração na França. Década de 1940.

1100 Nsdap Auswaertigesamt: documentos sobre judeus na Espanha e em Portugal. Década de 1930.

US Holocaust Memorial Museum (USHMM), Washington, D.C., Estados Unidos

Correspondência geral entre refugiados judeus no Brasil e autoridades e familiares.

Arquivo de Filmes e Vídeos Steven Spielberg do US Holocaust Memorial Museum.

Arquivo fotográfico do US Holocaust Memorial Museum, Washington, D.C.

W / S / 59581–86458: fotografias de refugiados judeus em (e partindo de) Lisboa durante a Segunda Guerra Mundial.

Arquivo Nacional dos Estados Unidos, College Park, Maryland

RG84 Arquivos secretos da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. 1937-1954.

RG165 Arquivos do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência, Brasil. 1937-1946.

RG84 Arquivos secretos da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. 1939-1945.

RG84 Arquivos secretos da Embaixada dos Estados Unidos em Madri. 1940-1963.

RG84 Arquivos secretos da Embaixada dos Estados Unidos em Paris. 1944-1963.

RG226 Arquivos do Departamento de Serviços Estratégicos, pastas referentes ao Brasil e à Operação Safehaven.

Documentos publicados

"Foreign Relations of the United States, Brazil: 1939-1942."

"Foreign Relations of the United States, Brazil: 1943-1945."

O Cruzeiro do Sul: Coleção Completa do Órgão Especial da FEB na Itália. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Biblioteca do Exército, 2011.

Revistas, agências de notícias, jornais e jornais televisivos

Associated Press

Diário de Lisboa Reuters

BBC News

Diário de Notícias

San Francisco Chronicle

British Pathé News

Fatos e Fotos

The Atlantic

Correio da Manhã Financial Times

The Economist

Daily Express Harpers

Time

Daily Mail

Jornal do Brasil

Times (Londres)

Daily Telegraph

Life

United Press

Diário Carioca

New York Times

Washington Post

Diário da Manhã
O Primeiro de Janeiro

Livros, periódicos e artigos

- ANDERSON, James A. *The History of Portugal*. Westport, CT: Greenwood Press, 2000.
- BACHRACH, Fabian. *The Memoirs of Cordell Hull; In Two Volumes*. Nova York: - MacMillan, 1948.
- BAER, Werner. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. Westport, CT: Praeger Publishers, 2001.
- BEEVOR, Antony. *The Second World War*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 2012.
- BELOCH, Israel e Alzira Alves de Abreu (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Forense-Universitária, 1984.
- BENAMOU, Catherine L. *It's All True: Orson Welles's Pan-American Odyssey*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2007.
- BETHENCOURT, Francisco e Diogo Ramada Curto. *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- BIRMINGHAM, David. *A Concise History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BOWER, Tom. *Nazi Gold: The Full Story of the Fifty-Year Swiss-Nazi Conspiracy to Steal Billions from Europe's Jews and Holocaust Survivors*. Nova York: HarperCollins, 1997.
- BRADSHER, Greg. *Holocaust-Era Assets: A Finding Aid to Records at the National Archives at College Park, Maryland*. College Park, MD: NARA, 1999.
- BRANCO, Manoel Thomaz Castello. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- BRANDÃO, Fernando de Castro. *António de Oliveira Salazar: uma cronologia*. Lisboa: Prefácio, 2011.
- BURLEIGH, Michael. *The Third Reich: A New History*. Londres: Pan Books, 2001.
- CAETANO, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 2006.
- CALLOW, Simon. *Orson Welles: Hello Americans*. Londres: Vintage Books, 2007.
- _____. *Orson Welles: The Road to Xanadu*. Londres: Vintage Books, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na era Vargas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- CARON, Vicki. *Uneasy Asylum: France and the Jewish Refugee Crisis, 1933-1942*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- CARRAZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

- CARVALHO, José Murilo de. "Armed Forces and Politics in Brazil, 1930-45", *Hispanic American Historical Review*, 62, nº 2, maio 1982, p.193-223.
- CASTAÑO, David. *Paternalismo e cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático, 2006.
- CHURCHILL, Winston. *The Second World War (Abridged Version)*. Londres: Pimlico, 2002.
- _____. *The Second World War*. 6 vols. Londres: Folio Society, 2000.
- CLARET, Martin. *O pensamento vivo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Martin Claret Editores, 1989.
- CRUZ, Natália dos Reis. "A imigração judaica no Brasil e o antissemitismo no discurso das elites", *Política e Sociedade*, vol. 8, nº 15, out. 2009, p. 225-250.
- DAVIS, Darién J. e Oliver Marshall. *Stefan and Lotte Zweig's South American Letters: Nova York, Argentina and Brazil, 1940-42*. Nova York e Londres: Continuum Books, 2010.
- DELGADO, Humberto. *The Memoirs of General Delgado*. Londres: Cassell, 1964.
- DISNEY, Anthony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DUGGAN, Christopher. *A Concise History of Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DULLES, John W.F. *Vargas of Brazil: A Political Biography*. Austin e Londres: University of Texas Press, 1967.
- ECCLES, David. *By Safe Hand: Letters of Sybil and David Eccles, 1939-42*. Londres, Sydney e Toronto: The Bodley Head, 1983.
- EISENHOWER, Dwight D. *Crusade in Europe*. Londres e Toronto: William Heinemann, 1946.
- EIZENSTAT, Stuart E. *Imperfect Justice: Looted Assets, Slave Labor, and the Unfinished Business of World War II*. Nova York: Public Affairs, 2003.
- EVANS, Richard J. *The Third Reich at War: How the Nazis Led Germany from Conquest to Disaster*. Londres: Penguin Books, 2009.
- FALBEL, Nachman. "Jewish Agricultural Settlement in Brazil", *Jewish History*, 21, nº 2007, 1 / 2, p.325-340.
- FAUSTO, Boris. *A Concise History of Brazil*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.
- FERGUSON, Niall. *The House of Rothschild: Money's Prophets, 1798-1848*. Nova York: Penguin Books, 1999.
- _____. *The House of Rothschild: The World's Banker, 1849-1999*. Nova York: Penguin Books, 2000.

- FERRAZ, Francisco Alves. "Brazilian Participation in World War II", *Luso-Brazilian - Review*, 47, nº 1, 2010, p.11-39.
- FERRO, Antonio. *Salazar: Portugal and Her Leader*. Londres: Faber and Faber, 1935.
- FIGUEIREDO, Antonio de. *Portugal: Fifty Years of Dictatorship*. Londres: Penguin Books, 1975.
- FOOT, Michael R.D. e James M. Langley. *MI9: Escape and Evasion 1939-1945*. Londres: Biteback Publishing, 2011.
- FRANK, Waldo. *America Hispana: A Portrait and a Prospect*. Nova York e Londres: Charles Scribner's Sons, 1931.
- _____. *South American Journey*. Londres: Travel Book Club, 1946.
- FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis and Good Neighbors: The United States Campaign Against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- FRY, Varian. *Surrender on Demand*. Boulder, CO: Johnson Publishing / United States Holocaust Memorial Museum, 1997.
- GADDIS, John L. *George F. Kennan: An American Life*. Nova York: Penguin Press, 2011.
- GARCÍA, Juan Pujol e Nigel West. *Operation Garbo: The Personal Story of the Most Successful Spy of World War II*. Londres: Biteback Publishing, 2011.
- GARCIA, Maria M. *Arquivo Salazar: inventário e índices*. Lisboa: Editorial Estampa / Biblioteca Nacional, 1992.
- GARNIER, Christine. *Salazar in Portugal: An Intimate Portrait*. Nova York: Farrar, Straus and Young, 1954.
- GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: FDR, Cordell Hull, and Sumner Welles*. Nova York: Enigma Books, 1995.
- GINSBURG, Solomon L. *A Wandering Jew in Brazil: An Autobiography of Solomon L. Ginsburg*. Victoria, BC: Trafford Publishing, 2006.
- GUNTHER, John. *Inside Latin America*. Londres: Hamish Hamilton, 1942.
- HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- HERZ, Norman. *Operation Alacrity: The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2004.
- HILDEBRAND, Klaus. *The Foreign Policy of the Third Reich*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1973.
- _____. *The Third Reich*. Londres: George Allen and Unwin, 1984.
- HILTON, Stanley E. "Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis' During the World War II Era", *Hispanic American Historical Review*, 59, nº 2, mai. 1979, p.201-231.

- _____. *Hitler's Secret War in South America, 1939-1945: German Military Espionage and Allied Counterespionage in Brazil*. Nova York: Ballantine Books, 1982.
- _____. "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution?", *Hispanic American Historical Review*, 67, nº 1, fev. 1987, p.1-37.
- _____. "The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship", *The Journal of American History*, 68, nº 3, dez. 1981, p.599-624.
- HINSELY, Francis H. *British Intelligence in the Second World War*. Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1993.
- HOARE, Samuel (Visconde de Templewood). *Ambassador on Special Mission*. Londres: Collins, 1946.
- _____. *Nine Troubled Years*. Londres: Collins, 1954.
- HOLLAND, James. *Italy's Sorrow: A Year of War, 1944-45*. Londres: HarperPress, 2008.
- HOLT, Taddeus. *The Deceivers: Allied Military Deception in the Second World War*. Londres: Phoenix, 2005.
- HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. 2 vols. Londres: Hodder and Stoughton, 1948.
- JUSTINO, Ana C. (org.). *O século XX em revista: actas do ciclo de conferências realizado no Espaço-Memória dos Exílios, Estoril, em 2000 / 2001*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2002.
- KAY, Hugh. *Salazar and Modern Portugal: A Biography*. Nova York: Hawthorn Books, 1970.
- LAQUEUR, Walter. *Generation Exodus: The Fate of Young Jewish Refugees from Nazi Germany*. Hanover e Londres: University Press of New England, 2001.
- LAUDERBAUGH, George M. "Bolivarian Nations: Securing the Northern Frontier". In: LEONARD, Thomas M. e BRATZEL, John F. (orgs.) *Latin America During World War II*. Plymouth: Rowan and Littlefield Publishers, 2007.
- LESSER, Jeffrey. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1995.
- _____. "Continuity and Change Within an Immigrant Community: The Jews of São Paulo, 1924-1945", *Luso-Brazilian Review*, 25, nº 2, 1988, p.45-58.
- _____. "How the Jews Became Japanese and Other Stories of Nation and Ethnicity", *Jewish History*, 18, nº 1, 2004, p.7-17.
- _____. "The Immigration and Integration of Polish Jews in Brazil, 1924-1934", *The Americas* 51, nº 2, out. 1994, p.173-191.
- _____. "Immigration and Shifting Concepts of National Identity in Brazil During the Vargas Era", *Luso-Brazilian Review*, 31, nº 2, 1994, p.23-44.

- LEVINE, Robert M. *The Brazilian Photographs of Genevieve Naylor, 1940–1942*. Durham, NC: Duke University Press, 1998.
- _____. "Brazil's Jews During the Vargas Era and After", *Luso-Brazilian Review*, 5, nº 1, 1968, p.45-58.
- _____. *Father of the Poor? Vargas and His Era*. Nova York e Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *The History of Brazil*. Westport, CT, e Londres: Greenwood Press, 1999.
- _____. *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1970.
- LIVERMORE, Harold V. *A New History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- LOCHERY, Neill. *Lisboa 1939-1945: guerra nas sombras*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- MACDONALD, Callum A. "The Politics of Intervention: The United States and Argentina, 1941-1946", *Journal of Latin American Studies*, 12, nº 2, nov. 1980, p.365-396.
- MACHADO, F. Zenha. *Os últimos dias do governo de Vargas: a crise política de agosto de 1954*. Rio de Janeiro: Lux, 1955.
- MACINTYRE, Ben. *Agent ZigZag: The True Wartime Story of Eddie Chapman: Lover, Betrayer, Hero, Spy*. Londres: Bloomsbury, 2010.
- MADEIRA, Lina Alves. *Correspondência de um diplomata no III Reich: Veiga Simões, ministro acreditado em Berlim de 1933 a 1940*. Coimbra: Mar da Palavra, 2001.
- MANDRELL, James. "Carmen Miranda Betwixt and Between, or, Neither Here Nor - There", *Latin American Literary Review*, 29, nº 57, jan.-jun. 2001, p.26-39.
- MATOS, Helena. *Salazar: a construção do mito, 1928-1933*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.
- _____. *Salazar: A propaganda, 1934-1938*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.
- MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- McCANN, Bryan. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Durham, NC, e Londres: Duke University Press, 2004.
- McCANN, Frank D. "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997. Este artigo também foi publicado em *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, 6, nº 2, jul.-dez. 1995, p.35-70. Disponível em: [www.tau.ac.il / eial / VI_2 / mccann.htm](http://www.tau.ac.il/~eial/VI_2/mccann.htm).

- _____. "The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1939-1964", *Journal of Latin American Studies*, 12, nº 1, maio 1980, p.107-126.
- _____. "Brazil, the United States, and World War II: A Commentary", *Diplomatic History*, 3, nº 1, jan. 1979, p.59-76.
- MENDES, Oswaldo. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Moderna, 1986.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: A Political Biography*. Nova York: Enigma Books, 2009.
- MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os Judeus*. Lisboa: Grávida, 2010.
- MUGGERIDGE, Malcolm. *Ciano's Diary: 1939-1943*. Londres e Toronto: William Heinemann, 1947.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2009.
- NIEMEYER, Oscar. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado Novo e o Volfrâmio, 1933-1947*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- OVERY, Richard. *The Dictators: Hitler's Germany, Stalin's Russia*. Londres: Penguin Books, 2005.
- PAXTON, Robert O. *The Anatomy of Fascism*. Londres: Penguin Books, 2005.
- PAYNE, Stanley G. *A History of Fascism, 1914-45*. Abingdon: Routledge, 2005.
- _____. *A History of Spain and Portugal*. 2 vols. Madison e Londres: The University of Wisconsin Press, 1973.
- PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. *Getúlio Vargas: meu pai*. Rio de Janeiro: Globo, 1960.
- PERSICO, Joseph E. *The Imperial Rockefeller: A Biography of Nelson A. Rockefeller*. Nova York: Simon & Schuster, 1982.
- PHILBY, Kim. *My Silent War: The Autobiography of a Spy*. Nova York: Modern Library, 1968.
- PHILIPS, Harlan B. *Felix Frankfurter Reminisces: Recorded in Talks with Dr. Harlan B. Philips*. Londres: Secker and Warburg, 1960.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.
- PINHEIRO, Magda. *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- RAMBALI, Paul. *It's All True: In the Cities and Jungles of Brazil*. Londres: William Heinemann, 1993.
- REICH, Cary. *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds to Conquer, 1908-1958*. Nova York e Londres: Doubleday, 1996.
- ROBERTS, Andrew. *The Storm of War: A New History of the Second World War*. Londres: Penguin Books, 2010.

- RODRIGUES, Luís Nuno. *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas guerras mundiais*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2008.
- ROETT, Riordan. *The New Brazil*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.
- ROSAS, Fernando, BARROS, Julia Leitão de e OLIVEIRA, Pedro de. *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: correspondência política, 1926-1955*. Lisboa: Estampa, 1996.
- RUSSEL-WOOD, Anthony J.R. *The Portuguese Empire, 1415-1808: A World on the Move*. Baltimore, MD, e Londres: Johns Hopkins University Press, 1998.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Pensamento e doutrina política*. Lisboa: Babel, 2010.
- SARAIVA, José Hermano. *Portugal: A Companion History*. Manchester: Carcanet Press, 1997.
- SHELLENBERG, Walter. *Walter Schellenberg: The Memoirs of Hitler's Spymaster*. Londres: André Deutsch (Carlton Publishing Group), 2006.
- SCHREINER, Claus. *Música Brasileira: A History of Popular Music and the People of Brazil*. Nova York e Londres: Marion Boyars Publishers, 2002.
- SELBY, Walford. *Diplomatic Twilight, 1930-1940*. Londres: John Murray Publishers, 1953.
- SHEPHERD, Naomi. *A Refuge from Darkness: Wilfred Israel and the Rescue of the Jews*. Nova York: Pantheon Books, 1984.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brazil: Five Centuries of Change*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. "Brazil's American Illusion: From Dom Pedro II to the Coup of 1964", *Luso-Brazilian Review*, 23, nº 2, 1986, p.71-84.
- _____. *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SMALLMAN, Shawn C. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954*. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2002.
- SMITH, Michael. *The Secrets of Station X: How the Bletchley Park Codebreakers Helped Win the War*. Londres: Biteback Publishing, 2011.
- STONE, Glyn. *The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941*. Suffolk, Royal Historical Society / Boydell Press, 1994.
- _____. *Spain, Portugal and the Great Powers, 1931-1941*. Hampshire e Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.
- TAYLOR, Alan J.P. *The Origins of the Second World War*. Londres: Penguin Books, 1991.
- TELO, António José. *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal, 2000.

- _____. *Portugal na Segunda Guerra, 1941-1945*. 2 vols. Lisboa: Vega, 1991.
- THOMAS, Bob. *Walt Disney: An American Original*. Nova York: Disney Editions, 1994.
- TOTA, Antonio Pedro. *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil During World War II*. Austin: University of Texas Press, 2009.
- TRABULO, António. *O diário de Salazar*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2008.
- TURNER, Ewart Edmund. "German Influence in South Brazil", *Public Opinion Quarterly*, 6, nº 1, 1942, p.57-69.
- VARGAS, Getúlio. *Diário: Volume II, 1937-1942*. Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- _____. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Americedit, 1944.
- VICENTE, Ana. *Portugal visto pela Espanha, correspondência diplomática, 1939-1960*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1992.
- VINCENT, Isabel. "Luis Martins de Souza Dantas: Brazil's Schindler", *Macleans*, 15 maio, 2005.
- WALLER, Douglas. *Wild Bill Donovan: The Spymaster Who Created the OSS and Modern American Espionage*. Nova York e Londres: Free Press, 2011.
- WALTERS, Guy. *Hunting Evil: How the Nazi War Criminals Escaped and the Hunt to Bring Them to Justice*. Londres: Bantam Press, 2009.
- WEIS, W. Michael. "The Fundação Getúlio Vargas and the New Getúlio", *Luso-Brazilian Review*, 24, nº 2, 1987, p.49-60.
- WELLES, Orson e Peter Bogdanovich. *This Is Orson Welles*. Nova York: Da Capo Press, 1998.
- WHEELER, Douglas L. *Historical Dictionary of Portugal*. Metuchen, NJ, e Londres: Scarecrow Press, 1993.
- WILKEN, Patrick. *Empire Adrift: The Portuguese Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Londres: Bloomsbury, 2004.
- WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham, NC, e Londres: Duke University Press, 2001.
- WILLIAMSON, Edwin. *The Penguin History of Latin America*. Londres: Penguin Books, 2009.
- WOODWARD, Llewellyn. *History of the Second World War: British Foreign Policy in the Second World War*. Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1962.
- ZWEIG, Stefan. *Brasil: um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

NOTAS

Introdução

1. John Gunther, *Inside Latin America* (Londres: Hamish Hamilton, 1942), p.296.

2. Ibid., p.281. Para obter dados sobre a população dos Estados Unidos, ver: www.npg.org/facts/us_historical_pops.htm. Para obter dados atuais sobre a população brasileira, ver: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html.

3. Stefan Zweig, *Brasil: um país do futuro* (Porto Alegre: L&PM, 2006).

4. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?" Tel Aviv University, 1997, p.19. Este artigo foi publicado em *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 6, nº 2, jul.-dez. 1995, p.35-70. Disponível em: www.tau.ac.il/eial/VI_2/mccann.htm.

Prólogo: O bom vizinho

1. Discurso de Posse, Cerimônia de Posse de Franklin D. Roosevelt, Joint Congressional Committee on Inaugural Ceremonies, 4 mar. 1933.

2. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 1 (Londres: Hodder and Stoughton, 1948), p.308.

3. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 1, p.310.

4. NARA / RG165 / 304, Arquivos do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Brasil, afirmações brasileiras referentes à Argentina, 23 nov. 1943, p.1.

5. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 1, p.170.

6. NARA / RG84 / 18, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, 23 abr. 1937, p.1.

7. Ibid, p.2.

8. NARA / RG84 / 21, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, 17 dez. 1937, p.1.

9. Ibid.

10. Ibid.

11. Antonio Pedro Tota, *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil During World War II* (Austin: University of Texas Press, 2009), p.112.

12. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 1, p.495.
13. NARA / RG84 / 23, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, pronunciamento do presidente Vargas à nação, 11 nov. 1937, p.1.
14. Ibid.
15. Para obter mais informações sobre esse tópico, ver Jeffrey Lesser, *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1995).

Capítulo 1: A chave

1. Waldo Frank, *South American Journey* (Londres: Travel Book Club, 1946), p.202.
2. Ibid.
3. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.205.
4. PRO / FO / 371 / 30372, Personalidades no Brasil em 1942, p.20-21.
5. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.9.
6. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai* (Rio de Janeiro: Globo, 1960), p.119.
7. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.168.
8. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.120.
9. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.130.
10. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.124.
11. Vargas, *Diário*, p.130.
12. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.124.
13. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.183.
14. Robert M. Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938* (Nova York e Londres: Columbia University Press, 1970), p.164.
15. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.125.
16. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Caffery para o Secretário de Estado, 12 maio 1938.
17. FGV / CPDOC, Revolta Integralista, 11 maio 1938.
18. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1984), Belmiro Valverde / Verbete.
19. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Caffery para o Secretário de Estado, 12 maio 1938.
20. Levine, *The Vargas Regime*, p.164.
21. FGV / CPDOC, Revolta Integralista, 11 maio 1938.

22. Beloch e Abreu (coord.), Belmiro Valverde / Verbete.
23. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Caffery para o Secretário de Estado, 12 maio 1938.
24. Ibid.
25. Levine, *The Vargas Regime*, p.164.
26. Ibid.
27. Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy* (Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2007), p.342n56.
28. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.186.
29. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.130.
30. Levine, *The Vargas Regime*, p.164
31. PRO / FO / 371 / 30361, Carta de Noel Charles para Anthony Eden, 27 abr. 1942.
32. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.186.
33. Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai*, p.133.
34. Vargas, *Diário*, p.131.
35. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.189.
36. Frank, *South American Journey*, p.202.

Capítulo 2: O olho esquerdo de Vargas

1. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro para o Corpo Diplomático Estrangeiro, 12 maio 1938.
2. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.132.
3. Robert M. Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934–1938* (Nova York e Londres: Columbia University Press, 1970), p.164. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1984), Severo Fournier / Verbete.
4. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.188.
5. FGV / CPDOC, Revolta Integralista, 11 maio 1938.
6. Beloch e Abreu (coord.), Severo Fournier / Verbete.
7. Ibid.
8. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.189.
9. Beloch e Abreu (coord.), Severo Fournier / Verbete.
10. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.187.
11. Beloch e Abreu (coord.), Severo Fournier / Verbete.
12. Fournier, como muitos dos golpistas de 11 de maio, foi logo libertado da prisão. No entanto, durante o tempo em que esteve preso ele contraiu tuberculose

e acabou morrendo pouco depois de sua libertação.

13. Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy* (Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2007), p.342n56.

14. FGV / CPDOC / GV, de Aranha para Vargas, 26 jun. 1938.

15. Vargas, *Diário*, p.142-143.

16. *Ibid.*, p.144.

17. *Ibid.*, p.145.

18. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.188.

19. *Ibid.*, p.244.

20. Vargas manteve um diário até sofrer um acidente de automóvel em 1942. Uma partida de golfe muitas vezes seria a única anotação num determinado dia.

21. Waldo Frank, *South American Journey* (Londres: Travel Book Club, 1946), p.201.

22. Frank, *South American Journey*, p.23.

23. NARA / RG84 / 147, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro / roteiro radiofônico para Orson Welles e Oswaldo Aranha, National Broadcasting Company, 16 abr. 1942.

24. PRO / FO / 371 / 25817, Registros de personalidades de destaque no Brasil para 1941, 25 out. 1941, p.3.

25. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas: meu pai* (Rio de Janeiro: Globo, 1960), p.235.

26. NARA / RG84 / 31, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o Departamento de Estado, 28 jan. 1938.

27. NARA / RG84 / 15, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, resumo biográfico do sr. Jefferson Caffery, 23 jun. 1937.

28. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, revisão do relatório do posto, 7 abr. 1938.

29. PRO / FO / 371 / 30365, de Charles para o Foreign Office, 5 fev. 1938.

30. PRO / FO / 371 / 30365, do Foreign Office para Charles, 21 abr. 1938.

31. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Hull para Caffery, 12 maio 1938.

32. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 13 maio 1938.

33. *Ibid.*

34. John Lewis Landis, *George F. Kennan: An American Life* (Nova York e Londres: Penguin Books, 2011), p.323.

Capítulo 3: Jogos perigosos

1. FGV / CPDOC / OA, Documentos pessoais, 1º set. 1939.

2. Stefan Zweig, *Brasil: um país do futuro* (Porto Alegre: L&PM, 2006).
3. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para Sumner Welles, 11 nov. 1938.
4. Ibid.
5. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Aranha para Welles, 8 nov. 1938.
6. Ibid., p.5-6.
7. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.252.
8. Ibid.
9. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?" Tel Aviv University, 1997, p.9.
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Vargas, *Diário*, p.252.
13. Para obter mais detalhes sobre esse assunto, ver Jeffrey Lesser, "Immigration and Shifting Concepts of National Identity in Brazil During the Vargas Era", *Luso-Brazilian Review* 31, nº 2, 1994, p.23-44.
14. Ibid.
15. NARA / RG84 / 21, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Propaganda nazi-fascista no Brasil, 17 dez. 1937, p.2-3.
16. Ibid., p.4-5.
17. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Decreto-lei nº 383, 18 abr. 1938.
18. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 28 mar. 1938, p.5-6.
19. Ibid.
20. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 22 set. 1938.
21. Ibid., p.2.
22. PRO / FO / 371 / 30361, Visita de Wilson-Young ao Sul do Brasil para investigar notícias de sabotagem inimiga, 27 abr. 1942.
23. PRO / FO / 371 / 30361, de Charles para Anthony Eden, 27 abr. 1942.
24. PRO / FO / 371 / 30361, Visita de Wilson-Young ao Sul do Brasil para investigar notícias de sabotagem inimiga, 27 abr. 1942.
25. Ibid.
26. PRO / FO / 371 / 30361, Atas do Foreign Office, 2 jun. 1942.
27. Vargas, *Diário*, p.252.
28. Ibid.

29. Waldo Frank, *America Hispana: A Portrait and a Prospect* (Nova York e Londres: Charles Scribner's Sons, 1931), p.198.
30. Vargas, *Diário*, p.252.
31. Ibid., p.253.

Capítulo 4: Um tiro de advertência

1. United States Holocaust Memorial Museum (USMM), Linha do Tempo da Segunda Guerra Mundial.
2. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.210.
3. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3730, de Caffery para o secretário de Estado, 12 jun. 1940.
4. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3721, de Caffery para o secretário de Estado, 11 jun. 1940.
5. Ibid.
6. NARA / RG165 / 260, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, do chefe da missão naval americana para o Brasil para o chefe de operações navais, 26 jun. 1940.
7. Ibid.
8. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3711a, do secretário de Estado para Caffery, 11 jun. 1940.
9. FRUS / 740.0022 / 1939 / 3680, de Caffery para o secretário de Estado, 11 jun. 1940.
10. PRO / FO / 371 / 25807, Relatório anual sobre o Brasil para 1940.
11. FRUS / 740.001 / 1939 / 3712, de Caffery para o secretário de Estado, 11 jun. 1940.
12. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3730, de Armour para o secretário de Estado, 12 jun. 1940.
13. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1984), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Verbetes.
14. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 19370-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.319.
15. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3721, subsecretário de Estado de Roosevelt, 12 jun. 1940.
16. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.211.
17. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3947, Memorando do secretário de Estado, 13 jun. 1940.
18. FRUS / 740.0011 / 1939 / 3731a, do presidente Vargas para a Embaixada Brasileira em Washington, 14 jun. 1940.

19. PRO / FO / 371 / 25807, Relatório anual sobre o Brasil para 1940.
20. Ibid.
21. FRUS / 832 / 6511 / 63, Memorando sobre conversa escrito pelo assessor de assuntos econômicos internacionais, 22 jan. 1940.
22. Ibid.
23. FRUS / 832.6511 / 100, Memorando do chefe da Divisão das Repúblicas Americanas, 11 abr. 1940.
24. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.207.
25. FRUS / 832.6511 / 109, do secretário de Estado para Caffery, 31 maio 1940.
26. FRUS / 832.6511 / 110, de Caffery para o secretário de Estado, 1 jun. 1940.
27. FRUS / 832.6511 / 132, de Caffery para o secretário de Estado, 5 set. 1940.
28. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.207.
29. FRUS / 832.6511 / 169, de Aranha para Welles, 30 set. 1940.
30. FRUS / 832.6511 / 169, de Welles para Aranha, 1º out. 1940.
31. FRUS / 832.6511 / 164, de Caffery para o secretário de Estado, 4 out. 1940.
32. Beloch e Abreu (coord.), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Verbete.
33. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.208.
34. FRUS / 832.6511 / 164, de Caffery para o secretário de Estado, 4 out. 1940.
35. A siderúrgica foi privatizada em 1993 e renomeada como Siderúrgica Presidente Vargas.
36. Beloch e Abreu (coord.), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Verbete.
37. A população da cidade em 2010 era de 257.686 habitantes.
38. Beloch e Abreu (coord.), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Verbete.

Capítulo 5: Aliados discordantes

1. PRO / FO / 371 / 25807, Relatório anual sobre o Brasil para 1940, p.6.
2. Ibid.
3. PRO / FO / 371 / 24172, da Embaixada Brasileira em Londres para o Foreign Office, 19 nov. 1939.
4. PRO / FO / 371 / 24172, Atas do Foreign Office, 12 nov. 1940.
5. PRO / FO / 371 / 24172, da Embaixada Britânica em Washington para o Foreign Office, 18 nov. 1939.
6. Ibid.
7. Ibid.
8. Ibid.
9. FRUS / 832.24 / 255, de Burdett para o secretário de Estado, 1º nov. 1940.
10. PRO / FO / 371 / 24172, da Embaixada Britânica em Washington para o Foreign Office, 18 nov. 1939.
11. Ibid.

12. PRO / FO / 371 / 24172, Telegrama de Gibraltar para o Foreign Office, 4 dez. 1940.
13. Ibid.
14. PRO / FO / 371 / 24172, do Ministério da Guerra Econômica para Rab Butler, 23 nov. 1940.
15. PRO / FO / 371 / 24172, Telegrama de Gibraltar para o Foreign Office, 5 dez. 1940.
16. Ibid.
17. FGV / CPDOC / OA, Documentos pessoais, 22 nov. 1940.
18. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.354.
19. Ibid.
20. FGV / CPDOC / OA, Documentos pessoais, 22 nov. 1940.
21. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.215.
22. FRUS / 810.20 / 1262, de Caffery para o secretário de Estado, 25 jul. 1941.
23. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.215.
24. Frank D. McCann, "The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1939-1964", *Journal of Latin American Studies*, 12, nº 1, maio 1980, p.117.
25. Shawn C. Smallman, *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954* (Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2002), p.72.
26. McCann, "The Brazilian Army and the Problem of Mission", p.117.
27. Ibid.
28. Smallman, *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society*, p.74.
29. FRUS / 832.24 / 268, de Burdett para o secretário de Estado, 27 nov. 1940.
30. NARA / RG165 / 77 / 262, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar do Brasil, de Sibert para o Departamento da Guerra, 17 ago. 1940.
31. NARA / RG165 / 260, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Relatório do Departamento de Estado, nº 1227, Rio de Janeiro, 3 abr. 1939.
32. Smallman, *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society*, p.72.
33. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.215.
34. NARA / RG165 / 260, Arquivo do Departameto da Guerra, Divisão de Inteligência Militar do Brasil, de Sibert para o Escritório de Guerra, 20 set. 1940.
35. FRUS / 832.24 / 268, de Burdett para o secretário de Estado, 27 nov. 1940.
36. FRUS / 832.24 / 268, de Burdett para o secretário de Estado, 22 nov. 1940.
37. FRUS / 832.24 / 268, de Burdett para o secretário de Estado, 23 nov. 1940.
38. FRUS / 832.24 / 258, do secretário de Estado para Burdett, 23 nov. 1940.

39. FRUS / 832.24 / 258, de Burdett para o secretário de Estado, 22 nov. 1940.
40. FRUS / 832.24 / 264, de Burdett para o secretário de Estado, 26 nov. 1940.
41. FRUS / 832.24 / 266, de Burdett para o secretário de Estado, 27 nov. 1940.
42. FRUS / 832.24 / 264, de Burdett para o secretário de Estado, 26 nov. 1940.
43. Ibid.
44. FRUS / 832.24 / 260, de Burdett para o secretário de Estado, 25 nov. 1940.
45. FRUS / 832.24 / 267, de Burdett para o secretário de Estado, 27 nov. 1940.
46. Ibid.
47. PRO / FO / 371 / 24171, Atas do Foreign Office, 19 nov. 1940.
48. PRO / FO / 371 / 24171, de Butler em Washington para Sir A. Cadogan, Foreign Office, 20 nov. 1940.
49. PRO / FO / 371 / 24171, de Halifax para Butler, 5 dez. 1940.
50. PRO / FO / 371 / 24171, de Halifax para Lothian, 5 dez. 1940.
51. PRO / FO / 371 / 25807, Relatório anual sobre o Brasil para 1940, p.7.
52. Ibid.
53. Ibid.
54. PRO / FO / 371 / 24172, de Halifax para Knox, 6 dez. 1940.
55. FRUS / 832.24 / 276, de Johnson para o secretário de Estado, 5 dez. 1940.
56. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.207.
57. Ibid.
58. Vargas, *Diário*, p.357.
59. Ibid.
60. FRUS / 832.24 / 281, de Burdett para o secretário de Estado, 7 dez. 1940.
61. FRUS / 832.24 / 287, de Burdett para o secretário de Estado, 11 dez. 1940.
62. FRUS / 832.24 / 292, de Burdett para o secretário de Estado, 13 dez. 1940.
63. Ibid.
64. FRUS / 832.24 / 295, de Burdett para o secretário de Estado, 14 dez. 1940.
65. Vargas, *Diário*, p.359.
66. FRUS / 832 / 304, de Burdett para o secretário de Estado, 21 dez. 1940.

Capítulo 6: Fuga do Rio de Janeiro

1. NARA / RG84 / 31, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Relatório básico do posto, 7 abr. 1938, p.19.
2. Ibid., p.18.
3. Ibid., p.19.
4. Stefan Zweig, *Brasil: um país do futuro* (Porto Alegre: L&PM, 2006).
5. NARA / RG84 / 31, Relatório básico do posto, 7 abr. 1938, p.10.
6. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.358.
7. Ibid., p.362.

8. NARA / RG84 / 31, Relatório básico do posto, 7 abr. 1938, p.5.
9. Stefan Zweig, *Brasil: um país do futuro* (Porto Alegre: L&PM, 2006).
10. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.124.
11. PRO / FO / 371 / 25807, Relatório anual sobre o Brasil para 1940.
12. Ibid., p.2.
13. Vargas, *Diário*, p.360.
14. Ibid.
15. Ibid.
16. Ibid., p.362.
17. Ibid.
18. NARA / RG165 / 260, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Discurso proferido pelo presidente Vargas, 31 jan. 1940.
19. Ibid.
20. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.216.
21. Vargas, *Diário*, p.367.
22. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.216.
23. Ibid.
24. PRO / FO / 371 / 30366, Relatório anual sobre o Brasil para 1941.
25. Vargas, *Diário*, p.371.
26. Ibid.
27. Ibid.
28. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.216.
29. Waldo Frank, *South American Journey* (Londres: Travel Book Club, 1946), p.29.
30. Ibid., p.30.
31. Ibid., p.199.
32. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.217.
33. Ibid.
34. PRO / FO / 371 / 30366, Relatório anual sobre o Brasil para 1941.
35. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.217.
36. PRO / FO / 371 / 30366, Relatório anual sobre o Brasil para 1941.
37. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.217.
38. Vargas, *Diário*, p.371.

Capítulo 7: Estreitando os laços e ampliando as divisões

1. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997, p.11.
2. NARA / RG84 / 183, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, correspondência particular interceptada, 25 jun. 1943.

3. Cary Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds To Conquer, 1908-1958* (Nova York e Londres: Doubleday, 1996), p.204.
4. Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller*, p.203.
5. Ibid.
6. Joseph P. Persico, *The Imperial Rockefeller: A Biography of Nelson A. Rockefeller* (Nova York: Simon & Schuster, 1982), p.33.
7. Douglas Waller, *Wild Bill Donovan: The Spymaster Who Created the OSS and Modern American Espionage* (Nova York e Londres: Free Press, 2011), p.25-26.
8. Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller*, p.205-206.
9. Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller*, p.205.
10. PRO / 371 / 30368, Ministério da Informação, Comitê de Planejamento Estrangeiro, Plano de Propaganda para o Brasil, 4 jun. 1942, p.6.
11. Ibid.
12. Ibid.
13. PRO / FO / 371 / 25800, Atividades alemãs no Brasil, Embaixada no Rio de Janeiro, 30 maio 1941.
14. PRO / FO / 371 / 25800, do Foreign Office para a Embaixada no Rio de Janeiro, 27 mar. 1941.
15. PRO / FO / 371 / 25800, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Foreign Office, 6 abr. 1941.
16. Bob Thomas, *Walt Disney: An American Original*, Nova York: Disney Editions, 1994, p.171.
17. Thomas, *Walt Disney*, p.170.
18. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.420.
19. PRO / FO / 371 / 25800, correspondência particular interceptada, M.I.5, 26 maio 1941.
20. Ibid.
21. PRO / FO / 371 / 30372, Personalidades no Brasil em 1942, p.16.
22. Ibid.
23. PRO / FO / 371 / 25800, correspondência particular interceptada, M.I.5, 26 maio 1941.
24. *Jornal do Brasil*, 3 maio 1941, p.6.
25. PRO / FO / 371 / 30368, Plano de Propaganda para o Brasil, 4 jun. 1942, p.6.
26. PRO / FO / 371 / 25806, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Foreign Office, 5 jul. 1941.
27. Ibid.
28. Ibid.

29. FRUS / 810.20 / 822, Memorando do chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos (Marshall) para o subsecretário de Estado (Welles), 17 jun. 1941.
30. FRUS / 810.20 / 892, de Caffery para o secretário de Estado, 27 jun. 1941.
31. Ibid.
32. FRUS / 810.20 / 1333, de Caffery para o secretário de Estado, 21 ago. 1941.
33. FRUS / 810.20 / 1327a, do secretário de Estado interino para Caffery, 10 jul. 1941.
34. Ibid.
35. Vargas, *Diário*, p.406.
36. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 2 (Londres: Hodder and Stoughton, 1948), p.941.
37. FRUS / 810.20 / 1331, de Caffery para o secretário de Estado, 28 jul. 1941.
38. Ibid.
39. FRUS / 810.20 / 1331, do secretário de Estado para Caffery, 18 ago. 1941.
40. Ibid.
41. FRUS / 810.20 / 1331, de Caffery para o secretário de Estado, 21 ago. 1941.
42. FRUS / 810.20 / 1098a, do secretário de Estado interino para Caffery, 9 jul. 1941.
43. FRUS / 832.24 / 10-141, Acordo de empréstimos e arrendamentos entre os Estados Unidos e o Brasil, 1^o out. 1941.
44. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.221.
45. FRUS / 832.248 / 262, de Caffery para o secretário de Estado, 4 jun. 1941.
46. Vargas, *Diário*, p.431.
47. FRUS / 810.20 / 699, de Caffery para o secretário de Estado, 2 jul. 1941.
48. Ibid.

Capítulo 8: Bem atrás de você

1. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.440.
2. John Gunther, *Inside Latin America* (Londres: Hamish Hamilton, 1942), p.287.
3. Vargas, *Diário*, p.440.
4. Gunther, *Inside Latin America*, p.286-287.
5. FRUS / 740.0011 / 18611, de Welles para o presidente Roosevelt, 18 jan. 1942.
6. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.220.

7. Vargas, *Diário*, p.443.
8. Ibid., p.450.
9. FRUS / 740.0011 / 18611, de Welles para o presidente Roosevelt, 18 jan. 1942.
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Ibid.
13. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.223
14. FRUS / 740.0011 / 18611, de Welles para o presidente Roosevelt, 18 jan. 1942.
15. Vargas, *Diário*, p.451.
16. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.223.
17. Vargas, *Diário*, p.451.
18. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.223.
19. FRUS / 740.0011 / 18611, de Welles para o presidente Roosevelt, 18 jan. 1942.
20. Ibid.
21. Ibid.
22. Ibid.
23. Vargas, *Diário*, p.453.
24. Ibid.
25. FRUS / 832.24 / 634, do presidente Roosevelt para Welles, 19 jan. 1942.
26. Vargas, *Diário*, p.454.
27. Gunther, *Inside Latin America*, p.288.
28. Vargas, *Diário*, p.454.
29. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.224.
30. Vargas, *Diário*, p.454.
31. Ibid.
32. Ibid.
33. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.224.
34. Vargas, *Diário*, p.454.
35. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 2 (Londres: Hodder and Stoughton, 1948), p.1149.
36. Ibid.
37. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.224.
38. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 2, p.1149.
39. Ibid.
40. Cary Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds To Conquer, 1908-1958* (Nova York e Londres: Doubleday, 1996), p.271.

41. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 2, p.1149.
42. Vargas, *Diário*, p.454.
43. Gunther, *Inside Latin America*, p.282.
44. Vargas, *Diário*, p.454.
45. FRUS / 832.24 / 651, de Hull para Welles, 19 jan. 1942.
46. FRUS / 832.24 / 634, do presidente Roosevelt para Welles, 19 jan. 1942.
47. Vargas, *Diário*, p.457.
48. Ibid.
49. Ibid.
50. FGV / CPDOC, Reunião dos chanceleres do Rio de Janeiro.
51. Ibid.
52. *Jornal do Brasil*, 29 jan. 1942.

Capítulo 9: Welles sai de cena e Welles entra em cena

1. Getúlio Vargas, *Diário: Volume II, 1937-1942* (Rio de Janeiro: Siciliano / Fundação Getulio Vargas, 1995), p.458.
2. FRUS / 832.24 / 651, de Caffery para o secretário de Estado, 31 jan. 1942.
3. Ibid.
4. FRUS / 832.24 / 673, de Caffery para o secretário de Estado, 7 fev. 1942.
5. PRO / FO / 128 / 406, Situação política no Brasil, 21 ago. 1942.
6. FRUS / 832.24 / 673, de Caffery para o secretário de Estado, 7 fev. 1942.
7. Ibid.
8. FRUS / 832.24 / 674, do secretário de Estado para Caffery, 9 fev. 1942.
9. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.226.
10. Vargas, *Diário*, p.467.
11. Ibid.
12. FRUS / 811.248 / 395a, de Welles para Caffery, 12 mar. 1942.
13. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.227.
14. FRUS / 832.796 / 767, de Caffery para o secretário de Estado, 3 fev. 1942.
15. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997, p.13.
16. Manoel Thomaz Castello Branco, *O Brasil na II Grande Guerra* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960), p.54-58.
17. Cary Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds To Conquer, 1908-1958* (Nova York e Londres: Doubleday, 1996), p.230.
18. Antonio Pedro Tota, *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil During World War II* (Austin: University of Texas Press, 2009), p.43.
19. Orson Welles e Peter Bogdanovich, *This Is Orson Welles* (Nova York: Da Capo Press, 1998), p.149.

20. Ibid.
21. Catherine L. Benamou, *It's All True: Orson Welles's Pan-American Odyssey* (Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2007), p.47.
22. Welles e Bogdanovich, *This Is Orson Welles*, p.154.
23. Ibid., p.149.
24. Ibid., p.159.
25. Para obter um relato mais detalhado da filmagem, ver Benamou, *It's All True: Orson Welles's Pan-American Odyssey*.
26. NARA / RG84 / 187, Arquivo da Embaixada no Rio de Janeiro, roteiro radiofônico da transmissão do Dia Pan-Americano, 16 abr. 1942, p.6.
27. Ibid., p.9.
28. FGV / CPDOC / AO / CP, de Aranha para Welles, 13 ago. 1942.
29. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.234.
30. FRUS / 832.8595 / 1, de Caffery para o secretário de Estado, 11 mar. 1942.
31. Vargas, *Diário*, p.469.
32. Ibid.
33. Ibid.
34. FRUS / 800.8830 / 1601, de Caffery para o secretário de Estado, 6 jun. 1942.
35. Ibid.
36. FRUS / 832.8595 / 4, de Welles para Caffery, 27 mar. 1942.
37. Vargas, *Diário*, p.475.
38. McCann, "Brazil and World War II", p.13.
39. Ibid.

Capítulo 10: A questão da sucessão

1. Robert M. Levine, *Father of the Poor? Vargas and His Era* (Nova York e Cambridge: Cambridge University Press, 1998), p.69.
2. *Jornal do Brasil*, 3 maio 1942, p.6.
3. PRO / FO / 128 / 406, de Charles para o Foreign Office, 26 jun. 1942.
4. PRO / FO / 128 / 406, de Charles para o Foreign Office, 8 jun. 1942.
5. Ibid.
6. PRO / FO / 128 / 406, do cônsul na Bahia para Charles, 21 ago. 1942.
7. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.234.
8. NARA / RG84 / 147, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, Discurso de Caffery, 4 jul. 1942.
9. NARA / RG84 / 153, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, de Caffery para o secretário de Estado, 29 jun. 1942.
10. FGV / CPDOC, Biografia de Vargas.

11. NARA / RG84 / 147, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, de Dowling para o secretário de Estado, 13 jul. 1942.
12. Ibid.
13. FGV / CPDOC, Biografia de Vargas.
14. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.230.
15. Ibid., p.229.
16. PRO / FO / 128 / 406, do Consulado Britânico em São Paulo para a Embaixada no Rio de Janeiro, 12 out. 1942.
17. NARA / RG84 / 261, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, Memorando, Embaixada Americana no Rio de Janeiro, 4 fev. 1944.
18. Ibid.
19. Ibid.
20. Robert M. Levine, "Brazil's Jews During the Vargas Era and After", *Luso-Brazilian Review*, 5, n^o 1, 1968, p.54.
21. Para obter mais detalhes sobre a solicitação de vistos de Einstein para refugiados judeus, ver Jeffrey Lesser, *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question* (Berkeley: University of California Press, 1995), p.130-131.
22. NARA / RG84 / 261, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, Memorando Confidencial, Seção Consular Americana no Rio de Janeiro, 11 fev. 1944.
23. NARA / RG84 / 261, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, de Simmons para o secretário de Estado, 12 fev. 1944.
24. Ibid.
25. Ibid.
26. NARA / RG84 / 261, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, de Simmons para o secretário de Estado, 20 jun. 1944.
27. NARA / RG84 / 261, Arquivo Geral da Embaixada no Brasil, Memorando Confidencial, Seção Consular Americana no Rio de Janeiro, 11 fev. 1944.
28. Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na era Vargas* (São Paulo: Perspectiva, 2001), p.218.
29. Ibid.
30. Isabel Vincent, "Luis Martins de Souza Dantas: Brazil's Schindler", *Macleans*, 15 maio 2005.
31. Lesser, *Welcoming the Undesirables*, p.141.
32. Ibid., p.139.
33. Os alemães em Paris prenderam o embaixador depois de ele tentar resistir à ocupação alemã da embaixada, logo após a declaração de guerra do Brasil em agosto de 1942. Ele ficou preso na Alemanha e mais tarde foi libertado como parte de uma troca de prisioneiros em 1944; logo em seguida, voltou brevemente ao Rio de Janeiro. Ele se aposentou e foi morar em Paris, num apartamento modesto,

após a morte da esposa. Morreu em 16 de abril de 1954. Seu trabalho para ajudar a salvar refugiados judeus nunca foi oficialmente reconhecido pelo Estado Novo ou pelos governos subsequentes.

34. Jeffery Lesser destaca dois números para a entrada de judeus no Brasil com vistos permanentes ou temporários em 1939: 4.601, de acordo com grupos judeus, e 4.223, de acordo com os registros oficiais brasileiros. Em 1942, o número de judeus que entraram no Brasil era de 108 de um total de menos de 2.500 imigrantes no país naquele ano. Ver Lesser, *Welcoming the Undesirables*, p.124, 144.

35. Lesser, *Welcoming the Undesirables*, p.136.

36. NARA / RG84 / 137, de Simmons para o secretário de Estado, 27 out. 1942.

Capítulo 11: A decisão

1. PRO / FO / 128 / 406, Memorando, 1º set. 1942.

2. Ibid.

3. NARA / RG165 / 299, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, recorte de jornal, 19 ago. 1942.

4. NARA / RG165 / 299, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Avaliação dos efeitos da declaração de guerra do Brasil, 22 set. 1942, p.1.

5. Ibid.

6. Ibid., p.4.

7. PRO / FO / 128 / 406, Memorando, 1º set. 1942.

8. NARA / RG165 / 299, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, recorte de jornal, 19 ago. 1942.

9. PRO / FO / 128 / 406, Memorando, 1º set. 1942.

10. NARA / RG165 / 299, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Memorando para o subchefe de Estado-Maior, 20 ago. 1942.

11. NARA / RG165 / 264, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, O Brasil em guerra, 4 set. 1942, p.6.

12. Ibid.

13. NARA / RG165 / 299, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Memorando do subchefe de Estado-Maior, 20 ago. 1942.

14. Ibid.

15. NARA / RG84 / 135, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o subsecretário de Estado, 19 ago. 1942.

16. Ibid.

17. Ibid.

18. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, nota entregue aos representantes dos governos da Alemanha e da Itália pelo governo brasileiro, 24 ago. 1942, p.2.

19. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.235.

20. NARA / RG165 / 264, Arquivo do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, O Brasil em guerra, 4 set. 1942, p.5.

21. NARA / RG84 / 136, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Declaração Brasileira de Guerra, 24 ago. 1942.

22. NARA / RG84 / 136, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, transmissão radiofônica de Berlim para o Brasil, 22 ago. 1942.

23. Ibid.

24. NARA / RG165 / 299, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Avaliação dos efeitos da declaração de guerra pelo Brasil, 22 set. 1942.

25. Ibid., p.2.

26. Ibid.

27. NARA / RG165 / 299, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Memorando para o subchefe de Estado-Maior, 20 ago. 1942.

28. Ibid.

29. Cary Reich, *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds To Conquer, 1908-1958* (Nova York e Londres: Doubleday, 1996), p.241.

30. NARA / RG165 / 299, Arquivos do Departamento da Guerra, Coordenador dos assuntos interamericanos, Brasil e a guerra, 24 set. 1942.

31. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.235.

32. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.236.

33. Ibid.

34. *The New York Times*, 8 nov. 1942.

35. NARA / RG165 / 264, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Reação do Brasil à ofensiva americana, 4 dez. 1942, p.3.

36. NARA / RG165 / 264, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Reações no Brasil à vitória dos Aliados na Tunísia, 31 maio 1943, p.1.

37. Ibid.

Capítulo 12: O apagar das luzes no Rio de Janeiro

1. NARA / RG165 / 261, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, de Caffery para o secretário de Estado, 7 set. 1942.

2. Ibid.

3. NARA / RG165 / 261, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, de Simmons para o secretário de Estado, 4 set. 1942.

4. PRO / FO / 128 / 406, Blecaute, 21 ago. 1942.

5. Ibid.

6. NARA / RG165 / 261, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Blecaute no Rio de Janeiro, 17 maio 1943.

7. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.240.

8. FRUS / 740.0011 / 27475, de Caffery para o secretário de Estado, 26 jan. 1943.

9. FRUS / 740.0011 / 27586, de Caffery para o secretário de Estado, 29 jan. 1943.

10. FRUS / 740.0011 / 27588, de Caffery para o secretário de Estado, 30 jan. 1943.

11. Ibid.

12. Ibid.

13. Ibid.

14. Ibid.

15. Ibid.

16. Ibid.

17. FRUS / 740.0011 / 27590, de Caffery para o secretário de Estado, 30 jan. 1943.

18. Ibid.

19. Ibid.

20. Ibid.

21. *The New York Times*, 29 jan. 1943.

22. Ibid.

Capítulo 13: O jantar

1. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado e o presidente Roosevelt, 31 jan. 1943.

2. NARA / RG84 / 247, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Solicitação para que o Rio de Janeiro seja reclassificado para o propósito de subsídio para o custo de vida, Caffery para o secretário de Estado, 31 jan. 1944.

3. Ibid.

4. Ibid.

5. Ibid.

6. NARA / RG84 / 247, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Notas para a declaração de custo de vida, 31 jan. 1944, p.1.

7. Ibid., p.4.

8. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado e o presidente Roosevelt, 31 jan. 1943.

9. Ibid.

10. Ibid.

11. Ibid.

12. Ibid.

13. Ibid.

14. NARA / RG165 / 304, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Divisão de Inteligência Militar, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento da Guerra, 18 nov. 1943.

15. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997, p.20.

16. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado e o presidente Roosevelt, 31 jan. 1943.

17. McCann, "Brazil and World War II", p.20.

18. Frank D. McCann, "Brazil, the United States, and World War II: A Commentary", *Diplomatic History*, 3, nº 1, jan. 1979, p.70.

19. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado e o presidente Roosevelt, 31 jan. 1943.

20. Ibid.

21. Ibid.

22. Ibid.

23. Ibid.

24. NARA / RG165 / 304, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento da Guerra, 18 nov. 1943.

25. Ibid.

26. NARA / RG165 / 304, Arquivos do Departamento da Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Declarações brasileiras sobre a Argentina, 23 nov. 1943, p.1.

27. Ibid.

28. Ibid.

29. Ibid.

30. Ibid., p.2.

31. Ibid.

32. Ibid.

33. Ibid.

34. Ibid., p.3.

35. Ibid.

36. McCann, "Brazil, the United States, and World War II", p.72.

37. Antonio Pedro Tota, *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil During World War II* (Austin: University of Texas Press, 2009), p.82.

38. Ibid., p.38.

39. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Declaração do presidente Vargas no Mês Nacional da Borracha, 1º jun. 1943.

40. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Cooperação pelo desenvolvimento da borracha, 1º jun. 1943.

41. Ibid.

42. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, do presidente Roosevelt para o presidente Vargas, 16 jun. 1943.

43. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, registro de conversa telefônica com a Associated Press, 26 maio 1943.

44. Ibid.

45. Ibid.

46. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Cooperação pelo desenvolvimento da borracha, 14 abr. 1943.

47. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Cooperação pelo desenvolvimento da borracha, 11 jun. 1943.

48. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Memorando sobre o relatório sobre borracha sintética conforme publicado na revista *Time*, 30 jun. 1943.

49. Ibid.

50. Ibid.

51. NARA / RG84 / 196, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Cooperação pelo desenvolvimento da borracha, 10 jul. 1943.

52. Ibid.

Capítulo 14: Chegadas tardias

1. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Consulado Americano, São Paulo, 26 jan. 1943.

2. Ibid.

3. Ibid.

4. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997, p.20.

5. Ibid.

6. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1984), Verbetes / FEB.

7. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 8 set. 1943.

8. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Discurso proferido pelo presidente Vargas, 7 set. 1943.
9. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.242.
10. McCann, "Brazil and World War II", p.23.
11. Ibid.
12. PRO / CAB / 122 / 954, de Halifax para Eden, 23 dez. 1943, p.1.
13. Beloch e Abreu (coord.), FEB / Verbete.
14. Ibid.
15. PRO / CAB / 122 / 954, de Halifax para Eden, 23 dez. 1943, p.2.
16. Ibid.
17. Ibid.
18. Ibid.
19. Ibid.
20. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.242.
21. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Discurso proferido pelo presidente Vargas, 10 nov. 1943.
22. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 11 nov. 1943.
23. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Discurso proferido pelo presidente Vargas, 10 nov. 1943.
24. NARA / RG84 / 177, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 11 nov. 1943.
25. Ibid.
26. Neill Lochery, *Lisbon: War in the Shadows of the City of Light, 1939-1945* (Nova York: PublicAffairs, 2011), p.187.
27. NARA / RG84 / 208, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, carta para Aranha, 20 set. 1943, p.1-2.
28. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, vol. 2 (Londres: Hodder and Stoughton, 1948), p.1336.
29. Ibid.
30. Ibid., p.1337.
31. Ibid.
32. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.245.
33. Ibid.
34. George M. Lauderbaugh, "Bolivarian Nations: Securing the Northern Frontier", in: Thomas M. Leonard e John F. Bratzel (orgs.), *Latin America During World War II* (Plymouth: Rowan and Littlefield Publishers, 2007), p.113.

35. Max Paul Friedman, *Nazis and Good Neighbors: The United States Campaign Against the Germans of Latin America in World War II* (Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2003), p.91.

36. Ibid.

Capítulo 15: A promessa

1. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 1^o fev. 1944.

2. Ibid.

3. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 19 fev. 1944.

4. Ibid.

5. *Diário Carioca*, 19 fev. 1944.

6. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 3 mar. 1944.

7. Ibid.

8. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, Discurso proferido pelo presidente Vargas, 15 abr. 1944.

9. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 17 abr. 1944.

10. PRO / FO / 371 / 37846, de Broadmead para Eden, 18 abr. 1944, p.2.

11. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Simmons para o secretário de Estado, 17 abr. 1944.

12. *The New York Times*, 13 jul. 1944.

13. Ibid.

14. Ibid.

15. Ibid.

16. *The Washington Post*, 26 abr. 1944.

17. PRO / FO / 371 / 37846, de Halifax para Eden, 2 maio 1944.

18. Ibid.

19. PRO / FO / 371 / 37846, de Broadmead para Eden, 12 jun. 1944.

20. PRO / FO / 371 / 37846, Atas do Foreign Office, 30 jun. 1943.

21. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.242-243.

22. PRO / WO / 204 / 5588, Relato histórico do destacamento de ligação com o Brasil, 6 jan. 1945, p.3.

23. Ibid.

24. Ibid.

25. Ibid.

26. Ibid., p.16.

Capítulo 16: Adeus a Aranha

1. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 13 set. 1944.

2. Ibid.

3. PRO / FO / 371 / 37846, de Gainer para o Gabinete, 23 ago. 1944.

4. Ibid.

5. PRO / FO / 371 / 37846, de Gainer para o secretário de Estado, 16 ago. 1944.

6. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 13 set. 1944.

7. PRO / FO / 371 / 37846, de Gainer para o secretário de Estado, 16 ago. 1944.

8. Ibid.

9. Ibid.

10. Ibid.

11. PRO / FO / 371 / 37846, de Gainer para o Gabinete, 23 ago. 1944.

12. Ibid.

13. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 13 set. 1944.

14. NARA / RG84 / 260, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 8 set. 1944.

15. PRO / FO / 371 / 37846, de Gainer para o Gabinete, 23 ago. 1944.

16. Ibid.

17. Ibid.

18. Ibid.

19. Ibid.

20. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.255.

21. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.256.

22. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.1.

23. PRO / FO / 371 / 51938, Registro de personalidades de destaque no Brasil em 1946, p.5.

24. Ibid.

Capítulo 17: O desafio

1. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.259.

2. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.2.
3. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.258.
4. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.2.
5. Ibid.
6. Ibid.
7. PRO / FO / 371 / 51938, Registros das personalidades de destaque no Brasil em 1946, p.6.
8. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.2.
9. Ibid., p.7-8.
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.257.
13. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.8.
14. Ibid.
15. *Correio da Manhã*, 13 abr. 1945, p.1.
16. Ibid.
17. FRUS / 810.20 / 7-2645, de Berle para o secretário do Estado, 26 jul. 1945.
18. Ibid.
19. *Correio da Manhã*, 14 abr. 1945, p.1.
20. Frank D. McCann, "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?", Tel Aviv University, 1997, p.25.
21. *O Cruzeiro do Sul*, 25 fev. 1945, p.1.
22. *Correio da Manhã*, 24 fev. 1945, p.1.
23. McCann, "Brazil and World War II", p.25.
24. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.244.

Capítulo 18: A saída

1. John W.F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.274.
2. Ibid., p.273.
3. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.2.
4. Stanley E. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution?", *Hispanic American Historical Review*, 67, nº 1, fev. 1987, p.15.

5. Ibid.
6. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.267.
7. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.2.
8. Ibid., p.3.
9. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945", p.32.
10. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.3.
11. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945", p.33.
12. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.273.
13. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945", p.33.
14. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.3.
15. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945", p.34.
16. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.273.
17. *Correio da Manhã*, 30 out. 1945, p.1.
18. *Jornal do Brasil*, 30 out. 1945, p.1.
19. PRO / FO / 371 / 51899, Relatório anual para o Brasil para 1945, 22 jan. 1946, p.3.
20. Ibid., p.8.
21. Hilton, "The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945", p.34.
22. PRO / FO / 371 / 51900, de Gainer para Bevin, 22 fev. 1946, p.2.
23. Ibid.
24. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.281.
25. PRO / FO / 371 / 51902, Memorando sobre as eleições brasileiras, 16 ago. 1946, p.2.
26. Ibid.
27. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.280.
28. PRO / FO / 371 / 51902, Situação política no Brasil, 14 ago. 1946.

Capítulo 19: O ato final

1. John W. F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin e Londres: University of Texas Press, 1967), p.305.
2. NARA / RG84 / 37, Arquivo Geral da Embaixada no Rio de Janeiro, de Caffery para o secretário de Estado, 28 mar. 1938, p.5-6. Ver também PRO / FO / 371 / 30362, de Charles para o Foreign Office, 8 set. 1942.
3. Ibid.
4. Robert M. Levine, *Father of the Poor? Vargas and His Era* (Nova York e Cambridge: Cambridge University Press, 1998), p.82.
5. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.313.

6. Ibid., p.318.
7. Levine, *Father of the Poor? Vargas and His Era*, p.87.
8. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.320.
9. *Correio da Manhã*, 24 ago. 1954, p.1.
10. F. Zenha Machado, *Os últimos dias do governo de Vargas: a crise política de agosto de 1954* (Rio de Janeiro: Lux, 1955), p.81.
11. FGV / CPDOC / AVAP / VPR / EA, Alzira Vargas, *Fatos e Fotos*, 5 jul. 1963.
12. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.328.
13. Ibid.
14. FGV / CPDOC / AVAP / VPR / EA, Alzira Vargas, *Fatos e Fotos*.
15. Ibid.
16. *Correio da Manhã*, 25 ago. 1954, p.1
17. FGV / CPDOC / AVAP / VPR / EA, Alzira Vargas, *Fatos e Fotos*.
18. Ibid.
19. Levine, *Father of the Poor? Vargas and His Era*, p.88.
20. Dulles, *Vargas of Brazil*, p.333.
21. *Correio da Manhã*, 25 ago. 1954, p.1.
22. Ibid.
23. *Correio da Manhã*, 25 ago. 1954, p.3.
24. *Jornal do Brasil*, 24 ago. 1954, p.1.
25. *Correio da Manhã*, 25 ago. 1954, p.1.
26. *Correio da Manhã*, 26 ago. 1954, p.1.

Epílogo: O legado

1. FGV / CPDOC / AVAP / VPR / EA, Alzira Vargas, *Fatos e Fotos*, 5 jul. 1963.
2. Ibid.
3. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.), Belmiro Aranha / Verbetes.

SOBRE O AUTOR

© Ana Baião



NEILL LOCHERY é professor na University College London e referência mundial em política e história moderna da Europa, do Oriente Médio e do Mediterrâneo. É autor de vários best-sellers aclamados pela crítica e colabora com diversos jornais e revistas, como *The Wall Street Journal*, *The Washington Post* e *Chicago Sun-Times*. Mora com a mulher e os dois filhos em Londres.

LEIA TAMBÉM



No jardim das feras
Erik Larsson



Inferno
Max Hastings



O diário de Helga
Helga Weiss